



**Universidade Federal do Pará  
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental  
Programa de Pós - Graduação em Agriculturas Amazônicas  
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

**Mauro André Costa de Castro**

**Inclusão social: realidade ou discurso?** agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê no Alto Moju, Nordeste Paraense.

**Belém  
2018**

**Mauro André Costa de Castro**

**Inclusão social: realidade ou discurso?** agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê no Alto Moju, Nordeste Paraense.

. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dalva Maria da Mota.

**Belém  
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –Biblioteca do INEAF/UFPA

**Mauro André Costa de Castro**

**Inclusão social: realidade ou discurso?** agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê no Alto Moju, Nordeste Paraense.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora

---

Dr<sup>a</sup>. Dalva Maria da Mota (orientadora)  
Embrapa Amazônia Oriental-MAFDS

---

Dr<sup>a</sup>, Emilie Suzanne Coudel (Membro titular)  
CIRAD

---

Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (Membro titular)  
INEAF/MAFDS/UFPA

---

Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Gonçalves Ferreira (Suplente)  
Embrapa Amazônia Oriental

*Em memória de Dona Bela, minha  
amada avó.*

*Dedico ao campesinato amazônico*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos agricultores da comunidade Água Preta no Projeto de Assentamento PA-Calmaria II, alto Moju, que gentilmente me receberam em suas casas.

À família do Seu Francisco E. de Souza Martins (Seu Ceará) e Dona Cosmelina de Souza Martins (Dona Cosma), seus filhos (Neto e Poliana), genro e neta (Benone e a pequena Pâmela) que me receberam em sua propriedade como se fora um membro da família, apoiando em tudo que eu precisei. Nunca os poderei pagar à mesma altura.

Ao “compadre” Cristiano e à sua esposa Lene, pela paciência e pelas horas de conversa.

Aos meus pais, Dona Sueli Castro e Seu João Fortes Castro por tudo o que não caberia nestas linhas.

À Queise Ramos (Kz), que me amparou com seu amor precioso e intenso nas horas de maior cansaço, me fazendo restabelecer com sua música suave.

À Diocélia Nascimento, colega e amiga com quem tive o prazer de dividir meu campo em Água Preta.

Aos amigos e colegas de turma, em especial Lídia Lacerda e Renan Carneiro (Ocupa UFPA), Ciro e Igor (Fuel), foram muitas as suas contribuições.

Ao amigo Marcos Maia “outsider”, que me ajudou em tudo que pôde na área da geografia, indicando leituras importantes para a compreensão da ocupação da área de estudo.

À todo o *staff* do INEAF, em especial aos técnicos Jack, Kátia, Moacir e Murilo pela presteza, dedicação e profissionalismo que em nenhum momento nos deixaram ficar com alguma pendência burocrática ou material, sempre nos tratando com educação e agilidade, o que nos possibilitou atravessar o mestrado com as preocupações apenas do campo acadêmico.

À todo o quadro de professores do MAFDS/INEAF, em especial, às professoras Doutoras: Lívia Navegantes, Noemi Porro, Tatiana Sá e Sônia Magalhães (as mulheres que me guiaram pelos caminhos do campesinato amazônico). Aos professores Doutores: Gutemberg Guerra (pela paciência), Osvaldo Kato e Walkimario Lemos (EMBRAPA Amazônia Oriental).

Ao grande amigo Lindomar de Jesus de Sousa Silva (EMBRAPA Amazônia Ocidental), pelo apoio desde o início, pela confiança na minha inserção em inúmeros projetos da EMBRAPA e da Revista Terceira Margem Amazônica. Que muitos mais venham.

Ao Mestre Raimundo Parente de Oliveira (Bioestatística/EMBRAPA Amazônia Oriental) pelas aulas de estatística e à todos os envolvidos no projeto AFInS/ EMBRAPA (Pesquisadores e colaboradores).

Queria agradecer especialmente ao professor Dr<sup>o</sup>. Heribert Schimtz, que teceu vários *insights* teóricos e filosóficos fundamentais para o descortinamento das questões complexas que envolvem a inclusão social, e também pelas horas de reuniões de pesquisa do projeto AFInS.

Por fim, gostaria de agradecer muitíssimo à minha Orientadora e Professora Dra. Dalva Maria da Mota pelas horas de dedicação e incansável paciência em me aturar. Pelo esforço em me colocar no caminho certo até a última linha da dissertação. Tal dedicação possibilitou a conclusão dessa etapa do trabalho.



## RESUMO

O objetivo da dissertação foi analisar se há inclusão social de agricultores familiares a partir da integração a agroindústria do dendê na comunidade de Água Preta no Alto Moju, Nordeste Paraense. A pesquisa revelou a existência de discursos diferenciados entre os agricultores, os quais, expressam satisfações e insatisfações com a dendeicultura e as condições contratuais. Os indicadores apontaram a existência de três grupos distintos de agricultores integrados, que estão subdivididos em **muito satisfeitos**, **satisfeitos** e **muito insatisfeitos** com a renda oriunda da produção de dendê. Na metodologia do estudo foram empregados procedimentos das ciências sociais com abordagens qualitativas e quantitativas, tecendo análise das transformações que se operaram entre o antes e o depois da integração à agroindústria do dendê. Para essa finalidade, buscou-se a percepção subjetiva e objetiva dos integrados pela tradução de indicadores sociais construídos participativamente com o auxílio de gradientes numéricos dos seus graus de satisfação, intensidade e esforço. A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: um pré-campo, que se estendeu por 10 dias em Fevereiro de 2016 e um campo aprofundado que ocorreu por 25 dias entre os meses de Julho e Agosto de 2017. Os dados foram analisados à luz da inclusão social que, neste estudo, foi entendida como um processo capaz de atenuar ou reverter processos de exclusão social. Neste sentido, a inclusão social é considerada como um cabedal, que vai além da mitigação da pobreza. Isso se dá pelo fato de existirem inúmeras dimensões de exclusão social que vão além da satisfação da fome e abrangem dimensões inclusive simbólicas. As conclusões afirmam que em Água Preta, a inclusão social se limitou apenas a uma exígua geração de renda para parte dos integrados, que os permitiu melhorar as suas condições de habitação e a retomar lentamente suas condições tradicionais de provisão, fato que lhes conferiu vantagem em relação a segurança alimentar em relação aos outros segmentos sociais da comunidade. Neste sentido, a inclusão social no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) é considerada nesse estudo apenas como condição social para sua implementação e, em Água Preta, está distante de cumprir com todos os requisitos que esta noção evoca. A relevância do estudo está em apontar pistas para que políticas de inclusão social sejam elaboradas de forma holística com vistas à inserção dos diversos seguimentos sociais excluídos no espaço agrário, em especial, o amazônico.

**Palavras-chave:** Inclusão social. Dendeicultura. Agricultura familiar. Integração a agroindústria. Política Pública.

## ABSTRACT

The objective of the dissertation was to analyze if there is social inclusion of family farmers integrated to the palm oil agroindustry in the community of Água Preta in Alto Moju, Northeast of Pará. The research revealed the existence of differentiated speeches among farmers, which express satisfaction and dissatisfaction with the palm oil farming and the contractual conditions. The indicators showed the existence of three distinct groups of integrated farmers, which are subdivided into **very satisfied**, **satisfied** and **very dissatisfied** with the income derived from palm oil production. In the methodology of the study, social sciences methods were used with qualitative and quantitative approaches, analyzing the transformations that took place after the integration with the palm oil industry. For this purpose the subjective and objective perception of those integrated were sought by the translation of social indicators constructed participatively with the help of numerical gradients of their degrees of satisfaction, intensity and effort. Field research was performed in two stages: a pre-field, which lasted for 10 days in February 2016 and an in-depth field that occurred for 25 days between the months of July and August 2017. The data were analyzed in light of social inclusion, which in this study was understood as a process capable of attenuating or reversing processes of social exclusion. In this sense, social inclusion is considered as a tool that goes beyond poverty alleviation. This is due to the fact that there are innumerable dimensions of social exclusion that go beyond the satisfaction of hunger that embrace even symbolic dimensions. The conclusions affirm that in Água Preta social inclusion was limited to a small income generation for the integrated farmers, which allowed them to improve their housing conditions and to slowly return to their traditional conditions of supply, which gave them an advantage on food security in relation to the other social segments of the community. In this sense, social inclusion in Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) is considered in this study only as a social condition for its implementation and in Água Preta it is far from fulfilling all the requirements that this notion evokes. The relevance of the study is in pointing out ways in which social inclusion policies are holistically designed with a view to inserting the various social segments excluded in the agrarian space, especially the Amazonian one.

**Key-words:** Social inclusion. Palm oil production. Family farmers. Agroindustrial Integration. Public policy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Projetos integrados à AGROPALMA. ....	51
Quadro 2- Qualificações atribuídas as médias das notas das escalas métricas .....	184
Gráfico 1- Modalidades de fornecimento de Energia elétrica Luz Para Tosos e Rede Pública... .....	89
Gráfico 2- Percepção da existência de infraestruturas de ensino localidade.....	97
Gráfico 3- Tipo de residência dos integrados antes de 2006 e depois da integração em 2017. ... .....	108
Gráfico 4- Melhorias nas estruturas das residências dos integrados antes de 2006 e depois da dendeicultura em 2017. ....	111
Gráfico 5- Saneamento básico em entre os integrados de Água Preta, antes de 2006 e depois da integração em 2017. ....	112
Gráfico 6- ATER na comunidade Água Preta, antes da integração e em 2017.....	123

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Escala do sorriso e cursor.....	183
Figura 2- Escala de intensidade e cursor.....	183
Figura 3- Escala de esforço .....	184

## LISTA DE PRANCHAS

Prancha 1- Corte e coleta. ....	174
Prancha 2- Casas. ....	175
Prancha 3- Terreiros. ....	176
Prancha 4- Igarapés. ....	177
Prancha 5- Cultivos. ....	178
Prancha 6- Placas e vicinais. ....	179

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação em mutirão ou troca de diárias em diferentes atividades antes e depois da integração.....	72
Tabela 2- Percepção das áreas de desmatamento na localidade.....	77
Tabela 3- Percepção atribuída as áreas de florestas e capoeiras em Água Preta.....	78
Tabela 4- Qualidade da água em Água Preta segundo a percepção dos agricultores.....	81
Tabela 5- Percepção dos agricultores quanto a disponibilidade de recursos naturais em Água Preta. ....	83
Tabela 6- Grau de conhecimento dos agricultores aos produtos químicos utilizados nos cultivos em Água Preta. ....	84
Tabela 7- Estado de conservação de estruturas de uso coletivo na comunidade antes da 2006 e em 2017. ....	87
Tabela 8- Percepção das condições de trafegabilidade nas vias da localidade antes e depois da integração (2006-2017). ....	92
Tabela 9- Qualidade, regularidade e distância para mobilidade escolar.....	94
Tabela 10- Satisfação com o serviço médico-ambulatorial da localidade.....	99
Tabela 11- Participação em espaços de lazer, antes de 2006 e em 2017.....	100
Tabela 12: Existência de caça e pesca na localidade antes de 2006 e em 2017.....	101
Tabela 13: Acesso e apoio de instituições.....	103
Tabela 14- Eletroeletrônicos e móveis na unidade doméstica dos estabelecimentos, antes de 2006 e depois da integração em 2017. ....	106
Tabela 15- Intensidade de investimento provenientes do dendeicultura no estabelecimento.....	117
Tabela 16- Origem dos produtos consumidos pela família antes e depois da integração na escala de intensidade.....	125
Tabela 17- Satisfação com a remuneração oriunda da dendeicultura pela intensidade de consumo de produtos do próprio lote.....	126
Tabela 18- Satisfação com a remuneração oriunda da dendeicultura pela intensidade de consumo de produtos provenientes de supermercados. ....	127
Tabela 19: Intensidade semanal de frequência de gêneros alimentícios consumidos pela família antes e depois da dendeicultura. ....	127
<b>Tabela 20-</b> Esforço do pai de família antes e depois da integração (2006-2017).....	134
Tabela 21- Composição da mão de obra familiar empregada na dendeicultura.....	141
Tabela 22- Satisfação da renda por esforço no cultivo da dendeicultura.....	146
Tabela 23- Influência da idade no esforço do cultivo do dendê.....	149
Tabela 24- Volume e penosidade no estabelecimento antes e depois da integração.....	150
Tabela 25- Número de agricultores que contratam diaristas e a média de contratação de diárias por seguimento produtivo.....	151
Tabela 26- Disponibilidade de vagas na localidade, antes e depois do dendê.....	151
Tabela 27- Liberdade de tempo para realizar atividades cotidianas antes e depois da dendeicultura. ....	152

## LISTA DE SIGLAS

ABRAPALMA	Associação Brasileira de Palma de Óleo
ACAF	Associação dos Agricultores do Assentamento Calmaria II Comunidade Água Preta e Filadélfia
AF	Amarelecimento Fatal
AFINS	Projeto Agricultura Familiar e Inclusão Social
AGROPAR	Companhia Agroindustrial do Pará
AMOPARACAP	Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II e Comunidade Água Preta
APP	Área de Proteção Permanente
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia S/A
BBB	Belém Bioenergia do Brasil
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFF	Cacho de Fruto Fresco
CIRAD	Centre de Coopération Internationale en Recherche pour le Développement
CNPE	Conselho Nacional de Políticas Energéticas
CODENPA	Companhia Dendê Norte Paraense
COOPARANSE	Cooperativa Agrícola Mista Paraense
CRAI	Companhia Refinadora da Amazônia e Agroindustrial S/A.
CS	Casa Civil
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DENPASA	Dendê do Pará S.A
DEPAL	Dendê do Pará Ltda
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPD-JV	Estudo de Perdas e Danos - PAE Juruti Velho
EPI	Equipamento de Proteção Individual

ESPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
EU	União Europeia
FETAGRI-PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
GEE	Gases Efeito Estufa
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Impact Event Scale
INCRA	Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRHO	Institut de Recherches pour les Huiles et Oléagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDL	Mecanismos de Desenvolvimento Limpo
NEP	Nordeste Paraense
PA	Projeto de Assentamento
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PFNM	Produtos Florestais Não-Madeireiros
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PISPO	Protocolo de Intenções Socioambiental de Palma de Óleo
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POME	Palm Oil Mill Effluent / Efluente de óleo de palma
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRÓ-ÓLEO	Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos
QVRS	Qualidade de Vida Relacionada à Saúde
RB	Relação dos Beneficiários



RESCS	Relação de Empresas com Selo Combustível Social
RSPO	Mesa Redonda de Óleo de Palma Sustentável
SAF	Sistemas Agroflorestais
SCS	Selo Combustível Social
SEAFDA	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
SECTAM	Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SR1	Superintendência Regional no Pará - INCRA
STTR	Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal do Pará
ZAED	Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
<b>2.1</b>	<b>Inclusão Social: em busca de um conceito .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2</b>	<b>Integração e agricultura familiar no Brasil .....</b>	<b>31</b>
<b>2.3</b>	<b>O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Selo Combustível Social (SCS): Uma política inacabada .....</b>	<b>33</b>
2.3.1	Antecedentes Históricos do PNPB .....	33
2.3.2	O PNPB como Política Pública de Inclusão Social .....	37
2.3.3	As contradições da dendeicultura na Amazônia.....	39
2.3.4	Dendeicultura no estado do Pará .....	43
2.3.5	A integração e a dendeicultura no Pará.....	45
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL METODOLÓGICO.....</b>	<b>48</b>
<b>3.1</b>	<b>Área de estudo.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2</b>	<b>A pesquisa .....</b>	<b>51</b>
3.2.1	Pré-campo.....	52
3.2.2	Pesquisa de campo.....	54
3.2.3	Conceitos e definições na análise da inclusão social e dendeicultura .....	58
3.2.4	Análise de dados.....	61
<b>4</b>	<b>FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ÁGUA PRETA .....</b>	<b>62</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico da ocupação do Nordeste paraense .....</b>	<b>62</b>
4.1.1	Histórico da formação do município do Moju .....	64
<b>4.2</b>	<b>A comunidade Água Preta.....</b>	<b>68</b>
4.2.1	Organização Social em Água Preta .....	70
4.2.2	Infraestruturas.....	73
4.2.3	Aspectos ambientais: disponibilidade, exploração e qualidade dos recursos naturais em Água Preta.....	76
4.2.4	Processo de titulação da comunidade Água Preta .....	85
<b>5</b>	<b>INFRAESTRUTURAS, SERVIÇOS E RESIDÊNCIAS À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>86</b>
<b>5.1</b>	<b>Serviços e estruturas em Água Preta .....</b>	<b>86</b>
<b>5.2</b>	<b>Energia elétrica .....</b>	<b>88</b>
<b>5.3</b>	<b>Transporte e mobilidade.....</b>	<b>90</b>
<b>5.4</b>	<b>Educação, saúde e lazer .....</b>	<b>95</b>

<b>5.5</b>	<b>Acesso e apoio de instituições de interesse ao agricultor integrado .....</b>	<b>102</b>
<b>5.6</b>	<b>As residências dos agricultores familiares em Água Preta.....</b>	<b>105</b>
<b>6</b>	<b>PRODUÇÃO E TRABALHO À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL .....</b>	<b>115</b>
<b>6.1</b>	<b>Configuração dos estabelecimentos integrados a dendeicultura: ATER, diversificação produtiva, gestão e renda. ....</b>	<b>115</b>
<b>6.2</b>	<b>Trabalho e inclusão social em água preta.....</b>	<b>128</b>
6.2.1	Trabalho familiar .....	129
6.2.2	Trabalho assalariado e consórcio rural na agroindústria do dendê em Água Preta.....	135
6.2.3	Trabalho, composição de mão de obra e penosidade na dendeicultura .....	140
<b>7</b>	<b>NOTAS CONCLUSIVAS .....</b>	<b>154</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>161</b>
	<b>APÊNDICE – Pranchas fotográficas.....</b>	<b>174</b>
	<b>ANEXO A – Indicadores de Inclusão social resultantes das oficinas do AFInS... </b>	<b>180</b>
	<b>ANEXO B - Ferramentas complementares.....</b>	<b>183</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda o tema inclusão social de agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê, política pública desenvolvida pelo Estado brasileiro, no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) que assenta a dendeicultura na matriz energética brasileira, cuja finalidade é o desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e a redução das disparidades regionais com a geração de renda para agricultores familiares.

Este estudo é parte de um projeto denominado Agricultura Familiar e Inclusão Social (AFInS)<sup>1</sup>, composto por várias ações, entre elas três dissertações sobre inclusão social, as quais foram realizadas nos municípios de Garrafão do Norte, Irituia e Moju.

Considerando esse quadro, o trabalho procura tecer reflexões sobre as diferentes compreensões acerca da inclusão social à luz da teoria relacionada ao tema e como componente de uma política pública que mescla instituições com interesses por vezes corporativos e por vezes antagônicos, mas que tem o poder de implementá-la, como é o caso do PNPB. Este programa conseguiu agregar o Estado brasileiro (federal e estadual), a iniciativa privada, as entidades representativas dos trabalhadores rurais e instituições de pesquisa com a finalidade de envolver à agricultura familiar paraense em projetos de integração à agroindústria.

O número de famílias integradas à dendeicultura no estado do Pará é de 1.442 famílias distribuídas em 10.418,6ha. Em relação à extensão dos cultivos agroindustriais de todas as empresas instaladas no Pará, as áreas somam 244.137,0ha (BRANDÃO & SCHONEVELD, 2015).

O estudo foi realizado na comunidade Água Preta, situada no alto Moju, Nordeste Paraense (NEP), região de antiga colonização na qual se concentra o maior pólo de produção de dendê do Brasil, com a integração de agricultores familiares e grupos empresariais de pequeno, médio e grande portes em decorrência do incentivo de políticas públicas. Estes últimos com expertise no cultivo e processamento de dendê (HOMMA *et al*, 2014; BENTES

---

<sup>1</sup> O projeto AFInS teve início em 2014, e por dois anos trabalhou em diálogo e parceria direta com os agricultores integrados à dendeicultura, com o objetivo de analisar a inclusão social desses agricultores familiares a partir de sua integração a agroindústria do dendê através de indicadores construídos participativamente com os próprios agricultores. A pesquisa desenvolvida pelo projeto AFInS conta com o financiamento da EBRAPA Amazônia Oriental, em parceria da UFPA e dos STTR. A área de atuação abrange 21 municípios do NEP cuja produção é voltada para a agroindústria de alimentos. O projeto AFInS é pioneiro no levantamento de dados, realizado em diferentes escalas (região, vilas e estabelecimentos).

& HOMMA, 2016). Para os agricultores familiares, a área é limitada dentro dos seus estabelecimentos em no máximo 10 hectares.

No Brasil, inúmeros trabalhos têm sido desenvolvidos sobre a agricultura por contrato, também chamada de integração, de agricultores familiares. Entre os mais relevantes aqui abordados, estão os de Dalla Costa (1993) que analisa os complexos industriais do agronegócio e da agricultura integrada à Sadia S.A, no estado do Paraná; o estudo de Vogt (1997), que trabalha a integração de agricultores à fumicultura no município de Santa Cruz do Sul no estado do Rio Grande do Sul e Watanabe & Zylbersztajn (2014) que chegam até as origens da integração da agricultura no Brasil em 1918, também trabalhando com integrados à produção de fumo. Para Aquino (2013) a integração é definida como um sistema contratual no qual uma das partes se compromete a produzir uma determinada quantidade de matéria-prima que será adquirida e beneficiada pela outra parte, no caso, a indústria

Trabalhos específicos sobre oleaginosas também foram usados nesta dissertação. Neste sentido, menciona-se o estudo de Monteiro (2007) realizado no Nordeste brasileiro, no qual a autora estudou o plantio de oleaginosas na região do semiárido, abordando questões da agricultura familiar integrada à cadeia do biodiesel e mudanças climáticas. Em relação às oleaginosas na região amazônica, entre os inúmeros artigos aqui analisados, os trabalhos de Homma *et al.* (2014) e Santos *et al.* (2014) também foram fundamentais para o entendimento inicial desse tipo de relação contratual entre agricultores familiares e empresas do agronegócio do dendê no Pará.

Como o estudo teve como foco a inclusão social na dendeicultura, foram realizadas diversas leituras sobre o tema, a fim de clarificar as categorias que envolvem a abordagem. Neste sentido, em se tratando de inclusão social, Garcia (2004) chama atenção à literatura sobre o tema, tentativas de definir teoricamente a inclusão social e delinear noções para que se implantem políticas públicas, tendo como enfoque as chamadas “minorias” ou “grupos de excluídos” que representam a maior parte da população mundial. A autora explica que é o diagnóstico de exclusão social que gera proposições de políticas públicas que privilegiam a inclusão social.

A noção<sup>2</sup> de inclusão social, ainda segundo os argumentos de Garcia (2004), tem servido tanto aos discursos progressistas, quanto aos conservadores em diferentes

---

<sup>2</sup> Diferente de Garcia (2004), utilizamos o termo “noção” no lugar de “conceito”, pois segundo estudos sociológicos sobre inclusão social, esta ainda carece de maiores definições para se tornar uma paradigma conceitual, assim como a noção de exclusão. Tal noção é tida como um neologismo evocativo, ambíguo, multidimensional e expansivo, que pode ser definido de múltiplas maneiras (SILVER, 1994).

posicionamentos políticos e ideológicos, o que gera dificuldade na identificação de suas filiações.

As discussões sobre inclusão social associadas às resoluções de problemas urbanos se iniciam nos meados da década de 1970 na França, e rapidamente se espalharam pela Europa (WANDERLEY, 2001; RAWAL, 2008). A partir das ideias de René Lenoir, considerado precursor da noção inclusão social, surgem autores que vem derivando a noção em busca de refiná-la, justamente a partir de sua noção oposta, a exclusão social.

A inclusão social teoricamente contém em si sua negação, a “exclusão social” (SAWAIA, 2001), tratando-se de uma relação indissolúvel e interdependente (SPOSATI, 2000, 2006; O'REILLY, 2005) e de difícil dissociação. Sendo a inclusão vista de forma dual, ou seja, inclusão/exclusão social (RAWAL, 2008), elas assumem noções multiescalares e multidimensionais (HAAN, 1998; SEN, 2000; AASLAND & FLOTTEN, 2001), fato que complexifica a ideia de pobreza e os limites da inclusão social assim como da exclusão.

Analisando separadamente as duas noções, temos que, a força da noção de exclusão social, está na sua diferenciação que é atribuída ao conceito de pobreza, pois a exclusão social se distancia da referência econômica da pobreza. Isto ocorre, pelo fato da exclusão social compreender diversas esferas (dimensões/escalas) no qual o fator de baixa renda ocupa apenas uma dessas dimensões ou uma dessas esferas (FRANCIS, 2000, p. 75, *apud.* RAWAL, 2008, p. 165.).

Pela perspectiva da inclusão social, autores como Cameron (2006) evidenciam esta noção para além de uma percepção de coesão social. Neste sentido a inclusão social não pode ser abordada apenas como a “ausência” de problemas associados à anomia social e a grupos marginalizados. Caso fosse, a inclusão seria alcançada pela simples remoção de tais problemas ou quando tornados invisíveis a ponto de não representarem mais perigos às normas sociais vigentes. Por fim, o autor aponta a necessidade de uma abordagem local para melhor definir inclusão social.

A inclusão social ganha destaque no mundo acadêmico acompanhando a noção de exclusão social como uma alternativa que substitui a noção de pobreza oferecendo melhores explicações para fenômenos que extrapolam a dimensão econômica.

Neste sentido, Aasland & Fløtten (2001), explicam que a noção inclusão social está mais próxima das dimensões da vida das pessoas. Justamente pela razão de que a pobreza é um conceito incapaz de explicar as fortes desvantagens de determinados grupos sociais em relação a outros mais favorecidos, estes autores determinam como indicador de inclusão social a participação na sociedade civil.

Ruth Levitas (1998, *apud* O'Reilly, 2005, p. 82) afirma que, inclusão social prefigura direitos à cidadania capazes de promover a igualdade. Já para Bowring (2000, *apud* O'Reilly, 2005, p. 86), apesar de concordar com o que afirma Levitas, critica o que se chama de “discurso redistribucionista<sup>3</sup>” criado pela autora que o vê como uma indução a exclusão de normas sociais em relação às privações sociais e conclui que é precisamente o desenvolvimento de normas e ideais fora do capitalismo econômico e cultural que devem ser utilizados para desenvolver uma sociedade mais inclusiva, sustentável e igualitária (O'REILLY, 2005, p. 86-7).

Daniel Béland (2007) explorando o discurso político sobre exclusão social e seu impacto para políticas sociais na França e Grã- Bretanha vem definir como inclusão social, o combate contra a exclusão social para integração à cidadania.

Capucha (2010) analisando educação inclusiva em Portugal, desenha uma perspectiva multidimensional sobre dois eixos: o simbólico e o estrutural. Dessa forma, um eixo representa a dimensão subjetiva e relacional e outro envolvendo dimensões materiais de existência, e a inclusão social é a negação da exclusão social que incide sobre esses eixos. Consequentemente, para esse autor, inclusão social, significa do ponto de vista das pessoas, ser membro de pleno direito de uma sociedade globalmente desenvolvida (CAPUCHA, 2010, p. 29).

A maioria dos trabalhos sobre inclusão social aqui analisados, compartilham duas compreensões: a primeira é a presença da dualidade inclusão/exclusão social. A segunda, é que o ponto de partida da análise sobre inclusão, comumente se inicia pela análise da exclusão social. Tais abordagens são consideradas clássicas por Capucha (2010), devido à frequência com que os trabalhos acadêmicos abordam esse tema, por estes caminhos.

Para citar abordagens de cunho institucionais, em 2003 foi lançado um relatório conjunto sobre a inclusão social apresentado ao Conselho Europeu em 2004, visando promover estratégias políticas no domínio da inclusão social para os estados membros da União Europeia- UE. Nesse relatório o conselho responsável define inclusão social como:

(...) um processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiarem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem. Assegura-lhes, pois, uma

---

<sup>3</sup>Ruth Levitas identificou três tipos ideais de discursos associados a exclusão e inclusão social: o redistribucionista, o integracionista e o de subclasse (1998, p. 7). O redistribucionista tem como principal preocupação a pobreza e propõe sua redução por meio da redistribuição da riqueza. É a proposta de grupos radicais e foca os processos que produzem e reproduzem as desigualdades. Critica as desigualdades e contrapõe a exclusão a uma versão de cidadania que clama por redistribuição significativa de poder, recursos e riqueza (SHIROMA, 2001.p.03).

participação acrescida no processo decisório que afeta as suas vidas e o acesso aos seus direitos fundamentais. (COM, 2003, p. 09).

Na esfera pública institucional brasileira para a agricultura familiar temos a seguinte definição para inclusão social:

(...) é o resultado de um processo de construção da cidadania capaz de recuperar a dignidade das pessoas e, conseguir acesso à emprego e renda, a moradia decente, aos serviços sociais essenciais, como educação e saúde, além da participação nas instâncias decisórias. (BRASIL, 2007, n.p.).

Muito embora os estudos sobre inclusão/exclusão social privilegiem o contexto urbano (VÉRAS, 2001; LEAL, 2014), em estudos sobre agrocombustíveis (MONTEIRO & ROVERE, 2010; PIRES, 2015; CARVALHO *et al*, 2015) trazem em seu escopo, análises sobre inclusão social na zona rural, em específico sobre o Programa Nacional de Produção e Uso Biocombustíveis(PNPB) e o Selo Combustível Social (SCS), versando sobre a eficácia operacional dessas políticas para inclusão social da agricultura familiar integrada.

O objetivo geral desta dissertação é analisar se há inclusão social de agricultores familiares a partir da integração a agroindústria do dendê, no município do Moju, região do NEP.

Os objetivos específicos são: 1) Analisar a história e a expansão da dendeicultura no município do Mujo e do NEP e suas implicações para a inclusão social dos agricultores; 2) Analisar a efetividade do PNPB na sua componente de inclusão social para os agricultores familiares da comunidade Água Preta no Projeto de Assentamento PA- Calmaria II; 3) Caracterizar as condições objetivas dos agricultores integrados à dendeicultura, segundo os indicadores construídos participativamente para averiguar a problemática da inclusão social.

A dissertação estrutura-se da seguinte maneira: 1) uma introdução; 2) o referencial teórico, no qual se tece as reflexões sobre categorias centrais do estudo, a saber: debate teórico sobre inclusão social, integração no Brasil, histórico do PNPB e expansão da dendeicultura na Amazônia e estado do Pará; 3) os procedimentos metodológicos, no qual está descrito como o estudo foi desenvolvido; 4) um capítulo sobre a ocupação, formação, caracterização física e social da comunidade; 5) um capítulo sobre infraestruturas, serviços e residências a luz da inclusão social em Água Preta; 6) um capítulo sobre a produção e trabalho à luz da inclusão social em Água Preta; 7) notas conclusivas.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir com o desvelar da noção de inclusão social, e que a partir das reflexões tecidas nas análises das percepções dos agricultores familiares, ela possa colaborar para o aprimoramento de políticas públicas futuras no sentido



de se avançar em ampliar os requisitos necessários para uma melhor inclusão social do agricultor familiar.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados autores que discutem as principais noções sobre inclusão social, tanto a nível nacional quanto internacional em suas acepções acadêmicas, políticas e operacionais. Também é discutida a questão da integração da agricultura familiar no Brasil. E por fim a importância do PNPB para a matriz energética brasileira e como política de inclusão social para a agricultura familiar integrada a dendeicultura no estado do Pará.

A inclusão social é um tema dual, fluido e de difícil síntese, trata-se de uma noção ainda em construção por diversos autores. Quando se volta para o Brasil, observa-se que tal noção é predominantemente trabalhada no espaço urbano. O que se propõe é a saída do campo exploratório para o analítico rumo a uma questão ainda pouco palpável, mas sabidamente existente.

Inclusão social é um tema habitualmente analisado a partir da sua relação com a exclusão social sendo esta, por sua vez, geralmente tida como o seu oposto. A inclusão social é também considerada pela literatura como um processo social, amplo e igualmente complexo, provocado e inerente do sistema capitalista (SPOSATI, 1998; 2006, 2009; VÉRAS, 2001; LEAL, 2014, 2014; CALIMAN, 2008; SILVA, 2009), capaz de excluir completamente os sujeitos das decisões do universo social.

José de Souza Martins (2003) entende “exclusão” como um processo inerente ao capitalismo. Este autor não considera a exclusão social como algo pronto um efeito em si como fruto das relações capitalistas, mas toma a exclusão como processo que precisa de pessoas incluídas mesmo que precariamente para que continue com a reprodução do próprio capitalismo em relação ao consumo e ao trabalho precarizado. Tal inclusão em forma de trabalho ou de consumo não significa que as camadas sociais inseridas no processo estejam incluídas, mas estão sempre parcialmente incluídas, mas nunca excluídas completamente nem são completamente passivas à sua situação. O autor afirma que:

O discurso sobre e “exclusão” nos fala de um projeto histórico de afirmação do capitalismo através da justa e necessária inclusão social dos descartados do sistema econômico, mesmo sem a intenção de afirmar e dar relevo social à classe trabalhadora e sua missão transformadora. (MARTINS, 2003, p. 18).

Para autores como Haan (1998); Boneti (2006); Cameron (2006), exclusão social é a noção (mãe) que antecede a inclusão social. Tal fato eleva a análise para abordagens além de uma visão economicista, indo até concepções, políticas, educacionais, culturais e espaciais.

Nabin Rawal (2008), em seu estudo de síntese, intitulado “Inclusão Social e Exclusão: Uma Revisão<sup>4</sup>”, faz uma excelente revisão de literatura chamando atenção para a forma de como as noções de inclusão e exclusão social são construídas para políticas do programa de desenvolvimento e inclusão social pelo mundo. Rawal recupera o conceito de inclusão/exclusão social nos discursos recentes das políticas liberais do século XX, após a crise do *welfare state*, com os axiomas franceses dos anos 1970 sobre os problemas sociais ocasionados pelo rápido e desordenado processo de urbanização, provocada pelo êxodo rural, pelos problemas causados em decorrência da imobilidade social, pela falência dos sistemas educacionais e de saúde, entre outros serviços sociais que colapsaram na Europa e principalmente na França (WANDERLEY, 2001; RAWAL, 2008). Essas noções foram adotadas pela união europeia na década de 1980.

A noção de exclusão social foi cunhada por René Lenoir, político liberal francês (WANDERLEY, 2001; RAWAL, 2008), que em 1970 atuava como secretário de ação social do Governo francês, e classificou como excluídos um décimo da população francesa em seu livro *Les exclus*, publicado em 1974. Lenoir suscita a importância sociológica dos fatores de inclusão e exclusão social não mais como um problema do indivíduo, mas como uma questão social, que não atinge apenas as camadas mais pobres, mas que cada vez mais alcança todos os extratos sociais (WANDERLEY, 2001).

Para Lenoir, os excluídos seriam pessoas que estariam em situação de vulnerabilidade social, cuja categorização de sua situação vai muito além do conceito atual de pobreza, seriam os excluídos: deficientes físicos e mentais, pessoas com tendências suicidas, idosos inválidos, crianças abusadas sexualmente, toxicômanos, delinquentes, famílias mono parentais (pais ou mães solteiros), famílias problemáticas, marginais, pessoas antissociais, e outros desajustados sociais (RAWAL, 2008, p. 162).

A partir de Lenoir, a literatura tem seguido seu discurso original e tem adicionado mais categorias de vulneráveis ao rol de excluídos sociais, abrangendo uma grande gama de problemas sociais e econômicos (SEN, 2000, p. 01. *apud.* RAWAL, 2008, p. 162).

Autores como Room (1995), O’Brien & Penna (2008), apontam que a relação de exclusão/inclusão social, tem suas raízes na teoria social funcionalista de Emile Durkheim, escrita na virada do séc. XX, na qual o autor preocupava-se em como a ordem social poderia se manter estável com a transição e deslocamento da sociedade agrária para a sociedade industrial. Segundo esses autores, os conceitos sociais de exclusão na pesquisa contemporânea

---

<sup>4</sup> Tradução do autor.

européia estão associados á problemas de manutenção e estabilidade da ordem social. Portanto para eles, a sociologia moral de Durkheim reverbera através dos séculos e tem contribuído para as análises de sistemas neo-parsonianos e do neo-funcionalismo na análise política desde os anos 1970.

Na década de 1980, segundo Gore *et al.* (1995, p. 01-02), o termo exclusão social tornou-se central para os debates franceses sobre a natureza da "nova pobreza" associada à mudança tecnológica e à reestruturação da economia. A exclusão social neste contexto não foi equiparada a pobreza e segundo este autor, exclusão social se referia a um processo de desintegração social, uma ruptura progressiva entre o indivíduo e a sociedade devido às diversas tensões e problemas sociais ocorridos na Europa nessa época.

A noção de exclusão social, pelo menos na França, permaneceu nessa mesma linha de desintegração social que Gore *et al.* (1995) descreve, durante os anos 1980 e 1990, como atesta Daniel Beland (2007, p.127), em afirmar que a prevalência do desemprego, as crescentes preocupações sobre racismo e discriminação alteraram o significado de exclusão até então associado aos desajustados, para um conceito que, cada vez mais - não exclusivamente - passou a definir a falta de integração social relacionada ao acesso limitado às oportunidades de mercado de trabalho. A partir dessa perspectiva do “paradigma” emergente de exclusão social, a longo prazo, o desemprego passou a ser uma importante fonte de isolamento social. É por isso que a “exclusão social” como problema social, segundo esse autor constitui uma ameaça para o modelo de integração republicano francês, este baseado nas ideias de cidadania e solidariedade social.

Na década de 2000, Beland (2007) afirma que com os acontecimentos que ocorreram na França e que culminaram nos tumultos suburbanos em outubro e novembro de 2005, a "pior agitação na França desde os levantes estudantis de 1968", exacerbou os receios na sociedade sobre a 'violência urbana' e levou o primeiro-ministro Dominique de Villepin a declarar um estado de emergência. Tais acontecimentos levaram a noção de exclusão social a abarcar os problemas suburbanos, as questões étnicas raciais entre outros “novos problemas sociais” e, por fim, questionar o modelo republicano francês.

Durante esses anos todos e principalmente nos 1980 e no começo dos 1990, o conceito de inclusão e exclusão social como extremidades opostas de uma única dimensão, se espalhou da França para Inglaterra com a gestão Blair e, atualmente, políticas de inclusão social como forma de combate aos processos de exclusão fazem parte da estrutura de políticas públicas da União Europeia (EU) (HAYES *et al.*, 2008) e da Europa, essas noções se espalharam para o resto do mundo, assumindo configurações locais, mesmo que ainda em formação.

Em resumo sobre todos esses acontecimentos que deram origem a noção de inclusão pela exclusão social, Guerra (2012, p. 02), afirma que, desde que essa noção fora cunhada, a exclusão social resulta de processos pertencentes à desintegração social (rupturas dos laços de solidariedade e riscos de marginalização), à desintegração do sistema de atividade econômica e desemprego (perda de competências sócioprofissionais, rendimentos insuficientes etc.) e à desintegração das relações sociais e familiares (fragilização das relações interpessoais e sentimentos de pertença intercomunitários).

A exposição teórica da inclusão social pela exclusão é fundamental para se buscar isolar a noção de inclusão social e assim entendê-la como forma de se pensar políticas públicas para minimizar problemas sociais multiescalares como veremos com os autores analisados abaixo.

## **2.1 Inclusão Social: em busca de um conceito**

Na sua revisão, Rawal (2008) afirma que inclusão social não possui uma definição própria. Para este autor, a inclusão social só pode ser definida em função da exclusão social e comenta que, para alguns analistas, tanto inclusão social quanto exclusão social não podem ser analisadas de forma separadas, ambas são noções partes de uma mesma problemática que se caracterizam de forma dual.

Na mesma direção, O'Reilly (2005) argumenta que as questões que envolvem inclusão social só são postas em pauta se elas forem direcionadas às questões que constituem tema de exclusão social. Para o autor, esses conceitos e os questionamentos direcionados a eles são interdependentes.

Contraopondo-se à linha que aborda a inclusão pela exclusão social, Angus Cameron (2006) faz uma crítica sobre a abordagem de diversos autores que lidam com o tema exclusão/inclusão social considerando como nostálgicos dos ideais do *welfare state* e, de alguma forma, toma essas abordagens como se fossem todas homologas.

De forma análoga aos demais autores supracitados, Cameron (2006) afirma como que essa abordagem atual dualista é muito ambígua e sempre trata das questões da inclusão social pela perspectiva da exclusão social, geralmente tratando dessas questões como questões macro e generalizantes, relativas à muitas pessoas e como uma consequência da globalização. Este autor propõe que as abordagens sobre inclusão social sejam micro, dando ênfase as suas características locais.

Sob o ponto de vista de Cameron (2006), constata-se uma tentativa de desconstruir a visão dos autores tidos por ele como “nostálgicos”, afirmando que a inclusão social é por eles

atrelada teoricamente à exclusão social e que, por essa perspectiva, a inclusão social é debatida como uma noção social “normal”, na qual as expectativas sobre exclusão social são comumente evocadas pelo *mainstream*, apenas como um punhado de pessoas fora do mercado de trabalho, fora da economia, da sociedade e da cultura.

Para a correção desses desvios, bastaria a realocação de empregabilidade e reciclagem profissional demandadas pelo mercado de trabalho. Cameron (2006) se contrapõe a isso afirmando que, caso fosse dessa maneira, tal fato não precisaria de muitas explicações.

Essa perspectiva é interessante, pois critica as abordagens de muitos autores ao considerarem a noção de inclusão social como sendo tudo aquilo que não está excluído.

Cameron (2006, p. 397) cita como exemplo de fraca definição de inclusão social a tentativa de John Gray (2000) ao empregar o termo coesão social ao invés de inclusão social. Nesta perspectiva, ao considerar a inclusão quando tomada pelo termo coesão social, Gray assume que a inclusão seria construída essencialmente de exceções e de negações dos problemas sociais visíveis na sociedade. Ou seja, para se conseguir uma sociedade coesa, a solução seria reduzir os problemas sociais até que não exista mais anomia, marginalidade e exclusão.

Para Cameron (2006), Gray não caracteriza a coesão social, tampouco inclusão social, mas afirma que a sociedade passa por problemas como a anomia, marginalização e descontentamento. Nesse sentido que Gray discute que a coesão esperada pela sociedade poderia ser alcançada removendo os problemas comuns que a afligem, tornando-os invisíveis de tal forma que eles não imprimam desvios ou ameacem as normas sociais vigentes, ou seja, criando regras de conduta.

Concluindo, segundo Cameron (2006), Gray afirma que inclusão social e economia globalizada são ideias políticas opostas e o rompimento das formações sociais solidárias (particularmente nos Estados nacionais) é uma consequência desse mercado globalizado, o que torna qualquer forma significativa de inclusão social impossível (CAMERON, 2006, p. 397). Portanto, partindo-se dessa linha de pensamento, a inclusão social seria sempre parcial.

Um dos aspectos teóricos mais difíceis abordados nesta análise é o de se isolar prioritariamente a inclusão social, pois a maioria dos estudos analisados trabalha de forma dual e toma como ponto de partida a exclusão social (OMIDVAR & RICHMOND, 2003; SAWAIA, 1999; CAPUCHA, 2010), fato que acaba de se refletir por vezes, na dissertação em tela.

Os autores estudados convergem ao atribuírem estatuto e valor independente a noção de inclusão social, como forma de combater a exclusão social (OMIDVAR & RICHMOND,

2003). A inclusão social reflete uma visão proativa, do desenvolvimento humano para o bem-estar social.

Fazendo uma análise psicossocial da relação exclusão/inclusão social, Sawaia (1999), traz reflexões sobre o pensamento de Foucault como referência teórica à concepção de exclusão como processo dialético de inclusão, assim sua definição de inclusão social é: “(...) processo de disciplinarização dos excluídos, portanto, um processo de controle social e manutenção da ordem na desigualdade social” (SAWAIA, 1999, p. 107-108).

Ao estudarem a exclusão de crianças e jovens canadenses, Omidvar & Richmond (2003) aventam que a inclusão social é o reflexo de abordagens proativas de desenvolvimento humano para o bem estar social e que, para isso, exigem investimentos e ações para criar condições de inclusão social. Assim, para estes dois autores, para que exista inclusão social é necessário a valorização e o reconhecimento da diversidade, das vivências e aspirações comuns entre as pessoas e comunidades. Estes autores afirmam que, a inclusão social é um desafio complexo, uma noção que não pode ser reduzida apenas a uma dimensão ou significado, trata-se de reduzir as distâncias físicas, sociais e econômicas que separam as pessoas.

Na análise de Omidvar e Richmond (2003, p. 09), as “pedras de toque” da inclusão social são fundamentadas pelos seguintes princípios aqui sintetizados: o “reconhecimento e valorização”, que significa reconhecer e respeitar os indivíduos e grupos; apoiar as escolas comunitárias que são sensíveis às diferenças culturais e de gênero e estendendo a noção ao reconhecimento do valor comum através de programas universais como os cuidados a saúde; o “desenvolvimento humano”, nutrindo os talentos, as habilidades, as capacidades e escolhas de crianças e adultos para viver uma vida que eles valorizam; o “envolvimento e engajamento” para adquirir o direito e o apoio necessário para tomar decisões que afetam a si mesmo, a família e a comunidade e com eles estar envolvido; e por fim, a “proximidade”, que significa a partilha de espaços físicos e sociais para proporcionar oportunidades de interação, se desejado, e para reduzir distâncias sociais entre as pessoas.

Em estudos sociolinguísticos de como exclusão e inclusão social se articulam entre si no discurso trabalhista do governo britânico, Shiroma *et al* (2001, p. 03) faz referências ao trabalho de Ruth Levitas (1998), quando esta autora identifica três tipos ideais de discursos associados à exclusão e inclusão social,

O primeiro é o discurso chamado de “redistribucionista” tido pela autora em análise como radical. Este discurso tem como principal preocupação a pobreza e propõe sua redução por meio da redistribuição da riqueza, foca nos processos que produzem e reproduzem as

desigualdades se contrapondo a exclusão a uma versão de cidadania que reivindica redistribuição de poder, recursos e riquezas.

O segundo discurso é o “integracionista”, que atribui à exclusão principalmente fatores como o desemprego e vê a inclusão por intermédio do trabalho remunerado e inserção profissional de grupos marginalizados.

Por último, Levitas (1998, p. 14. *Apud SHIROMA et al.*, 2001. p. 03) cita o discurso de “subclasse”, centrado em aspectos morais e no comportamento dos excluídos, afirma deficiência em sua cultura. Tal discurso remete à ideia de marginalidade criminosa e decadência moral, imperando a culpabilidade do pobre por ser pobre e do desempregado pelo desemprego. É um discurso carregado de moralização enfatizando a ordem social e a integração moral, culpa a subclasse pela criação de uma cultura de dependência de benefícios.

Esses tipos desenvolvidos por Levitas são importantes porque cada um apresenta um argumento de exclusão que se articula com um conceito de inclusão social e podem ser distinguidos conforme os discursos de setores políticos preocupados em encontrar soluções para as suas próprias noções de exclusão social.

Ao se analisar as propostas de Omdivar & Richmond (2003) e Ruth Levitas (1998) descritas em Shiroma *et al* (2001), quando abordam inclusão social, pode-se verificar nuances. Entre elas, as que mais chamam a atenção são as “conceituais”. Desta forma, a proposta dos primeiros autores dizem respeito à políticas proativas de ação social para proporcionar melhor qualidade de vida e dignidade às pessoas vulneráveis. E Levitas atua no campo teórico discursivo, no qual a autora aponta campos políticos nas quais as ideias de inclusão social circulam como escolas de pensamento que praticamente se opõem ao tentarem impor suas perspectivas políticas como solução de problemas sociais. Ambas têm em comum propostas que delinham conceitos de inclusão social para que possam ser aplicadas como políticas públicas.

Como outros autores, Capucha (2010) começa a discorrer sobre a temática, pela forma clássica de tratar a inclusão social, ou seja, pela exclusão social, quando trata de educação inclusiva, afirmando que inclusão social é o oposto de tudo que significa material e simbolicamente como exclusão social (CAPUCHA, 2010, p. 29).

Desta forma, para Capucha (2010), do ponto de vista das pessoas, estar incluído, ser membro de pleno direito de uma sociedade globalmente desenvolvida, significa:

- possuir o rendimento suficiente para manter padrões de vida considerados dignos; viver em segurança (...); possuir (...) as habilitações escolares e profissionais necessárias à participação na sociedade do conhecimento(...)de aprendizagem (...); possuir uma carreira profissional (...) e qualidade de emprego; ter acesso (...) aos serviços de saúde (...);ter apoio e disponibilidade de equipamentos e serviços para a



conciliação do trabalho com a vida familiar, (...)e autonomia;(…), habitar em condições de conforto mínimas, num território dotado de transportes acessíveis; possuir confiança em si próprio (...);ser respeitado e reconhecido socialmente (...); possuir o mínimo de aptidões para correr riscos controlados, inovar e tomar iniciativas, (...);ter capacidade para assumir os direitos e cumprir os deveres e envolverse, (...), em actividades cívicas, políticas, associativas, culturais e recreativas ou de lazer; saber como procurar e processar a informação relevante do ponto de vista dos interesses e necessidades próprias. (CAPUCHA, 2010, p. 31)

Omdivar & Richmond (2003); Shiroma *et al* (2001) e Capucha (2010) trazem, a meu ver, definições que detalham a noção de inclusão social. Muito embora eles tenham realizado os seus trabalhos na Europa e Canadá, o debate que fazem ilumina a reflexão para o contexto sul-americano: a agenda inclusiva para jovens de classe minoritárias; o discurso governamental sobre sua política de inclusão social trabalhista e por fim, educação inclusiva.

Os três últimos trabalhos aqui abordados convergem quanto à necessidade de se articular às esferas econômicas, socioculturais e políticas, para influenciarem o desenvolvimento de políticas proativas de inclusão social.

Às contribuições desses autores, me apoiaram e orientaram na busca das especificidades dos agricultores familiares integrados à dendeicultura.

Por fim, entre as noções de inclusão social discutidas aqui neste trabalho, a que mais se aproxima da proposta do PNPB para os agricultores familiares que produzem dendeicultura, é a indicada por Wixey *et al* (2005, *apud* ALVINO-BORBA & MATA LIMA 2011, p. 222), na qual a inclusão social é tida como “processo pelo qual a exclusão social é amenizada. Caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para o aumento da renda e do emprego.” No entanto, apesar dessa noção se enquadrar ao escopo do PNPB, ela está muito aquém da abrangência que a noção reivindica porque é centrada em renda e emprego.

Neste trabalho, se assume que a inclusão social possui um significado independente da política pública que se restrinja a um instrumento de incentivo ao trabalho, seja ele de que qualidade for, para geração de renda. Nesta linha, como evidencia Capucha (2010), a inclusão social, com propósito ativo e concreto, deve ter um sentido muito mais amplo:

Neste sentido inclusão social como política pública deve se mostrar capaz de “dotar as pessoas das competências” e dos poderes que facilitem a sua inclusão no emprego e no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, no sistema de educação e formação, no mercado de habitação regular, nos sistemas de proteção e segurança, em quadros familiares enriquecedores, em comunidades de pertença diversas (trabalho, residência ou outras), nos programas de combate à discriminação, nas instituições de representação de interesses gerais (políticos) ou particulares (profissionais, culturais, etc.). (CAPUCHA, 2010, p. 31).

## 2.2 Integração e agricultura familiar no Brasil

Segundo Watanabe & Zylbersztajn (2014), a agricultura integrada a agroindústria vem sendo utilizada no Brasil desde 1918 na fumicultura localizada na região Sul do país. Desde então, tem sido empregada vastamente e em vários setores alimentícios como o avícola, na suinocultura e por fim na dendecultura. Em todos os casos ela é empregada com a finalidade de organizar e otimizar a cadeia produtiva desses setores integrando-os ao capital agroindustrial.

Para se compreender a inserção da agricultura familiar na integração à dendecultura no NEP, cabe ressaltar que a agricultura familiar é considerada como aquela que identifica o pequeno agricultor em virtude da predominância de seu uso nas políticas voltada ao campo, tendo como foco atores sociais votados a produção agrícola de pequena escala (SAMPAIO, 2014, p. 62).

Nesta dissertação serão empregados os termos “campesinato” e “agricultura familiar”. “Campesinato” será utilizado quando em referência ao modo de produção. já “agricultura familiar” quando for abordado em termos de designação, nas políticas públicas.

Para Aquino (2013) que analisou os agricultores familiares integrados a indústria de celulose para o plantio de eucalipto na região sudoeste serrana do estado do Espírito Santo, a integração é definida como um sistema contratual no qual uma das partes se compromete a produzir uma determinada quantidade de matéria-prima que será adquirida e beneficiada pela outra parte, no caso, a indústria. Nesse sentido, a integração se trata de um sistema baseado em um arranjo contratual entre um empreendimento integrador, seja ele indústria, cooperativa ou outro segmento empresarial e os agricultores, em que este último, através de um contrato, assume o compromisso de produzir matéria-prima para o contratante, no caso os integradores.

Em relação à integração à fumicultura em Pelotas no estado do Rio Grande do Sul, Hartwig & Vendramini (2008, p. 05), analisando as relações entre agroindústria e agricultores familiares, destacam que a integração agroindustrial coordena a produção de trabalho no campo devido a presença e fiscalização dos técnicos responsáveis pelos projetos agrícolas integrados, no qual o agricultor é controlado pelas cláusulas contratuais, a empresa se compromete a comprar a produção desde que os agricultores cumpram rigorosamente com a rotina técnica, o que segundo os autores, significa produzir com alta tecnologia, comprar

insumos somente da empresa, entregar o produto no prazo e dentro das exigências de quantidade, qualidade e preço determinado pelas empresas integradoras<sup>5</sup>.

Payés (1993, *apud* AQUINO, 2013, p. 169) afirma que no Brasil há uma diversidade de sistemas de integração que se organizam em torno da exclusividade para assim terem a garantia de compra da produção de determinados agricultores. Esta produção, na maioria das vezes, é interferida pela indústria por intermédio do fornecimento de insumos, equipamentos e assistência técnica.

Esses modelos de integração apresentados pelos autores aqui analisados, representam diversas características que se aproximam e se afastam do observado empiricamente, como um reflexo da integração na região de estudo sobre a influência da AGROPALMA, no caso os assentados na comunidade Água Preta no PA- Calmaria II, município de Moju.

Um dos aspectos interessantes apontados por Aquino (2013) no caso da integração do eucalipto, por exemplo, que é observável no NEP, é a interferência da empresa na produção local, na montante e na jusante dos estabelecimentos familiares, que se dá mediante as obrigações de compra e venda de determinados insumos e produtos.

Medidas protecionistas com o propósito de salvaguardar as áreas de influência das indústrias integradoras estão embutidas no modelo. Assim, segundo as análises de Ziebert e Shikida (2004, p. 73), ainda por meio desses modelos de integração, uma empresa, além de assegurar uma fonte de matéria-prima padronizada e de boa qualidade, pode provocar barreiras de custos absolutos aos concorrentes. Ou seja, para empresas que se interessem em ingressar neste mercado, é necessário a mobilização de elevadas somas de capitais para fazer jus aos investimentos iniciais (KUPFER, 2002). Essas barreiras limitam o número de empreendimentos capazes de atuar na região, dificultando que médias e pequenas indústrias disputem o mercado, o que favorece a empresa pioneira que se estabelece em uma região.

É importante salientar que essas relações de contrato são caracterizadas pelo estreitamento de relações entre atores de forças desproporcionais no mercado (AQUINO, 2013). Este fato provoca inúmeros conflitos de interesses entre as partes, uma vez que os agricultores são os mais fracos e geralmente saem perdendo. A legislação brasileira sobre contratos de integração ainda não está consolidada para equilibrar essa relação (WATANABE & ZYLBERSZTAJN, 2014).

---

<sup>5</sup>Ver também Dalla Costa (1993, p. 42-3), sobre a integração de produtores no caso da Sadia no estado do Paraná, onde autor descreve os diferentes tipos de integração vertical e de integração horizontal, modelo no qual é possível enquadrar o tipo de integração que foi observado nos contratos entre agricultores e AGROPALMA no município do Moju, como sendo do segundo caso do segundo tipo de integração vertical, que estabelece que o produtor deve seguir rigorosamente as cláusulas contratuais, permitir a rígida supervisão de suas atividades, e onde a contratante detém a propriedade dos insumos e do produto e se responsabiliza pela comercialização.

Em toda a literatura aqui abordada sobre o tema integração, os autores deixam claras as suas críticas ao modelo, ao considerar que o tipo de organização, a rotina, a busca pela padronização e qualidade da matéria-prima requerida, não se enquadram com a prática do trabalho polivalente comum aos agricultores familiares enquanto camponeses.

O itinerário técnico, a rotina de trabalho, as obrigações contratuais etc., acabam por distorcer os sentidos que os próprios agricultores atribuem à sua propriedade (afeto, ligação) e do seu modo de produção tradicional (emprego pleno da mão de obra familiar, autonomia, solidariedade).

## **2.3 O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Selo Combustível Social (SCS): Uma política inacabada**

### 2.3.1 Antecedentes Históricos do PNPB

É importante para compreensão do PNPB entender que o seu surgimento como política pública está ligado aos antecedentes históricos das descobertas científicas no âmbito dos programas que o precederam, tanto no campo das novas fontes energéticas, como na sua capacidade de desenvolvimento da economia e nas tentativas de inclusão social (o pilar que “legitima” tais políticas públicas no campo social), no caso do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) (HOLANDA, 2004). As falhas e o fracasso do PROALCOOL na sua componente social faz surgir o PNPB como mais uma tentativa de “inclusão social” dos agricultores familiares, como se verá abaixo.

As discussões sobre os agrocombustíveis dão início a algumas questões chave que destacam aspectos ora positivos ora negativos. Tais questões atravessam temas correntes em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como o meio ambiente e os efeitos das emissões de gases efeito estufa (GEE), desflorestamento e reflorestamento, fixação de carbono, contaminação de recursos hídricos e contaminação do ar, além de segurança alimentar e competitividade por terras cultiváveis, recuperação de áreas degradadas, alternativas energéticas aos combustíveis fósseis, macro e micro economia, entre outros temas complexos.

Entre as questões importantes no debate internacional sobre os agrocombustíveis, estão aquelas que dizem respeito ao seu uso como alternativa “não poluente” e “sustentável” para a tão dependente sociedade urbano-industrial, que consome combustíveis fósseis, principalmente em relação aos veículos automotores, que os demanda em larga escala na

forma de derivados de petróleo, tais como: gasolina, óleo diesel, gás de petróleo liquefeito e gás natural comprimido etc.

Os agrocombustíveis assumem lugar privilegiado neste debate, quando surgem como alternativas energéticas de “baixo impacto” ambiental e como solução “altamente sustentável” economicamente, justamente quando as reservas de petróleo diminuem. Os agrocombustíveis surgem também como meios de se prolongar a cultura de combustíveis líquidos para os meios de transporte além de mitigar a futura escassez dos combustíveis fósseis (DEMIRBAS, 2009, p. 198). Nesse sentido os agrocombustíveis são considerados tecnologias relevantes tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento.

Este é aspecto importante que é sempre ressaltado nesse debate - não deixando de ser polêmico -, uma vez que aponta para o lado positivo que os agrocombustíveis vêm ocupando no mercado devido ao seu “apelo ambiental”. Deste modo, os derivados de biomassa, as partes de vegetais não comestíveis, culturas vegetais específicas para obtenção de matéria-prima “verde” e combustíveis provenientes do lixo orgânico são consideradas menos danosas por fornecer uma fonte de energia considerada de baixo impacto em relação à emissão de GEE.

Neste sentido, apesar dos inúmeros usos industriais dos derivados do petróleo usados para manufaturar produtos químicos, farmacêuticos, detergentes, fibras sintéticas, plásticos, pesticidas, fertilizantes, lubrificantes, solventes, ceras, coque, asfalto e finalmente o combustível, entre outros, há uma crescente demanda da população mundial (NAIK *et al.*, 2010, p. 579). Devido a essa inegável utilidade dos derivados do petróleo e da crescente demanda por esses produtos, tal matéria-prima é considerada insustentável do ponto de vista econômico e ambiental, por sua produção, seus resíduos e queima, serem altamente poluentes e contribuintes para o aquecimento global devido à alta liberação de CO<sup>2</sup> na atmosfera.

No entanto, o debate internacional gira em torno do paradoxo representado pelos possíveis benefícios para o meio ambiente decorrente da substituição gradativa dos combustíveis fósseis pelos agrocombustíveis; a crescente demanda de terras para o plantio de oleaginosas; e o deslocamento das atividades tradicionais dos pequenos agricultores que estão sendo integrados a cadeia produtiva desses cultivos, principalmente na Indonésia e Malásia, no caso do dendê<sup>6</sup>, cuja produção visa cada vez mais atender a crescente demanda para fornecimento de matéria-prima para a produção de agrocombustíveis (ARVIDSSON, 2012).

---

<sup>6</sup>Países juntos, dominam mais de 90 % (41 milhões de toneladas em 2009) da produção mundial de óleo de dendê, tendo sua maior parte destinada a produção de gêneros alimentícios. No entanto as previsões são de que,

Apesar do óleo de dendê possuir potencial para incrementar a matriz energética no Brasil e nos países onde ele é cultivado em grande escala com benefício em relação às emissões de GEE, seu uso como matéria-prima para agrocombustíveis ainda é insignificante, pois seu maior emprego nestes países é na indústria de processamento de alimentos. Devido a essa finalidade, estudiosos têm apontado para os impactos da monocultura sobre a biodiversidade e a concorrência por terras usadas para a produção de alimentos, o que os encarece no mercado e põe em risco a segurança alimentar das populações mais carentes (NAIK *et al.*, 2010, p. 579).

Por tanto, a problemática do efeito estufa, associada ao declínio inevitável dos combustíveis fósseis trazem à discussão a valorização de fontes de energia alternativas mais sustentáveis oriundas de vegetais e biomassa. Por outro lado, no caso da dendeicultura, devido à sua baixa utilização na matriz energética mundial, esta tem recebido críticas em virtude de sua expansão ameaçar o uso da terra e a consequente produtividade de alimentos concorrendo com eles por esses espaços. Nesse sentido, a dendeicultura tem assumido grande espaço no debate acadêmico/institucional, justamente por apresentar essas contradições, ora positiva e ora negativa, tendo seus defensores geralmente associados a indústrias processadoras integradoras e entre seus detratores os ambientalistas e aqueles que lutam pela segurança alimentar.

César, Batalha e Zopelari (2013), sobressaltam que a produção de biodiesel cresce exponencialmente em todo mundo, principalmente em países com grandes programas agrícolas. Na América Latina o mercado surgiu recentemente, assim temos que na Argentina a produção é voltada para a exportação, principalmente produto dos grãos de soja. A Colômbia tem se tornado um grande produtor de biodiesel, com uma produção proveniente da dendeicultura. Na Guatemala o mercado é ainda muito pequeno e em demais países como Equador, Honduras, Paraguai e Uruguai tem havido várias iniciativas em relação ao biodiesel, todas baseadas nas plantações de soja e de dendê.

No Brasil toda a produção de biodiesel é direcionada e consumida no mercado interno e provem de várias fontes entre as principais: soja, gordura animal, dendê, mamona e outras oleaginosas (ANDRADE & MICCOLIS, 2011; CÉSAR, BATALHA & ZOPELARI, 2013; PIRES, 2015).

---

futuramente o óleo de dendê se torne o principal insumo para biodiesel líquidos devido a sua alta produtividade por área plantada (ARVIDSSON, 2012, P. 55).

O processo de produção do chamado biodiesel, teve início na Bélgica em 1937<sup>7</sup> (SUAREZ & MENEGHETTI, 2007). Sua expansão como agrocombustíveis no mundo, segundo Wilkinson & Herrera (2008), ganhou força com a escassez do petróleo e, como consequência, os óleos vegetais, assim como seus derivados, ofereciam alternativas aos combustíveis fósseis. No Brasil não foi diferente, já na década de 1920 (HOLANDA, 2004), estudava-se e se testava combustíveis alternativos e renováveis no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). A partir da década de 1930, várias pesquisas têm sido desenvolvidas através das universidades e agências de pesquisas nacionais (WILKINSON & HERRERA, 2008).

Com a crise do petróleo na década de 1970, uma oportunidade se abriu para o uso de combustíveis não convencionais e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) desenvolveram projetos de pesquisas com óleos vegetais como combustíveis (HOLANDA, 2004, p. 20), o que veio a se revelar como um combustível com propriedades semelhantes ao diesel.

Em 1975 o governo federal criou o Plano de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (PRÓ-ÓLEO) (ABREU, VIEIRA & RAMOS, 2006; ANDRADE & MICCOLIS, 2011). Em 1980, o biodiesel foi desenvolvido pelo engenheiro químico cearense Expedito Parente e, apesar das várias instituições nacionais envolvidas, o PRÓ-ÓLEO não obteve sucesso necessário para continuar (WILKINSON & HERRERA, 2008), sobretudo devido à falta de tecnologia.

Ainda segundo Wilkinson & Herrera (2008), a dependência externa do país aos combustíveis fósseis e o preço exorbitante do barril do petróleo, incentivaram a retomada das discussões sobre o uso de alternativas energéticas ao Programa Nacional de Diesel convencional. Impulsionado por essa conjuntura, em 2003, o governo federal por meio de um decreto, criou o PNPB (WILKINSON & HERRERA, 2008, p. 26), cuja intencionalidade foi a de inserir o biodiesel na matriz energética nacional.

A partir do PNPB, o biodiesel passou a fazer parte da matriz energética brasileira através da adição de 2% desse agrocombustível ao óleo diesel, a mistura é conhecida como B2 e foi sendo acrescida ao longo do tempo. Assim, em 2008, a porcentagem subiu para B3,

---

<sup>7</sup> Para fins energéticos, esta reação foi estudada inicialmente na Bélgica e, em decorrência, surgiu em 1937 a primeira patente relatando a transesterificação de óleos vegetais em uma mistura de ésteres, metílicos ou etílicos de ácidos graxos, utilizando catalisadores básicos, como os hidróxidos de metais alcalinos. Posteriormente, G. Chavanne, que pode ser considerado o inventor do biodiesel e autor desta patente, relatou que foram realizados diversos testes de uso em larga escala, tendo inclusive rodado mais de 20000 km com caminhões usando biodiesel obtido pela transesterificação de óleo de dendê com etanol (SUARES e MENEGHETTI, 2007, p. 2068).

2013 e para B5 (WILKINSON & HERRERA 2008). Em 2014, foi autorizado o B7, apesar dos fabricantes pleitearem um mínimo de 10% (B10), devido à capacidade ociosa<sup>8</sup> (PIRES, 2015, p. 17).

### 2.3.2 O PNPB como Política Pública de Inclusão Social

Por se tratar de uma política pública interministerial, O PNPB procura atender diferentes objetivos, que estão relacionados a cada ramo ministerial e refletem seus respectivos interesses e ordem de atuação, Tem a finalidade, como explica Pedroti (2013):

(...): energética (diversificar a matriz energética reduzindo a dependência do diesel mineral importado), industrial (formar o mercado do biodiesel: estruturar a cadeia de produção e venda), econômica (reduzir a importação do diesel mineral), social (incluir na cadeia de produção do biodiesel os agricultores familiares), ambiental fomentar a produção e o consumo de um combustível ambientalmente correto: renovável e com menor emissão de gases poluentes), tecnológica (desenvolvimento de sementes mais produtivas, de tecnologia para a fabricação do biodiesel e também de motores para o uso do biocombustível) e de desenvolvimento regional (promover a aquisição da matéria-prima para a produção do combustível nas diversas regiões brasileiras) (PEDROTI, 2013, p. 12).

Desta forma, o PNPB, é um instrumento de política governamental criado pelo governo federal para tentar atingir, entre outros, os objetivos do componente de inclusão social da agricultura familiar nas regiões que apresentam maiores disparidades regionais, criando mecanismos para atenuá-las. Deste modo, para se atingir essa componente social nas regiões agrícolas mais vulneráveis, iniciaram-se projetos com plantios de mamona na região Nordeste e de dendê na região Norte (ABREU; VIEIRA; RAMOS, 2006; ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007; BECKER, 2010; ANDRADE & MICCOLIS, 2011; CÉSAR; BATALHA; ZOPELARI, 2013; PIRES, 2015).

Dentro de todo o seu escopo, o PNPB contém três principais premissas: (a) a produção de biodiesel de diferentes origens e de diferentes regiões do país; (b) a inclusão social através da geração de emprego e renda com a participação de agricultores familiares e; (c) o apoio à novas fontes de energia com preços competitivos e garantia de qualidade da matéria primas (ABREU; VIEIRA; RAMOS, 2006; ANDRADE & MICCOLIS, 2011; PIRES, 2015).

De acordo com Abramovay & Magalhães (2007), o PNPB foi concebido em um cenário diferente daquele (com os problemas socioambientais) em que foi criado pelo PROÁLCOOL nos anos 1970. Segundo esses autores, o PNPB abre oportunidades de forma

---

<sup>8</sup>A ociosidade é o percentual correspondente à diferença entre a capacidade instalada de produção e o consumo interno em relação à capacidade instalada. (...) (PIRES, 2015, p. 16).



significativa a um grande número de agricultores familiares, permitindo a sua participação na produção de matéria-prima para o biodiesel. Além de que, as organizações representativas dos agricultores familiares demonstraram nesse período, extraordinária influência na concepção e execução de políticas públicas, fato que reforça a importância que a agricultura familiar vem assumindo nestes últimos anos (NEVES, 2005).

A gestão da política de biodiesel em 2003 passou do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) para a Casa Civil e conta com a direção de mais nove ministérios (FLEXOR, *et al.*, 2011 e PEDROTI, 2013), fato que refletia na época as preocupações com o novo combustível e ao peso atribuído ao tipo de política pública do governo brasileiro. Em dezembro de 2004, o biodiesel foi introduzido na matriz energética brasileira.

Nessa equação do programa nacional de biodiesel, é incorporado o componente social como o diferencial. Este insere as empresas em um ambiente competição a nível internacional, no que diz respeito à aceitação social do produto. Entretanto, para que as companhias tenham acesso a essa fatia de mercado e gozar do status de socialmente responsáveis, é necessário que elas apresentem uma certificação social: o Selo Combustível Social (SCS).

Esse selo era concedido pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAFDA), extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como explica o coordenador de Agrocombustíveis do MDA em 2015, Marco Pavarino:

Para obter a concessão do selo, as indústrias produtoras de biodiesel precisam cumprir três requisitos, previstos na legislação. O primeiro é comprovar a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar, de acordo com os percentuais estabelecidos por região. O segundo é que esses contratos precisam ser prévios, para que o agricultor tenha garantia de venda. E, por último, os produtores familiares que estão envolvidos no processo precisam ter acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Se a indústria cumpre essas condições, o MDA concede o selo (BRASIL, 2015, p. 02).

As garantias obtidas pelas empresas através do SCS criado pelo Decreto nº 5.297/2000, estão baseadas na formação contratual entre as partes (empresas e agricultores familiares) através da mediação e anuência dos sindicatos e associações rurais das regiões na qual a produção ocorre (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007). Dependendo de cada região, a obrigatoriedade do percentual mínimo de matéria-prima originária da agricultura familiar a ser adquirido pelas empresas, pode variar entre 15% nas regiões Norte e Centro-Oeste, em 30% no Nordeste e no Sudeste em 40% (PIRES, 2015).

Abramovay & Magalhães (2007) afirmam que no Brasil foi à primeira vez que se criou condições através de políticas governamentais para que uma importante parcela do

fornecimento de matérias-primas para grandes indústrias viessem de unidades de produção familiar e que, sem essa intervenção do governo brasileiro, seria improvável que a agricultura familiar desempenhasse esse papel significativo no mercado.

Além disso, os objetivos desse SCS não são apenas de garantir os leilões de aquisição de matéria-prima pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS) e oferecer um grau de estabilidade aos investimentos em instalações industriais, mas age também como vetor de atração de negócios e empreendimentos, garantindo importantes isenções de impostos para as empresas que estão na disputa por esse mercado de matérias-primas não fósseis provenientes da agricultura familiar (ABRAMOVAY & MAGALHÃES, 2007, p. 14).

Pires (2015) analisou o componente de inclusão social do PNPB em conjunto com o SCS no caso do Nordeste brasileiro. A autora levantou dúvidas em relação ao planejado pelo PNPB, arguindo que, o otimismo em relação ao programa, reinou entre o seu lançamento e o ano 2007, quando o programa estava ainda em fase experimental. Segundo essa autora, as expectativas cederam às preocupações, inclusive na esfera governamental quanto às reais possibilidades de se concretizar, na prática a sinergia inicialmente idealizada (PIRES, 2015):

As críticas, cada vez mais frequentes, ocuparam o cenário, algumas taxando o PNPB de fracassado sob o ponto de vista social. Os números não deixavam dúvida quanto a isso, especialmente quando confrontados com metas iniciais recheadas de otimismo, citando-se números entre 200 mil e 400 mil agricultores familiares passíveis de inserção na cadeia produtiva do novo biocombustível (PIRES, 2015.p 108-9).

Entre as suas conclusões, Pires (2015) afirma que, no caso do Nordeste, o PNPB apresentou um fraco desempenho em relação à inclusão social devido à inadequação na administração dos seus instrumentos de inclusão social: o SCS e o modelo tributário, que de fato não ajudaram nesse componente, sobretudo em relação à inclusão da agricultura familiar nordestina na cadeia produtiva de biodiesel.

### 2.3.3 As contradições da dendeicultura na Amazônia

Trazido supostamente por escravos africanos e disseminado por urubus (MÜLLER *et al.*, 2006), o dendezeiro foi plantando primeiramente o nordeste brasileiro. Em 1942, esta foi introduzida na Amazônia com sementes provenientes da Bahia. Desde 1950, a região amazônica foi identificada como “propícia” a expansão da dendeicultura através de estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa de Óleos e Oleaginosas (IRHO) (CRUZ & ROCHA, 2007, *apud* GEMAQUE *et al.*, 2015). Atualmente, com a produção proveniente dessa região,

o Brasil produz 0,58 % de dendê e de palmiste<sup>9</sup>, ocupando a 11ª colocação no ranking mundial (BENTES & HOMMA, 2016, p. 12).

Em resumo, o debate em torno da questão, expõem pontos de vista ora positivos ora negativos sobre como a região amazônica é considerada em relação ao desenvolvimento da cultura do dendê. Entre os pontos positivos, são elencados: a vocação da região como produtora de matéria-prima; as suas condições edafoclimáticas; disponibilidade de mão de obra; existência de rede viária razoável ao escoamento do produto até as instalações de beneficiamento e para o mercado consumidor; além dos incentivos fiscais e financeiros. Do ponto de vista ambiental, os trabalhos aqui analisados afirmam que a dendeicultura se coloca como uma alternativa ambientalmente sustentável para o uso e recuperação de áreas degradadas e fixação de carbono. Em relação à mão de obra, cabe ressaltar que a dendeicultura é descrita na literatura analisada como uma cultura que possui forte apelo econômico por sua alta demanda de mão de obra, devido à sua grande capacidade de absorção de mão de obra proveniente da agricultura familiar, o que significa geração de emprego e renda pra inúmeras famílias das zonas rurais (BECKER, 2010; GLASS, 2013; NAHUM & SANTOS, 2014).

Em relação às áreas para plantios, Abreu, Vieira e Ramos (2006), afirmaram que a Amazônia brasileira<sup>10</sup> possui o maior potencial para o cultivo de dendê do mundo, estimando que haja possibilidades de 70 milhões de hectares para essa cultura. Fato que representaria um potencial de produção equivalente a 350 milhões de metros cúbicos de petróleo ao ano. Para esses autores, o biodiesel poderia representar uma alternativa energética para milhares de comunidades dependentes de óleo diesel por toda a região (nas casas, transportes etc.).

No entanto, toda esta disponibilidade de áreas propícias ao dendezeiro, foram restritas em 86,4%, assim dos 232,8 milhões de hectares iniciais que poderiam ser plantados, apenas 31,8 milhões de hectares se tornaram terras aptas, identificadas pelo Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro (ZAED). Esta restrição foi garantida pelo Decreto Nº 7.172, de 07 de maio de 2010 que proíbe que o dendê seja plantado em 96,3% no território nacional, ficando distribuídos em 29 milhões de hectares para Amazônia Legal e 2,8 milhões de hectares entre o Sudeste e Nordeste (BRASIL, 2010; SAMPAIO, 2014).

---

<sup>9</sup>Os óleos de palma e de palmiste possuem diferentes propriedades devido a sua composição química. O óleo de palma é rico em vitamina E, ácidos graxos insaturados e poli-insaturados. O óleo de palmiste, composto de palmitina, oleína, linolina, estearina e ácido palmítico, é de cor avermelhada, aroma forte e consistência densa, devido à presença de ácidos graxos, saturados em sua composição (BORGES et al 2016, p. 71).

<sup>10</sup>A Amazônia Legal abrange uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup> que compreende os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e pelas regiões situadas ao norte do paralelo 13° S do Estado de Tocantins, e a oeste do meridiano 44° W do Estado do Maranhão, que corresponde a 61% do território brasileiro (LEMOS e SILVA, 2011). Abriga todo o bioma amazônico brasileiro, que representa é aproximadamente de 4.221.420,81 km<sup>2</sup>.

Becker (2010, p. 03), argumenta que a dendeicultura não pode ser desprezada no contexto do mercado mundial devido à alta demanda por seus produtos derivados. Segundo a autora, a WWF afirma que o óleo de dendê é usado em cerca de 50% de todos os produtos embalados nos supermercados, esse dado faz com que o óleo de dendê assuma o status de ser um dos produtos mais consumidos no mundo, com possibilidade de participar do mercado de sequestro de carbono. Além disso, segundo essa autora, o dendê é um cultivo altamente eficiente e explica:

Sua produção por hectare é dez vezes maior que da soja e ocupa apenas 5% das terras cultivadas para a produção de óleo, produz 38% do total (...) qualquer substituto necessitaria muito mais terras para obter esse montante de produção. Tais condições tornam o cultivo do dendê relativamente barato (BECKER, 2010, p. 03).

Entre as inúmeras vantagens apontadas pelos autores para o cultivo de dendê na região, há de se ressaltar que a dendeicultura se encontra no âmbito dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL, do protocolo de Kyoto, para percepção de investimentos em créditos de carbono (HOLANDA, 2004; ABREU; VIEIRA & RAMOS, 2006; MÜLLER *et al*, 2006; BECKER, 2010). Muito embora na Amazônia a dendeicultura tenha tido como propósito fornecer matéria-prima para agrocombustíveis e assim cumprir sua função como alternativa energética de baixa emissão de CO<sub>2</sub>. Hoje tal cultura destina-se predominantemente à produção de gêneros alimentícios. Só no caso da AGROPALMA a matéria bruta é convertida para quase 30 especificações industriais (BRITO, 2016), tendo a sua planta em Belém reconvertida para atender essa demanda de gêneros alimentícios.

Fazendo um contraponto entre os prós e contras da expansão da dendeicultura, Cesar *et al.* (2013) apontam que as principais vantagens da produção do óleo de dendê estão na sua capacidade de redução de GEE e na possibilidade dos governos investirem em desenvolvimento regional com a geração de renda e inclusão social nas zonas rurais. No entanto, por serem os óleos vegetais uma importante fonte de óleos comestíveis, tal demanda implica na competição por terras com outros alimentos, evento que tem afetado diretamente os preços dos alimentos. Além disso, muito embora a dendeicultura exerça alguns impactos, estes variam dependendo da cultura e da região e não afetam os preços dos alimentos quando os agrocombustíveis não competem com outras culturas por recursos naturais (CESAR *et al.*, 2013).

Diferentemente, Bentes & Homma (2016) apontam várias críticas que segundo eles podem ser agrupadas nas seguintes categorias:

[...] exploração da mão de obra sem autonomia e sem vínculos legais; trabalho penoso e desgastante; ameaça às áreas quilombolas e indígenas e à biodiversidade

local; impacto ambiental e social; não garantia de retorno ao investimento; risco de pragas e doenças; uso de agroquímicos; dependência com relação à agroindústria; transformação de comunidades tradicionais em produtores de dendezeiros, descaracterizando os pequenos produtores (BENTES & HOMMA, 2016, p. 09).

Overbeek *et al* (2012), alertam que, apesar da restrição à expansão da dendeicultura para áreas ainda florestadas, a dendeicultura ainda representa alta competição a com a produção de alimentos, a expulsão de agricultores e pecuária para áreas mais interiores da região amazônica. Tais colocações são preocupações constantes em relação a dendeicultura tanto industrial quanto o familiar. Neste sentido as áreas tidas como aptas a expansão da dendeicultura seriam melhores aproveitadas economicamente através de usos adequados ao bioma e do fornecimento de serviços ambientais.

Em uma corrente oposta a da dendeicultura como alternativa econômica e ambientalmente sustentável, Butler e Laurance (2009) levantam que para eles existem duas grandes preocupações: *i*) as plantações de dendê são ecologicamente pobres, sendo, portanto, desertos verdes ou biológicos, não sendo capazes de dar suporte a mesma quantidade de espécies da vida selvagem que são dependentes da floresta, pelo contrário, são escassas as espécies que vivem em tal ambiente; e *ii*) os autores desacreditam nas afirmações político-cooperativas de que as plantações se concentraram apenas em áreas já desmatadas.

Segundo Butler e Laurance (2009), há grandes motivações para que a dendeicultura industrial não se limite às áreas zoneadas. Isto se dá devido à grande aptidão edafoclimáticas da Amazônia brasileira, dos altos investimentos financeiros em aquisição de terras, incorporação de mão de obra, investimentos em alta tecnologia e estudos científicos em melhoramento de espécies, visando a resistência à doenças como o Amarelecimento Fatal (AF) e em produtividade.

Neste sentido, Butler e Laurance (2009), declaram que, embora a dendeicultura atenda em grande escala a indústria alimentícia, o Brasil, como um grande produtor de agrocombustível<sup>11</sup>, tem na dendeicultura grande potencial para incremento de sua matriz energética e, se o pleno uso de terras amazônicas disponíveis fosse utilizado, o país saltaria do 11º lugar no ranking para o primeiro lugar em produção mundial.

Em estudos no Sudeste asiático (Malásia e Indonésia), nos quais o clima é o tropical úmido – o que favorece a ocorrência de florestas tropicais-, os produtores de dendê são fortemente inclinados ao desmatamento da floresta nativa para usar a madeira retirada para o custeio inicial do dendê (BUTLER & LAURANCE, 2009; WILCOVE & KOH, 2010).

---

<sup>11</sup> Etanol principalmente, proveniente de outras fontes como a cana de açúcar e soja ( BUTLER e LAURANCE, 2009).

A propósito, Laurance *et al* (2010) reiteram que, a expansão do cultivo de dendê põe em perigo as áreas de florestas tropicais úmidas e regiões pantanosas no mundo, tais regiões são respectivamente as mais ricas em biodiversidade e estoques de carbono do planeta. A rápida expansão da dendeicultura, segundo esses autores, deve continuar por muito tempo devido à alta rentabilidade desse tipo de lavoura e pela grande demanda do mercado global por óleos comestíveis e biodiesel (LAURANCE *et al*, 2010; BECKER, 2010).

Ainda nesta linha, Laurance *et al* (2010) arguem que todas as vantagens apontadas pela literatura sobre a dendeicultura, se tornam desvantagens quando a produção de óleo vegetal contribuí direta ou indiretamente com os prejuízos ambientais provocados pelo desmatamento.

Cesar *et al* (2013) ainda apontam que não se observou até o momento um significativo impacto da produção de matéria-prima para agrocombustíveis nos preços de outras matérias-primas ou recursos. No entanto, impactos provenientes da produção acelerada são reportados como negativos e, entre outros: o aumento da concentração de terra, redução e empobrecimento da biodiversidade, precariedade das condições de trabalho, poluição dos corpos d'água e do ar (CESAR *et al*, 2013, p. 01), são esses os fatores que tornam o debate global sobre os agrocombustíveis uma matéria complexa em termos gerais que implicam sobre a região amazônica como espaço propício ou não para a dendeicultura.

Bentes & Homma (2016) alertam que muitas das críticas publicadas em artigos internacionais não têm fundamentação científica, como as que apresentam um cenário de plantio estimado para o estado de 22,5 milhões de hectares de lavouras de dendê, sendo que a área total plantada no mundo alcança 16 milhões de hectares, e ainda afirma que o setor encontra dificuldades de expansão devido a uma série de fatores como:

(...) queda de preços, problemas fundiários, escassez de mão de obra, movimentos quilombolas e ambientais localizados, inoperância de órgãos do setor público agrícola, legislação trabalhista, transferências governamentais, entre outros (GLASS, 2013; NEHER, 2014; BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015 *apud* BENTES & HOMMA, 2016, p.09-10).

#### 2.3.4 Dendeicultura no estado do Pará

O estado do Pará ocupa um terço da região amazônica e possui uma área de 1.247.955,238 km<sup>2</sup> ou 16,7% do Brasil. Recentemente chegou à cifra de 8.366.628 habitantes com uma densidade demográfica de 6,07 hab/ km<sup>2</sup> e em geral ainda se caracteriza como um dos estados brasileiros com vastas áreas vazias. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,646, o que o faz ocupar a 24ª posição no

ranking dos estados brasileiros (BRASIL, 2017), ou seja, umas das últimas posições do país. As principais vocações econômicas do estado são a extração mineral e extração vegetal, com menor expressão a agricultura, pecuária e indústria. O PIB do estado é de R\$ 124,585 bilhões (PARÁ, 2016) ocupando por tanto, a 12ª posição entre os estados do país (PENA, 2017).

O Pará é um estado de grandes desequilíbrios econômicos, ambientais e grandes contrastes sociais, o que o faz carente de políticas públicas que atendam as parcelas mais necessitadas da população. É nesse contexto que a dendicultura foi tida como uma alternativa para minimizar tais contrastes no campo.

Neste sentido, para o estabelecimento de plantios agroindustriais de dendê no Pará, Müller *et al* (2006. p. 12), relatam que entre os anos de 1964-5, acordos de cooperação técnica foram iniciados entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (ESPEVEA), hoje atual Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o *Institut des Recherches pour les Huiles et Oléagineux* (IRHO) hoje atualmente parte do *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (Cirad), da França, para viabilizar o um projeto piloto para o dendê no estado. Tal projeto foi lançado em 1966 e previa a implantação de um núcleo de 1500ha, uma usina de processamento de cachos de Fruto Fresco (CFF) e mais 1500ha com plantações satélites, a serem conduzidos por pequenos produtores, visando à valorização da mão de obra regional.

Em 1968 foram realizados os primeiros plantios comerciais do estado, feito em algumas quadras, estes se localizavam no km- 9 da PA- 391 (Belém - Mosqueiro) atual município de Santa Bárbara, sob controle da SUDAM. Em 1974, o projeto passou ao controle do consorcio HVA Internacional (Holanda) *Cotia Trading* e a Dendê do Pará Ltda (DEPAL) mais tarde a Dendê do Pará S.A (DENPASA) (MÜLLER *et al.*, 2006).

Em 1973, segundo Müller *et al.* (2006) foram plantados na região de entorno da DENPASA mais 1500 ha de Dendê. Em 1975, os agricultores da Cooperativa Agrícola Mista Paraense (COOPARAENSE) em Santa Izabel do Pará, deram início à um projeto com 50.000 dendezeiros que abrangeram 5 municípios: Santa Izabel, Santo Antônio do Tauá, Benevides e Ananindeua, a produção desses plantios foram entregues à DENPASA. Posteriormente, a própria COOPARAENSE constituiria na Companhia Dendê Norte Paraense (CODENPA), com uma usina de processamento para os CFF dos próprios cooperados.

Em 1982, a SUDAM aprovou o projeto da Companhia Real Agroindustrial (CRAI), com um plantio de 5.000ha no município do Acará. Tal projeto foi acompanhado de uma usina. Em 1984, foi aprovado o projeto da Companhia Universal Agro-Industrial S.A para o plantio de 2040 dendezeiros na margem esquerda do rio Moju a 20 km da PA-180 na altura do

km – 80 dessa rodovia. Em 1985, foi a vez do projeto da Companhia Agroindustrial do Pará (AGROPAR), empresa pertencente ao grupo AGROPALMA, também no município do Moju. Em 2001, a Denpasa encerrou suas atividades referentes ao processamento de óleo devido a destruição de 75% de seus plantios devido ao Amarelecimento Fatal (AF) (MÜLLER *et al*, 2006)

O importante dessa cronologia é que, na década de 1980, o estado do Pará passou a ter condições suficientes para poder construir usinas de extração de óleo de dendê, o que lhe permitiu competir com as multinacionais do setor a época (MÜLLER *et al*, 2006). Ainda neste mesmo período, a SUDAM aprovou diversos outros projetos em vários municípios do estado e durante duas décadas foram sendo implantados com novas indústrias de extração e processamento de óleo de dendê com as respectivas plantações satélites, variando de tamanho e local. Alguns desses projetos foram abandonados e as indústrias foram sendo incorporadas umas pelas outras, transferindo e assumindo o controle dos dendezaís nos municípios nos quais foram se dando essas implantações. Processo que ainda não se estabilizou e ainda é possível observar tal dinâmica entre as agroindústrias produtoras.

A partir desses acontecimentos e com as perspectivas geradas pela demanda de óleo de dendê nos mercados internos e no externo, por ser o óleo vegetal mais barato do mundo, as demandas por áreas para o cultivo do dendê no estado têm crescido, o que se faz acompanhado de investimentos nas estruturas de processamento, transporte e novos projetos.

Segundo apontam Carvalho *et al* (2015), o estado do Pará registrou no período de 2010 a 2012 um crescimento impressionante na área cultivada, saltando de 109.000 ha para 140.000 ha, tais números fazem do estado, o maior produtor nacional de óleo de dendê, devido ao crescimento do setor bioenergético no país. Até 2020 a previsão dos produtores e do governo é de que a expansão do cultivo de dendê suba para 330.000 ha só no Pará, o que incrementará a produção de biodiesel. Sozinho o estado responde por 95% das áreas plantadas no país, gerando 20 mil empregos diretos no setor de produção de óleo de dendê (BENTES & HOMMA, 2016).

### 2.3.5 A integração e a dendeicultura no Pará

Como já visto acima, o PNPB, lançado em 2004, procura inserir a agricultura familiar no programa nacional da matriz energética através da integração à agroindústria. O mecanismo utilizado é o SCS, atribuído às empresas que realizam contratos com as famílias produtoras. Com o selo, o governo brasileiro tenta se refazer das distorções socioambientais



não previstas pelo PROALCOOL (ABREU *et al*, 2006; ABRAMOVAY; 2007; ANDRADE, 2009), procurando a inclusão social dessas famílias através da geração de renda. No entanto, em se tratando de óleo de dendê como matéria-prima para biodiesel, a participação dessa matéria-prima na mistura B10 é tão insignificante que as agroindústrias produtoras de dendê situadas no Pará não têm se interessado pelo SCS como comprova a Relação de Empresas com Selo Combustível Social (RESCS) expedido pela Casa Civil (BRASIL, 2017).

Nos últimos anos a importância da agricultura familiar integrada à agroindústria do dendê tem ganhado cada vez mais espaço nos trabalhos acadêmicos.

Nesse sentido, Santos (2015) analisou as transformações provocadas nas dinâmicas do trabalho tradicional pela dendeicultura entre agricultores que se integraram à agroindústria do dendê no município do Moju, e Arauaí em 2002, no projeto experimental da AGROPALMA, intensificado a partir de 2004 com o PNPB. O autor destaca o fato de que a agricultura destinada à manutenção da família tem cedido espaço ao monocultivo do dendê. Apesar da paulatina especialização da agricultura familiar local, a unidade produtiva continua diversificada e de posse da família. A principal mudança verificada por esse autor é quanto à gestão do tempo que passa a ser ditado pela rotina estabelecida pelo contrato de fornecimento de matéria-prima às empresas. O autor assevera que a dendeicultura não inviabiliza a produção de alimentos, no entanto, ela concorre contrariando as afirmações do PNPB sobre essa questão.

Entre os estudos mais recentes sobre a integração da agricultura familiar no NEP que contribuíram para dissertação, destacam-se três trabalhos pela proximidade com o meu objeto empírico e porque foram realizados no âmbito do afins.

O primeiro é o de Mota *et al* (2015), que analisa a relação entre produção de culturas alimentares e *commodities* nos estabelecimentos cujos agricultores familiares têm contrato de integração com as agroindústrias do dendê que operam na região. Nesta pesquisa foram visitados 162 estabelecimentos. Os autores destacam que a relação entre o cultivo de dendê e a produção de alimentos nos estabelecimentos de agricultores familiares que têm contrato de integração, depende da disponibilidade de terra do estabelecimento. O estudo ainda demonstra que há um deslocamento da força de trabalho familiar. Tal deslocamento tem se dedicado preferencialmente ao dendê, fato que é atribuído à escassez de mão de obra e à indisponibilidade de mecanização nos estabelecimentos agrícolas.

Mota *et al*, (2015) revelam que há uma relação direta entre o tamanho das áreas dos estabelecimentos, a diversificação das culturas e dos arranjos para a organização do trabalho. Os autores também ressaltam que o número de estabelecimentos que já não possuem culturas

anuais devido à integração chega a 24% do universo pesquisado, tendo aumentado em 2% em relação a pesquisa anterior de Sampaio realizado em 2014. Tal fato se evidencia pela escassez de mão de obra e pelas obrigações contratuais dos agricultores.

Outro aspecto importante evidenciado por Mota *et al*, (2015), é a superioridade dos incentivos produtivos ao dendê (ATER e financiamento), em relação às dificuldades encontradas para outros cultivos. Tal fato influencia sobremaneira as escolhas dos agricultores em favor da dendeicultura em detrimento das culturas alimentares.

Outro trabalho importante para se entender a integração da agricultura à agroindústria do dendê na região, é o de Ribeiro (2016). Ela realiza um estudo de caso na vila Água Azul situada no município de Tomé Açu na região NEP.

Ao descrever as configurações do trabalho nos estabelecimentos integrados, nos quais coexistem a mão de obra familiar e a assalariada, Ribeiro (2016) constata a existência de certa divisão sexual do trabalho com exclusividade dos homens nos cultivos de dendê. Há uma redução do tempo de trabalho despedido para as atividades tradicionais de manutenção da família, fato que tem ocasionado redução da diversificação de culturas. A autora ainda ressalta, que de modo diferente, as famílias não integradas possuem maior autonomia e predominância do trabalho adulto de homens e mulheres.

Silva (2016), na sua pesquisa, analisa a expansão da dendeicultura e a sua influência sobre as mudanças nos sistemas de produção de agricultores familiares integrados a esta agroindústria. O autor destaca que a região está em processo de transformação do seu espaço agrário, caso que tem como tendência a homogeneização da paisagem. Nesse sentido, o autor elenca três principais estratégias de ocupação do território engendrados pelas empresas: compra; arrendamento e por fim a integração.

Silva (2016) ainda destaca que a expansão da dendeicultura se dá de diferentes maneiras para os municípios estudados. Os sistemas de produção integrados à agroindústria continuam diversificados com maior ou menor grau de diversidade, fato que interfere nas atividades produtivas familiares voltadas à comercialização e, por fim, uma forte tendência ao abandono de atividades agrícolas tradicionais para a manutenção do trabalho na dendeicultura, como a produção da farinha.

### 3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

A finalidade deste capítulo, é apresentar a metodologia utilizada no estudo que resultou nos capítulos da dissertação. Para atingir esse objetivo foram empregados procedimentos característicos das ciências sociais com abordagens qualitativas e quantitativas (BRUMER, 2008).

#### 3.1 Área de estudo

A área de estudo é o município do Moju, localizado no NEP, região na qual se concentra o maior contingente de agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê. Tal escolha se deu pelo fato do município ser um dos pioneiros no cultivo de dendê no Pará, Ali inicialmente foram instalados projetos para o desenvolvimento da cultura de dendezaís desde a década de 1980.

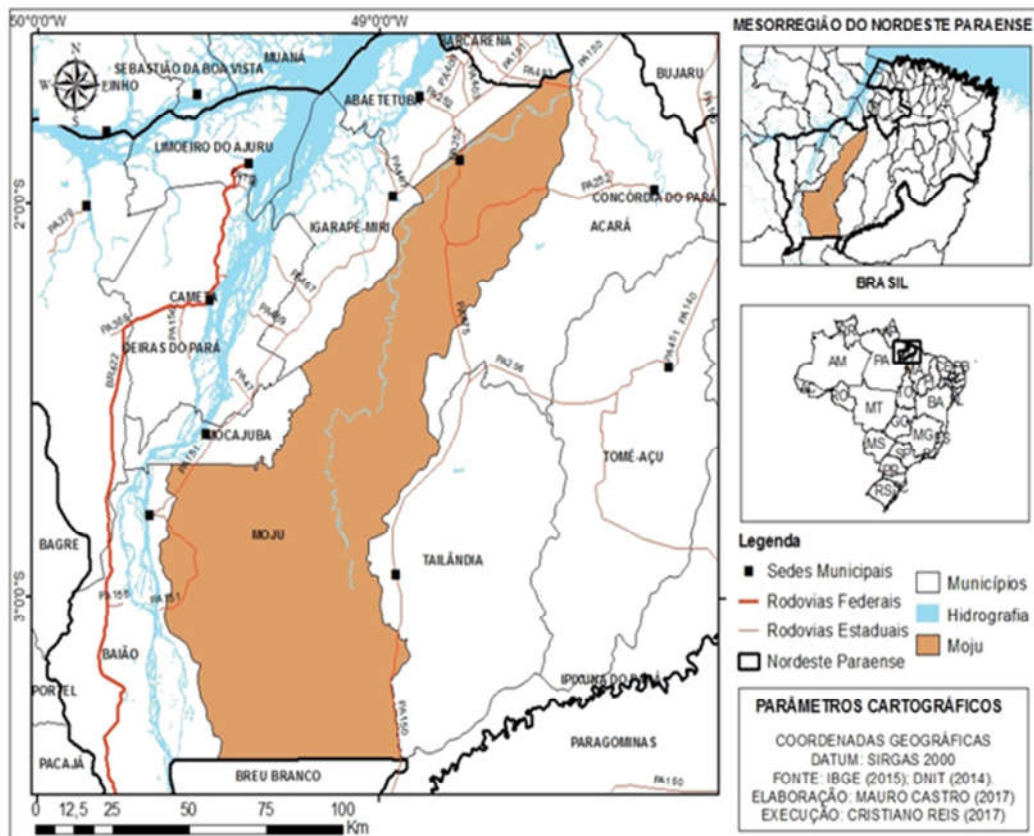
O município do Moju também foi e é importante para a dendeicultura e pelo fato de ser pioneiro na experiência com a integração de agricultores familiares à agroindústria do dendê, foi o eixo dos fomentos para a inserção da pequena agricultura a essa cadeia produtiva. No final de 2001, foi firmado neste município um termo de cooperação entre diversos intervenientes do setor público (estadual e municipal) e do setor privado, para cooperação técnica de incentivos ao cultivo de dendê com o emprego da mão de obra proveniente da agricultura familiar (WILKINSON & HERRERA, 2008; NAHUM & SANTOS, 2014; BRANDÃO & SCHONEVELD, 2015).

Também em Moju, estão instaladas algumas das principais agroindústrias de dendê em operação no estado, entre as quais, Belém Bioenergia Brasil (BBB), BIOPALMA, GUANFENG, MARBORGES e AGROPALMA, que é agroindústria líder, atuando nos mercados nacionais e internacionais com 50% da produção destinada a exportação, empregando 5 mil funcionários (AGROPALMA, 2013; GLASS, 2013; BRANDÃO & SCHONEVELD, 2015; BRITO, 2016). Tal empreendimento mantém os contratos de integração mais antigos com agricultores no estado do Pará, dentre os quais estão os agricultores que protagonizaram o estudo.

O município de Moju pertence à Mesorregião do NEP e à Microrregião Tomé-Açu. A cidade de Moju se situa à margem direita do rio Moju e fica a 61km de Belém. A palavra Moju significa “rio das cobras” ou “caminho de cobras”, no idioma Tupi (SANTOS, 2015, p. 17). O município é limitado ao norte pelos municípios de Abaetetuba e Barcarena, a leste

pelos municípios de Acará e Tailândia, ao sul pelo município de Breu Branco e a oeste pelos municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri (RODRIGUES *et al.*, 2014, p. 1428).

**Mapa 1-** Área de estudo: Município do Moju – NEP



**Fonte:** IBGE, Execução Reis, 2017;

**Elaboração:** O autor, 2017.

Tal parceria entre setor público e privado teria como objetivo melhorar a qualidade de vida dos agricultores do município (MONTEIRO *et al.*, 2013; HOMMA *et al.*, 2014). Portanto, a ideia de incluir esses agricultores no município é anterior ao PNPB, como se pode ler em Bentes & Homma (2014).

No Estado do Pará, em 2002, foi iniciada uma experiência pioneira na integração entre a AGROPALMA S.A. (AGROPALMA), destacado grupo empresarial com *expertise* no cultivo e processamento industrial de dendê, e pequenos produtores da Comunidade de Arauaí, no Município de Moju, com o cultivo dessa oleaginosa. Nos anos de 2004, 2005 e 2006, novas iniciativas nessa linha surgiram na economia paraense, lideradas pela AGROPALMA, assim como, mais recentemente, por novos entrantes na atividade como a Biopalma da Amazônia S.A., Belém Bioenergia Brasil (BBB), Archer Daniels Midland (ADM) do Brasil, entre outros. (BENTES & HOMMA, 2014, p. 08).

Nesse contexto, a pesquisa foi centrada na comunidade de Água Preta, no projeto de assentamento do INCRA/PA-Calmaria-II, na qual foi implantado o projeto IV de

dendeicultura familiar da AGROPALMA. Essa escolha se deu devido ao prévio contato com os agricultores da comunidade ter ocorrido por intermédio de pesquisas anteriores realizadas pelo projeto AFInS, e como representantes do Moju cuja escolha se justificou abaixo.

O PA- Calmaria II foi criado pelo INCRA através da portaria nº. 211 de 13 de novembro de 1998, destinando uma área de 13.487ha para o assentamento de 299 unidades de produção familiar (ANDRADE, 2009, p. 78; BRASIL, 2017, p. 05). Na Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do INCRA, constam 410 registros, desses, 317 pessoas constam como assentadas e apenas 12 possuem titulação definitiva (BRASIL, 2017, p. 160-178). Das pessoas com titulação, apenas duas moram em Água Preta e, destas duas, apenas uma é agricultor e integrado à dendeicultura, ou seja, dos 37 integrados, apenas um possui titulação definitiva.

Ainda segundo Andrade (2009, p. 78), o então PA Calmaria II se localiza onde um dia fora uma fazenda e alguns dos seus antigos trabalhadores permaneceram no local. Dirimindo os conflitos, o INCRA realizou o cadastro dos trabalhadores e reduziu o tamanho de algumas áreas. Os agricultores foram assentados no ano de 2000, com o cadastramento tendo sido realizado entre os anos de 2002 e 2003.

O PA - Calmaria está localizado entre os municípios do Moju, Acará e Tailândia, micro região de Tomé-Açu entre as coordenadas geográficas aproximadas de 02°29'44.5"S e 048°48'05.8"W. Estão localizadas nesse assentamento, seis comunidades: a comunidade Água Preta, comunidade de Vila Israel, comunidade Monte Sinai, comunidade Novo Continente, comunidade Limoeiro e comunidade Vila Morais. Dentre todas as comunidades citadas, a única que possui projetos de dendê é a comunidade Água Preta, nas demais as pessoas se dedicam a outras atividades produtivas (ANDRADE, 2009; GEMAQUE, 2015). Elas possuem ligações umas com as outras, sejam elas relações de trabalho, econômicas e comerciais, religiosas, políticas ou de solidariedade.

Devido ao histórico de desmembramentos e remembramentos que os municípios da região do NEP sofreram (em específico o município do Moju, como descrito acima) restaram a eles alguns prejuízos quanto à regularização de terras (ANDRADE, 2009). Neste sentido, a maioria dos agricultores familiares assentados que foram entrevistados, está distribuído em um pequeno trecho do município do Acará, na qual está localizada a comunidade Água Preta, espremida entre dois municípios: a leste Tailândia e a oeste Moju (ANDRADE, 2009, p. 75).

Embora a comunidade Água Preta esteja geograficamente no município do Acará, quando se consulta os documentação do INCRA como a Relação dos Beneficiários - RB, quanto na relação de Projetos de Reforma Agrária da Superintendência Regional no Pará -SR

1, ambos atualizados em 2017, e ainda nos contratos dos agricultores e no termo de cooperação técnica entre a União e órgãos intervenientes assinados em 2006, o PA Calmaria II e a comunidade Água Preta, constam como zona rural do Moju.

Segundo Santos (2015, p. 66), o PA - Calmaria II possui 70% do seu território no Acará e 30% no Moju e, com base nos dados da EMATER levantados por esse autor, os plantios dos assentados não se localizam em Moju, mas no Acará. Portanto há uma diferença entre o território jurídico que pertence ao Moju e a área de localização do plantio e o território do dendê, que corresponde ao território pertencente ou controlado pelas empresas.

Os quatro projetos para agricultura familiar da AGROPALMA, detalhados no quadro 1, integram 187 agricultores familiares. Em visita a campo em 2017, constatou-se que os projetos no PA Calmaria II abrangem 37 famílias todas pertencentes à comunidade Água Preta. As famílias integradas na comunidade representam 20% do total de famílias integradas pelo empreendimento com 243, 93ha de plantios de dendê familiar.

**Quadro 1-** Projetos integrados à AGROPALMA.

Projeto	Ano	Município	Comunidade	AF	%
Projeto I	2002	Moju	Arauaí	50	27
Projeto II	2004	Moju	Soledade	50	27
Projeto III	2005	Moju	Arauaí	50	27
Projeto IV	2006-13	Moju	Calmaria II	37	20
<b>Total</b>				<b>187</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Cleison Santos, 2015;

**Elaboração e atualização:** O autor, pesquisa de campo (2017).

Como a comunidade de Água Preta está localizada em meio a uma região fronteira de três municípios, dentre os agricultores há aqueles que acreditam estarem no Acará, outros no Moju e ainda outros em Tailândia.

Essa mistura de limites territoriais acaba dificultando o acesso a serviços públicos pelos moradores, pois as prefeituras transferem os problemas da localidade para as esferas umas das outras, o que faz desses agricultores “órfãos” quando reivindicam serviços básicos. De acordo com os interlocutores, a comunidade, por conta dessas indefinições, está sujeita à boa vontade de políticos que se aproveitam da situação por interesses eleitoreiros. Quando há necessidade de se resolver um problema pessoal ou da família, os moradores da região acabam tendo de se deslocar por todos os municípios vizinhos, incluindo Belém.

### 3.2 A pesquisa

É nesse contexto territorial que as visitas de campo foram realizadas em duas etapas. A primeira, ocorrida no mês de fevereiro 2017 e a segunda, entre os meses de julho e agosto

do mesmo ano. Essas visitas corresponderam ao campo prospectivo (pré-campo) e ao campo aprofundado constituindo etapas importantes que oportunizaram a convivência e melhor aproximação com as famílias integradas e também não integradas. Foram levantados dados secundários e revisada a literatura sobre produção de dendê no estado do Pará, na Amazônia e no mundo, para o descortinamento do que tem sido discutido no campo das ciências humanas sobre a noção de inclusão social e a importância dessa noção para se pensar políticas públicas tais como o PNPB. Essas teorias, combinadas com os dados, serviram como guias mestras do que seria captado com os indicadores de inclusão social.

Os dados primários foram obtidos através da realização de entrevistas como uso de questionário com os indicadores de inclusão social pré-codificados, também foram realizadas entrevistas aprofundadas, empregadas para permitir a compreensão das dimensões subjetivas das ações dos atores chave. As fases da pesquisa foram divididas em pesquisa bibliográfica, pré-campo, campo estendido e análise de dados, tais experiências seguem detalhadas abaixo.

### 3.2.1 Pré-campo

O pré-campo teve a finalidade de buscar uma melhor aproximação das pessoas que seriam protagonistas no estudo, assim como a ambientalização sobre os aspectos da área de estudo.

Do mesmo modo participei de três oficinas do projeto AFInS/ EMBRAPA. Em seguida, foi realizada uma incursão exploratória a campo, para fins de: familiarização com a região; mapeamento dos atores que poderiam auxiliar no campo com informações de cunho predominantemente qualitativos; realização dos testes com o questionário a ser aplicado em definitivo; e por fim verificar questões de logística. Tais procedimentos foram fundamentais para se perceber as feições locais que possibilitaram posteriormente uma melhor imersão de campo.

Etapas de Pré-campo:

#### *a) Oficinas:*

Entre 2015 e 2016, ocorreram oficinas, no total de dez, sendo oito oficinas do projeto AFInS, realizadas para o levantamento de indicadores. Nessas oficinas, foi estimulada a

interação e o diálogo entre os agricultores familiares, membros dos STTR, e pesquisadores<sup>12</sup>, para definição de indicadores relevantes para a inclusão social relacionada à integração de agricultores à agroindústria do dendê.

A oficina ocorrida no Moju, agregou os agricultores que protagonizaram o estudo que resultou nesta dissertação. O encontro se deu no centro comunitário da comunidade Água Preta no PA - Calmaria II, contando com um número de 19 participantes, todos agricultores integrados alguns com mais de 10 anos como produtores de dendê. Destes participantes, 15 foram do sexo masculino e 4 do feminino. Seguindo os protocolos iniciais das reuniões do projeto, foram discutidos diversos temas a cerca da integração à dendeicultura, tratos culturais e inclusão social.

Após as oito rodadas de reuniões nos pólos produtores, a coordenação do projeto AFInS organizou uma oficina de dois dias, nos períodos de 20 e 21 de outubro em Belém, realizada na sede da EMBRAPA Amazônia Oriental, com a participação de dois representantes de cada município que estiveram presentes nas oficinas anteriores de levantamento. Esse encontro visou à consolidação dos indicadores de inclusão social, que comporiam o instrumental norteador da pesquisa na qual essa dissertação faz parte.

*b) Visita prospectiva:*

A primeira visita exploratória após as oficinas ocorreu no mês de fevereiro de 2017, por um período de 10 dias, a qual foi vivenciada junto a uma das 37 famílias integradas da comunidade. Neste momento, tive a oportunidade de visitar vários lotes e realizar entrevistas abertas com alguns dos agricultores integrados pela AGROPALMA, outros pela BIOPALMA e ainda agricultores não integrados.

As visitas foram realizadas nos estabelecimentos que iniciaram os plantios de dendê principalmente em 2006 e em 2013, ambos da AGROPALMA. Além destes, foram visitados agricultores recém-integrados pela BIOPALMA. Entrevistas com os agricultores integrados a BIOPALMA se fizeram necessárias para se ter um balizamento sobre algumas diferenças na integração entre produtores estabelecidos em uma mesma área sob influências de duas grandes agroindústrias.

As atividades realizadas neste período consistiram em: *i)* estabelecer maior contato com a vida social e laboral desses agricultores; *ii)* efetuar o levantamento preliminar das

---

<sup>12</sup>As Oficinas foram realizadas nos municípios de Acará, São Domingos do Capim, Tomé-Açu, Tailândia, Concórdia do Pará, Irituia, Garrafão do Norte e Moju.



famílias que seriam protagonistas na pesquisa; *iii*) fazer o reconhecimento dos lotes e da área de estudo; *iv*) realizar os primeiros contatos e primeiras entrevistas abertas não estruturadas com vários agricultores; e *v*) definir a logística para o campo prolongado. Essas atividades de convívio nos permitiu ter acesso a opiniões mais autênticas (RICHARDSON, 2012, p. 95) dos agricultores integrados na região.

*c) Teste e validação do questionário e ferramentas complementares:*

No início de julho de 2017, foi realizado o segundo momento de pré-campo, que consistiu em uma visita de dois dias na comunidade Água Preta, com o intuito de testar o questionário e as escalas com agricultores integrados e não integrados. Neste momento as ferramentas que estavam sendo desenvolvidas (questionário e escalas métricas) foram corrigidas e adaptadas conjuntamente com os agricultores que estavam familiarizados com a pesquisa desde as oficinas. As escalas métricas (ver anexo) se mostraram funcionais como auxílio para o questionário para obtenção de respostas sobre a percepção dos agricultores.

De volta a Belém as ferramentas passaram por nova avaliação foram feitas as correções e acréscimos ao questionário.

### 3.2.2 Pesquisa de campo

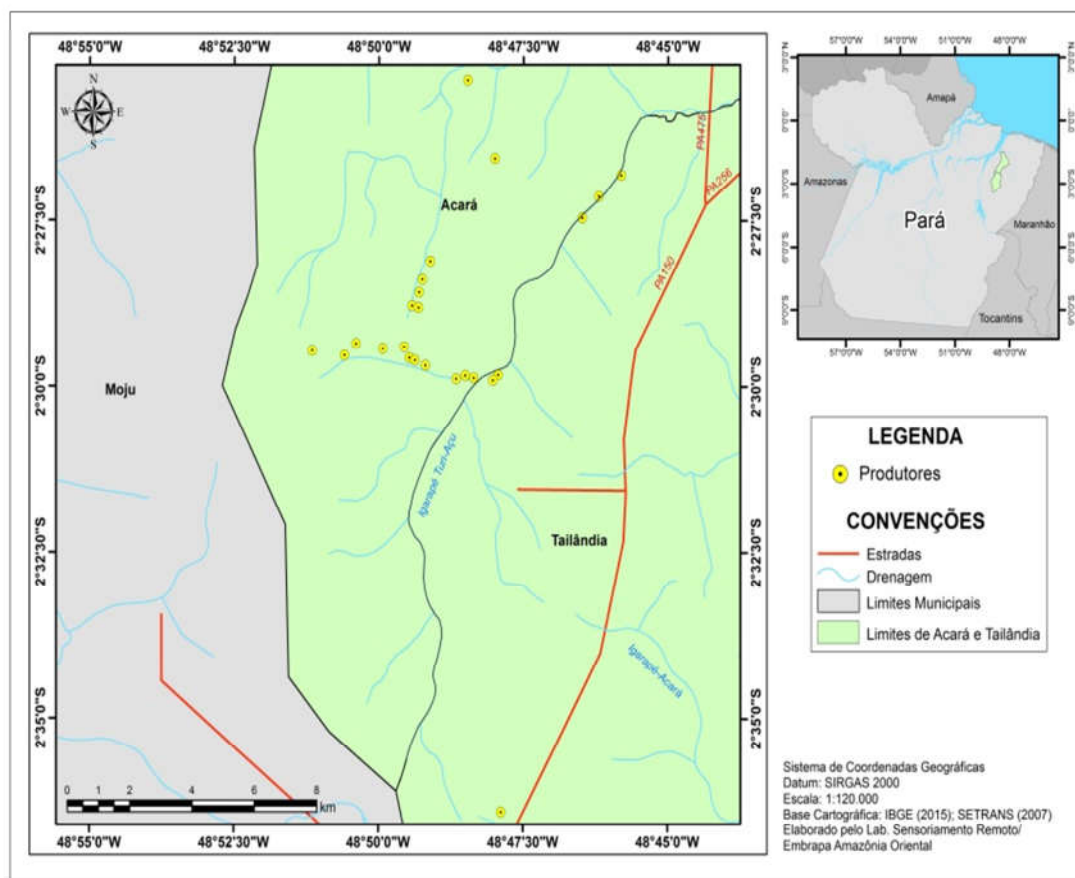
A pesquisa de campo se estendeu por 25 dias ininterruptos, de 20 de Julho a 14 de agosto de 2017.

#### 3.2.2.1 Procedimentos de campo

Fizeram parte da pesquisa 23 agricultores familiares integrados a agroindústria do dendê, todos moradores da comunidade Água Preta, sendo 13% do sexo feminino e 87% ao sexo masculino, todos adultos com idades que variaram entre 30 e 65 anos. Quanto ao estado civil, 78% são casados, 13% solteiros e 9% viúvo(a)s. Essas famílias representam 62% do total das famílias integradas na comunidade e 12% do total de integrados sobre a influência da AGROPALMA e pertencentes ao projeto IV. Além desse grupo, mais quatro famílias não integradas participaram da pesquisa perfazendo 8% do total de entrevistados. A escolha desses agricultores familiares se deu pelo fato de estarem integrados a um dos mais antigos grupos agroindustriais que opera na região, a AGROPALMA. No entanto, o projeto IV, ao

qual esses agricultores fazem parte, ainda é pouco afetado pela massa de pesquisas realizadas sobre dendeicultura no município.

**Mapa 2-** Localização dos entrevistados na comunidade Água Preta.



**Fonte:** Projeto AFinS, 2017.

**Elaboração:** Embrapa.

Os critérios da seleção dos entrevistados foram: pertencerem às famílias de agricultores familiares integrados por contrato a agroindústria; maiores de 18 anos, dificuldades físicas ou cognitivas.

Todos os agricultores foram informados da finalidade da pesquisa e como ela se insere no projeto AFinS da EMBRAPA. Todos receberam uma carta de apresentação e consentiram em ceder seu tempo, tanto para responderem ao questionário de inclusão social quanto para responderem as entrevistas aprofundadas, no caso dos atores chave.

Como ferramenta de abordagem qualitativa, no decorrer da pesquisa, foi trabalhada a observação direta, como um dos métodos da Antropologia, fato que possibilitou acompanhar a simultaneidade dos fatos espontâneos da vida cotidiana dos agricultores (RICHARDSON,

2012, p. 263). Com tal procedimento foi possível captar os aspectos gerais da vida dos agricultores familiares, para melhor compreendê-los e caracterizá-los.

A ferramenta principal de coleta de dados para obtenção de informações sobre a percepção dos agricultores familiares acerca da inclusão social foi o questionário (ver anexo). Este foi elaborado a partir dos indicadores construídos conjuntamente com os agricultores integrados e pesquisadores nas oficinas do projeto AFInS/ EMBRAPA.

O questionário empregado no estudo de inclusão social dos agricultores integrados à dendeicultura corresponde à tradução dos indicadores produzidos nas oficinas participativas. Após a tradução dos indicadores, o questionário passou por um cuidadoso processo de elaboração e aprimoramento através de testes, tanto das questões, como das escalas e das formas de linguagem a ser empregada com os agricultores.

Assim, uma ampla variação de questões foram estruturadas a fim de abranger todos os indicadores levantados pelos agricultores e pesquisadores nas oficinas participativas, procurando evitar ao máximo os vieses de resposta por parte de indicações ou de tempo que pudessem contaminar as informações preteridas. A proximidade estabelecida anteriormente em pré-campo entre os pesquisadores e os agricultores familiares foi eficiente em solucionar os problemas de compreensão entre a relação perguntas/respostas.

A interface de ligação desenvolvida para refinar e balancear as respostas dadas pelos agricultores foram as “escalas métricas”<sup>13</sup> que permitiram obter informações de intensidade, satisfação e esforço através de recursos gráficos como cor, tamanho, desenhos e números. Tais elementos forneceram um argumento lúdico de compreensão intuitiva (ECOOIDEIA, 2012, p. 01), além de possibilitar obter respostas sobre acontecimentos temporais de mudança

---

<sup>13</sup>Em 1947, pesquisadores da *Cornell University* em Nova York desenvolveram uma forma de medir a dor com uma escala com dez graduações, que ficou conhecida como escala "*Hardy-Wolff-Goodell*". A partir de então, o método continuou sendo debatido e aperfeiçoado e, atualmente, as escalas de dor (*Pain Scales*) (HARDY; WOLFF; GOODELL, 1947) são intensamente empregadas tanto em pesquisas quanto em atendimentos clínicos, e sociais. Na área de saúde, essas escalas, tem sido usadas em pacientes vítimas de queimaduras e para mensuração da qualidade de vida relacionada à saúde - QVRS, onde são empregadas para avaliação de dor ou ansiedade. Várias pesquisas tem comprovado a eficácia de escalas na área de qualidade de vida aplicada a saúde (ECHEVARRÍA-GUANILO et al, 2006; 2016), pois permitem a mensuração temporal além de comparações entre populações diferentes. Assim como a dor, outras atitudes ou características subjetivas que não podem ser diretamente mensuradas também passaram a ser analisadas a partir de escalas de respostas psicométricas. Um exemplo de método desenvolvido para avaliação de estresse relacionado a eventos da vida é a *Impact Event Scale* (IES), que corresponde a um dos instrumentos autorreferidos mais utilizados para a avaliação de estresse subjetivos relacionados a vida, não focados a uma situação específica. (Horowitz et al, 2009, p. 87). Além da escala de dor e da IES, a escala de "*Borg*" também foi utilizada como base para a elaboração das ferramentas de refino das respostas do questionário. Com ela, analisa-se o grau de percepção subjetiva de esforço, o que é amplamente utilizado para o treinamento de atletas e para o diagnóstico de problemas respiratórios na medicina. Esta escala métrica foi criada nos anos oitenta pelo Professor Gunnar Borg, da *Stockholm University* (BORG, 1982).

para um mesmo indicador, com a pergunta: “e antes do dendê” (antes dos contratos de integração com os agricultores), esse instrumental ampliou o repertório de desenvolvimento das respostas para além dos usuais “SIM ou NÃO”.

O uso de escalas tem sido comum em pesquisas e atendimentos clínicos nas áreas de saúde mental, psicologia e psiquiatria há algumas décadas e desde então tem sido um método bastante explorado pela literatura dessas áreas de conhecimento. Tais aplicações serviram como referências para o presente estudo, uma vez que as escalas se adaptam perfeitamente às pesquisas socioculturais por se constituírem como modalidades de mensuração pela sua praticidade e facilidade de entendimento por parte dos interlocutores.

Em relação a aplicações de escalas em *survey*, o estudo da ECOOIDEIA, explica que:

A elaboração das escalas considerou o uso que estas têm apresentado no desenvolvimento de pesquisas sociais, em especial pesquisas *survey*. Estas ferramentas têm desempenhado um importante papel no sentido de apreender atributos quantitativos e qualitativos acerca de determinado fenômeno, principalmente em investigações que empregam questionários. A *rating scale* (SPECTOR, 1992) e a *Likert scale* (RENSIS, 1932) são alguns exemplos de instrumentos desenvolvidos que, ao longo das décadas, foram apresentando inúmeras variações, de acordo com as adaptações feitas por pesquisadores de todo o mundo para atender às demandas específicas de cada pesquisa. Caracterizam-se por buscar classificações numéricas (intervalos de 1 a 5 ou 1 a 10), graus de concordância (por exemplo, 1. Discorda completamente, 2. discorda, 3. não discorda, nem concorda, 4. concorda, 5. Concorda completamente) ou, ainda, avaliações de opinião, crença, atitude ou sentimento. (ECOOIDEIA, 2012, p. 01)

Para o uso dessas escalas métricas, utilizaram-se como referências os debates historicamente constituídos para o desenvolvimento dos métodos que empregavam essas ferramentas e, a partir desses exames, foram então elaboradas as escalas que se mostraram eficazes para o estudo de inclusão social presente nesta dissertação.

Todas as escalas foram compostas por uma régua onde se dispunham os elementos gráficos e um cursor que foi manuseado pelos entrevistados para dar as respostas precisas sobre determinados indicadores.

Durante a etapa de aplicação para o projeto AFInS, foram utilizadas três escalas semelhantes às usadas no EPD-JV.

Além do questionário e de acordo com Michelat (1982), foram realizadas entrevistas não diretivas, com auxílio de um roteiro pré-elaborado, objetivando aprofundar de forma mais livre o que não foi possível captar através do questionário como, por exemplo, assuntos de natureza mais simbólica, valorativas e sobre as normas de organização social e de trabalho, além das estruturas dos estabelecimentos rurais. Tais entrevistas foram realizadas com pessoas chave, que se mostraram dispostas a falar sobre o modo de vida e a história local da comunidade Água Preta.

Dois grupos de atores foram abordados: o primeiro grupo foi dos agricultores familiares integrados à agroindústria do dendê e um segundo grupo foi composto de agricultores familiares não integrados. A opção de abordar dois tipos diferentes de atores pertencentes ao mesmo enquadramento funcional (agricultores familiares) foi necessária para saber quais fatores de inclusão social podem ter sido proporcionados por políticas públicas de ampla abrangência e quais são aquelas pretendidas pelos instrumentos de inclusão social influenciados pelo PNPB.

Além da observação, entrevistas não diretivas e com o uso de questionário e registros fotográficos foram usados como documento e contribuindo tanto na informação quanto nas conclusões do trabalho.

Buscou-se observar e analisar tudo o que foi possível a partir de um olhar cuidadoso em campo (OLIVEIRA, 1990), levando sempre em conta todas as leituras realizadas antes e durante toda a pesquisa sobre inclusão social, agricultores integrados à dendeicultura, campesinato etc.

### 3.2.3 Conceitos e definições na análise da inclusão social e dendeicultura

Abordar a inclusão social, lançando mão de indicadores construídos participativamente com os agricultores, compõe a centralidade analítica desse estudo, tendo como propósito as particularidades dos efeitos da integração à agroindústria na mudança de qualidade de vida dessas famílias, dos estabelecimentos agrícolas, nas estruturas e serviços públicos os quais a comunidade tem acesso em função do PNPB como política pública de inclusão social

Para tanto a problemática se assentou no debate entre autores que discutem as noções de inclusão/exclusão social fora e dentro do Brasil e, em seguida, para debates sobre inclusão social como componente inserida no PNPB para agricultores familiares. Em relação à definição de inclusão social, optou-se por uma síntese elaborada a partir das leituras contidas no referencial teórico, na qual a inclusão social pode ser demarcada como um processo de luta co-participativa constante contra a exclusão social pela integração ampla e equitativa à cidadania.

Metodologicamente além da leitura do referencial teórico, foi fundamental a presença em oficinas participativas com agricultores integrados, a realização de pré-campo<sup>14</sup> e em seguida a pesquisa de campo, ambas as etapas realizadas na comunidade de Água Preta, no projeto de assentamento do INCRA PA-Calmaria II, município do Moju, local de onde foram extraídas as impressões das observações feitas junto às vivências dos agricultores integrados de suas famílias e dos seus estabelecimentos agrícolas. Em seguida, foram realizadas reuniões entre os pesquisadores envolvidos no projeto AFInS, etapa que se convencionou chamar de “tradução dos indicadores” para a elaboração do questionário que foi aplicado junto às famílias integradas e não integradas à dendeicultura.

Muito embora o foco da dissertação seja inclusão social, a noção de exclusão social não será deixada de lado, pois ela surge da complexidade dos processos dinâmicos da sociedade que geram, por assim dizer, “efeitos colaterais” e podem ser tanto discriminatórios como de gênero, de faixa etária, de raça e de mercado, entre outros (MOTA, 2007, p. 47).

É da visão de exclusão social como processo, que surge a ideia de inclusão social também como processo (MARTINS, 2003). Inclusão social sob a ótica das políticas públicas é muitas vezes tida como uma tentativa de reverter ou atenuar os processos excludentes. Tal visão pode parecer utópica, mas como política ela existe, resta-nos saber como ela é sentida entre um grupo de agricultores familiares como público alvo ou é usada apenas como estandarte. Portanto, procura-se com esta pesquisa entender como tais processos inclusivos são percebidos na comunidade Água Preta.

A partir das leituras sobre inclusão/exclusão social associadas aos dados coletados nas incursões prospectivas e em campo da pesquisa junto ao projeto AFInS, foi possível inferir algumas relações entre possíveis variáveis que foram investigadas ao longo do processo de pesquisa.

A Primeira variável é a relação que chamamos de “natural” à pesquisa. Como já exposto no referencial teórico, é aquela existente entre inclusão e exclusão social, ou seja, como se operam os processos sociais entendidos como “(...) manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (...)” (WANDERLEY, 2001, p. 17), que levam os grupos sociais ora a exclusão ora a inclusão.

Tais processos se operam, segundo Wanderley (2002), em diversas dimensões da vida social, dimensões estas nas quais os atores sociais são empurrados, num “sobe e desce”

---

<sup>14</sup> Pré-campo é uma incursão prospectiva, realizada durante um período curto, ainda antecedente a pesquisa de campo mais profunda, tem o objetivo de se buscar informações que subsidiem questões recorrente sobre o tema afim de dar suporte a escrita do projeto de pesquisa.

incessante, como se estivessem em esferas, ora incluídos ora excluídos e ainda parcialmente incluídos ou parcialmente excluídos, sem que haja segurança ou estabilidade, representação ou mobilidade nas esferas de inclusão. Neste conceito residem os limites e possibilidades de se efetivar a inclusão social.

A segunda variável é a relação que vincula o efeito a causa do PNPB, em primeiro lugar, da inclusão social proposta para os agricultores integrados (geração de emprego e renda). Em segundo lugar, com as melhorias que não estão relacionadas a uma política pública específica. Foi necessário neste sentido, verificar o antes e o depois da integração, ou seja, antes de 2006 quando iniciaram os projetos de dendeicultura na comunidade e 11 anos depois em 2017, com os plantios já produtivos e com os rendimentos assegurados. Essa “evolução” pôde ser captada pelos indicadores contidos no questionário, no qual estas variáveis temporais foram minuciosamente assinaladas com o auxílio das escalas.

Com essa proposta de análise, foi possível compreender em que nível da vida material dos agricultores integrados o PNPB como política pública pode ter influenciado a inclusão social por meio da geração de renda. Além dessa distinção podemos também captar como a inclusão social têm sido percebida por eles.

Essa relação foi verificada a partir do cruzamento de dados dos indicadores de inclusão social presentes no questionário e com as falas captadas nas entrevistas aprofundadas. Com isso buscou-se trazer o nexos causal dessa política pública e como foi sentida pelos agricultores integrados.

A existência de projetos de diferentes idades de uma mesma empresa<sup>15</sup> na comunidade, possibilitou realizar a pesquisa sem a necessidade de estudos longitudinais ( $t^1; t^2... t^n$ ), além da existência de agricultores que possam vir a se integrar. Tal fato nos possibilitou observar uma gama de situações em diferentes estágios de desenvolvimento de projetos, em um mesmo período de estadia em campo.

Portanto, o cruzamento das informações obtidas através das relações entre essas variáveis nos permitiu obter um quadro geral dos aspectos considerados como possibilidades e limites de inclusão social para os agricultores familiares integrados em Água Preta.

---

<sup>15</sup> A AGROPALMA, mantém projetos de diferentes gerações no município do Moju, o próprio projeto IV correspondente aos plantios da comunidade Água Preta, possuem integrados com contratos de 10 ha realizados em 2006 e 2013, e projetos com plantios em dois diferentes períodos no nome de um mesma pessoa, com seis ha plantados em 2005-06 e quatro ha plantados em 2013, completando o plantio de 10 ha previstos pelo financiamento.

### 3.2.4 Análise de dados

Os dados quantitativos obtidos do questionário de inclusão social foram plotados em planilhas Excel e tratados e analisados através de estatísticas descritivas. A partir desse procedimento foram construídas tabelas para melhor visualização e compreensão das categorias de inclusão social no meio rural que foram captadas pelos agricultores familiares integrados.

Para cada intervalo das médias extraídas do conjunto de valores numéricos (de 1 a 10) contidos na linha visual analógica de cada escala (“satisfação”, “intensidade” e “esforço”), foram atribuídos cinco tipos de qualificações para cada indicador (ver quadro 2, nos anexos). Quanto maior o escore obtido em cada escala, maior o grau de satisfação, intensidade e esforço para cada indicador.

A análise realizada dos indicadores foi a do tipo horizontal, na qual se compara os valores obtidos através para um mesmo indicador social, para períodos de tempo distintos, ( $t^1$  antes da integração 2006 e  $t^2$ , 2017, momento da pesquisa), que permite acompanhar a evolução temporal para cada indicador.



## 4 FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ÁGUA PRETA

No presente capítulo será abordada a caracterização das estruturas, do meio ambiental e social da comunidade Água Preta, levando em conta seu contexto de criação e regularização fundiária que em certo momento perpassa pelo histórico e ocupação recente do NEP.

### 4.1 Histórico da ocupação do Nordeste paraense

De acordo com Cordeiro *et al.* (2017, p. 20), o Estado do Pará possui uma área de 1.247.955,381km<sup>2</sup>, representa 29,73% da Amazônia brasileira (4.196.943,00 km<sup>2</sup>) e 14,65% do território nacional (8.515.767,049 km<sup>2</sup>). Dentro dessa unidade da federação estão grandes mesorregiões que foram determinadas a partir de uma perspectiva histórico-espacial-social. A região do NEP é uma das mesorregiões cujos municípios estão situados na região de integração dos rios Caeté, Guamá e Tocantins.

A região NEP possui uma área de 83.316,02 km<sup>2</sup> e se caracteriza como a mais antiga fronteira de colonização do estado (REBELLO *et al.*, 2011; CORDEIRO *et al.*, 2017). A região é também considerada como uma das mais antigas da Amazônia em relação à atividade agrícola tendo seu processo iniciado em 1875 (REBELLO *et al.*, 2011). Ainda segundo Rebello *et al.* (2011, p. 213), historicamente, o crescimento de sua população resultou da migração provocada pela construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908) e pelo boom da borracha (1879-1912). A consequência lógica desse crescimento populacional foi o desenvolvimento das cidades, da rede rodoviária e dos diversos tipos de produção agrícola.

Tal movimento de colonização agrícola faz do NEP, uma região altamente antropizada, processo que se acelerou com a construção da rodovia Belém-Brasília, preconizada pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Segundo Cordeiro *et al.* (2017), a meta da política nacional era fixar contingentes populacionais na região, considerada longínqua e vazia. Nesse período as atividades extrativas foram determinantes para a mudança da paisagem amazônica.

Apesar da devastação da cobertura florestal original - restando menos de 5% nas propriedades agrícolas familiares -, a região possui significativa importância dentro do contexto histórico e econômica da dinâmica produtiva amazônica. Do mesmo modo, explicam

Rebello *et al.* (2011, p. 214), que a região constitui uma importante referência para elaboração de políticas públicas, e uma delas é a PNPB, envolvendo a agricultura familiar.

É possível traçar uma história comum da ocupação dos espaços rurais para o estado do Pará e do NEP, analisando as estratégias de ocupação do território amazônico nos Séc. XVII e XVIII por não indígenas, como uma ação em três momentos delineados por Tavares (2011). Em termos gerais, identifica como o primeiro momento (1580-1640) o resultante da conquista do território por europeus, que utilizaram várias estratégias de ocupação territorial (fortalezas, missões religiosas, política pombalina).

O segundo momento ocorreu durante a segunda metade do séc. XIX, regido pela da economia da borracha que consolidou os contornos regionais da região, nos quais Tavares (2011) se associa ao que Gonçalves<sup>16</sup> denomina como ocupação “padrão rio várzea floresta”.

O terceiro momento que se aproxima com a realidade da região de estudo, deu-se em virtude da intervenção direta do Estado brasileiro a partir década de 1950 do séc. XX com a implantação das redes de infraestrutura viária, energética e de telecomunicações que marcaram um intenso movimento de migrações inter-regionais e a implantação de projetos agropecuários e minerais caracterizados como padrão de organização do espaço, direcionados para “rodovias terra firme subsolo”.

Após esses períodos de colonização, podemos dizer que as transformações ocorreram de forma acelerada e chegaram até o presente da seguinte forma: desmatamento ao longo desses eixos; ampliação da violência no campo; surgimento das primeiras ONG de cunho ambiental; criação de novos municípios; avanço da pecuária bovina; e destruição de territórios indígenas. O início dessas novas configurações do território geralmente esteve vinculado a mudança da SPEVEA para a SUDAM e a Operação Amazônia (CARDOSO & MÜLLER, 2008).

Outras importantes mudanças se operaram no padrão de urbanização regional e alteração da fronteira agrícola. Até os anos 60, a fronteira agrícola se localizava no Norte do Paraná, Oeste e Sul do Mato Grosso Sul, no Sudoeste de Goiás e no entorno de Cuiabá. Na década de 60, a fronteira agrícola avançou ao longo da Belém-Brasília (CARDOSO & MÜLLER, 2008). Nesse período, iniciou-se uma rápida urbanização diferenciada do período anterior, caracterizada por uma baixa qualidade de vida nas cidades, promovida pela expansão da agropecuária (MARGULIS, 2003). O uso da terra também tem um papel importante nestes períodos, progressivamente os sistemas tradicionais em algumas sub-regiões são atropelados

---

<sup>16</sup> Ver: GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Hucitec, 2001.

por sistemas agrícolas exóticos, soja e o dendê são exemplos. No NEP este processo está em pleno curso.

#### 4.1.1 Histórico da formação do município do Moju

A criação do município do Moju fez parte da política de ocupação territorial e estratégica influenciada pelo futuro Marquês de Pombal com o intuito de passar a tutela espiritual e material dos índios do clero regular para o Estado e clero secular. Nesse sentido, foram expulsas várias ordens religiosas (carmelitas, mercedários, franciscanos e jesuítas, estes últimos em 1759) (COSTA & CINTRA, 2013, p. 04).

Nesse processo, segundo Costa & Cintra (2013), cada aldeia e, também, algumas fazendas (no caso do Moju, era um sítio) foram transformadas em vilas (se acima de 150 habitantes), freguesias ou em novas categorias territoriais civis. Essas novas delimitações administrativas eram necessárias para o estabelecimento das bases territoriais de ocupação estabelecidas pelo tratado de Madri<sup>17</sup> e, em virtude disso, em 1751, foi criado o Estado do Grão Pará e Maranhão subordinando o Maranhão ao Estado do Pará, respondendo diretamente a Lisboa com a nomeação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governador do Estado.

O povoamento que deu origem ao município de Moju estava situado nas áreas patrimoniais da então freguesia de Igarapé-Miri, local conhecido por Sítio de Antônio Dorneles, situado a margem direita do rio Moju, abaixo da saída do canal de Igarapé-Miri. As terras que compreendiam o Sítio foram doadas por Antônio Dornelas Sousa (sic.) a irmandade do Divino Espírito Santo em julho de 1754. O lugar foi elevado a categoria de freguesia em virtude da visita do Bispo do Pará, Frei Miguel de Bulhões<sup>18</sup> que se hospedou neste sítio em visita a pastoral da localidade (BRASIL, 1957; PARÁ, 2017).

Após a elevação da localidade para freguesia do Divino Espírito Santo, o núcleo do povoado entrou em decadência<sup>19</sup> a ponto de ser completamente abandonado pelo poder

---

<sup>17</sup> Tratado que supera o Tratado de Tordesilhas e ratificado pelas coroas ibéricas, baseado no direito romano onde a ocupação territorial era a base para as posses territoriais, esse tratado ampliou o território da coroa portuguesa na América latina.

<sup>18</sup> Português, frei dominicano, na época Bispo de Belém, pertencente ao clero secular, que por ordem do Rei D. José I assumiu o governo da Província do Pará em maio de 1753 (sendo o responsável pela reforma das missões jesuítas tornando-as vilas e freguesias transferindo a tutela dos índios da igreja para o estado e clero secular), quando Mendonça Furtado (Irmão de Pombal e atual governador do Pará) partira para missão demarcatória pela região para o estabelecimento dos novos limites e fortificações da cora portuguesa (COSTA e CINTRA, 2013), conferindo aos lugares uma nova categoria civil desligando-as das categorias religiosas missões e paróquias.

<sup>19</sup> Essa “decadência” dos povoados, não foi exclusividade da freguesia do Moju, mas sim de todos os povoados que estavam sobre a influência das ordens religiosas expulsas pela administração anticlerical

público se extinguindo completamente a sua categoria eclesiástica que lhe fora concedida entrando em esquecimento até o período de sua independência (BRASIL, 1957; PARÁ, 2017). O colapso pelo qual o povoado passou foi a causa da demora de seu reconhecimento como freguesia do Divino Espírito Santo, fato que ocorreu somente no ano de 1839 com a Lei nº 14, de 19 de setembro que a desmembrou da freguesia de Igarapé-Miri.

Com a promulgação da Lei nº 279, de 28 de agosto de 1856, a freguesia do Divino Espírito Santo foi elevada à categoria de Vila, com o nome de vila do Moju e, pelo mesmo ato legal, a vila foi elevada à município, cujo território compreendia as áreas de influência da freguesia do Divino Espírito Santo, que alcançava as áreas dos rios Moju e Acará, de São José do rio Acará a de Nossa Senhora da Soledade do Cairary. Neste mesmo ano, a freguesia do Acará, foi desmembrada do Moju e passou à jurisdição de Belém (BRASIL, 1957).

A situação da região do Moju permaneceu instável por décadas e inúmeros Decretos foram sendo criados para a sua efetivação. As incorporações e os desmembramentos do território em questão foram se dando ao longo dos anos, reflexo dos acirramentos das disputas políticas na região. No ápice dessas crises, em 1887, o município do Moju foi extinto pela promulgação da Lei nº 1.307, de 28 de novembro de 1887, medida que também atingiu os municípios de Ourém e Irituia. Moju só recobriria sua autonomia em 1889, pela Lei nº 1.390, para ser extinto novamente em 1930 tendo seu patrimônio territorial anexado à Belém (BRASIL, 1957).

No ano de 1933, Moju foi considerado subprefeitura de Belém e em 1935, pela Lei Estadual de nº 08 de 31 de outubro, mais uma vez foi restaurado como município. Em 1936 e 1937, segundo a divisão territorial do Estado para estes anos, o município de Moju aparece integrado por três distritos: Moju, Cairary e baixo Moju. No entanto, em 1938, pelo disposto no Decreto-Lei Estadual de nº 2.972 de 31 de março, o município aparece formado, unicamente, pelos distritos de Moju e Cairary (BRASIL, 1957).

Durante o período compreendido entre 1939-1943, o município de Moju adquiriu para o seu distrito-sede, o território da zona de Caeté, do distrito de Barcarena, do município de Baião.

Em 1991, o município de Moju foi novamente desmembrado de parte de seu território para formação dos municípios de Goianésia do Pará e Breu Branco, através das Leis nº 5.686

---

pombalina. A expulsão e deportação desse clero desestruturou a organização produtiva dos religiosos que em consequência provocou o esvaziamento populacional dos núcleos do vale do rio Amazonas e a sua permanência residual subsistia por uma associação de economia de subsistência com a “economia natural” Local (TAVARES, 2011, p. 111).

e nº 5.703, respectivamente. Atualmente, Moju conta com dois distritos: Moju (sede) e Cairari (PARÁ, 2017).

Os habitantes do município de Moju recebem o gentílico de "mojuenses". Moju é um topônimo indígena, de origem tupi, assim: Moju = mogy = mboy- g-y "Rio das cobras". Podendo ainda se decompor em mo= mboy (cobra) e ju = yub (esconderijo, pouso) ou então: "o esconderijo ou pouso das cobras". Outras interpretações " mboy-ú- as cobras comem, onde há cobras ou poyú, o brejo, o alagadiço" (BRASIL, 1957).

O município do Moju possui uma população estimada em 2016 de 78.629 habitantes (BRASIL, 2016) sendo que mais da metade, 64,06% reside na zona rural do município. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) está abaixo da média nacional e da estadual, dos 5.565 municípios brasileiros, Moju ocupa a 5244<sup>a</sup> posição no ranking do PNUD (PNUD/ IPEA, 2013).

A renda do município cresceu 98,70% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 146,79, em 1991, para R\$ 177,58, em 2000, e para R\$ 291,67, em 2010 (PNUD/ IPEA, 2013), e mesmo com a entrada da dendeicultura no município, esta componente ainda fica muito a desejar, estando atrás da longevidade.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 53,16% trabalhavam no setor agropecuário. O Atlas dos Municípios do PNUD/IPEA não especifica em quais setores agropecuários estes jovens estão empregados. Mas se pode desprender desse dado que há influência do capital agroindustrial do dendê que opera no município, devido a integração dos agricultores familiares na agroindústria e dos médios e grandes produtores de dendê que influenciaram o incremento da renda para os trabalhadores do setor agropecuário, o número de contratos de integração para o município é de 187 famílias.

O desenvolvimento de Moju, como nos demais municípios do estado, se deu através da exploração dos seus recursos naturais. A extração de madeira representou a principal componente da economia do município, sendo muito explorada entre os anos de 1970 a 1980. No entanto agricultura está presente em todos os períodos históricos, por ser uma prática corrente na cultura alimentar de toda a região (ANDRADE, 2009), principalmente no que diz respeito as roça de mandioca, para produção de farinha.

Nesse sentido, podemos dizer que o movimento de ocupação da região pesquisada usou como rota os sistemas viários, em especial, valeu-se da abertura da PA-150, fazendo parte do padrão comum descrito pelos autores acima: "rodovias, terra firme subsolo", com a presença de grandes projetos agropecuários e agroindustriais (caso da dendeicultura) que

ainda funcionam como fortes vetores de migração e estabelecimentos de povoados através desse sistema.

Confiando em fontes orais locais, Andrade (2009) expõe um relato de um morador que nascera e se criara na região e que nunca viveu em outro lugar. Este morador afirma que a fazenda na qual se encontra hoje o PA-Calmaria II, onde está localizada a comunidade Água Preta, era chamada de “Fazenda Bacurí” pertencente a um senhor chamado “Velho Claudio” e que todos o conheciam como “Calmaria”, nome que deu origem ao Projeto de Assentamento.

De acordo com essa autora, esta antiga área, possui uma característica de terra firme contendo fragmentos de mata nativa e com um fácil acesso à rodovia PA-150. A fazenda Bacurí, foi desapropriada para o estabelecimento oficial do PA Calmaria II pelo INCRA através da portaria nº 211 de 13 de novembro de 1998, alguns trabalhadores permaneceram no local (BRASIL, 2017).

O PA Calmaria II possui área de 13.487.0000 hectares. O INCRA realizou o cadastramento desses trabalhadores e em 2000 já estavam assentados. O cadastro das famílias em Água Preta foi realizado nos anos de 2002 e 2003. O assentamento possui capacidade para 299 famílias. Nem todos os moradores são assentados da reforma agrária (ADRADE, 2009, p. 32-78-9).

Os relatos atuais, coletados em campo em 2017 atestam o nome “Calmaria” para a antiga fazenda, segundo consta nesses relatos, a fazenda foi invadida por “frenteiros”<sup>20</sup> cujos nomes seriam: Seu Pachiuba, Seu Nenem, Seu Raimundo Dias e Seu Machico. Estes não residem mais na região. A comunidade de Água Preta foi fundada em 20 de abril de 2003 e recebe esse nome devido às águas escuras do igarapé que banha a comunidade. Atualmente conta com aproximadamente 150 moradores unidos (coligados) com a comunidade Filadélfia.

Segundo os agricultores, as pessoas começaram a chegar à comunidade há pouco mais de 30 anos, ou seja, 10 anos depois dos deslocamentos dos migrantes que se dirigiram para as regiões próximas à PA-150, quando de sua abertura no período de 1977/78 (HÉBETTE *et al.*, 2004), vindos de diferentes partes do Brasil, mas principalmente oriundos da região Nordeste. Foram identificados cearenses, maranhenses, goianos, catarinenses, pessoas vindas do sul do Pará, da região metropolitana de Belém e de castanhal, Tomé Açu, Bragança, Garrafão do Norte e Goianésia.

Entre os motivos mais comuns, daqueles que se estabeleceram na região foram a busca por terra pra plantar; a fuga da seca e da fome da região Nordeste do país, assim como a

---

<sup>20</sup> “Frenteiros” é o nome que se atribui aos primeiros agricultores que literalmente estavam a frente do processo de ocupação, muitas vezes assumindo funções de lideranças.

fuga de episódios violentos<sup>21</sup> já dentro do estado do Pará, que as impactaram em alguma fase de suas vidas. Mais recentemente, os motivos da vinda de pessoas para Água Preta, foram a possibilidade de trabalhar nas empresas agroindustriais e serviços decorrentes da região.

O assentamento Calmaria II e a comunidade Água Preta estão localizados as margens da PA-150 – km 50 – zona rural município do Moju. Partindo de Belém, a distância é de aproximadamente 200 km até a localidade ao sair de Belém rumo ao município de Tailândia. Palmares é o ponto de referências de chegada e partida para Calmaria II. Ali localiza-se a sede da AGROPALMA.

Embora a vila de Palmares<sup>22</sup> e a AGROPALMA sejam pontos de referência para comunidade Água Preta, as fronteiras desse espaço não estão muito bem definidas devido aos sucessivos desmembramentos e anexações territoriais históricos que os municípios limítrofes sofreram. A região na qual se encontra a comunidade Água Preta está entre o território de três municípios: Moju, Acará e Tailândia<sup>23</sup>.

A partir de Palmares, uma das vias de se chegar até Água Preta é através da vicinal principal da Vila Israel, com o uso dos transportes locais ao custo médio de R\$ 15,00 por pessoa. Tais tarifas encarecem bastante o custo de viagens diárias.

## 4.2 A comunidade Água Preta

A vila do Água Preta, foi planejada pelo INCRA para ter a função de centro urbano da comunidade. A área foi doada por dois agricultores para a formação do núcleo. A vila conta com 18 casas, dispostas irregularmente às margens da vicinal São José. É neste núcleo que residem mais agrupados os trabalhadores rurais que vivem de prestar pequenos serviços em forma de diárias na comunidade.

Embora seja pequena, a vila do Água Preta funciona como centro de distribuição de serviços para todo do assentamento Calmaria II. A “Vilinha” como é também chamada, funciona como local de encontro, sociabilidade e difusão de informações. Onde também

---

<sup>21</sup>Muitas das histórias ouvidas sobre deslocamento associado à violência, foram de homicídios ocorridos à pessoas próximas das famílias, na maioria o pai, depois os irmãos, tios e as mães. Essas pessoas vieram de municípios que tem um histórico de violência e pistolagem no campo, como em Garrafão do Norte e regiões de garimpo. Além disso, muitas pessoas que praticaram delitos graves, incluindo homicídios acorreram para região em busca de se livrarem de complicações judiciais, vinganças ou justiçações também por pistolagem.

<sup>22</sup> Segundo o Instituto PEABIRU (2013), até 2013, Palmares que tem mais de 10 mil habitantes, ainda não contava com regularização fundiária o que dificultava ter acesso a serviços públicos essenciais e recursos de programas sociais como o Minha Casa Minha Vida e outras obras de infraestrutura urbana. A situação na área é precária, com esgoto a céu aberto e risco de contaminação.

<sup>23</sup> Tomando Palmares como referência de localização, esta vila recebe auxílio administrativo através do município de Tailândia, onde podemos ver cartazes, outdoors fixados e veículos da prefeitura circulando na vila.

existem tensões entre os agricultores, por conta do fluxo de informações que ali circulam (Ribeiro, 2016).

É neste núcleo que se localiza o salão comunitário, onde ocorrem as reuniões mensais com a AGROPALMA, com o INCRA e com outros órgãos da administração pública e de pesquisa. Também ali realizam suas reuniões com a comunidade. Ou seja, o núcleo de povoamento da comunidade Água Preta assume a conotação colocada por Ribeiro (2016, p. 26): a de uma unidade de relações de vidas comunitárias no qual as questões da administração pública de interesse da comunidade são tratadas.

É no núcleo que se encontram duas das Igrejas da comunidade, as três mercearias, além do bar. As igrejas evangélicas da comunidade Água Preta não possuem pastores que moram na comunidade e, como na maioria das comunidades rurais afastadas dos grandes centros urbanos, elas contam com os próprios agricultores como dirigentes de cultos. As outras igrejas são bem estruturadas, algumas passaram por reformas e outras ainda estão sendo erguidas.

Até o momento da finalização da pesquisa, não existiam igrejas católicas na comunidade Água Preta, *“as reuniões católicas eram feitas em qualquer outro espaço antes da integração, depois é que fizemos aquele barracão, mas que não funciona mais como igreja.”* (Agricultor, pioneiro na integração, 46 anos). Há pessoas que se dizem católicas e frequentam, quando podem, a igreja matriz existente em Palmares.

Existem duas mercearias no núcleo da comunidade, nelas se vende o que se “precisa” de última hora, as pessoas compram apenas o imprescindível. Em uma das mercearias, a mais estruturada, costuma haver encontros entre os moradores. Nestes encontros, os agricultores chegam um a um, com ou sem as esposas e filhos, usando todo tipo de transporte (motos, de bicicletas ou a cavalos). Esses encontros, contam com um número, entre cinco e 10 participantes. As pessoas que por ocasião chegam à mercearia para comprar algum produto, também ficam um pouco para *“prosear”* e logo vão embora. A outra mercearia também sedia seus próprios encontros, mas em geral com os trabalhadores rurais que moram na vila.

Estes estabelecimentos são locais nos quais os agricultores se reúnem as sextas à noite para falar sobre diversos assuntos, entre eles, piadas, política, resolução de problemas e principalmente falar sobre a produção do cultivo de dendê e seus problemas com a empresa. Também falam muito dos casos e descasos de cada um, de suas inovações, experimentos e fracassos na agricultura, recebem dicas um dos outros no intuito de melhorar a produção, e iniciar novas experiências produtivas.



As mercearias fazem o papel de ponto nevrálgico do assentamento como as “tabernas-club” descritas por Lefebvre (1976. p. 135), sem as festas, jogos e bebidas descritas por este autor. Na comunidade Água Preta, só o café, que nunca falta, é servido gratuitamente, além de refrigerantes que cada um paga uma rodada.

Como descrito acima, o núcleo não tem um mercado bem estruturado, mas as pessoas que podem, costumam fazer o “rancho” no comércio da vila Israel por ser mais barato. O comércio mais desenvolvido da região encontra-se na vila Palmares.

Durante certo período, os bares que existiam na comunidade foram desativados e a venda de bebidas alcoólicas ainda é mal vista pelos moradores. Tudo leva a crer que a reserva que se impõe a venda de bebidas alcoólicas se dá pelo fato do núcleo ser o centro religioso da comunidade, tendo a maioria dos seus habitantes se convertido a confissões religiosas evangélicas, inclusive os antigos donos de bares.

A bebida alcoólica não é vendida em Água Preta, não se pôde observar o seu consumo em nenhum local, nem mesmo nos estabelecimentos agrícolas. No entanto ela é consumida em ambiente privado.

No núcleo também existe a comercialização de gasolina, vendida em garrafas pet nas casas de alguns moradores. Os agricultores compram combustível nesses locais em situação de emergência, mas preferem comprá-la em palmares porque é mais barata.

Esse combustível acaba sendo revendido por um valor maior que em Palmares, logo os agricultores preferem abastecer naquela vila, mas a gasolina vendida no assentamento atende as emergências dos agricultores cumprindo a mesma função que as mercearias.

#### 4.2.1 Organização Social em Água Preta

Em Água Preta, a organização social gira em torno de instituições sociais e biologicamente estabelecidas. Em termos analíticos, coloca-se em primeiro lugar a unidade familiar seguida da vizinhança, ambas importantes para os agricultores no sentido de serem as responsáveis pela superação das dificuldades do ambiente vivido por eles quando se instalaram na região e estão relacionadas atualmente às suas práticas cotidianas de domínio da natureza, responsáveis por sua produção e reprodução física e simbólica (CANDIDO, 2010).

Em segundo lugar, vem as igrejas evangélicas, que também atuam no nível simbólico integrando seus adeptos e os afirma enquanto sujeitos diferenciados pertencentes a um determinado grupo dentro da comunidade (nem todos na comunidade são evangélicos). Por fim a Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II

e Comunidade Água Preta (AMOPARACAP), que representa os integrados nos assuntos com a empresa e com as instituições externas da comunidade. Essas são as principais instituições comunitárias locais e agrupam os indivíduos em determinado segmento social, dentro dos quais são impostos os limites e funções de cada indivíduo dentro da comunidade.

Em relação à associação, a comunidade Água Preta começou a sua experiência com o associativismo em 20 de abril de 2003<sup>24</sup>, quando foi fundada Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II e Comunidade Água Preta (AMOPARACAP), que conta hoje com 37<sup>25</sup> associados envolvidos no PNPB (ANDRADE, 2009). A associação foi criada tendo como objetivo a produção e comercialização do dendê com vistas na geração de renda e inclusão social dos integrados do Projeto IV da AGROPALMA.

Segundo as informações cedidas pelo presidente da associação, a AMOPARACAP carece de maior mobilização dos seus membros para atenuar os problemas que, segundo os próprios agricultores, afetam a produção de dendê. Por exemplo, a pesagem presencial dos CFF, o frete que poderia ser realizado pela associação e é executado por uma empresa terceirizada, a cobrança para o recebimento de insumos (principalmente o adubo), a falta de assessoria jurídica para questões da contratação de mão de obra temporária e da importância do trabalho na formação do menor agricultor, treinamento, participação sindical e etc.

O atual presidente alega estar no esforço de reorganizar a associação financeira e administrativamente e, segundo ele, a maior dificuldade é congregar os integrados e membros da comunidade para uma maior participação na entidade. Tal fato dificulta a resolução dos problemas internos da entidade, como dívidas e contratação de pessoal administrativo. O presidente alega que se houvesse um maior engajamento dos agricultores, seria mais fácil tratar os problemas comunitários e empresariais de forma conjunta e recuperar o status da associação como uma entidade representativa de todos os moradores de Água Preta e não apenas que reúna as pessoas para reuniões de prestação das contas da empresa.

As funções que cada membro da comunidade desempenha nas hierarquias locais, se manifestam de diferentes formas, por exemplo: na unidade familiar são representados pelo pai chefe ou pela mãe de família, irmãos de idades e de sexo diferentes, pela divisão social e sexual do trabalho (GARCIA JR, 1983); nas igrejas evangélicas como dirigentes e

---

<sup>24</sup> Segundo o estatuto da Associação dos Agricultores do Assentamento Calmaria II Comunidade Água Preta e Filadélfia – ACAF, hoje AMOPARACAP.

<sup>25</sup> Número atualizado pela pesquisa de campo, em 2017.

membros<sup>26</sup>; na associação comunitária, atuando como presidente (temporário) da associação ou como associados; e nos mutirões, seja nos trabalhos dos estabelecimentos dos vizinhos ou na comunidade etc.

Existem também diferenças hierárquicas e de papéis entre os grupos de agricultores. Neste sentido a comunidade está dividida em três grupos: o grupo dos assentados do INCRA que se subdividem em integrados e não integrados, e o grupo de trabalhadores rurais que vivem na vila do Água Preta (não possuidores terras).

A organização entre esses três grupos ao nível comunitário estabelece algumas fronteiras sociais. É por essas fronteiras que se operam as relações sociais que organizam o trabalho, a redistribuição de renda e solidariedade entre os agricultores, sejam elas na forma de troca de diárias, na prestação de serviços diversos, na ajuda em questões de saúde e na troca de informações etc.

Apesar do descrito acima, a organização social da comunidade é frágil e não é capaz de recrutar capital social suficiente (para além do que ocorre no âmbito das igrejas) a ponto de articular os três grupos de agricultores de maneira mais ativa. Os ajuntamentos entre esses grupos para trabalharem pelo bem comum da comunidade se dá pela troca de trabalho entre si nos estabelecimentos ou em mutirões para reparos e melhorias na comunidade. Neste sentido, a tabela 1 expõe os dados que refletem a baixa participação coletiva dos integrados na comunidade, tanto antes como depois da integração.

**Tabela 1-** Participação em mutirão ou troca de diárias em diferentes atividades antes e depois da integração.

Participação em trabalho	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Roça	3,1	Baixo	2,6	Muito Baixo
Dendê	–	–	2,2	Muito Baixo
Localidade	2,8	Muito Baixo	2,8	Muito Baixo
Infraestrutura do lote	2,0	Muito Baixo	2,2	Muito Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Nesta tabela, os entrevistados atribuíram às suas participações no trabalho comunitário, notas cujas médias foram qualificadas como “muito baixas” em todos os quesitos de participação de trabalho, em ambos os períodos delimitados pela pesquisa, antes de 2006, e em 2017. A exceção no caso dos roçados que antes da integração a participação era um pouco maior, mesmo assim, recebendo uma média qualificada com baixa.

<sup>26</sup> Ressalta-se que entre os evangélicos da comunidade, há uma diversidade de grupos internos que associam mães, jovens, crianças e homens para organização de ações específicas onde ocorrem diversas atividades como organização de eventos, difusão de ideias, ações solidárias e de lazer, e ainda definir a situação administrativo-financeira internas aos assuntos das igrejas (FERNANDES et al, 1998).

#### 4.2.2 Infraestruturas

A comunidade Água Preta está sobre a influência da supracitada PA-150, baseando-se nas viagens realizadas a campo, pode-se afirmar que esta rodovia encontra-se em boas condições de transporte, pelo menos até Tailândia. No entanto, os agricultores consideram a PA-150 estreita demais e por conta disso perigosa, pois há tráfego intenso de veículos pesados. É pela PA-150 que é transportada grande parte da produção agrícola primária da região, com destaque para a mandioca, abacaxi, arroz em casca, cana de açúcar, milho, soja, coco (PARÁ, 2017), além dos CFF de dendê e a matéria semi-processada (óleo de dendê).

A PA-150 é um eixo viário muito importante no contexto da comunidade, pois é através dela que se escoam os produtos dos cultivos dos agricultores e para agroindústria do dendê. As indústrias de processamento e as áreas de cultivo tanto das empresas como dos agricultores familiares estão localizadas ao longo dessa rodovia. Os plantios de dendê industrial podem ser avistados por quilômetros nessa rodovia, entre os municípios de Moju e Tailândia.

Há também um tráfego constante de veículos de todos os tamanhos, como os ônibus intermunicipais, os ônibus que transportam os operários das empresas para as unidades de produção, os caminhões que transportam diversas cargas e combustíveis fosseis, entre os municípios de Belém rumo à Moju e Tailândia e vice-versa.

As principais vicinais que foram identificadas dentro do assentamento nas proximidades da comunidade Água Preta são três: a já citada Principal da vila Israel; a Água Preta, que vai dar no acesso do Arauaí e a vila Monte Sinai; e por último a vicinal São José, na qual se encontra o núcleo da comunidade, como descrito acima.

A maioria dessas vicinais, na época de poucas chuvas, encontram-se em boa trafegabilidade, havendo trânsito de veículos constantemente entre elas. Elas não apresentam muitas ondulações ou voçorocas e, no momento da pesquisa, não apresentavam muitos buracos. No entanto, há excesso de poeira em decorrência do tráfego intenso, da vicinal principal da vila Israel. Nas outras vicinais o tráfego é bem reduzido e se limita principalmente às motos, aos caminhões que fazem o transporte dos cachos de dendê e aos ônibus escolares que passam quatro vezes ao dia, quando regularizado.

Outra rota usada pelos agricultores da comunidade Água Preta para ter acesso a PA-150 são as “ruas” da empresa, estradas de terra no meio dos plantios industriais de dendê, para

trânsito de maquinário e dos ônibus que transportam operários para as parcelas<sup>27</sup> de trabalho nos cultivos industriais de dendê. Estas ruas são interligadas, formando uma rede própria dentro dos dendezaís e se estendem por muitos quilômetros até Tailândia.

Outras estruturas consideradas importantes para o acesso e trânsito local pelos agricultores familiares são as pontes, elas são em número reduzido e têm suas estruturas de madeira. A maior delas atravessa o trecho mais largo do rio Turi-Açú, no início da vicinal principal da Vila Israel. Segundo os agricultores, tal ponte é uma referência geográfica, pois demarca a divisa entre Moju e Tailândia, mas na verdade ela demarca os limites entre o Acará e Tailândia. Esta ponte é a maior e a mais bem construída, não ultrapassando 20 metros de comprimento por seis de largura. Existem outras pontes menores construídas pelos agricultores e estão sobre trechos mais estreitos do Turí-Açú e do Água Preta.

A área da comunidade Água Preta, que é atravessada pela vicinal da vila Israel, é a única com postes de concreto instalados pelo programa Luz Para Todos, do governo federal. Segundo os agricultores, eles já deveriam ter sido atendidos integralmente pelo programa.

Em Água Preta não existe saneamento básico nos lotes, muito embora 48% das casas dos integrados visitados afirmaram possuir um sistema de água encanada (poço artesiano, bomba, caixa d'água, canos e torneiras). A maioria, 52% dos entrevistados, não possui essas instalações e ainda se servem da água dos rios e igarapés da região, principalmente para o banho. Das famílias visitadas apenas 4% afirmou possuir instalados esgotos, o restante usa ainda fossa de contato direto com o solo.

Não existe abastecimento público de água na comunidade. Em geral os agricultores se servem da água de poços para ingestão e, para o banho, usam a água tanto dos poços quanto dos igarapés. Os agricultores entrevistados consideram a qualidade da água muito boa, apesar de não haver tratamento de água na comunidade.

No período de campo se consumiu água dos poços e esta tinha aparentemente sabor, transparência e odor de ótima qualidade. Em relação ao banho, foram observados vários cursos d'água de diferentes tonalidades, turbidez e odores.

Os agricultores afirmam que a AGROPALMA desestimula a queima de resíduos e pressiona para que se realize a destinação correta para os resíduos produzidos no estabelecimento. No entanto, não há uma ação programada pela empresa para a agricultura

---

<sup>27</sup> Os plantios são formados dentro das vastas áreas (fazendas) pertencentes a AGROPALMA, essas propriedades são divididas em departamentos, estes departamentos por sua vez são divididos em parcelas, as parcelas são divididas por ruas que percorrem vários quilômetros cortando os cultivos industriais por onde são distribuídos diariamente os operários do dendê.

familiar integrada nesse sentido, estas se limitam a panfletagem e advertências, mas nada de concreto a fim de auxiliar os agricultores na coleta e destinação de resíduos sólidos.

Apesar das relativas distâncias das sedes municipais e da capital, é cada vez maior o uso dos dispositivos de comunicação e internet na região. Em Água Preta, não tem sido diferente e as pessoas tem usado esses serviços cada vez mais.

O meio de comunicação mais comum entre os agricultores integrados hoje é o celular, 83% dos entrevistados afirmaram usar celulares para se comunicar. Os adolescentes chegam a possuir mais de um aparelho. No entanto, não há antenas de celular para acesso a redes de telefonia móvel na comunidade Água Preta e o acesso a comunicação através de celulares não é possível na maioria dos locais da comunidade.

Esses dispositivos tem facilitado a vida do agricultor no contato com parentes, outros produtores e com serviços públicos e privados. O celular faz parte da vida, substituindo cada vez mais outros dispositivos antes usados, como o telefone fixo rural.

Juntamente com os aparelhos celulares veio a internet, usada principalmente entre os mais jovens que a utilizam para se conectarem às redes sociais. Seus aparelhos são normalmente mais modernos que os de seus pais uma vez que estes ainda estão se familiarizando com a tecnologia.

O que chamou bastante atenção em relação ao uso de tecnologias de informação e das mídias sociais através dos dispositivos móveis pelos jovens, é que a despeito de saberem usar os celulares, pendrives, micros cartões-sd (usados apenas para armazenar músicas) e a internet, estes jovens não são “nativos digitais”. Portanto, carecem de saber operar computadores juntamente com os pacotes eletrônicos de trabalho e estudo. Em Água Preta, não há inclusão digital e a internet cumpre apenas com o aspecto de sua função social de conectar os jovens as redes sociais e facilitar a comunicação. Nesse aspecto, os jovens são a interface entre o mundo digital e os mais velhos. A maioria das famílias não possui computadores, apenas 17% dos entrevistados afirmaram ter essas ferramentas.

Os informantes relatam que, a comunidade conseguiu via associação alguns computadores para serem utilizados na educação local, estes acabaram por não terem sido instalados na escola.

Outra fonte de informações do mundo externo à comunidade são os aparelhos de TV. Na comunidade de Água Preta 87% das residências possuem um televisor e antena parabólica. Nestes aparelhos, as novelas e os noticiários continuam sendo as principais programações das famílias. Os aparelhos estão mudando e as TVs de tubos de imagem estão sendo substituídas

por telas planas de maior tamanho. Não há na comunidade qualquer serviço de TV por assinatura, nem de internet residencial.

#### 4.2.3 Aspectos ambientais: disponibilidade, exploração e qualidade dos recursos naturais em Água Preta.

A comunidade Água Preta está situada em uma área que pertencia a uma das antigas fazendas dessa região, a qual fora desapropriada. Segundo os relatos dos assentados, os recursos naturais da comunidade já haviam sido bastante suprimidos pelo menos até estabelecimento definitivo dos colonos.

As etapas de exploração do ambiente que seguem a recente colonização de uma área, caracterizam-se pela: supressão vegetal, para o aproveitamento de madeira e a formação dos roçados; e pelo extrativismo (caça, pesca e a coleta) que juntamente com os roçados de mandioca passam a ser as principais fontes de subsistência das famílias até a sua estabilização na área. Até que isso ocorra, o ambiente é sobrecarregado com a exaustão dos recursos naturais. A partir do momento em que os agricultores principiam a ter condições de se reproduzir com maior dependência dos roçados, as áreas desmatadas se tornam capoeiras e algumas áreas podem permanecer como reserva de madeira (informação verbal)<sup>28</sup>.

Desta forma, na etapa seguinte as famílias assentadas começam a gozar de uma relativa estabilidade de recursos fornecidos pelo estabelecimento já produtivo, quando este, pelo trabalho familiar, é capaz de proporcionar viveres à unidade doméstica. A partir deste período, os recursos naturais para o extrativismo já não são tão abundantes e o agricultor não dispõe deles como antes. No caso dos fragmentos florestais que restaram, a caça se torna escassa, a madeira de lei e os produtos florestais não madeireiros (PFNM) são suprimidos restando fragmentos de mata e capoeiras.

No caso dos recursos hídricos, os rios, lagos e igarapés sofrem com assoreamento e supressão de mata ciliar, a qualidade da água é degradada e os cursos d'água acabam pouco piscosos.

Este cenário descrito acima é semelhante com a história da ocupação da área segundo os diversos relatos colhidos na comunidade de Água Preta.

Em entrevista informal com dois dos agricultores antigos da comunidade sobre os antecedentes ao estabelecimento definitivo das famílias nos lotes e das condições que

---

<sup>28</sup>Fala conferida por Romero Ximenes Ponte em Reunião de Entendimento e Acordo sobre a questão ambiental e minerária do município de Juruti, em Belém, outubro de 2010.

encontraram ao chegarem, um deles, apontando com as mãos para os troncos das árvores que restaram da retirada da floresta por madeireiros há mais de 30 anos, afirmou:

- “Olhe ai, não tinha nada mais aqui, isso aqui era tudo estradas de madeireiros, tudo que prestava foi tirado [...] eu peguei e recuperei tudo isso sozinho” (Seu. D. agricultor, 75 anos).

- “[...] aqui quando cheguei há 25 anos, só tinha picada de arrasto de madeira [...] só sobrou algum resto de madeira branca, pra uma cerca ou outra coisinha, mas nada” [...] a gente pequeno, não pode tirar um pau que o IBAMA quer multar, prender [...] o grande pode fazer o que quiser, eles até pagam, e se fazem de pequeno agricultor pra tirar madeira, quando é a gente, ‘pequeno agricultor’, a gente sofre [...] só não pude plantar mais dendê porque não tinha mais reserva legal.” (Seu. A. Agricultor Familiar. 56 anos).

Atualmente, com o que se pôde observar das áreas verdes<sup>29</sup>, são compostas pelas plantações de dendê, a faixa de Área de Proteção Permanente (APP)<sup>30</sup> do Turi-Açú, é resguardada pelo empreendimento da AGROPALMA e há alguns fragmentos de mata com sub-bosque “sujo” e áreas de capoeiras e capoeirões.

Os agricultores admitem ter havido no passado, durante a ocupação da região há pelo menos 30 anos, grande desmatamento na área da comunidade. Tal desmatamento se estagnou e nos anos de 2006, já não era tão evidente a atividade como expõe a tabela 2. Os indicadores ambientais coletados em campo mostram que as médias obtidas para a intensidade de desmatamento tanto nas margens dos rios quanto nas áreas da localidade variaram entre o intervalo de 5,0 e 5,9 qualificadas como “regulares” para antes de 2006 e para depois da integração em 2017, ou seja, para uma região que já não possui mais muitas áreas florestadas, o desmatamento é quase o mesmo, com uma intensidade que pouco variou durante os anos.

**Tabela 2-** Percepção das áreas de desmatamento na localidade.

Desmatamento	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Margens de rios e igarapés	5,0	Regular	5,4	Regular
Localidade	5,3	Regular	5,9	Regular
Área da empresa	6,5	Alto	4,6	Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 017.

Os agricultores também afirmam que a empresa não realiza mais desmatamentos em suas áreas para expansão dos dendezaís. Entretanto, no passado essa atividade foi altamente praticada como visto na tabela 2 acima, na qual a média atribuída para o desmatamento na

<sup>29</sup> A atividade madeireira no Moju segue a cronologia de exploração de recursos florestais de todo NEP, ou seja, no caso da madeira o auge da exploração fora entre os anos de 1970 e 1980.

<sup>30</sup> Quando se transita pelo assentamento, em específico na vicinal do igarapé Água Preta, nota-se a faixa longa de mata que margeia toda esta vicinal até o entroncamento que leva a vila Monte Sinai e ao Arauaí, e de lá segue o curso do igarapé Água Preta.



área da empresa foi de 6,5 qualificada como “alta”. Atualmente, a intensidade de desmatamento diminuiu o que acabou por refletir na média atribuída para 2017, que foi de 4,6 qualificada como “baixa” para a atividade.

Já para as áreas de matas da região da comunidade, percebe-se na tabela 3, que no passado elas eram bem mais compostas de vegetação florestal. Neste sentido os integrados atribuíram para o período anterior a 2006 a média de 7,9, qualificada como “alta” e para o período após a integração, em 2017 a média atribuída foi de 4,4 qualificada com “baixa” para florestas. Em relação áreas com capoeiras, as médias para ambos os períodos foram entre o intervalo de 6,0 e 6,4 ambas qualificadas como “regulares”, ou seja, não apresentaram mudanças para escala de intensidade.

**Tabela 3-** Percepção atribuída as áreas de florestas e capoeiras em Água Preta.

Composição de áreas	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Florestadas	7,9	Alto	4,4	Baixo
Capoeiras	6,0	Regular	6,4	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Os dados de ambas as tabelas comprovam que as áreas de florestas foram bem reduzidas, devido à supressão das matas em decorrência do período da colonização da região e da expansão da agroindústria do dendê<sup>31</sup>, que ocorreu com maior intensidade no período entre os anos de 1982 e 2001.

É importante dizer que a própria política do empreendimento transfere para o agricultor a expansão do plantio de dendê. O empreendimento ainda continua a realizar novas integrações, inclusive contratando médios e grandes produtores independentes que possuem suas terras na região de influências da AGROPALMA (CRUZ, 2009, p. 164) e que assim como os agricultores familiares têm de se adequar às exigências ambientais e fundiárias exigidas pela empresa.

Em relatório de atividades de 2013, a empresa alega não tolerar plantios em áreas em que ocorreram queimadas, excluindo a aquisição de CFF provenientes de áreas onde houve ação ilegal e danosa ao meio ambiente por parte dos produtores (AGROPALMA, 2013, p. 14-42).

<sup>31</sup>No período de campo, não foram verificar tentativas de recomposição de áreas degradadas nos estabelecimentos por parte dos agricultores com outras espécies florestais além do aproveitamento das áreas com a dendeicultura, neste sentido, a pesquisa não levantou dados para afirmar que as áreas de plantio para dendê familiar tenham sido áreas já degradadas sem ocorrências de supressão vegetal nos estabelecimentos.

A AGROPALMA (2013, p. 26) alega que suas áreas de plantio foram realizadas em uma combinação de pastos, plantios prévios de dendê e florestas primárias, nas quais o desflorestamento aconteceu entre os anos de 1982 e 2002 (AGROPALMA, 2013.p.14). A empresa também alega que desde 2001, não há mais desmatamentos nas suas áreas, nem utilizam práticas de queimada para novos plantios (AGROPALMA, 2013, p. 26). Ao contrário, afirmam que intensificaram o potencial de produtividade por área já plantada.

Pode-se aqui afirmar, que nas áreas próximas à comunidade Água Preta não tem havido desmatamento, primeiro, porque não há tantas áreas florestadas como os dados mostram e segundo, por causa da área de reserva legal, sem a qual os agricultores não podem firmar contrato de integração.

Em relação à atividade madeireira, os informantes relatam a presença de madeireiros na região. Segundo eles, estes madeireiros atuam em áreas distantes da comunidade, mas dentro das áreas do assentamento, que se for comprovada, se constitui atividade ilegal, pois não se permite desmatamentos dentro de assentamentos do INCRA. Não foi possível, estabelecer qualquer nexos causal a esse respeito.

Entre os novos problemas ambientais que têm se tornado um incômodo para os agricultores, ocorre a existência de um lixão a céu aberto na área da comunidade bem próximo das suas casas. O lixão está localizado no final do ramal conhecido por “ramal do Gaúcho”. Segundo os informantes, a abertura do lixão fora realizada sem nenhuma espécie de fiscalização e o seu funcionamento não está regularizado.

Os entrevistados disseram que o funcionamento do lixão possui características bastantes irregulares, não constando qualquer indicação de licenciamento para tal funcionamento, não há indícios de conhecimento dos órgãos competência ambiental, nem pelo INCRA que é a entidade responsável pelo assentamento e, segundo os agricultores, não são realizadas incursões na região da comunidade Água Preta há cinco anos. O lixão tem incomodado bastante as famílias que residem no local que alegam não poderem fazer nada a respeito. No local de entrada do lixão, existe apenas uma placa de indicação de que a entrada é proibida, nada mais. As famílias não reportam tal irregularidades por temerem represálias das pessoas que se dizem proprietárias da área. O lixo que é despejado no local é proveniente da vila Palmares, bem próxima dessa região da comunidade. Esse tipo de atividade prejudica a qualidade de vida das pessoas por inúmeras razões, entre as mais evidentes estão o mal cheiro provocado pela emissão de gases da decomposição e a contaminação do lençol freático.

A comunidade é servida por dos principais corpos d'água e seus afluentes, os igarapés Água Preta<sup>32</sup> e o Turi-Açú<sup>33</sup>.

A piscosidade desses igarapés é considerada “regular” pelos agricultores integrados entrevistados, os quais atribuíram uma média de escore de 4,6. No entanto, a pesca como atividade não é considerada um trabalho propriamente dito, está mais associada aos momentos de lazer. A pescaria é realizada na comunidade Água Preta no período das secas, quando os cursos d'água estão menos turbidos e pouco cheios, havendo assim, maior disponibilidade de peixes. Apesar da pesca ser ligada ao lazer, o resultado da pescaria é todo consumido, independente do tamanho dos peixes.

A pesca é realizada na maioria das vezes, com linhas de mão, durante o dia e a noite com as “fisgas” (arpões caseiros de disparo com curto alcance). A pescaria de “fisga” é realizada em pequenos grupos ou de forma isolada. Quando em grupo ela envolve adultos e crianças, em ambos os casos, os pescadores mergulham com máscaras e lanternas comuns (não aprova d'água e de pouca durabilidade), arpoam os peixes (traíras, caras, poraquês, pacus, jijus etc.) e jacarés tinga. A pesca de “fisga” também possui mais caráter desportivo que de subsistência.

Em relação a qualidade da água consumida na comunidade, a tabela 4 mostra que, na percepção dos agricultores, ela sempre foi considerada “muito boa”, mesmo depois da integração (quando há maior uso de agrotóxicos) tanto para a ingestão quanto para o banho recebendo médias altas no escore de satisfação variando pouco para ingestão, sendo de 8,7 para antes de 2006 e de 8,6 para o depois da integração em 2017. O mesmo ocorre para o banho, que recebeu para os mesmos períodos antes e depois da integração, respectivamente, as médias de 8,4 e 8,6.

---

<sup>32</sup> O igarapé Água Preta, nomeia a comunidade em estudo e a vicinal secundária do assentamento. Nas suas características físicas, o Água Preta é um igarapé estreito de águas vermelho-escuras (típica cor de água rica em tanino) devido a grande quantidade de matéria orgânica depositada no leito, é possível sentir muita dessa matéria orgânica composta de muitos tocos, toras e folhagens ao se banhar nesse curso d'água. A água desse igarapé possui a temperatura de 24 graus e margem inundável semelhante a um igapó. O igarapé não tem muita piscosidade, mas é possível pescar algumas espécies de pequeno porte, como traíras, jandiás, pacus, jijus, acarás entre outras espécies. O Água Preta desagua no Turi- Açú.

<sup>33</sup> O Turi ou Turi-Açú como chamam, é um igarapé que corta todo o assentamento, ele é mais largo que Água Preta, com água vermelho-escura de tanino. Sua Água é mais turbida ao centro, esse igarapé passa por trás de muitos estabelecimentos, é muito importante para muitas famílias que se servem dele. O Turi também delimita a entrada do assentamento pela Vicinal da Vila Israel, nessa altura ele é bem mais largo e bonito, sem a turbidez característica quando passa pela vicinal Água Preta. O Turi também marca o limite entre a área da empresa e os estabelecimentos familiares. Este igarapé, também é fronteira entre os municípios do Acará e Tailândia.

**Tabela 4-** Qualidade da água em Água Preta segundo a percepção dos agricultores.

Qualidade da água	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Ingestão	8,7	Muito Bom	8,6	Muito Bom
Banho	8,4	Muito Bom	8,6	Muito Bom

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

No caso da água que é usada para ingestão, a origem é subterrânea, retirada de poços. Em relação ao banho, em geral a comunidade se serve dos rios, em alturas diferentes. Estas águas, em determinadas ocasiões, sofrem alterações na qualidade, que se fazem sentir principalmente no Turi-Açú. Os agricultores relatam que tais alterações, são devido ao despejo de *tiborna* (vinhaça) ou *Palm Oil Mill Effluent (POME)*<sup>34</sup>, que afeta a qualidade da água dos corpos d'água da região.

Segundo a literatura, os efluentes dos quais os agricultores se referem são provenientes do processo de produção de matéria-prima do dendê, que é considerado como altamente poluente e produzido em grande escala junto com o processo de produção dos óleos. Segundo Chan *et al.* (1983 *apud* FERREIRA *et al.* 1998, p. 07), possui demanda bioquímica de oxigênio (DBO)<sup>35</sup>, superior a cem vezes os esgotos urbanos.

Este rejeito é descrito pelos agricultores como “*fétido e venenoso*” e o consideram como prejudicial ao ambiente e à saúde humana, provocando mortandade aos peixes e doenças de pele nas pessoas quando despejado nos cursos d'água da região. Segundo essas informações, o despejo ocorre nos igarapés<sup>36</sup>, quando os reservatórios de rejeitos transbordam ou quando são liberados pelos responsáveis da empresa, quando os tanques estão nos limites de capacidade.

Outro problema que os agricultores associam aos efluentes é a ocorrência de enxames de moscas que invadem toda a região de Água Preta no período de chuvas. Os agricultores afirmam que estes insetos são atraídos pelo rejeito, que além da água, é despejado nas leiras dos plantios das agroindústrias que cercam a comunidade para servirem de adubo

<sup>34</sup>É gerado principalmente pelos condensados da esterilização (água condensada resultante do vapor utilizado para a esterilização dos cachos) e da água de clarificação (líquidos subsistentes após a extração e separação da fase oleosa) (FERREIRA *et al.* 1998, p. 07).

<sup>35</sup> Indicador de capacidade poluente pela concentração de oxigênio diluído na água, causada pelo consumo de matéria orgânica por micro organismos (bactérias aeróbicas por exemplo).

<sup>36</sup> Num passado recente, a vinhaça (um poluente agressivo com um pH muito baixo e um alto teor de sais, principalmente potássio, e matéria orgânica) era inadequadamente lançada nos rios resultando grande mortandade de peixes a cada safra. Atualmente, a vinhaça e os resíduos líquidos são reciclados e usados para fertilização e irrigação [no caso do estado da Bahia] (PORTELA, 2007, P. 18).

(FERREIRA *et al.*, 1998), esses enxames são observáveis em todo NEP, onde há plantações de dendê.

A fala de um dos entrevistados em relação à existência da APP do Água Preta e da restrição de acesso associado ao despejo de vinhaça, foi: “Isso aí que eles chamam de área proibida é na verdade o esgoto a céu aberto deles, eles querem proibir as pessoas de ir até lá porque não querem que ninguém veja o que eles estão despejando no igarapé” (W. Agricultor Familiar, 46 anos).

Em relação ao aspecto ambiental de Água Preta, o que chama mais atenção são os plantios de dendê familiares, o que confere certa homogeneidade e monotonia a comunidade. Entretanto, com o passar do tempo na comunidade, percebe melhora na composição do ambiente. Apesar de não haver florestas primárias nem formações florestais vistosas, a comunidade apresenta alguns fragmentos florestais nas áreas de reserva dos lotes e muitas capoeiras de diferentes idades e tamanhos diferentes. A comunidade conta também as APP dos Igarapés, que cortam a região. Locais onde os agricultores e habitantes das redondezas frequentam como forma de lazer para nado e pescarias.

Em relação à fauna observável sem maiores critérios, os animais comuns são: as cobras (jararacas [*Bothrops jararaca*], surucucus [*Lachesis muta*], caninanas [*Spilotes pullatus*] e jiboias [*Boa constrictor constrictor*]), tatus pebas (*Euphractus sexcinctus*), aranhas caranguejeiras (*Lasiadora parahybana*), e algumas aves como gaviões-papa-pintos (*Rupornis magnirostris*), anus-pretos (*Crotophaga ani*), aracuãs (*Herpetotheres cachinnans*), acauãs (*Ortalis guttata*). As cobras e o seu predador acauãs, abundam os dendezaís, pelo fato do fruto ser altamente atrativo para roedores<sup>37</sup>

Nas faixas de mata que correspondem as APP dos igarapés do Tutri e Água Preta, é onde estão posicionadas as placas de proibição de entrada de áreas protegidas legalmente, tal sinalização incomoda os agricultores por considerarem que a área pertence a comunidade, que foi apropriada pela empresa e que a interdição restringe o acesso e trânsito pela busca de recursos que ainda estão disponíveis na área.

Apesar das sinalizações, as pessoas da comunidade, continuam a fazer uso da APP naturalmente, visto que esses dois cursos d'água são usados para banho, lazer e pesca, desde

---

<sup>37</sup> Os raticidas estão entre os insumos necessários a implementação dos projetos, por conta da atração que o dendê representa a roedores.

da época em que os primeiros agricultores chegaram na região. As incursões a APP também se configuram como formas de resistência à interdição<sup>38</sup>.

A empresa não tem como proibir o acesso integral à APP, no entanto tal fato acirra os conflitos já existentes em torno da posse dos recursos que ela resguarda, pois muitas das famílias que ainda não contam com água encanada, poços ou caixas d'água, dependem desses cursos d'água, para lavar roupa e louças, tomar banho e para beber. Os guardas sempre que podem confiscam armas de fogo (em geral os bofetes e cartucheiras artesanais) usadas para caça e as fisgas (arpões artesanais para pesca). Esse confisco causa indisposições e revolta entre os moradores.

De maneira geral, as condições ambientais sofreram perdas ao longo do tempo. A tabela 5 indica a perda de biodiversidade no local. Em todas as cinco categorias elencadas houve perdas, segundo as percepções dos produtores. As médias conferidas para o período anterior a 2006, antes da integração, ficaram entre um intervalo de 6,6 a 7,6 sendo qualificadas como “altas”, a exceção do indicador para ervas medicinais, que recebeu média 5,1 sendo qualificada como “regular”. Já para 2017, as médias de intensidade, atribuídas pelos agricultores, caíram para a maioria das categorias ficando entre o intervalo de 3,3 e 4,5 sendo qualificadas como “baixas”, a exceção da pesca que também sofreu queda, mas recebera média 4,6 sendo qualificada como “regular”.

**Tabela 5-** Percepção dos agricultores quanto a disponibilidade de recursos naturais em Água Preta.

Disponibilidade de recursos naturais	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Caça	7,3	Alto	3,4	Baixo
Pesca	7,6	Alto	4,6	Regular
Frutos nativos	6,6	Alto	4,5	Baixo
Ervas medicinais	5,1	Regular	4,0	Baixo
Cipós títica e ambé	7,1	Alto	3,3	Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Para o consumo de carne de caça, só foi possível registrar tatus e preguiças, que são caçados com “bofetes” e cartucheiras (armas de construção caseira). Não há atividade constante de caça devido à baixa concentração de animais. Só realizada esporadicamente e não se configura como uma importante fonte de proteína animal. Pode-se afirmar que ela

<sup>38</sup> A área de APP na vicinal Água Preta possui fiscalização, que é realizada pela segurança da empresa. Os agricultores asseveram que os guardas se fazem presentes quando são avisados da presença de alguém dentro das áreas de reserva. A empresa mantém uma casa de guarda da em Água Preta, se encontra está vazia. Aparentemente, está ali apenas para se estabelecer um marco simbólico de que a área é protegida e vigiada, a casa se encontra em bom estado e conta com caixa d'água e gerador de energia.

ainda é exercida em Água Preta pelos integrados, devido o apelo cultural que a caça tem como atividade para os camponeses.

Em relação aos insumos químicos de uso agrícola, o agricultor integrado tem contato com esse tipo de produto, seja como adubo, controle de espécies daninhas ou pragas. Esse comportamento não mudou, apesar da política da empresa recomendar que os agricultores não façam uso de produtos tóxicos nas suas propriedades devidas às exigências internacionais de certificação para exportação de produtos orgânicos iniciativa já praticada pela Agropolma.

O que mudou foi o nível de informação sobre o uso desses produtos, pois durante os 11 anos de integração houve em algum período treinamentos e troca de informações. Nesta perspectiva, a tabela 6 demonstra a evolução do conhecimento dos integrados. Assim antes de 2006, a média atribuída ao conhecimento foi de 3,5 considerada “baixa” e atualmente este conhecimento recebeu a media de 6,3, que se qualifica como “regular”.

**Tabela 6-** Grau de conhecimento dos agricultores aos produtos químicos utilizados nos cultivos em Água Preta.

Recohecimento dos produtos químicos	Antes	Hoje
	Médias Atributos 3,5 Baixo	Médias Atributos 6,3 Regular

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Mesmo com o conhecimento sobre os usos e perigos de tal utilização, não é raro ouvir relatos de problemas de saúde e acidentes relacionados ao uso de defensivos. Entre os agrotóxicos mais comuns nas propriedades esta o *Roundup* (glifosato), usado para combater espécies vegetais invasoras e o *Barrage* (*cypermethrin*) usado para combater formigas e outros insetos que atacam os cultivos familiares.

De maneira geral, pode-se dizer que os estabelecimentos familiares no seu conjunto, resguardando a degradação ambiental histórica da região, não aparenta degradada do ponto de vista produtivo e de habitação. Os estabelecimentos são bem cuidados e algumas propriedades são até bem bonitas do ponto de vista estético, expondo certa diversidade de plantios, com muitas fruteiras e sombreamento. Dos entrevistados, apenas três possuem (poucas) cabeças de gado de baixa zootecnia, portanto não há grandes áreas de pasto na comunidade.

Há uma diversidade grande de insetos e anfíbios. Não existem enxames de pernilongos, como no caso das moscas. A estadia em Água Preta é agradável e o clima noturno dispensa o uso de repelentes, ventiladores e mosquiteiros. Segundo os agricultores, apesar da malária e da febre amarela (doenças de ocorrência em áreas de ambientes

degradados com alta antropização terem sido um grande problema de saúde no passado recente da região, atualmente estão controladas e não têm havido registros em Água Preta (PIGNATTI, 2004; TAKKEN, *et al.*, 2005; FOLEY, *et al.*, 2007).

#### 4.2.4 Processo de titulação da comunidade Água Preta

Água Preta se encontra dentro de Projeto de Assentamento do INCRA o PA-Calmaria II<sup>39</sup>. Os que residem na comunidade Água Preta apenas um agricultor possui o título definitivo. Entre os integrados do projeto IV da AGROPALMA, apenas um produtor que mora na região da Vila Fumaça possui o título definitivo. Não levantei quantos agricultores possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e nem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), mas todos os 37 integrados devem possui-lo para acessar o financiamento. Cabe ressaltar que alguns dos moradores da comunidade não estão na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA, principalmente os moradores da Vila do Água Preta.

Como se pode verificar, o processo de titulação no assentamento ainda é confuso, como em toda região Amazônica. Muitos dos assentados não receberam fomento nenhum do INCRA, outros ainda esperam ser beneficiados pelo crédito habitação. Dos entrevistados 78% afirmou ter recebido o crédito habitação. Em entrevistas informais, alguns agricultores alegaram desistir de qualquer auxílio do INCRA, pelo tempo de espera pelo fomento que nunca chegou.

---

<sup>39</sup> O processo de criação de projetos segundo o INCRA (BRASIL, 2017), se dá da seguinte forma: A obtenção da terra, criação do projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA; o aporte de recursos de crédito, apoio a instalação e de crédito de produção é de responsabilidade da União; a infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) também é de responsabilidade da União. Após a criação, o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local, com a concessão dos primeiros créditos e investimentos na infraestrutura das parcelas (estradas, habitação, eletrificação e abastecimento). Os procedimentos técnicos administrativos de criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008 (BRASIL, 2017).



## **5 INFRAESTRUTURAS, SERVIÇOS E RESIDÊNCIAS À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL**

Neste capítulo serão apresentados os aspectos sentidos pelos os agricultores integrados no que concerne aos serviços e infraestruturas presentes na comunidade de Água Preta. Tal análise foi realizada no marco temporal que se convencionou chamar de “antes e depois da integração à dendeicultura” considerando o ano de 2006, que corresponde ao período em que as mudanças foram percebidas pelos agricultores incluídos no PNPB, teoricamente começaram a se operar até o ano de 2017, ano de realização da pesquisa de campo do projeto AFInS que resultou nessa dissertação.

A ênfase da pesquisa se concentrou nos agricultores integrados à AGROPALMA. Os agricultores não integrados foram também importantes para o escopo da pesquisa, pois as suas impressões e percepções auxiliaram qualitativamente o Estudo. Foram eles que forneceram a visão diferenciada sobre a dendeicultura, são “os de fora” da política pública e que possuem motivos para não se integrar à agroindústria, independente ou não de serem aptos a ela.

Para essas análises, é importante ter em mente que não se procurou desvelar melhorias apontadas pelos indicadores em função da chegada da dendeicultura, mas sim avivar na memória recente dos entrevistados e eventos de melhora puderam ser mensurados através do tempo. A filtragem do que pôde ou não resultar em inclusão social em decorrência da chegada da dendeicultura como vetor de inclusão social, foi feita com os indicadores em conjunto com a realidade observada em campo. Portanto, aqui não se quer positivar qualquer melhoria na comunidade ou na região, como uma consequência da dendeicultura, mas verificar como a inclusão social é sentida e como ela se conformou segundo os sentidos dos agricultores familiares.

### **5.1 Serviços e estruturas em Água Preta**

As estruturas comunitárias existentes em Água Preta são o barracão comunitário, quatro igrejas evangélicas, dois campos de futebol e as vicinais. Escolas, posto de saúde, quadra desportiva e a igreja católica, ficam fora da comunidade, na vila de Palmares localizada a 10km da comunidade.

O barracão comunitário foi construído pela Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Calmaria II e Comunidade Água Preta (AMOPARACAP), onde funciona a escola da comunidade. As vicinais foram abertas pela

prefeitura de Moju e INCRA, sob a pressão dos agricultores. Atualmente nenhuma dessas estruturas conta com o apoio do poder público para a sua manutenção. A comunidade não dispõe de recursos financeiros próprios para a manutenção e/ou construção de novas estruturas físico-espaciais de uso coletivo (praça, quadra de esportes, campo de futebol, recuperação ou pavimentação das vicinais). Portanto, na percepção dos agricultores o estado de conservação dessas estruturas deixa a desejar, com exceção das igrejas, como se pode ver na tabela 7.

**Tabela 7-** Estado de conservação de estruturas de uso coletivo na comunidade antes da 2006 e em 2017.

Estruturas da comunidade	Antes		Hoje	
	Média	Atributo	Média	Atributo
Igrejas	5,3	Regular	7,4	Bom
Campo de Futebol	2,7	Muito Ruim	5,0	Regular
Salão Comunitário	1,4	Muito Ruim	5,2	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Essas estruturas foram construídas pelos próprios comunitários. Segundo os interlocutores, as reuniões comunitárias eram feitas em baixo de árvores e as vicinais eram pequenos caminhos de acesso. Os campos de futebol pertencem a duas famílias não integradas, dos quais, cada família cuida da manutenção, sem recursos do trabalho nos dendezaís. O salão comunitário foi construído pelos agricultores integrados com recursos próprios e passou por reformas desde 2006, no início era construído de madeira, hoje é de alvenaria e como se pode observar na tabela 7, na percepção dos agricultores, passou uma melhoria significativa, apesar de estar aquém do que eles desejam. A média atribuída para a satisfação com a estrutura era de 1,4, qualificada como “muito ruim”, em 2017 a media de satisfação foi de 5,2, qualificada como regular.

Como se pôde comprovar, há uma verdadeira ausência de estruturas na comunidade para atender minimamente as necessidades das pessoas a serviços públicos básicos capazes de suprir algumas de suas privações como, mobilidade, educação e saúde. Como Haan (1998) assevera, a inclusão social depende de múltiplas abordagens onde o campo econômico é apenas uma delas, é necessário que se dê ênfase aos processos políticos, culturais e estruturais.

Em relação às igrejas evangélicas<sup>40</sup> é difícil até mesmo para os agricultores precisarem quando foi a construção das primeiras, por terem sido construídas em diversos

<sup>40</sup> Os dados são atribuídos apenas as igrejas evangélicas, pois não existem igrejas católicas no local. São em números de cinco estas igrejas evangélicas, duas de denominação Assembleia de Deus e três igrejas de

espaços na comunidade em períodos diferentes. Os prédios das igrejas são considerados por 57% dos entrevistados integrados evangélicos como em bom estado. Estas igrejas estão em constantes reformas, isso se dá pelo caráter coletivo e dizimista da organização social evangélica que conta com recursos dos seus adeptos integrados e não integrados para a manutenção e construção de novos prédios (ERNANDES, 1998).

## 5.2 Energia elétrica

Um dos serviços essenciais para inclusão social no campo é a energia elétrica (NERI, 2012). Das famílias visitadas, 87% contam com energia elétrica, mas apenas 28% foram beneficiadas com o Luz Para Todos.

No caso, o fornecimento aos estabelecimentos em Água Preta é atribuído ao próprio agricultor familiar. Os moradores se cotizaram e compraram transformadores (35% dos entrevistados afirmou ter transformadores coletivos e 13% afirmou ter transformadores próprios) e fiação a um custo alto<sup>41</sup> para poder ter acesso à energia que deveria ser oferecida de forma regular.

Neste sentido, os produtores, por necessidade e com os recursos próprios obtidos com o trabalho na dendeicultura, coletivizaram o fornecimento desse serviço através da organização entre vizinhos. Esta ação “desviante” (CUSSON, 1996)<sup>42</sup>, entre os agricultores foi necessária para que estes pudessem adquirir os meios materiais para que o fornecimento de eletricidade fosse possível em algumas vicinias da comunidade, até então sem o serviço. A cotização se deu em virtude do programa “Luz Para Todos” do governo federal ter coberto apenas 40% do assentamento, deixando a maioria dos estabelecimentos da comunidade Água Preta sem eletricidade (ANDRADE, 2009).

---

denominação Quadrangular, ambas em estados diferentes de conservação, em reforma ou em construção. No entanto seus adeptos atribuem um “bom estado” de qualidade aos prédios, independente do estado real de conservação, expressando sua ligação sentimental e religiosa com essas estruturas.

<sup>41</sup> Estes transformadores custam entre R\$ 2000,00 à R\$ 5000,00 reais, dependendo do tamanho do gerador. Esses arranjos a comunidade tende a criar, como estratégias de acesso a serviços básicos aos quais tem direito e que não são prestados com regularidade.

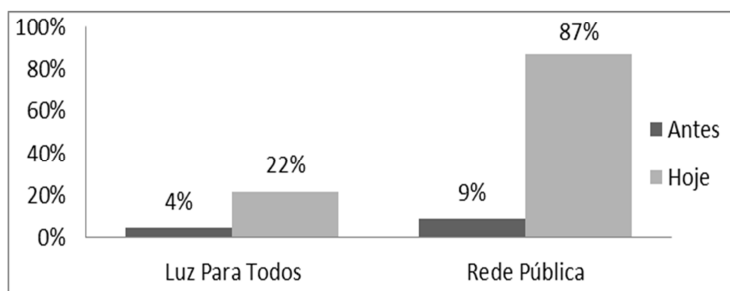
<sup>42</sup> Para este autor o desvio é o oposto da norma e é relativo ao comportamento de uma minoria em relação ao que prescreve a sociedade hegemônica. Neste sentido uma ação só se configura como desvio quando seu comportamento é objeto de uma interpretação associada a um juízo de valor. O desvio é como a beleza, está nos olhos de quem vê (SIMON, 1969, apud CUSSON, 1996, p. 418). Neste caso o poder é a condição e o mecanismo para a criação do desvio. Como o poder público é quase ausente em Água Preta, aos olhos dos seus habitantes, não há nenhum comportamento desviante na ação de coletivizar a energia.

Ainda em relação ao fornecimento de energia elétrica na comunidade, é preciso esclarecer que existem no local dois tipos de fornecimento de eletricidade: o “Luz Para Todos” que possui uma taxa social e a energia pública ainda não taxada na comunidade.

Neste sentido ao se analisar o serviço das duas modalidades em relação ao acesso dos agricultores, em primeiro lugar se tem o Luz Para Todos, que se ampliou na região desde 2006, período em que atendia apenas 4% dos entrevistados e passou a atender 22% destes até o momento da pesquisa de campo em 2017, como se pode ver no gráfico 1. Os lotes de Água Preta atendidos por este programa estão situados em um trecho da vicinal da Vila Israel que passa pela comunidade.

Já em relação ao serviço público, obtido através da cota entre os agricultores, o gráfico expõe a acentuada mudança em relação à porcentagem de estabelecimentos que contam com energia elétrica atualmente. Assim, para o período anterior a 2006, 91% deles, ainda não integrados, não possuíam energia elétrica da rede pública e os 9% dos entrevistados que possuíam energia nesse período são os mesmos que afirmaram ter gerador próprio antes de 2006.

**Gráfico 1-** Modalidades de fornecimento de Energia elétrica Luz Para Tosos e Rede Pública.



Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Ainda no gráfico 1, nota-se a grande porcentagem de estabelecimentos integrados, 87% que ainda hoje não foram- atendidos pela política pública de inclusão de eletricidade Luz Para Todos. Para os 13% que ainda não possuem energia elétrica nos seus estabelecimentos atualmente, pode-se inferir que pelo fato de não residirem nos seus lotes ou se situarem distantes dos lotes dos agricultores que se cotizaram<sup>43</sup>, estes não estão ao alcance das linhas de tensão adquiridas pela comunidade.

<sup>43</sup> Os agricultores para se cotizarem, organizaram-se em grupos vicinais próximos, compostos de quatro a cinco agricultores os quais são responsáveis pelos transformadores de cada grupo que distribuem energia entre esses estabelecimentos.

Esses dados sobre energia elétrica têm implicações econômicas importantes para a vida dos agricultores e conseqüente melhora de sua qualidade de vida, implicando diretamente na inclusão social dessas famílias. Neste sentido, as famílias podem conservar os alimentos por maior período de tempo, ter a possibilidade de estocar seus produtos e com a venda complementar a renda da família, além de poderem trabalhar a noite com melhor iluminação, movimentar equipamentos via eletricidade, como bombas d'água e motores elétricos para ralar mandioca e processar açaí, entre outros.

A propósito, os agricultores integrados afirmam que antes do dendê o trabalho no estabelecimento só atendia as necessidades básicas do consumo alimentar da unidade familiar e que hoje é possível investir em outros equipamentos para fornecer um maior conforto para a família, além de dar acesso a entretenimentos e informação através de televisores, computadores, celulares e rádios com maior facilidade.

### 5.3 Transporte e mobilidade

Um dos indicadores de inclusão social considerado como de suma importância na vida dos integrados à dendeicultura é aquele que diz respeito às condições de mobilidade. Isso se dá pelo fato de estar diretamente associado à comercialização dos produtos, acesso mais rápido a postos de saúde e hospitais, educação dos filhos em outras localidades, viagens e etc. Tais condições são sentidas pelas estruturas de comunicação terrestre e pelas suas condições de trafegabilidade, sejam elas as redes rodoviárias, estradas, pontes e ramais. No caso da comunidade Água Preta, as vias terrestres são usadas mais frequentemente, devido à proximidade com a PA-150.

A forma como essa mobilidade terrestre se estrutura dentro da comunidade é fundamental para a comunicação com a vizinhança, tanto pelas suas redes de informação, quanto pelas redes de comércio local, solidariedade e parentesco, além da comunicação com outras comunidades rurais próximas e com o mundo urbano das vilas e das cidades próximas Tailândia, Moju e a Capital Belém. Tal importância é explicitada em algumas das falas dos agricultores entrevistados.

“Antes do dendê eu andava mais aqui dentro [...], o tempo quem faz é a gente, [...]. Antes do dendê era devagar não tinha estrada era mais difícil, tinha o lote, mas não queriam [prefeitura Moju] fazer a estrada, o que trás a melhoria ou a piora a gente busca aqui é dentro do lote, ‘o dendê é dele’<sup>44</sup>, mas o que trás a melhoria é o lote,

<sup>44</sup> Aqui o dendê é interpretado como uma cultura a parte do estabelecimento, cujo resultado é renda monetária, mas não é considerado como natural ao estabelecimento pela imobilidade da terra, além de envolver obrigações contratuais associadas ao itinerário técnico e cuja satisfação de valor é realizada através do dinheiro, ou seja, não

porque se você me perguntar de melhoria, se você me perguntar hoje, antes do dendê no lote eu vou lhe responder que era devagar e depois do dendê era melhor! Porque aqui não tinha estrada, aí o trabalho era o mesmo, mas não tinha estrada, então ficava difícil. Ai então quando foi pra eu correr essa estrada pra conseguir foi através do dendê porque tem muitos produtores que ainda tá ai pra dentro sem nada, então quem trouxe a melhora pro lote foi a estrada” (Seu. A. Agricultor, 65 anos).

Cabe ressaltar que, segundo esse relato, a empresa não teve participação na abertura de estradas, mas o poder público representado pelo INCRA e pela Prefeitura de Moju, que segundo os interlocutores, foram órgãos pressionados pelos agricultores familiares integrados.

“[...] nos plantamos dendê porque o INCRA se comprometeu que onde não tivesse estrada fazia, daí o dendê estava na época de colheita e não tinha estrada, aí foi que eles disseram que tinha de falar com a prefeitura que a prefeitura tinha de entrar com 25%, o INCRA entrava com uma parte e o prefeito entrava com 25 %, aí que eu fui na prefeitura e o prefeito se comprometeu assinou os 25% dele, e liberou a estrada, mas a gente cobrou mostramos o dendê, porque, quem não plantou o dendê, eles não queriam fazer e hoje tem pessoas que inda estão ai em ramal sem estradas”. (Seu A. A. Familiar, 65 anos).

Como se pode ler na fala, nota-se que os agricultores tinham ciência do comprometimento público na abertura e manutenção das estradas e vicinais, tanto pelo fato de estarem eles assentados pelo INCRA, como pelo fato de serem agricultores familiares integrados. Estes dois enquadramentos que lhes conferem direitos e deveres: *i)* como assentados e mediante as sua luta pela terra e *ii)* como produtores integrados que receberam um conjunto de informações através do pacote de “benefícios”<sup>45</sup> estipulados pelo contrato. No entanto, em vista de não terem atendidas as suas reivindicações por nenhuma das partes, se fizeram ouvir junto às autoridades públicas sobre a necessidade da contrapartida deste poder.

Visto pelo ângulo das necessidades prioritárias da comunidade, a acessibilidade e transporte são igualmente colocadas por Wixey *et al.* (2005) como integradas às questões sociais, econômicas, de saúde e outras mais amplas e que a falta de acessibilidade é um componente chave de exclusão social, pois para muitos grupos de pessoas, como no caso de Água Preta, que a viabilidade de acessar muitas oportunidades e serviços é severamente reduzida devido à falta de condições de mobilidade e de transporte acessível. Esses mesmos autores explicam que a participação do indivíduo em uma sociedade inclusiva, significa ter

---

é um cultivo realizado pela mão de obra familiar na acepção que o termo evoca, cujo valor é distribuído aos membros da família na forma de consumo (GARCIA, 1983), sua produção é exclusivamente destinada ao mercado.

<sup>45</sup> Vulgarmente conhecido pelos agricultores como “fase de namoro”, quando muitos representantes de diversos órgãos circulam pela comunidade em ações de convencimento para que os agricultores optem pelo contrato e o que isso poderia acarretar em suas vidas.

acesso à condições de mobilidade e transporte que não lhes restrinja as suas necessidades por serviços públicos e de oportunidades (CAPUCHA, 2010).

No sentido de possibilitar o melhor escoamento da produção até a sua planta de beneficiamento, muitas vezes o empreendimento assume o papel do Estado na manutenção dessas vias (MONTEIRO, 2013), o que, a reboque, beneficia os integrados e agricultores não produtores de dendê que vivem nas proximidades do projeto IV (projeto de dendeicultura familiar em Água Preta), excluindo os demais agricultores fora do perímetro de coleta de CFF, como atesta a seguinte fala:

Ai a estrada veio porque, por causa do dendê, porque sem a estrada o dendê não era escoado, até essa briga eu levei lá em Belém um dia lá no INCRA, e o INCRA estava enrolando pra fazer a estrada, ai estava chegando à data da gente colher, três anos que era com três anos pra começar a colher [...] ai a estrada ainda não estava pronta, ai eu fui no INCRA falar com o superintendente e falei que a gente tem uma dívida lá no banco e se vocês não liberar as maquinas pra fazer a estrada a dívida vai ser perdida porque nos não temos com que pagar, eu pelo menos eu não tenho com pagar [...]. (Seu A. A. Familiar, 65 anos).

Como se pode ler nos depoimentos acima, a atuação do Estado na construção das infraestruturas de acesso locais se deu mediante as reivindicações dos próprios agricultores em função da eminência de não terem suas safras escoadas e suas dívidas acumuladas. No entanto, a atuação do Estado correu apenas no início da integração, quando forneceu auxílio na recuperação das vicinais que servem a comunidade. Feitas essas benfeitorias iniciais pelo poder público, o Estado não mais atuou na sua manutenção e, a partir desse momento, caso o escoamento da produção familiar seja comprometido, devido às más condições de trafegabilidade, a manutenção é realizada pelas empresas que atuam no local, quando reivindicadas pela comunidade.

Como se pode observar na tabela 8, as médias dos graus de satisfação com as vias para o período anterior a 2006, antes da integração, e para o período atual 2017, momento da pesquisa, através da percepção dos agricultores se notou um aumento das médias em relação à toda infraestrutura da localidade, principalmente em relação às rodovias.

**Tabela 8-** Percepção das condições de trafegabilidade nas vias da localidade antes e depois da integração (2006-2017).

Vias	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Rodovias	4,7	Regular	7,6	Bom
Ramais	2,9	Ruim	4,5	Ruim
Pontes	3,8	Ruim	4,8	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017

O caso da PA- 150, que é o eixo mais importante dessa região, na qual há tráfego constante de veículos de todos os tamanhos entre os municípios de Belém-Moju e Tailândia e vice-versa, através dos indicadores de trafegabilidade se pode constatar a diferença entre os descontentes do período anterior à integração, 2006, e o período da pesquisa, 2017. Deste modo, 22% dos entrevistados consideraram que a qualidade de trafegabilidade da rodovia antes da integração era “muito ruim”, contrastando com os 4% que consideram as mesmas condições da rodovia como “muito ruim” atualmente. Os que consideram a trafegabilidade da rodovia como muito boas em 2017, foram 39% dos entrevistados, antes de 2006, apenas 9% destes consideravam a trafegabilidade da rodovia como o muito boa.

Esses resultados apresentados corroboram com Rocha e Castro (2012 *apud* MONTEIRO, 2013. p. 86), que verificaram que um dos principais aspectos limitantes para os sistemas produtivos integrados a dendeicultura, está relacionado com a pouca participação do poder público, no sentido de viabilizar a infraestrutura necessária para o acesso da população rural e para o escoamento da produção, como estradas, pontes etc.

Sobre os agricultores que estão descontentes com a trafegabilidade da rodovia atualmente, pode-se afirmar, com base nas entrevistas não estruturadas, que o indicador foi atribuído devido receio de acidentes em decorrência do trânsito pesado, pois a maioria dos agricultores usa veículos pequenos, como bicicletas<sup>46</sup> e motocicletas. Os 4% de agricultores que ainda acham “muito ruim” a trafegabilidade, embora sejam poucos, expressam a percepção sobre a vulnerabilidade de quem trafega na PA-150 devido ao seu estreitamento. Além de que, esses agricultores afirmaram que a PA-150 pouco mudou em relação à chegada da dendeicultura.

Sobre a modalidade do transporte escolar, a mobilidade desse modal é fundamental para inclusão social de crianças, adolescentes e adultos ao sistema de educação formal na zona rural. Os indicadores que expressam as mudanças relativas a esse serviço prestado ao longo do tempo são a qualidade, a regularidade do transporte escolar e a distância entre a

---

<sup>46</sup> O número de usuários de bicicletas e do transporte de tração animal na zona rural tem diminuído com o passar dos anos. Estes veículos estão sendo substituídos cada vez mais pelas motocicletas, que segundo Silva (2013, p. 20) é devido entre outros fatores à facilidade de compra, onde a motocicleta é usada muito mais para o trabalho que para outras atividades como o lazer, por exemplo, possibilitando o deslocamento das pessoas a lugares de difícil acesso, onde veículos maiores não conseguem chegar, carregando materiais agrícolas e de trabalho, facilitando o transporte das pessoas do meio rural ao urbano encurtando as distancias entre as diversas localidades. Com relação à renda proveniente da dendeicultura, esta tem possibilitado ao agricultor familiar adquirir essas motocicletas no NEP onde são muito populares, muitos são os relatos do passado em relação ao tráfego de bicicletas, do cavalo, burro ou boi com carroças ou não, e o conseqüente abandono destes devido à facilidade de compra motocicletas, entre os seus usuários estão os jovens e idosos de ambos os gêneros.



comunidade e as escolas, em função da melhora das condições das vias terrestres da localidade e da utilização de veículos (ônibus) apropriados a essa modalidade.

Assim como se pode observar na tabela 9, os entrevistados indicaram que a qualidade do transporte escolar, para o período anterior à chegada da dendeicultura a média na escala de satisfação, qualificada como “muito ruim” para o serviço. Já para o ano de 2017, após os anos de integração, a média na escala de satisfação foi qualificada como “regular”.

Na mesma tabela 9, constata-se que, na percepção dos agricultores, houve melhorias para as outras variáveis do mesmo indicador, em relação à média de regularidade diária do modal, havendo um salto das médias, que antes da integração em 2006 era qualificada como “ruim”. Para o ano de 2017, foi atribuída à média qualificada como “bom”.

A percepção de distância<sup>47</sup> entre as residências e escolas, aumentou desde 2016 para o ano de 2017, devido à maior rapidez dos ônibus escolares que servem a região, a média saltou de “regular” para “bom” respectivamente.

**Tabela 9-** Qualidade, regularidade e distância para mobilidade escolar.

Transporte escolar	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Qualidade	2,3	Muito Ruim	6,4	Regular
Regularidade	2,8	Ruim	6,6	Bom
Distância	4,9	Regular	7,3	Bom

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017

Estes indicadores não representam necessariamente uma mudança ou uma melhoria em decorrência única de inclusão social proposta pelo PNPB e pelo protocolo de intenções para a agricultura familiar, mas também outras políticas públicas e legislação:

Neste caso, os estados e municípios desde a constituição de 1988 têm a obrigação de fornecer o transporte escolar como forma de atender o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) ao direito a educação, com isso, fornecer as condições para que crianças e adolescentes possam ter acesso regular ao sistema de ensino, tanto urbano como na zona rural. Deste modo, cada estado tem autonomia para definir tais regras e os municípios vêm se adaptando desde então ao atendimento desse serviço, que ainda é precário na região em questão.

Em relação à influência da dendeicultura sobre a mobilidade, no caso das rodovias, assim com das vicinais, não há dúvidas sobre influência das agroindústrias, tanto no que tange

<sup>47</sup> Em relação à percepção da diminuição da distância da comunidade para escola, o dado de melhoria é figurativo e é relativo ao tempo que se leva para ir e voltar da escola proporcionado pela infraestrutura local. Não expressa distancia física, mas facilidade de acesso, a ideia foi usada para captar de forma lúdica a percepção dos agricultores sobre qualidade do transporte escolar como um todo.

a recuperação quanto para manutenção das vias por parte do Estado (no caso da PA-150), assim como as agroindústrias têm assumido o papel do Estado, quando este não se faz presente (MONTEIRO, 2013). No caso de grandes empreendimentos, a fusão das funções do Estado a esses empreendimentos é uma estratégia corrente de dominação do espaço e das mentes praticada pelo capital industrial (informação verbal) <sup>48</sup>.

No caso da AGROPALMA, por se tratar de uma indústria cujo setor produtivo é de ponta para o estado do Pará e para o Brasil, a coleta de matéria-prima (CFF), o escoamento de produtos semi-processados e processados oriundos do dendê, assim como os insumos necessários a produção, somando-se ao aumento da acidez e oxidação dos CFF que diminuem o valor agregado da matéria-prima, caso o transporte não seja eficiente e rápido, faz com que a celeridade no transporte seja de suma importância.

Em relação ao transporte pelas vicinais, pode-se afirmar o mesmo, pois sem a manutenção mínima dessas vias, a coleta e a entrega dos CFF provenientes da agricultura familiar realizada pelas terceirizadas, são comprometidas. Segundo relato feito por um técnico agrícola em reunião na comunidade, tal atraso prejudica a safra dos agricultores, pois há perda de peso dos CFF (de até 3 a 5 kg por cacho) devido à demora do transporte e o conseqüentemente prejuízo financeiro que sobrevêm para os agricultores, que por conta desse déficit causado pelo atraso e pela perda natural do peso do CFF logo após o corte, gera desconfiança entre os agricultores sobre a idoneidade da pesagem realizada pela empresa.

#### **5.4 Educação, saúde e lazer**

A infraestrutura relativa às escolas não existe na comunidade. As aulas são dadas no salão comunitário, que é cedido pela AMOPARACAP. Segundo eles próprios, o espaço não oferece uma estrutura adequada ao ensino, além de não ter sido construído para servir de escola, mas para as reuniões da comunidade. O sistema escolar na comunidade se limita ao ensino fundamental menor, atendendo pelo sistema multisseriado, com alunos da 1ª a 4ª séries em uma única sala, conta apenas com uma professora. Não há merenda, nem transporte escolar para estes alunos na comunidade, os pais das crianças são os responsáveis por essas questões, as crianças comem o que levam e vão a pé ou de bicicleta para as aulas.

Os jovens e adultos da comunidade Água Preta, quando conseguem terminar o fundamental menor, seguem os estudos no fundamental maior de 5ª a 9ª séries em Palmares

---

<sup>48</sup> Fala conferida por Romero Ximenes Ponte em Reunião de Entendimento e Acordo sobre a questão ambiental e minerária do município de Juruti, em Belém, outubro de 2010.

ou Tailândia, ocorrendo o mesmo para o ensino médio. Assim, os dados sobre esses serviços são referentes aos existentes na vila de Palmares e nos municípios do Moju e Tailândia.

A propósito, Andrade (2009) explica que os programas de educação para jovens e adultos no campo, funcionaram na comunidade. Deste modo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) apenas funcionou no 2º semestre de 2007, e por outro semestre em 2008, financiados pelos INCRA. A autora ainda escreve que, o projeto poderia ter continuado por mais tempo se o recurso financeiro tivesse sido repassado STTR do Moju, o que não ocorreu. Sem recursos, o programa parou de funcionar no Calmaria II. Já o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), deveria ter funcionado na comunidade no ano de 2009, mas por falta de estrutura (o barracão da comunidade não contava com energia elétrica e dependendo da bateria do trator da comunidade), funcionava precariamente. Atualmente não há programas educacionais deste tipo na comunidade.

A educação em Água Preta piorou de 2009 para 2017. Neste sentido, o descrito acima coaduna com Campello *et al.* (2014, p. 816) que coloca como funil entre a transição do ensino fundamental para o médio, onde o jovem mais pobre e mais vulnerável é excluído do sistema educacional nesse momento crítico, ou pouco antes dele. Neste sentido a inclusão social em Água Preta, passaria pela ampliação das estruturas e estímulos para o ingresso e permanência das pessoas no sistema educacional, e no caso dos jovens, a combinação do sistema formal de ensino com oportunidades de preparação para o mundo do trabalho não aconteceu.

A situação de Água Preta em relação à ausência de estruturas básicas de serviço para a comunidade, leva a crer que nada do estipulado no Protocolo de Intenções Socioambiental de Palma de Óleo (PISPO) foi aplicado na comunidade, sendo ela objeto de um projeto de dende familiar de uma grande indústria entre as signatárias, através da ABRAPALMA, do protocolo, como descrito na cláusula segunda dos objetivos nas alíneas “h” e “i”:

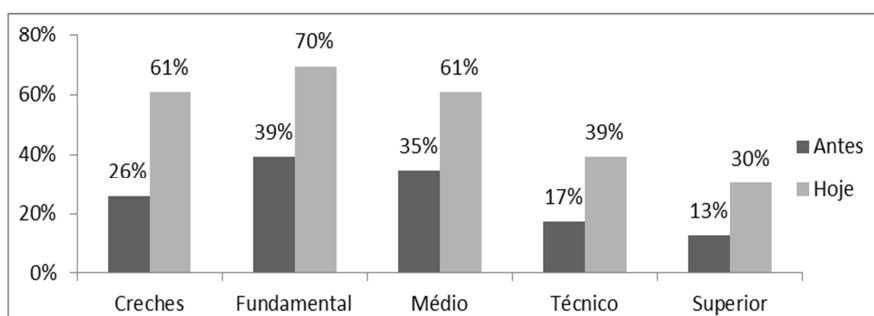
- h) Apoiar iniciativas de educação;
- i) Estimular a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, através da melhoria na habitação, saúde, segurança pública, lazer, cultura, saneamento básico, estrada e acesso a rede elétrica. (PARÁ, 2014, p. 4).

O mesmo se pode falar em relação aos municípios, pois apesar do protocolo ter previsto a participação das obrigações de cada signatário no cumprimento do PISPO como está estipulado na “cláusula terceira: do compromisso dos signatários”, nenhum município assinou tal protocolo (PARÁ, 2014, p. 11) e mesmo aqueles signatários não cumpriram com as suas obrigações para a comunidade. Ficou claro que não mais cumpriram, pois o prazo de

36 meses expirou em 2017 (PARÁ, 2014, p. 8) e não há documentos para aditivo de tempo por interesse das partes.

O gráfico 2, expõe a percepção dos entrevistados sobre a existência de infraestrutura de ensino fora da comunidade antes e depois da integração à dendeicultura. Como se pode observar, os agricultores notaram que houve um aumento dessas estruturas na Vila de Palmares, Moju e em Tailândia em todas as fases do sistema educacional brasileiro para a região, principalmente no ensino fundamental e médio, para os quais a percepção aumentou de 39% para 70% para o ensino fundamental e de 35% para 61% para o ensino médio. Estes números representam as fases de ensino a qual os agricultores, seus familiares e vizinhos têm mais acesso.

**Gráfico 2-** Percepção da existência de infraestruturas de ensino localidade.



Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Em relação ao ensino técnico e o superior a percepção de que essas estruturas aumentaram na região foi menor que os indicadores do ensino básico. Como se pode observar no mesmo gráfico, houve um salto de 17% para 39% para o ensino técnico e de 13% para 30% para o ensino superior. Mesmo com números baixos, a diferença quantitativa de um período ao outro é notada por eles e reflete sua pouca proximidade com a realidade em relação à educação formal.

Esses dados representam apenas uma aproximação com a realidade, são reflexos das percepções dos agricultores e o acesso concreto ao sistema educacional formal, seja ele técnico ou superior ainda é uma realidade distante de ser inclusivo socialmente nas zonas rurais carentes (MOLL, 2014), e para a comunidade Água Preta.

Este fato se torna mais evidente quando se considera a média de anos de estudo entre os entrevistados, que é de 4,3 anos. Quando se analisa os dados individualmente, nota-se que dos 23 entrevistados, apenas seis agricultores terminaram o ensino fundamental e apenas 1 obteve acesso ao ensino superior<sup>49</sup>. Em relação ao acesso dos seus filhos a educação técnica e

<sup>49</sup> O agricultor em questão conseguiu concluir o curso de pedagogia em uma universidade particular em Tailândia.

superior, estas modalidades também não estão ao alcance de todas as famílias e de seus membros. Dos entrevistados, apenas 1 família afirmou que estava conseguindo manter as filhas em um curso superior em universidade particular em Tailândia, com o auxílio da renda proveniente da dendeicultura.

O quadro da educação formal na localidade tem se caracterizado como excludente e vem perdurando historicamente no sentido de não atender as famílias dos agricultores da região de forma equitativa e o acesso a ela é muito restrito, mesmo para os integrados à dendeicultura. Tal situação não é muito diferente do que se tem observado em muitas regiões carentes do país, como pontua Ferrero (1987 *apud* MOLL, 2014, p. 564) enfatizando que o analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade podem ser entendidos como expressões estruturais de exclusão social e de marginalização econômica. Neste sentido, mesmo com a tentativa de se instalar o PRONERA e o EJA na localidade, a educação formal não se consolidou e se concentra nas áreas urbanas.

No caso do sistema de saúde, a comunidade Água Preta também não conta com um posto de saúde, nem com agente de saúde. Há uma unidade de saúde em Palmares que é grande suficiente para atender, além da vila, as comunidades locais através do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo “programa Mais Médicos” do governo federal, contando ainda com técnicos de enfermagem, enfermeira e um médico cubano<sup>50</sup>. Nesses dois casos (posto de saúde e profissionais especializados) os agricultores não fizeram críticas negativas e elogiaram o atendimento e a estrutura da unidade de saúde.

Como se pode observar na tabela 10, as percepções dos agricultores para o atendimento médico ambulatorial existente na localidade antes de 2006 era considerado “muito ruim” recebendo médias de 2,1 para o posto de saúde e 2,0 para o atendimento médico. Na verdade, a alegação é de que tal serviço não existia na localidade e a média atribuída, expressa as dificuldades dos agricultores conseguirem atendimento à saúde. O quadro mudou, e atualmente as médias das notas evoluíram como registradas na tabela abaixo:

---

<sup>50</sup> Não se tem informações se depois do anúncio da partida dos médicos cubanos, se o médico ainda permanece atendendo na localidade.

**Tabela 10-** Satisfação com o serviço médico-ambulatorial da localidade.

Saúde	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Posto de saúde	2,1	Muito Ruim	5,9	Regular
Atendimento médico	2,0	Muito Ruim	6,2	Regular
Atendimento de enfermagem	2,6	Muito Ruim	6,4	Bom

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Esses dados de percepção atribuídos à estrutura do posto de saúde e da alocação de profissionais de saúde em Palmares demonstram que a tentativa de incluir socialmente regiões e comunidades desassistidas através de programas de governo existiu de fato, mas não se tem nexos causais provocados pela presença da agroindústria de dendê na região ou pelo PISPO nem pelo PNPB. No entanto, o PNPB estava incluído no bojo das políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar nesse período, fazendo parte do programa de erradicação de pobreza e inclusão social do Brasil Sem Miséria do governo federal (CAMPELLO *et al.*, 2014).

Cabe notar que antes da existência do posto de saúde e dos profissionais especializados na área médica em Palmares (antes de 2006), os agricultores integrados, afirmaram que havia agente de saúde na comunidade e que a AGROPALMA prestava esse serviço sempre que havia uma emergência na comunidade, ora cedendo serviço de saúde interno a empresa, ora cedendo os meios de transporte ao hospital mais próximo.

As notas atribuídas à satisfação com os profissionais de saúde e com estrutura física existente para esse fim não significam um sistema de saúde satisfatório, mas que para os padrões da região, o que se apresenta no local para inclusão social de saúde é considerado “regular” e “bom” pela percepção dos agricultores, demonstrando coerência com a sua realidade em relação ao passado (não ter é igual a muito ruim) e o presente (ter é igual à regular ou bom).

No entanto a inclusão social no que diz respeito à saúde, em Água Preta se mantém precária e demonstrou piora, pois a comunidade não conta mais com agente de saúde. Mais uma vez se nota que os compromissos firmados<sup>51</sup> no PISPO para ação social *in loco* pelos intervenientes do Estado e do setor privado não foram cumpridos. Tal constatação corrobora com Monteiro (2013, p. 165), quando a autora constata que em um cenário mais amplo, há ausência de políticas públicas direcionadas para a população rural na área e nos municípios

<sup>51</sup> Monteiro (2013) assinala que há 32 indicadores presentes nas dimensões ambiental, social e econômica.

produtores de dendê, considerando deficitária a situação educação, segurança, saúde e transporte para os agricultores familiares.

Em relação ao lazer e cultura, que são aspectos importantes na inclusão social educativa (NERI, 2012; CAMPELLO *et al.*, 2014) e devem ser assegurados e com acesso adequado, assim como alimentação, saúde, trabalho, moradia e a todo o conjunto de bens e serviços públicos que não estão disponíveis na comunidade. Segundo os jovens e alunos, há poucas opções mesmo nas escolas de Palmares.

A quadra poliesportiva existente na região está localizada em Palmares e, embora os agricultores saibam de seu estado de conservação (considerada antes da integração em um estado ‘muito ruim’ com média de 1,4 e atualmente com média 5,5 qualificada como uma condição ‘regular’), raramente um agricultor da comunidade Água Preta ou seus filhos se deslocam pelos 8km até Palmares para praticar alguma modalidade esportiva. Geralmente nessa quadra se joga futebol de salão e foi construída e é mantida pela prefeitura de Tailândia.

Na comunidade Água Preta se joga futebol, esporte que é a diversão diária para alguns durante todas as tardes nos campos construídos pelos agricultores. São raros os torneios esportivos dentro da comunidade, que ainda não possuem calendário desportivo definido. Segundo as lideranças, a comunidade ainda está se organizando nesse sentido.

Os indicadores de intensidade de lazer associados às estruturas e as respectivas atividades estão todos com as médias de escala qualificadas como “muito baixas” ou “baixas” como se pode observar na tabela 11.

**Tabela 11-** Participação em espaços de lazer, antes de 2006 e em 2017.

Lazer	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Escola	3,6	Baixo	3,3	Baixo
Campo de futebol	4,4	Baixo	2,9	Baixo
Quadra de esportes	1,5	Muito Baixo	1,7	Muito Baixo
Clube de mães	1,4	Muito Baixo	1,4	Muito Baixo
Clube	1,3	Muito Baixo	1,3	Muito Baixo
Clube Agrícola	1,0	Muito Baixo	1,2	Muito Baixo
Grupo de Jovens	2,4	Muito Baixo	2,3	Muito Baixo
Igreja	5,9	Regular	5,7	Regular
Festas	4,1	Baixo	3,7	Baixo
Lanchonetes	3,0	Baixo	3,0	Baixo
Igarapé	5,5	Regular	5,7	Regular
Outros	4,0	Baixo	4,0	Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

A pouca intensidade dessas atividades faz os agricultores se voltarem para as alternativas associadas aos seus grupos religiosos como a participação em atividades das igrejas evangélicas (cultos e festividades religiosas).

Como se constatado acima, em Água Preta não há opções, nem estruturas para o lazer de seus habitantes como resultado de ações do poder público ou pela iniciativa privada. As atividades tradicionais que mesclam lazer e subsistência, como caça e pesca, não são praticadas com muita frequência, devido o Rio Turí-Açú e o igarapé Água Preta serem cursos d'água pouco piscosos por causa do esgotamento do recurso, a caça é rarefeita devido à supressão florestal generalizada pelo excesso de atividades extrativas exercidas a partir da ocupação da região; degradação que se acentuou com as plantações de dendê agroindustriais.

A tabela 12 expõe o modo como os agricultores percebem as atividades de lazer associadas à caça e a pesca, que acabam por refletir nas condições ambientais da comunidade. Portanto, antes de 2006, essas atividades eram praticadas com mais intensidade, quando esses recursos eram mais abundantes.

**Tabela 12:** Existência de caça e pesca na localidade antes de 2006 e em 2017.

Atividade	Antes		Hoje	
	Média	Atributo	Média	Atributo
Caça		7,3 Bom	3,4	Baixo
Pesca		7,6 Bom	4,6	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Ressalta-se que caça e pesca, fazem parte de práticas tradicionais do campesinato amazônico, em qualquer região desse território. Muitas comunidades rurais têm nessas atividades um meio de subsistência e uma importante fonte proteína, e por mais que seja uma prática recreativa no caso de Água Preta, nada que provenha dessas atividades são desperdiçadas. Conclui-se que a prática da caça e da pesca como recreação é uma atividade que alia prazer ao provisionamento da unidade doméstica e os limites entre a recreação e a subsistência são indefinidos.

Como se pode observar acima, o proposto como inclusão social através de geração de renda, não se fez acompanhar de estruturas para o lazer, educação e saúde para comunidade. O PNPB não se configura como uma política pública para além das “portelas” dos estabelecimentos dos integrados no caso de Água Preta, fazendo com que a comunidade dependa de estruturas externas em localidades próximas e das cidades para esses serviços.

Diante do exposto, ficam claras as limitações dos investimentos de recursos financeiros tanto a nível público quanto privado para desenvolver infraestrutura de uso



público efetivo em Água Preta. Neste sentido, tais circunstâncias corroboraram com que dizem Springer (2014) e Capucha (2010), de que afetam a prestação de serviços universais a todos os setores da sociedade e economia e resultam em educação formal e conhecimento técnico limitado, aumento da poluição dos corpos d'água e baixos ou nenhum investimento em manutenção e expansão de sistemas hidráulicos, água potável, saneamento, energia elétrica, transporte, turismo, recreação, saúde etc., fatores estes que têm contribuído para desigualdades, tornando-se determinantes para pobreza e exclusão social.

E inclusão social é o oposto dessas limitações acima descritas, como coloca capucha (2010):

(...) acesso a rendimentos oriundos do trabalho ou da segurança social; a cuidados de saúde; ao trabalho e ao emprego; a habitação com condições pelo menos básicas de conforto; ao turismo, ao lazer e aos bens de cultura; à mobilidade e ao acesso a edifícios e espaços colectivos; (CAPUCHA, 2010, p. 40).

### **5.5 Acesso e apoio de instituições de interesse ao agricultor integrado**

Desde o início em 2001-02, no caso do município do Moju, a integração teve em sua implantação parcerias institucionais abarcando vários setores do poder público e iniciativa privada, ambos intervenientes com interesse na agricultura familiar. Pelo lado da iniciativa privada, o grupo AGROPALMA encabeçou a rede institucional através do termo de cooperação técnica<sup>52</sup> com o poder público<sup>53</sup> e agricultores através de contrato.

Para o projeto IV, situado na comunidade Água Preta, no PA- Calmaria-II, como explica Monteiro (2013, p. 86), ocorreu um maior envolvimento institucional, tendo agora como intervenientes atores federais e sindicais<sup>54</sup>, incluindo 35<sup>55</sup> famílias de agricultores familiares, em Moju. Em vista de todo o interesse, dos investimentos, dos acordos entre os intervenientes, do termo de cooperação e do protocolo de intenções, pela integração dos agricultores, expresso pelos autores acima citados, interessa saber através dos indicadores,

<sup>52</sup> Ver em Silva (2015, p. 220): Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional Firmado para Incentivar a Monocultura do Dendê nos Pa's Calmaria I e Calmaria II, 2005.

<sup>53</sup> Banco da Amazônia (BASA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (SEAGRI-PA), Prefeitura do Moju, Instituto de Terras do Pará (ITERPA) (ANDRADE, 2009, MONTEIRO, 2013, SAMPAIO, 2014, SANTOS, 2015), envolvendo 150 famílias, em 1500 ha, nos projetos I, II e III.

<sup>54</sup> Entre eles, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), INCRA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); os atores estaduais como Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), Banco da Amazônia S/A (BASA), e sindicais representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI-PA) e as empresas Companhia Refinadora da Amazônia e CRAI Agroindustrial S/A.

<sup>55</sup> Hoje o projeto IV conta com 37 famílias (AFInS, 2017).

como é a situação/ atuação/ envolvimento dos que estão na ponta desse processo, ou seja, os agricultores familiares integrados à dendeicultura.

Visto que este indicador de acesso às instituições é importante para inclusão social (KABEER, 2000; COM, 2003; CALIMAN, 2008), no intuito de possibilitar essa leitura de como os agricultores se percebem através do tratamento que recebem pelas diferentes instituições com as quais têm contato, para tomadas de decisão em relação a assuntos fundamentais de seus interesses e que podem influenciar na resolução de conflitos e na busca de melhorias produtivas e sociais.

Como se pode observar na tabela 13, o acesso e apoio as instituições mudaram pouco ao longo do tempo, apenas uma mudança mais sensível foi notada em relação aos bancos, para os quais a média subiu de 4,3 pra 5,8 na qualificação da escala e passou de ruim para regular. A mudança pode ser explicada pelo atendimento diferenciado que os agricultores atribuem ao serviço bancário que, segundo eles, desde integração tem tido um setor de atendimento específico para agricultura familiar. Os agricultores afirmam que tal situação poderia ser melhorada caso tivessem liberdade para abrirem contas em outros bancos, o que não é possível por alegarem estarem atrelados ao BASA por contrato.

**Tabela 13:** Acesso e apoio de instituições.

Instituições	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Bancos	4,3	Ruim	5,8	Regular
Prefeitura	2,7	Muito Ruim	3,0	Ruim
Empresa de dendê	–	–	7,0	Bom
Sindicato	2,9	Ruim	3,5	Ruim
INCRA	2,6	Muito Ruim	3,7	Ruim
Outros	0,2	Muito Ruim	0,2	Muito Ruim

**Fonte:** Projeto AfInS, 2017.

Os demais indicadores sofreram poucas alterações, saltando de “muito ruim” para “ruim”, nas escalas. As justificativas dadas pelos agricultores em relação a essa baixa presença de instituições essenciais na localidade se dá pelos seguintes fatos: No caso da prefeitura do Moju, eles alegam que não recebem auxílio algum para infraestrutura da comunidade, além de que a sede está localizada a 80km de distância e, como foi dito anteriormente, as suas relações econômicas e trabalhistas estão mais voltadas para Tailândia. Em relação ao STTR-Moju, também não há muitos contatos, afirmam que estiveram presentes apenas na época da implantação do projeto e que hoje são ausentes. O mesmo aconteceu com

a presença do INCRA, que segundo os interlocutores, se fez presente no local em 2003 para o cadastramento e no período de implantação, hoje não há visitas do instituto no local. Esses fatos refletem as pequenas alterações observadas nas escalas ao longo do tempo.

Chama atenção o caso do relacionamento entre agricultores e empresa, em que pese os conflitos<sup>56</sup> existentes, eles alegam que são em geral bem recebidos, aspecto refletido na média atribuída, que foi de 7,0 na escala de satisfação, qualificada como “bom”. Tal fato se dá por dois motivos: os agricultores alegam que, na medida do possível, têm seus problemas resolvidos, se assuntos pessoais ou do lote, quando procuram a empresa; o segundo motivo é que na falta de participação do poder público local, o empreendimento acaba por assumir funções (de forma não recorrente e em casos emergenciais) principalmente em relação à manutenção de vias e no atendimento e transporte hospitalar. Tais fatos corroboram com a análise de Monteiro (2013) e Ximenes (2010) e já mencionadas nesta dissertação em subcapítulos anteriores.

Para os autores aqui trabalhados, a inclusão social é inerente à ação de entidades públicas e privadas, ela como processo não decorre simplesmente da natureza social das coisas, ela é resultado da mobilização do poder (CAPUCHA, 2010). No seu conjunto ela depende de ações de políticas públicas e instituições com capacidade limitadas para atender o público e são incapazes de promover inclusão social (ATKINSON & HILLS, 1998). Partindo dessas poucas palavras e dos dados trazidos desses autores, fica claro a incapacidade ou a falta de vontade política dos agentes públicos locais para o esforço de incluir socialmente essa comunidade. Além disso, a capacidade de envolvimento desses agentes em incluir socialmente, passaria pela compreensão do que é inclusão social de fato e do reconhecimento do papel relevante e histórico que essas instituições carregam entre as suas realizações prévias (STEWART, 2000, p. 67-68 *apud* CAMERON, 2006, p. 399). No caso de Água Preta, esse papel histórico que nunca existiu até 2006 e ainda permanece quase invisível.

As desvantagens da comunidade Água Preta em relação aos serviços públicos é notória. O Brasil Sem Miséria através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), (GUEDES *et al.* 2014) e neles o PNPB, e o PISPO (PARÁ, 2014), buscaram integrar governo e iniciativa privada em um leque de ações e entre elas somar os instrumentos institucionais e materiais para reforçar a dendeicultura tanto agroindustrial quanto a integrada, no intuito de desenvolver a região econômica e socialmente, no entanto ao examinar os documentos

---

<sup>56</sup> Não se entende aqui conflitos pela sua acepção negativa apenas, mas como arena, na qual há inúmeras possibilidades de diálogos, inclusive a de se discutir questões pertinentes em busca de pistas para resoluções de problemas que afetam mutuamente as partes envolvidas.

existentes associados à inclusão social<sup>57</sup> para a dendeicultura, para o nível local, não se encontram metas para melhoramento dessas estruturas e qual o alcance das ações em termos de atendimento à agricultura familiar.

Portanto, ao se falar de inclusão social há de se fazer uma ponderação, pois apesar dos indicadores do AFInS apresentarem uma melhoria, pode-se dizer que, esse efeito foi pontual, atingiu uma ou outra componente dos indicadores e não quer dizer que as necessidades desses agricultores estão sendo alcançadas processualmente e vinculadas ao PNPB, que é apenas uma fração das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Mesmo assim a soma delas, apesar de se fazerem notar através dos números, ainda deixam muito a desejar, apenas indicam um caminho até onde ele pôde alcançar, podendo ser notado através de indicadores aqui apresentados.

## **5.6 As residências dos agricultores familiares em Água Preta**

Os estabelecimentos na comunidade Água Preta não diferem dos estabelecimentos agrícolas dos agricultores familiares do NEP, que se constituem de modo geral, da seguinte forma, residências, terreiros e das áreas de cultivos. Estas áreas de cultivo, por sua vez, se subdividem em áreas de autoconsumo, áreas destinadas à produção agrícola para comércio e os 10 ha<sup>58</sup> para a dendeicultura, quando integrados.

Algumas mudanças notadas nos estabelecimentos de famílias não integradas se operaram em decorrência da economia e da própria organização familiar. Os padrões de melhoria mais evidentes que puderam ser observados nesses casos, por ocasião de visitas realizadas nestes estabelecimentos foram, por exemplo, a reforma da casa em alvenaria, a construção de banheiros de alvenaria dentro e fora da casa e a energia elétrica etc. Tais melhorias foram resultados de projetos particulares financiados pelo PRONAF, pelo trabalho assalariado, pela troca de diárias, aposentadoria ou com a venda dos produtos do lote como o açaí, pimenta do reino e farinha de mandioca<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> A inclusão social é tratada por esses documentos em termos de melhorias estruturais e econômicas (geração de emprego e renda).

<sup>58</sup> Padrão destinado de área estabelecida pelo PNPB e agências de financiamento (BASA) para o cultivo de dendê familiar.

<sup>59</sup> Não foram efetuadas estatísticas sobre os não integrados, no entanto foram realizadas visitas nos estabelecimentos de quatro famílias que foram informantes desse grupo. No primeiro caso, a família conseguiu um financiamento do PRONAF, planta açaí e não tem interesse até o momento na dendeicultura; no segundo caso o chefe da família é empregado da empresa e investe no lote através de sua renda mensal, não se integrou por não ter tempo de cuidar do dendezal; no terceiro caso, a família não possui terra suficiente (13 ha) e o espaço ocupado com a dendeicultura não lhes deixaria áreas para o cultivo familiar, a família investe na agricultura de provisão, em um pequeno plantio de pimenta e da venda de diárias oferecidas pelo chefe de família na

Em relação aos estabelecimentos dos agricultores integrados, as informações são mais associadas às melhorias ocorridas em virtude do PNPB. Neste sentido os indicadores mostram que, gradativamente estes estabelecimentos vêm se estruturando desde 2006. Tais avanços advêm das melhorias nos rendimentos oriundos dos plantios dos dendezaís, que com o passar dos 11 anos de integração, vêm produzindo progressos nos padrões de vida dos integrados (SANTOS *et al.*, 2014), principalmente dentro das residências, como se pode ver na tabela 14 abaixo, que expõe o aumento na aquisição de bens duráveis. Como se pode observar na tabela, houve aumento na aquisição de todos os itens.

**Tabela 14-** Eletroeletrônicos e móveis na unidade doméstica dos estabelecimentos, antes de 2006 e depois da integração em 2017.

Eletrônicos	Resposta	Antes	Hoje
Televisores	sim	43%	87%
	não	57%	13%
Fogão	sim	78%	100%
	não	22%	0%
Geladeira	sim	35%	83%
	não	65%	17%
M. Lavar	sim	26%	30%
	não	74%	70%
Computadores	sim	0%	17%
	não	100%	83%
Aparelhos de som	sim	39%	43%
	não	61%	57%
Microondas	sim	9%	22%
	não	91%	78%
Freezer	sim	13%	39%
	não	87%	61%
Rádio	sim	26%	30%
	não	74%	70%
Outros	sim	4%	9%
	não	96%	91%
Móveis	Resposta	Antes	Hoje
Cama	sim	74%	87%
	não	26%	13%
Mesa	sim	83%	96%
	não	17%	4%
Sofá	sim	35%	52%
	não	65%	48%
G. roupas	sim	35%	78%
	não	65%	22%
Estante	sim	48%	61%
	não	52%	39%
Armário	sim	57%	87%
	não	43%	13%
Outros	sim	4%	9%
	não	96%	91%

Fonte: Projeto AFINs, 2017.

---

comunidade; e por fim, no quarto caso, um casal de agricultores que por idade conseguiram se aposentar e têm investido na diversificação de culturas e com o lucro da pimenta do reino realizam melhorias no seu estabelecimento, estes afirmaram não terem sido aptos a integração devido a sua situação fundiária, e desistiram da dendeicultura também pela idade.

Essas melhorias apontam um potencial de consumo e representam para as famílias certo nível de conforto (NERI *et al.*, 2012). Neri *et al.* (2012, p. 113-14), também ressaltam que bens duráveis como geladeiras e principalmente freezers, no caso de regiões isoladas, como é a região em estudo, podem representar papéis importantes em atividades produtivas da agricultura familiar, seja pelo tipo de produto gerado pela família e no que diz respeito às necessidades de armazenamento dos mesmos<sup>60</sup>.

Transcorridos 11 anos de integração até o momento da pesquisa, pode-se dizer que as melhorias observadas são anacrônicas e lentas se comparadas com o volume de políticas públicas agrícolas e a evolução dos padrões de integrados do Sul e Sudeste do país (DALA COSTA, 1993[2010]; VOGT, 1997 [2012]; BELUSSO & HESPANHOL, 2010). Entretanto são significativas para a agricultura familiar da região estudada, que é carente de políticas e serviços públicos, ao mesmo tempo que é importante para o estado do Pará em diversos aspectos, sejam eles produtivos ou como fonte de pesquisa, elaboração para aplicação de políticas agrícolas locais e regionais.

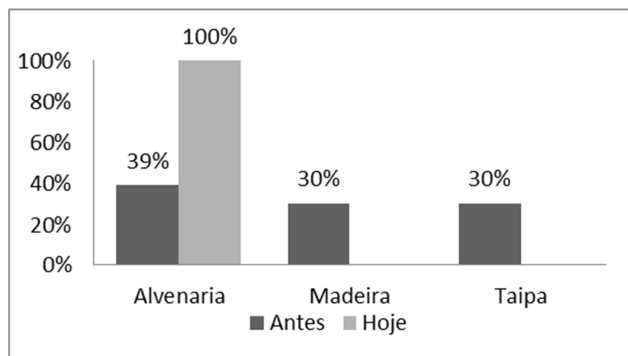
Em geral as casas dos integrados não apresentam muitas diferenças entre si. As principais modificações visíveis ocorreram em conjunto, com o passar do tempo, estando elas associadas, segundo os agricultores, aos materiais com que foram construídas inicialmente, e à instalação de equipamentos como sanitários e chuveiros, que foram sendo realizadas após a integração.

Antes da chegada da dendeicultura, até 2006, apenas 39% dos agricultores entrevistados afirmou possuir casas de alvenaria. A maioria dos integrados, 60% deles, tinha suas casas de taipa ou madeira. Atualmente todos dos entrevistados integrados possuem suas casas construídas em alvenaria, como se pode observar no gráfico 3, abaixo:

---

<sup>60</sup> No caso de Água Preta, os comunitários tem enorme interesse na produção de poupas de frutas, que no passado, antes de 2006, sem ter fundos para a aquisição de freezers para estocarem os produtos, ou pela falta de energia elétrica de rede pública ou de geradores próprios, as poupas se deterioravam por não ter tempo de escoarem para o mercado local. Hoje os agricultores que possuem freezers pensam em retomar a atividade de produção de poupas de frutas.

**Gráfico 3-** Tipo de residência dos integrados antes de 2006 e depois da integração em 2017.



Fonte: Projeto AFInS 2017.

As casas possuem em média quatro cômodos (sala, cozinha, dois quartos), antes da dendeicultura a média era de três cômodos (sala, cozinha e um quarto). A maioria das casas possui uma varanda ou um alpendre. Esta estrutura possui várias funções anexas à função global da casa, para servir de abrigo para os animais da casa (*xerimbabos*), local de estoque de ferramentas, armazenagem de produtos do cultivo, local para as pequenas pausas entre as horas trabalho, oficina mecânica, carpintaria e, principalmente, local de sociabilidade entre a família e de recepção dos amigos, vizinhos e pesquisadores.

A casa é um lugar de descanso e recreação privada da família, no qual a mãe prepara e serve as refeições aos familiares e convidados. É o local que se hospeda parentes, amigos distantes, viajantes, pesquisadores entre outros. Nesse sentido, a casa, como explica Comerford (2003), configura-se como um espaço privado, mas que não deixa de ter uma dimensão pública.

De maneira geral, no terreiro (de chão batido) ao redor da casa, encontra-se de tudo um pouco de utilidades para a unidade doméstica. É deste local que vem parte do que é consumido direta ou indiretamente na casa, como as frutas, as ervas medicinais e temperos, as pequenas criações avícolas e suinícolas. Algumas casas possuem neste espaço, o retiro de farinha e o(s) forno (s) de carvão, fogão a lenha, é também o local no qual se seca a pimenta do reino, além de ser lugar das brincadeiras das crianças menores e outros divertimentos de jovens e adultos como o jogo de futebol. O terreiro é uma peça importante e coextensiva a casa.

A casa dos agricultores familiares na comunidade Água Preta nesse aspecto se assemelha ao esquema apresentado por Garcia Jr. (1983, p. 111) como unidades ligadas às atividades de consumo e queima do que é proveniente das áreas de cultivo que, por sua vez, fornecem as condições de existência da mesma.

As casas dos integrados em Água Preta estão dispostas em áreas diferentes dentro de cada estabelecimento. A sua posição neste espaço, obedece às escolhas individuais de cada família, condicionada as suas razões práticas. Em geral a disposição se dá da seguinte maneira: os proprietários que optaram por ter suas casas nos fundos dos estabelecimentos e os que as construíram nas margens das vicinais. As razões para estas escolhas, no caso dos primeiros, são devido à tranquilidade, estarem mais próximos de um dos igarapés, à segurança e por último de estarem longe da poeira das vicinais. No segundo caso, a escolha se dá por quererem estar perto de outros moradores, mais próximos das vicinais devido à acessibilidade e a mobilidade proporcionada por estas.

No momento de pesquisa 13% dos agricultores entrevistados não moravam integralmente no estabelecimento<sup>61</sup>, não significa que eles não possuam uma casa neste local ou que não tenham a mesma ligação com a terra que seus vizinhos que optaram por morar nos próprios lotes. Eles se deslocam diariamente para as suas áreas de cultivo e cuidam todos os dias ou sempre que podem delas. Como os demais membros da comunidade, nessas áreas que produzem os alimentos que serão consumidos pela família. Estes dois espaços, casas da vila e estabelecimentos, são também coextensivos.

Em relação aos fomentos e inclusão social, em se tratando de um assentamento federal, o crédito instalação do INCRA se configura como um dos componentes para inclusão social dos integrados. Esta política pública, assim como o PNPB (SÍNTESE, 2011), foi planejada dentro dos eixos do programa Brasil Sem Miséria do governo federal, no bojo das políticas de inclusão social no âmbito da saúde educação e inclusão produtiva (GUEDES *et al.*, 2014; CAMPELLO, 2017). Portanto, considera-se aqui, na presente dissertação, como programas integrados de inclusão social, todo o conjunto de ações relacionadas à inclusão elétrica e saneamento básico, saúde, educação e moradia.

Nesse sentido, os assentados teriam como fomento os modelos de casas padrão oferecidas pelo INCRA, no entanto o próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome em publicação técnica (2011), admitia a incapacidade do INCRA em atender todas as demandas das famílias assentadas pela reforma agrária no Brasil.

[...] Com o crescimento do número de assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra, com frequência as ações passaram a chegar de forma extemporânea e desarticulada, tanto em razão de dificuldades operacionais e da escassez de recursos

---

<sup>61</sup> Estes 13% de entrevistados dividem suas vidas morando parte do seu tempo nos estabelecimentos agrícolas e parte na vila de Palmares utilizando o lote apenas como área de cultivos. Por diversos motivos vivem na vila de Palmares, entre eles destaca-se o desejo de estarem próximos do posto de saúde por conta de parentes doentes, ou por seus filhos estarem em uma das escolas da vila.



quanto da maior influência ou capacidade de pressão que representantes de um assentamento tivessem, em detrimento de outros. (GUEDES *et al.*, 2014, p. 72).

Essa situação refletiu diretamente nas casas que os integrados receberam ou deveriam receber do crédito instalação. Desta forma, quando perguntados sobre o recebimento do crédito antes de 2006, 30% afirmou que sim, desde então esses números aumentaram 48%. Em 2017, 78% agricultores integrados afirmou ter recebido o crédito instalação como fomento. No entanto, 22% de entrevistados afirmou permanecer sem fomento algum do Instituto, mesmo constando na relação de beneficiários.

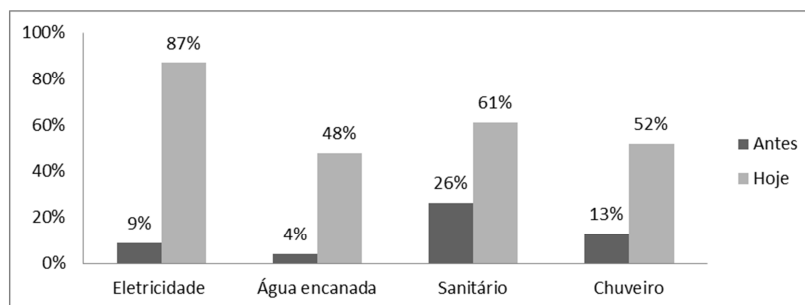
Sobre a qualidade das casas do Instituto, os agricultores entrevistados afirmaram que da forma como foram construídas, estas representavam perigo, pois com o passar do tempo começaram a apresentar vários problemas estruturais como rachaduras e muitos problemas de acabamento. Devido a esses problemas, um dos agricultores demoliu a sua casa com receio de desabar sobre a sua família.

Em relação ao alcance dessa política pública, pode-se afirmar que o fomento do INCRA foi insipiente, pois o programa não atendeu a todos integrados entrevistados, como comentado acima, as casas, de acordo com os agricultores que receberam o crédito, não atenderam suas expectativas, pois receberam o material suficiente além de não serem de uma qualidade minimamente aceitável. As casas dos integrados construídas pelo INCRA, hoje pouco lembram o projeto original. Os agricultores as refizeram, reutilizaram o material pra construir novas habitações ou as modificaram acrescentando melhorias estruturais com recursos próprios, de acordo com as suas preferências.

Os agricultores não integrados que foram entrevistados e que receberam o fomento, quando puderam fizeram o mesmo, no entanto, sem o plantio de dendê como aporte financeiro para as reformas, tiveram mais dificuldades em fazer suas casas. Ainda é possível constatar agricultores não integrados habitando em casas no formato original planejado pelo INCRA sem as reformas, ou ainda morando em pequenas casas de taipa ou madeira.

Atualmente, as residências contam com algumas melhorias internas significativas em relação a 2006, antes da integração, entre elas, energia elétrica (como descrito acima), poço artesiano com bombas d'água e água encanada, chuveiros e sanitários. Pode-se observar a evolução no gráfico 4.

**Gráfico 4-** Melhorias nas estruturas das residências dos integrados antes de 2006 e depois da dendeicultura em 2017.



**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Sobre essas melhorias estruturais apontadas no gráfico acima, percebe-se a incompletude da ação do Estado e depende das ações individuais ou coletivas da comunidade para serem implementadas. Pois ainda que a energia elétrica tenha apresentado uma diferença de 78% para respostas positivas relativas ao acesso desde a integração em 2006, a eletricidade ainda não é uma realidade concreta para essas famílias, mesmo para os 87% de entrevistados que dizem possuir, ela não está assegurada.

Já a água encanada, não é fornecida pelo sistema público de abastecimento, não existindo no local qualquer estrutura desse tipo. Menos da metade das famílias entrevistadas, possuem água encanada. O sistema<sup>62</sup> quando existe nas residências, é instalado pelos próprios agricultores. Antes da integração, esse número era bem menor, como era de se esperar para zonas rurais no estado do Pará. Apenas 17 % dos entrevistados alegaram ter um tipo de banheiro, os números de sanitários e chuveiros descritos no gráfico 4, mostram que houve um aumento na porcentagem atribuídas as instalações desses equipamentos, 40% para os sanitários e 39% para chuveiros desde a integração, mas não significa que estes números representem a existências de banheiros completos e saneados<sup>63</sup>.

Essas condições são inadequadas com padrões de vida aceitáveis, em termos de renda que mesmo com o dendê, ainda desencadeia condições precárias de habitação, que por sua vez, se configura como uma das barreiras a inclusão social (ALVINO-BORBA & MATA-LIMA, 2011).

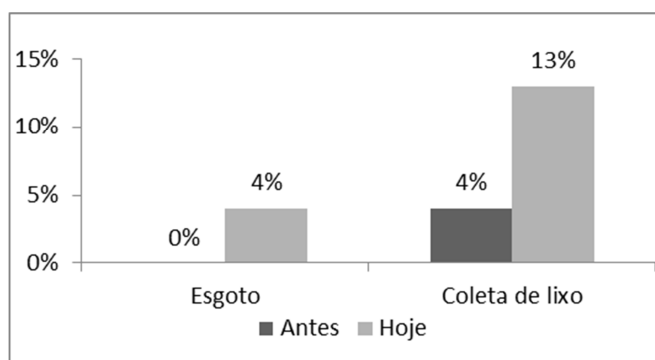
<sup>62</sup> Em geral esse sistema consta de um poço, bomba d'água, com caixa d'água ou algum tipo de reservatório, torneiras e chuveiros.

<sup>63</sup> Segundo Neri et al, (2012, p. 140), o número de casas com três banheiros é um importante indicador de qualidade de moradia. No Brasil, em 2009 (última pesquisa), 2,05% de famílias estão nesse grupo, na zona rural apenas 0,15%. Em água preta pode-se dizer que ter um banheiro completo está longe da realidade de muitas famílias ainda.

A importância desses números para esse tipo de instalações nas moradias dos integrados, corrobora com as análises globais de indicadores de melhorias e qualidade de moradias relativos aos programas de inclusão social no Brasil (NERI *et al.*, 2012, p. 140). No entanto deixa claro que o acesso aos bens sociais e, entre eles, moradia de qualidade como fator de inclusão social ainda é privilégio de classe dominante (BONETI, 2006) e não faz parte das melhorias na vida dos agricultores em Água Preta.

Nas entrevistas, 100% dos agricultores afirmou que antes da integração não possuíam em suas casas sistema de esgoto, pode-se dizer que hoje esse quadro não mudou como se pode ver na gráfico 5, na qual 96% dos entrevistados apontaram que não possuem esse sistema nas suas casas. Os 4% que afirmaram ter esse serviço, residem na vila de Palmares. Em Água Preta nenhuma residência conta com sistema de esgoto. O mesmo ocorre com a coleta de lixo, os mesmos 13% de agricultores que afirmaram ter coleta de lixo atualmente, têm suas residências em Palmares<sup>64</sup>. Não há coleta de lixo na comunidade, quando existe acúmulo de resíduos sólidos nos lotes, as famílias os queimam em um lugar definido para isso, em uma área aos arredores das casas, hábito comum na zona rural paraense. Em geral, o lixo orgânico, os animais de cria conseguem eliminar, mas os resíduos plásticos, metais e sintéticos de difícil degradação natural permanecem como entulhos.

**Gráfico 5-** Saneamento básico em entre os integrados de Água Preta, antes de 2006 e depois da integração em 2017.



Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Assim, quando perguntados se a dendeicultura tem proporcionado melhor conforto e a realização das necessidades da família, foram obtidas diversas respostas. Desde modo, dos agricultores entrevistados, 78% afirmaram que ocorreram melhorias na sua vida material,

<sup>64</sup> Em Palmares a coleta de lixo também é precária, a vila não possui depósitos de lixo adequados, os que existem e se encontram a céu aberto e um deles se localiza de maneira irregular dentro do assentamento Calmaria II, na área da comunidade Água Preta.

além das expectativas de melhorias futuras, abaixo estão expostas as respostas mais relevantes:

Sim, porque antes o que a gente produzia era tudo comprometido só dava para alimentação, hoje dá para outras necessidades. (Seu C. M. Agricultor, 39 anos).

Por enquanto ainda não, mas no futuro eu espero que sim. (Dona. S. F. S. Agricultora, 39 anos).

Sim, ganho dinheiro pra mulher, compro móvel pra ela. (Seu R. C. Agricultor, 60 anos).

Sim, pelos bens que nos temos, tenho carro, poder ajeitar a casa, a mulher vai fazer faculdade. (Seu E. R. Agricultor, 30 anos).

Sim, eu compro as coisas, ajudo na escola das crianças. (Seu A. M. Agricultor, 48 anos).

Sim, com o dendê a vida melhorou, comprei as coisas e consegui prosperar. (Seu R. R. Agricultor, 46 anos).

Mais ou menos, mas ele tem ajudado a garantir a sobrevivência da família e comprar algumas coisas pra casa. (Seu J. E. Agricultor, 62 anos).

sim, a gente analisou que com esse dinheiro conseguimos comprar e pagar as coisas. (Seu F. R. S. Agricultor, 65 anos).

De outro modo, 22% dos entrevistados afirmou que a dendeicultura não lhes proporcionou a realização dos desejos da família que se sentiram injustiçados pelas cláusulas contratuais, que os “prendem” ao dendê por 25 anos, imobilizando 10ha de terra nos lotes, que poderiam produzir com outra cultura. Expressaram insatisfação dizendo que não plantariam novamente nem aconselhariam outras pessoas a plantar dendê. Entre as falas mais relevantes:

Não, porque não consegue tratar a mulher [em hospital] como agricultor familiar, ele é tratado como alguém (pobre) que vive na cidade. (Seu S. V. Agricultor Familiar, 48 anos).

Não, porque no início tratava bem, se a empresa te tratar como hoje ela nos trata, tu está ferrado. (Dona E. S. S. Agricultora, 53 anos).

Não porque eu trabalhava com uma agricultura diferente e eles vem aqui e querem que eu pague funcionários como um empresário sem ter renda suficiente. (Seu N. C. Agricultor Familiar, 54 anos).

Não, porque trabalha muito e não rende nada, depois do pagamento eles falharam conosco. (Seu E. S. C. Agricultor Familiar, 32 anos).

Não, porque o que foi dito não corresponde a realidade nos fomos incentivados como parceiros no início e na realidade somos escravos. (Seu J. R. A. Agricultor Familiar, 62 anos).

Não há como se definir em água preta grupos heterogêneos de satisfeitos e insatisfeitos, pois existem pontos de insatisfação como o déficit de adubo químico, a desconfiança com a precisão da pesagem dos CFF e as restrições trabalhistas. Se um ou mais desses pontos não afetam a produção de modo a comprometer a renda, em geral os

agricultores estão satisfeitos com as melhorias dentro de suas casas. Mesmo tendo ciência de que poderiam lucrar muito mais caso suas reivindicações pudessem ser atendidas.

E mesmo para aqueles que se dizem completamente insatisfeitos, com a dendeicultura, o problema não é atribuído ao cultivo, mas sim as relações com a empresa. A solução de alguns desses problemas seriam suficientes para tornar esses produtores satisfeitos.

## **6 PRODUÇÃO E TRABALHO À LUZ DA INCLUSÃO SOCIAL**

Como no capítulo anterior, o capítulo em tela, traz os principais resultados sobre a percepção que os agricultores familiares integrados têm de como se opera a inclusão social e qual o seu alcance, no que tange às áreas de cultivo, à gestão dos estabelecimentos e às condições de trabalho e de renda. As análises aqui contidas advêm dos indicadores de inclusão social, associados às falas dos agricultores que vivenciam a dendeicultura na comunidade Água Preta.

### **6.1 Configuração dos estabelecimentos integrados a dendeicultura: ATER, diversificação produtiva, gestão e renda.**

O tamanho dos lotes dos integrados entrevistados varia de 27,5 a 50ha, possuem em média de 47,5ha por lote. As áreas de cultivo dos integrados em Água Preta possuem a área de dendê com 10 hectares em cada lote (em geral os dendezais estão nas margens das vicinais) ocupando entre  $\frac{1}{2}$  e  $\frac{1}{4}$  do total de área dos lotes. Das 23 propriedades visitadas com projetos de dendê, 19 iniciaram com todos os 10ha em 2006; 3 propriedades tiveram plantios que se iniciaram em momentos diferentes, os quais 6ha foram plantados em 2006 e completaram com outros 4ha em 2013; apenas uma propriedade teve 10ha plantados em 2013. Além do dendê os estabelecimentos possuem tradicionalmente a área do roçado de mandioca; a área de pimenta do reino; as áreas das fruteiras; as capoeiras e áreas de reserva de floresta secundárias.

Em que pese a inserção dos agricultores familiares no circuito agroindustrial através da integração e das transformações operadas nos estabelecimentos a partir da entrada de recursos em Água Preta, tal incremento na renda, não mudou substancialmente a dinâmica nos estabelecimentos como ocorrera na região Sul do Brasil, com os agricultores integrados às agroindústrias naquela região (SILVA *et al.*, 1983; SOUZA & LIMA, 2003). A agricultura na comunidade Água Preta possui uma base de provisão da unidade doméstica, com a utilização de mão de obra prioritariamente familiar, com a realização constante de troca de diárias para complementar o trabalho familiar, quando este não envolve a dendeicultura.

Com exceção dos dendezais, que em geral são plantados contiguamente, as demais culturas são distribuídas de forma irregular pelos estabelecimentos. Além dessas áreas, nos

estabelecimentos há espaços para as pequenas criações avícolas e suínícolas, que são criadas ao redor da casa.

Entre os principais cultivos, temos a pimenta do reino, que aqui é analisada em primeiro lugar em virtude de ser o cultivo que mais recebe investimentos dos integrados com a renda da dendeicultura em relação aos outros cultivos e pelo valor de mercado que assume para os produtores que as plantam. Em segunda, a mandioca para feitura da farinha e outros derivados que tem valor cultural e nutricional para os agricultores, e por último os demais cultivos.

Apesar de ser dividida em vários gastos da unidade doméstica, parte da renda oriunda da dendeicultura está sendo empregada na retomada ou intensificação das atividades agrícolas, permitindo que os agricultores aos poucos invistam dinheiro em compra de mudas, sementes e equipamentos para os roçados.

Os plantios de pimenta<sup>65</sup> são comuns em toda a comunidade Água Preta. Nos estabelecimentos dos integrados há diferentes tamanhos de áreas cultivadas com essa cultura. Em geral, essas áreas são compostas de quatro variedades: a comum (Cingapura); índica; tira cota e olho branco.

Entre os 23 agricultores entrevistados, 10 fizeram investimento em plantios de pimenta do reino depois de terem o dendê. Destes quatro possuem plantações que variam de 500 a 2000 pés. No entanto, não se encontrou nenhum que tenha tido sucesso em algum momento com suas safras de pimenta, como é comum ouvir relatos e constatar no NEP, em 2016, quando alcançou R\$ 30,00 reais o quilograma em Tomé-Açu. Neste ano nenhum produtor teve havia plantado pimenta em tempo, não podendo aproveitar a alta demanda do mercado. No entanto, a partir dessa alta, entraram no fenômeno cíclico chamado de “*pork cycle, hog cycle*” ou “*cattle cycle*”<sup>66</sup>, que pode ser descrito pela saturação e retração de um determinado produto no mercado causando flutuações de preços.

Desta forma, mesmo a pimenta sendo um produto que pode alcançar altos preços no mercado, ela não tem garantia que esses preços permaneçam continuamente em alta e

---

<sup>65</sup> A cultura da pimenta do reino se popularizou na região NEP e depois para o Brasil, quando foi trazida por imigrantes japoneses na década de 1930 para a colônia estado do Pará na região de Tomé Açu.

<sup>66</sup> Flutuações cíclicas de mercado, muito comuns no setor agrícola. Ocorre quando os agricultores plantam uma cultura ou criam um rebanho que havia tido uma alta demanda em um período anterior por ter tido a produção reduzida, ocasionando uma alta momentânea e explosiva nos preços. No entanto, no período subsequente, há uma elevada produção, os agricultores investem muitos recursos nessa cultura ou rebanho que esteve em alta, esperando que o mercado tenha outro “boom” semelhante e absorva a produção, mas o que sobrevém é o “colapso” dos preços que despencam, devido à saturação do mercado, restando os prejuízos ao produtor em decorrência desse fenômeno, em seguida a produção é novamente reduzida ocasionando uma alta demanda, e isso em períodos cíclicos de tempo. Ver ROSEN et al, (1994) para maiores explicações sobre os “Pork Cycles”. Este fenômeno também ocorre em outras culturas, inclusive com a farinha de mandioca.

atrativos. Em Água Preta, o quilo da pimenta do reino em 2017 estava entre R\$ 7,00 e R\$ 9,00 reais no mercado mais próximo (vila de Palmares). Segundo os agricultores, outros fatores como safra anual, vida produtiva da planta e insegurança no escoamento, desencorajam os agricultores investir mais em pimenta. Neste sentido os agricultores afirmam que a pimenta sofre desvantagens em relação ao dendê, cuja colheita pode ser feita durante o ano todo, tem escoamento garantido, assim como o mercado e os plantios tem uma vida produtiva de 25 a 30 anos, contra os 3 a 8 anos médios de um pimental.

Além do descrito acima, que favorece o dendê em relação a pimenta, o dendê é considerado pelos agricultores como “*seguro ao agricultor*” (fala corrente entre os integrados), pelo fato dos cachos não interessarem a terceiros por “não possuem valor de venda” no varejo, e no atacado a “cliente”. É a agroindústria, que possui os meios para beneficiar a matéria-prima, além de só poder adquirir CFF de produtores integrados e/ ou reconhecidos legalmente. Portanto, são garantias que agradam o produtor, neste sentido, 61% dos agricultores voltaria a plantar dendê novamente e a média de satisfação com a dendeicultura em relação a renda durante o ano é 6,0 qualificada como regular, devido a uma produção na entressafra que, segundo eles, poderia ser melhorada com o incremento da aplicação de adubo químico.

A tabela 15 expõe a percepção dos agricultores sobre a intensidade de investimentos provenientes da renda da dendeicultura em atividades agrícolas mais comuns nos estabelecimentos de água preta e nos gastos com a família:

**Tabela 15-** Intensidade de investimento provenientes do dendeicultura no estabelecimento.

Investimentos	Média Atributo
Pimenta do reino	4,8 Regular
Alimentação	5,3 Regular
Bens duráveis	4,9 Regular
Mandioca	3,2 Baixo
Gado	4,3 Baixo
educação	3,9 Baixo
Criações	2,6 Muito Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Assim temos que, entre as atividades agrícolas nota-se maior investimento dos integrados na pimenta do reino, por ser mais rentável em relação às outras atividades. O baixo escore atribuído à mandioca se explica pelo fato das mudas raramente serem compradas e as manivas geralmente serem replantadas ou trocadas entre os agricultores. No caso do gado, a explicação se dá por haver apenas três integrados entre os entrevistados com rebanhos de



poucas cabeças de baixa zootecnia, para retirada de leite e abate ocasional. As pequenas criações são reproduzidas no próprio lote e requerem um investimento muito baixo dos agricultores, geralmente em ração.

A tabela 15 explicita que os rendimentos provenientes da dendeicultura também são redistribuídos entre outros gastos considerados importantes referentes à família, como na alimentação e bens duráveis, que receberam médias regulares superando os gastos com a agricultura. A educação formal recebe baixos investimentos, o que reflete a baixa expectativa dos entrevistados em relação a qualidade da educação formal ofertada aos seus filhos na região.

Os efeitos de atividades agrícolas sobre a geração de renda e melhorias das condições de vida não são facilmente passíveis de quantificação e análise, nem mesmo por agentes econômicos (BONELLI, 2001). No entanto, estima-se que no estado do Pará, a renda da dendeicultura obtida de 10ha de dendê, emprega um trabalhador (BORGES *et al.*, 2016). Aliada a essa questão, o dendê possibilita o incremento da renda familiar mensal obtida com cultivos de mandioca e açaí, que é de R\$ 415,00, que com o dendê pode chegar até R\$ 2.000,00 (NAHUM & MALCHER, 2012; GLASS, 2013). Para os valores específicos pagos pela AGROPALMA aos agricultores integrados, a renda anual chegaria a R\$ 34.976 que é 4,9 vezes maior que a renda média anual e 4,5 vezes maior que a renda obtida com a produção de farinha (BRANDÃO & SCHONEVELD, 2015). Portanto, a renda gerada pela dendeicultura, se configura como um dos fatores da inclusão social.

Na dendeicultura, Brandão & Schoneveld (2015) usam a teoria de *spillovers*<sup>67</sup> para explicar duas situações decorrentes da geração de renda e inclusão social. Esses autores asseveram que o aumento da renda entre os integrados pode ampliar as disparidades sociais locais (através de *spillovers* negativos), mas também podem desencadear incremento de renda para não integrados e trabalhadores rurais através de investimentos feitos no local com a renda dos integrados ao dendê (*spillovers* positivos). Por exemplo, com o incremento produtivo nos estabelecimentos, na compra de insumos, equipamentos, tratores etc. Este efeito pode gerar emprego e renda locais em forma de pagamentos de diárias efetuadas pelos integrados a agricultores não integrados e trabalhadores rurais.

Com base nos dados sobre investimentos em cultivos, sabemos que dos 23 integrados entrevistados em Água Preta, 22 agricultores plantam mandioca, 16 deles fazem algum investimento da renda do dendê nos seus plantios, 5 deles possuem casas de farinha (*retiros*)

---

<sup>67</sup> Ver: Dolan, P., & Galizzi, M. M. (2015). Like ripples on a pond: Behavioral spillovers and their implications for research and policy. *Journal of Economic Psychology*, 47, 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2014.12.003>.

individuais. Os agricultores que não possuem “retiros”, 17 deles, quando precisam, emprestam a casa de farinha ou se juntam em pequenos mutirões e realizam a “*farinhada*”<sup>68</sup> que pode ser realizada em uma empreitada de um, dois ou mais dias, até decidirem o destino do plantio de mandioca.<sup>69</sup> Os derivados da mandioca (farinha d’água, tucupi, goma e farinha de tapioca), são muito mais para o consumo das unidades familiares do que para a venda.

Os agricultores afirmam que para algumas famílias é inconcebível um prato de comida sem farinha. Produzir a própria farinha ainda é uma forma de economizar o dinheiro que seria gasto neste item.

Apesar de ser bastante valorizada pelos integrados como fonte alimentar, os interlocutores afirmaram que os agricultores tiveram de diminuir a produção de farinha em virtude das demandas de trabalho no dendê em sua fase inicial. Segundo os entrevistados, antes da integração, a farinha foi a principal fonte de renda desses agricultores e a sua produção podia variar de 2 a 7 sacos de 30 kg por semana, levando de 16 a 18 horas diárias para o processo de feitura. Devido a falta de tempo, tiveram de reduzir as horas dispendidas com a produção (plantio da mandioca e com a produção da farinha), e se dedicar à dendeicultura.

O dinheiro poupado é contabilizado e investido de outra forma na unidade doméstica. Sobre isso temos a fala de um dos agricultores em uma *farinhada* da qual participamos:

Pode ser o que ser, seu [...], pesado, mas a farinha tem de fazer, por bem ou por mal é o que se come. (Seu C. Agricultor F. 52 anos).

Além de que, a feitura da farinha é um momento de reunião entre parentes, vizinhos e agregados, facilita a troca de informações entre os participantes da *farinhada*, é um momento em que os laços sociais de parentesco, compadrio, solidariedade e comensalidade são firmados e reforçados, na qual a interação entre membros de sexo e de idades diferentes se dão sem maiores barreiras e de forma descontraída e natural.

Em 2017, com o dendê em plena produção, os agricultores alegaram ter reduzido as horas de trabalho no estabelecimento para seis a oito horas diárias, tempo menor que o

<sup>68</sup> Colheita, descasque, puba (amolecimento e fermentação das raízes tuberosas de mandioca), moagem (ralar com o caítitu), torra, extração de goma, tucupi e a torra para farinha d’água e de tapioca.

<sup>69</sup> O plantio de mandioca pode ser todo colhido para dar início a um novo plantio ou mantido uma parte/ ou parcela não colhida como reserva. Tal decisão depende da necessidade da família, seja para venda ou para o consumo. No caso do consumo, colhe-se a mandioca em uma quantidade suficiente que suprir as necessidades da unidade doméstica com farinha, por um período de aproximadamente de seis meses a um ano sem precisar realizar outra feitura de farinha, nesse caso a tarefa de roça que sobrou pode ser vendida em pé a um produtor que não tenha plantado tarefa alguma de mandioca para consumo ou deseje aumentar a sua produção de farinha para a venda. Nessa modalidade não se vende o terreno da tarefa de roça, apenas o plantio que há nele. Com isso o terreno deve ser desocupado o quanto antes para se dar início outro cultivo.

despendido para a farinha obtendo com o dendê maior lucratividade. O dendê, segundo os agricultores, também supera a farinha no que diz respeito a garantia de mercado, o que satisfaz o produtor e o motiva a não aumentar a atividade do roçado de mandioca e a produção de farinha para a venda. A farinha, segundo informaram, está saturada no mercado local e regional além de não escoar o produto de Água Preta para os grandes mercados nas sedes municipais ou para capital Belém.

Em relação à vantagem da dendeicultura sobre a insegurança de mercado vejamos o que os agricultores dizem, quando perguntados se plantariam dendê novamente:

[...] antes do dendê a agricultura era fraca [...], quando agricultura era só roça [mandioca]. Quando tem farinha, até quando poucos produtores têm roça, a farinha dá bem dinheiro, aí todo mundo sai plantando e aí no próximo ano todo mundo têm muita farinha e aí 'fiuuu' [preço cai] e tu podes colocar o saco aí na garupa da moto, sair de porta em porta aí em Palmares e tu não vende, não tem garantia. (Seu F. E. Agricultor familiar 49 anos).

O dendê colhendo tem pra quem vender, em relação a roça da farinha você pode estocar que não tem preço, já o dendê seguro. (Seu F. M. T. Agricultor familiar 32 anos).

Sim eu plantaria novamente, o dendê traz uma renda maior que a roça, a farinha não tem preço, o dendê só sobe, todos aqui agarrariam o dendê, só não peguei mais porque ultrapassei os limites do desmatamento. (Seu W. S. B. Agricultor familiar 65 anos).

Os fatos relatados sobre a farinha têm implicância também sobre a produção de outras culturas. Pois no início da integração em 2006, a chegada da dendeicultura provocou uma espécie de efeito dominó sobre os estabelecimentos com projetos de dendê, efeito este ainda pouco estudado. Trata-se da redução da agrobiodiversidade devido ao abandono parcial das atividades agrícolas tradicionais em favor da monocultura agroindustrial. Há um dilema constante que versa sobre produção de alimentos, segurança alimentar, uso e compartilhamento da terra, perda de agrobiodiversidade frente à necessidade de novas fontes energéticas (ROSSI e LAMBROU, 2009; GRAU *et al.*, 2013).

O fato é que a dendeicultura como monocultivo influencia a dinâmica e organização dos estabelecimentos podendo provocar empobrecimento da diversidade de cultivos alimentares e perda sobre os domínios dos processos produtivos (SILVA, 2016). Pois ao adotarem a dendeicultura por meio da integração, os agricultores passam reduzir o cultivo de culturas alimentares devido às exigências dos tratamentos culturais previstos nos protocolos de plantios de dendê (VIEIRA, 2015).

No entanto, passado o período de seis anos iniciais de plantio da dendeicultura, o agricultor em Água Preta começou a sentir uma redução de horas de trabalho no dendê em

relação às horas dedicadas às roças de mandioca e de produção de farinha (tomados de forma conjunta) <sup>70</sup>.

Nos cultivos de dendê familiar, onde os produtores desempenham corretamente as práticas de produção exigidas pela empresa, se opera uma mudança ao longo do tempo no itinerário técnico. Tal mudança desonera trabalho do agricultor em parte dos tratos culturais como limpeza (coroamento e rebaixo) e aumenta o trabalho em outras atividades como colheita, carreamento, adubação e poda (VIEIRA, 2015).

Devido a essa mudança no itinerário técnico, notou-se em Água Preta, entre os agricultores que conseguiram melhor se adaptar aos tratos culturais do protocolo da dendeicultura, uma melhor gestão produtiva entre esta atividade e as atividades tradicionais para o provisãoamento. Neste sentido, se quer dizer que há influência entre a idade do dendezal e a maior intensidade de trabalho dedicado aos cultivos alimentares nestes estabelecimentos, principalmente para o consumo, e devido à falta de condições de escoamento esses produtos não são destinados para o mercado.

Esse incremento do trabalho familiar se dá principalmente devido a liberação de parte da mão de obra familiar dos dendezais adultos para os cultivos familiares e uso de parte da renda extra proveniente do trabalho no dendezal, visto que essas duas componentes do trabalho no dendê (mão de obra e renda), ao serem combinadas de forma estratégica pelos agricultores, podem ser direcionadas para outras atividades agrícolas dentro do lote.

Em termos de diversidade de plantios (como em SAF), destacam-se às frutíferas, existindo grande variedade ao redor da casa e espalhadas em áreas distintas do estabelecimento. Entre as culturas perenes e temporárias encontram-se a laranja, limão, limão galego, cítricos enxertados, açaí, melancia, maracujá, abacaxi, caju, banana, manga, abacate, tubérculos, coqueiros e entre outras.

Os agricultores familiares não integrados mantêm seus lotes com a diversificação características encontradas no meio rural do NEP, com plantios de mandioca, fruteiras e algumas plantações mais intensivas de pimenta do reino, açaí e feijão tanto da colônia quanto do “feijão do sul”. Eles não se integraram pelas seguintes razões: *i*) não terem terras suficientes; *ii*) não terem conseguido a DAP, por falta de regularização fundiária; *iii*) em um caso, o agricultor não quis abdicar de sua autonomia e por não querer contrair dívidas nem obrigações com empresas.

---

<sup>70</sup> Não há como aferir se essa sensação é induzida pelo fetiche gerado pela renda como descrito por Vieira (2015).

Eu não quero saber de dendê, não sou louco, quero continuar livre de dividas e obrigações com essas empresas ai. Eles já vieram aqui várias vezes, mas com dendê eu não quero conversa. (Seu. F. agricultor familiar, 69 anos).

Os agricultores que iniciaram seus plantios entre 2005 e 2006, estando atualmente com 11-12 anos de idade se encontram em plena produção, o que possibilita certa liberação da mão de obra do produtor, muito exigida durante os primeiros 6 anos do plantio, além da baixa produtividade nesse período. Com mais tempo e renda os produtores que conseguiram melhor gerir seu estabelecimento, passaram a reincorporar ou intensificar culturas<sup>71</sup> que antes plantavam, além de experimentar novos plantios e outras atividades, a exemplo do açaí, caju, cupuaçu e criações<sup>72</sup>.

Futuramente, com o declínio da produção do dendê familiar, estas iniciativas podem representar uma maior agrobiodiversidade nos estabelecimentos, assegurando sua reprodução e independência produtiva após esse primeiro ciclo da dendeicultura. Isso reforça o colocado por Silva (2016, p. 95) afirmando que com a dendeicultura os agricultores têm a perspectiva de aumentar a diversidade produtiva, diminuindo a sua vulnerabilidade diante da dependência de uma monocultura.

Olha, deixa eu te falar uma coisa, eu cheguei aqui, que eu morava pra outra terra e troquei nessa daqui pra começar a experimentar. Daqui só tenho esses pés de coco, esses pezinhos de açaí, esses muricis e essas plantas novas que você está vendo aí. Os cajueiros, os muricis, plantei goiaba, laranja, já foi agora, quero melhorar, meu sonho é plantar mais açaí, passar do dendê pro açaí. (Dona. S. Agricultora, 60 anos).

As experiências da agricultora acima, de diversificar os cultivos no seu estabelecimento se somam às perspectivas de planejamentos futuros em relação à renda que será obtida com trabalho no dendezal (neste caso específico, com o plantio ainda com dois anos de idade), o sucesso dependerá de como a produtora irá gerir seu estabelecimento, e dos fatores ambientais presentes na sua área de plantio:

Então, eu tenho um sonho de ter um açaizal pra mim, irrigado quando o meu dendê começar a dar. É por isso que eu quero comprar meu carrinho. Tem as minhas coisas

<sup>71</sup> É notável nesse aspecto, o caso do feijão da “colônia”, onde os agricultores têm plantado e trocado bastantes sementes das diferentes espécies, os quais atribuem muitos nomes as variedades. Esses feijões são componentes importantes da alimentação diária e as famílias que os preferem ao feijão comum destinado a comercialização (Carioca, Preto, Rosinha, Roxinho, Mulatinho, Rajado e Jalo), chamados de “*feijão do sul*” pelos agricultores, expressando certa desconfiança.

<sup>72</sup> Em dois estabelecimentos de integrados visitados, um pela AGROPALMA e outro pela BIOVALE, foram encontrados experimentos independentes; no primeiro caso de consórcio de plantio de caju com pimenta do reino já adultos e produzindo, e no segundo caso, criação de peixes e a construção de uma área de confinamento para criação de galinhas. Segundo os agricultores, tais experimentos tiveram origem na troca de informações com outros produtores. No entanto sem assistência técnica, os proprietários afirmaram estar enfrentando dificuldades para mantê-los. Alegaram que se tivessem auxílio de ATER, além deles, outros produtores também iniciariam novos projetos do mesmo tipo. Outros integrados estão planejando plantios de açaí e cupuaçu, além de reconstruírem seus retiros para produção de farinha.

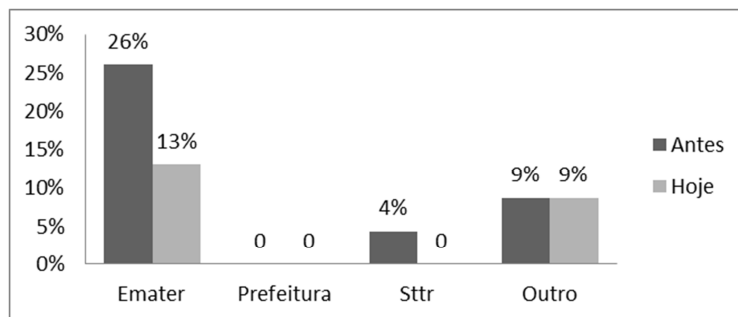
com as minhas vizinhas, e aí com elas poder botar aquele saco de cupuaçu. ‘Quanto é um desse aí? ‘É um real do grande. Me vende aí? Tá. Eu vendo’. (Dona. S. Agricultora, 60 anos).

Um dos maiores problemas apontados pelos agricultores em relação à sua produção é a falta de assistência técnica rural (ATER) pública. Os agricultores afirmam que se tivessem acesso a assistência técnica poderiam melhorar a produção de cultivos alimentares nos estabelecimentos, assim como demonstra a seguinte fala:

Olha nosso problema aqui é a assistência técnica, o que a gente queria, não é só essa oferecida pela empresa, ela só é pra fiscalizar o dendê, precisamos de assistência técnica pública pra melhorar nossos roçados. (Seu F. E. Agricultor, 49 anos).

A ausência de ATER faz com que as iniciativas dos agricultores sejam vulneráveis a qualquer adversidade, seja ambiental ou de mercado, e não tenham bons resultados produtivos e que se sustentem ao longo do tempo. Historicamente a ATER pública na região de Água Preta é quase incipiente com se pode ver no gráfico 6, que demonstra a baixa presença de ATER na região, diminuiu ao longo do tempo para o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que do STTR e nulo para prefeitura, é importante assinalar que a presença depois da integração ocorre a pelo menos 5 anos, nos 11 anos de integração.

**Gráfico 6-** ATER na comunidade Água Preta, antes da integração e em 2017.



**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

A presença um pouco maior de ATER na comunidade anterior a dendeicultura, antes de 2006, pode ser explicada pela influência da empresa durante a fase de pesquisa e implantação do projeto IV, na comunidade e que passando esse período, a assistência a esses agricultores fora abandonada, com ilustra a fala de um agricultor:

Eles [EMATER] não vêm aqui a mais de cinco anos, nem o INCRA vem. Eles vinham mais aqui quando queriam que a gente assinasse o projeto, eles estavam na fase de namoro, depois que eles conseguiram o que queriam, foram embora, ficaram com a gente enquanto a gente não tinha pago os financiamentos, depois que pagamos, foram todos embora, o mesmo acontece com os fiscais da empresa, hoje só vem saber se tem dendê, se não tem vão embora. (Seu A. G. Agricultor, 62 anos).

Historicamente o apoio de ATER para a localidade é quase nulo. A produção, a gestão do estabelecimento e a tomada de decisões sobre o que vai ser produzido dependem

quase que exclusivamente das iniciativas do agricultor e de sua capacidade de trocar informações com seus vizinhos e parceiros.

Neste sentido Tonneau *et al.* (2005, p. 76) explicam que um projeto de inclusão social deve atender os agricultores familiares em situação de dificuldade produtiva. Trata-se, nesses casos, de pensar um projeto que associe políticas sociais, de criação de infraestrutura e de desenvolvimento das atividades econômicas (políticas de criação de empregos). Para estes autores, o desafio está em resolver a contradição principal da modernização agrícola, que se traduz no aumento da produtividade, na concentração das terras e na exclusão dos produtores incapazes de acompanhar a corrida pela melhor produtividade.

Ainda nesta linha, Tonneau *et al.* (2005, p. 71-72), reconhecem que existem várias evidências de que a concentração dos recursos financeiros se dá exatamente onde há agricultores familiares mais capitalizados, mais organizados e com maior apoio do Estado, bem como pela ação mais eficiente da assistência técnica e extensão rural pública.

Diante deste quadro, se pode afirmar que tanto a política nacional de ATER (BRASIL, 2007) quanto o apoio para ATER ao agricultor familiar como colocada no PISPO (PARÁ, 2014, p. 4-5)<sup>73</sup> não foram colocadas em prática.

Apesar da falta de ATER na comunidade, aos poucos a diversidade de cultivos têm voltado a ser incrementados. Isso se dá pelo interesse natural dos agricultores na diversificação da produção (SILVA, 2016). No entanto, esbarram em outras dificuldades de escoamento e de comercialização. Neste sentido, interessa expor como se opera o comércio de produtos os quais são investidos tempo, trabalho e recursos financeiros.

Os relatos são de que, os produtos do roçado muitas vezes se estragam nos próprios estabelecimentos, as respostas dadas, são de que não há garantias de comercialização por não haver como escoar tal produção, além do preço baixo ofertado pelos atravessadores e comerciantes locais, como se pode ler nas seguintes falas:

-Não tem mercado, ninguém compra! Já plantamos melancia, cupuaçu, limão, maracujá. Maracujá ano passado [2016] deu tanto que isso aqui [a frente da casa] estava cheio [de frutos], a gente fazia era dá pra quem passava, não tinha pra quem vender, então acaba que estraga, se a gente for em Palmares ninguém quer, porque todo mundo leva e os comerciantes querem dar um preço muito baixo, não tem nem como levar pras Quatro Bocas [Tomé-Açu], lá é que tem mesmo, em cada trevo da PA-150 até as Quatro Bocas tem gente vendendo melancia. A produção de melancia que o 'B.' plantou ai no terreno, nos comemos toda a produção (Dona S. Agricultora. 46 anos).

-'B.' tentou outro dia vender uns quilos de feijão, correu toda a vila de Palmares com a moto e não conseguiu vender, tai o feijão encostado, a gente ta comendo ele. (Seu. F. E. Agricultor. 49 anos).

<sup>73</sup> Ver: Cláusula terceira: do compromisso dos signatários.

- [...] A farinha a gente faz só pra comer, todo mundo faz, ai pode rodar de moto com o saco na garupa, ninguém quer dar o preço que a gente pede ai tem que vender baratinho ou traz de volta, e se a gente não fizer [farinha], quando a gente precisa eles cobram o olho da cara, por isso é fazer, as vezes dá pra seis meses, as vezes da pra um ano. (Seu C. Agricultor, 48 anos.).

Além da dificuldade de escoamento e de mercado fora de Água Preta, os produtos originários dos lotes vizinhos também têm pouca circulação entre os próprios agricultores da localidade. Essa baixa circulação de produtos, acaba por refletir no baixo consumo de produtos agrícolas entre vizinhos em que já era apontado como muito baixo mesmo antes de 2006, apresentando uma média de 2,7 no escore de intensidade, como se pode ver na tabela 16. Tal fato estagna os produtos nos lotes, que acabam por se degradar.

Outro dado que comprova a falta de mercado para os produtos locais, é a baixa proveniência de produtos de feiras da região que são consumidos pelas das famílias. Essas mercadorias têm sua origem nos estabelecimentos agrícolas das comunidades rurais, inclusive dos estabelecimentos integrados. A média atribuída para o consumo dos alimentos provenientes das feiras locais foi de 4,2, qualificadas como “baixas”, tanto para antes da integração em 2006, quanto para 2017.

A explicação para os produtos vindos das feiras locais terem a média “baixa” é devido os agricultores estarem consumindo mais do que é produzido pelos próprios estabelecimentos. Como se pode notar na tabela 16, as médias para o consumo dos próprios lotes superam as demais, categorias tanto antes, como depois da integração, tendo médias qualificadas regulares. A este fato, se soma a entrada de renda da dendeicultura, que faz com que os integrados possam comprar mais produtos dos supermercados, esta variável recebeu médias tanto para antes de 2006 como para 2017 qualificadas como regulares.

**Tabela 16-** Origem dos produtos consumidos pela família antes e depois da integração na escala de intensidade.

Origem	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Próprio lote	6,1	Regular	5,8	Regular
Supermercado	5,5	Regular	5,9	Regular
Feira	4,6	Baixo	4,6	Baixo
Mercearia	3,9	Baixo	3,9	Baixo
Lotes Vizinhos	2,7	Muito Baixo	2,7	Muito Baixo

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

O consumo de produtos do lote é maior quando a renda oriunda da dendeicultura é insatisfatória não atendendo as expectativas do produtor. Este fato pode ser constatado quando



analisamos as informações fornecidas pelos próprios agricultores a partir dos indicadores de satisfação de renda por consumo do lote.

Na tabela 17, pode-se observar que os produtores que estão mais satisfeitos com a renda, têm consumido menos produtos dos próprios lotes. Assim na coluna sinalizada como “Muito Bom” para renda, 44% dos agricultores indicou intensidade de consumo “regular” para produtos dos próprios lotes e 22% destes agricultores indicou um “baixo” consumo na mesma coluna. Os que consideram a renda do dendê insatisfatória na coluna “Muito Ruim”, 67% dos agricultores indicou uma intensidade “Muito Alta” para o consumo dos lotes. Os agricultores que indicaram que a renda do dendê nas colunas “Regular” e “Bom”, 50% para cada coluna respectivamente, também apontaram ter um alto consumo do lote.

**Tabela 17-** Satisfação com a remuneração oriunda da dendeicultura pela intensidade de consumo de produtos do próprio lote.

		Renda do dendê					Total
		Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom	
Intencidade semanal de consumo do próprio lote	Muito Baixo	0%	100%	0%	0%	11%	9%
	Baixo	33%	0%	0%	17%	22%	17%
	Regular	0%	0%	25%	33%	44%	30%
	Alto	0%	0%	50%	50%	11%	26%
	Muito Alto	67%	0%	25%	0%	11%	17%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Outro dado importante, que será exposto na tabela 18, é que, dos agricultores que consideram a renda do dendê “muito boa” em relação às suas expectativas, 56% indicaram ter uma “alta” intensidade de consumo de produtos de supermercados.<sup>74</sup> O restante dos agricultores está distribuído entre aqueles que atribuíram intensidade “muito baixa”, 11%, “baixa” 11%, e “muito alta” também de 11% para consumo em supermercados. Os que apontam ter uma renda “muito ruim” oriunda da dendeicultura indicaram intensidade de consumo em supermercados “baixo” 33%, “regular 33%, e “alto” também 33%.

<sup>74</sup> Existem em Palmares ao menos três supermercados grandes e uma infinidade de supermercados menores, estes últimos existentes também na Vila Israel, aonde os agricultores de Água Preta frequentemente vão às compras.

**Tabela 18-** Satisfação com a remuneração oriunda da dendeicultura pela intensidade de consumo de produtos provenientes de supermercados.

		Renda dende					Total
		Muito Ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito Bom	
Consumo Supermercado	Muito Baixo	0%	0%	0%	17%	11%	9%
	Baixo	33%	100%	0%	17%	11%	17%
	Regular	33%	0%	75%	17%	11%	26%
	Alto	33%	0%	25%	17%	56%	35%
	Muito Alto	0%	0%	0%	33%	11%	13%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Em relação à intensidade de alimentos consumidos, não foram apontadas grandes diferenças para o aumento de determinado tipo de alimento significativo, nem em termos de qualidade, como se pode observar na tabela 19. Houve apenas aumento no consumo de farinha e feijão, que correspondem a produtos oriundos dos próprios estabelecimentos, o que corrobora com o descrito acima sobre o a intensificação de plantios tradicionais.

**Tabela 19:** Intensidade semanal de frequência de gêneros alimentícios consumidos pela família antes e depois da dendeicultura.

Consumo	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Açúcar	5,7	Regular	6,2	Regular
Arroz	7,5	Alto	7,4	Alto
Biscoito/ Bolacha	5,0	Regular	5,7	Regular
Café	6,8	Alto	7,3	Alto
Carne	6,4	Regular	6,0	Regular
Enlatados	3,0	Baixo	3,4	Baixo
Farinha	6,3	Regular	6,6	Alto
Feijão	6,0	Regular	6,5	Alto
Frango	5,2	Regular	5,4	Regular
frutas	5,2	Regular	5,5	Regular
Hortaliças	4,0	Baixo	4,5	Baixo
Leite	5,0	Regular	4,8	Regular
Macarrão	3,8	Baixo	4,7	Regular
Margarina / Manteig.	4,1	Baixo	4,4	Baixo
Pão	4,0	Baixo	4,5	Baixo
Peixe	4,9	Regular	4,7	Regular
Refrigerante	3,6	Baixo	3,9	Baixo

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Como se pode notar na tabela acima, os agricultores têm mantido o mesmo nível de consumo para produtos alimentares provenientes de supermercados, mercearias e feiras locais, não intensificando a aquisição desses produtos no comércio local. Isso se deve ao fato de não ter havido diminuição das áreas de roçados como constatado em Homma *et al.* (2014), pois a média de área dos estabelecimentos integrados na comunidade de Água Preta é de 47,5ha e as áreas de dendê não superam 10ha. Entretanto, percebe-se o aumento de consumo de dois produtos muito consumidos pelas famílias e que são produzidos no lote, como o feijão e a farinha, que tiveram um aumento no consumo em 2017 em relação ao ano de integração. Neste período eles haviam reduzido o tempo dedicado aos cultivos alimentares devido à competição pela mão de obra exigida aos tratos culturais iniciais do dendê como comprovado anteriormente por Meneses (*et al.*, 2015), e passado esse período, intensificaram o plantio de feijão e a produção de farinha para o autoconsumo.

## 6.2 Trabalho e inclusão social em água preta

No passado recente, a memória dos agricultores registra que o trabalho predominante era o cultivo das roças de mandioca para a produção de farinha para o consumo familiar e o excedente era vendido para suprir as demais necessidades da unidade familiar e a sua importância cultural e alimentar ainda é presente, apesar das mudanças no espaço da região com a chegada da dendeicultura. A este propósito Nahum & Santos (2013) escrevem:

(...) o cultivo de mandioca e a produção de farinha de mesa são tradicionais atividades econômicas do agricultor familiar no espaço rural de Moju. No entanto, a partir da década de 1980, a introdução da dendeicultura em solo mojuense começou a alterar as paisagens rurais do município e, as comunidades que historicamente cultivavam mandioca, passaram a conhecer a monocultura do dendê. (NAHUM & SANTOS, 2013, p. 67).

Com a chegada da dendeicultura houve algumas mudanças nas relações de trabalho. Por exemplo, boa parte do trabalho dedicado as roças foram deslocados para os plantios de dendê (NAHUM & SANTOS, 2013), no qual o esforço despendido nesta nova atividade é maior nos primeiros anos de cultivo e vai se equalizando com outras atividades dos estabelecimentos conforme o plantio vai envelhecendo<sup>75</sup> e se tornando mais produtivo.

---

<sup>75</sup> Há incertezas em relação à continuidade da dendeicultura familiar por parte dos integrados após o esgotamento produtivo da palmam, que ocorre aos 25 anos, devido ao esgotamento do solo, que inclusive dificulta o reaproveitamento da área para outros cultivos. No entanto os agricultores têm esperanças de que o sistema radicular do dendezal morto possa servir de nutriente para um novo plantio. Segundo os informantes, experiência como estas estão sendo realizadas em áreas de cultivos antigos da empresa, mas ainda se desconhece os resultados.

Na parcela dos estabelecimentos na qual há o cultivo de dendê, a mão de obra empregada é predominantemente de adultos do sexo masculino e conta com o trabalho de mulheres adultas<sup>76</sup> em inúmeras situações, por exemplo, quando o casal não conta com filhos maiores de idade no estabelecimento ou o chefe de família não consegue executar o itinerário técnico sozinho. Por obrigação de contrato, o trabalho no dendezal exclui o trabalho do menor de 18 anos e agricultores avulsos, sem carteira assinada. No dendezal, apenas a mão de obra familiar é permitida.

Em relação à inclusão social, tal aspecto do trabalho no dendezal, contradiz a proposta de geração de postos de trabalho, na qual o PNPB tem favorecido a adesão de centenas de agricultores familiares e independentes (MONTEIRO, 2013). Segundo Andrade (2009), a agricultura familiar do NEP, apesar de assumir um aspecto distinto, ela é incluída no PNPB de forma a atender a estrutura atribuída ao programa quanto ao aspecto da inclusão social, isto é, com geração de postos de trabalho no meio rural. Neste sentido, a dendeicultura familiar apenas proporcionou renda para a família integrada, não gerou empregos para o restante da comunidade.

Estes pormenores do trabalho familiar e como ele é empregado nos estabelecimentos são detalhados ao longo das seções abaixo.

### 6.2.1 Trabalho familiar

No âmbito da agricultura familiar amazônica, homens e mulheres assumem uma multiplicidade de funções de trabalho, que comparece como ato de mediação entre o agricultor e a natureza (WITKOSKI, 2007; SILVA e SIMONIAN, 2006). No estabelecimento agrícola, a polivalência do homem se traduz no trabalho com a terra, na organização, na administração da renda, e no controle das rotinas de trabalho dele e dos demais membros da unidade familiar. Cabe a mulher, mãe de família a responsabilidade pela organização do consumo e do descanso na casa (GARCIA & HEREDIA, 2009, p. 226-7).

Morris & Simonian (2006) afirmam que há participação da mulher em todos os espaços do trabalho polivalente, compartilhando com os homens a mesma importância na força de trabalho, muito embora na maioria das vezes, esse papel não seja reconhecido pelo *mainstream* acadêmico. Neste sentido as mulheres muitas vezes se sobressaem e assumem o protagonismo como coordenadoras dos processos de produção de conhecimento tradicional,

---

<sup>76</sup> Não foram identificadas mulheres que executam sozinhas o trabalho no dendezal.

agrícola, artesanal e sobre os recursos florestais (SIMONIAN, 2013) entre outras funções da manutenção da unidade domesticam.

Por fim, quando necessário, há contratação temporária de mão de obra extra para complementar o trabalho das atividades agrícolas no estabelecimento. Na comunidade Água Preta, o trabalho compartilhado entre membros da família de ambos os sexos e de diferentes idades é recorrente quando não envolve a dendeicultura.

Entre os integrados da comunidade Água Preta, a organização social de trabalho reproduz os padrões do campesinato tradicional da região do NEP, não se observando um domínio masculino exacerbado. No entanto, as mulheres são vistas como “simples ajudantes” nas atividades de reprodução social, assim como observado por Silva e Simonian (2006).

Há uma tendência à especialização à dendeicultura e a secundarização dos cultivos tradicionais e a redução das atividades da economia doméstica, fatores que têm subordinado os integrados ao capital (NEVES, 1981 *apud* VIEIRA, 2015, p. 4). Muito embora esta relação trabalho/especialização não seja estática, sendo os agricultores capazes de desenvolver estratégias próprias para se adaptarem a essas condições.

Nas atividades dendeícolas, os homens assumem a frente nas que são mais pesadas, como observa Rodrigues *et al.* (2014, p. 1431): como a limpeza das áreas e a operação de colheita, corte e carregamento dos cachos. No entanto, como veremos mais abaixo, as mulheres participam desse trabalho como parceiras, dividindo seu tempo entre os seus afazeres no estabelecimento com a dendeicultura.

Difícilmente o homem sozinho consegue trabalhar no dendezal o tempo todo, mas não é difícil encontrar homens fazendo todo o itinerário técnico, de forma ocasional, quando não há mão de obra disponível na família para ajudá-lo. Há muitos casos em que o animal de carga facilita o trabalho no dendezal e dispensa um trabalhador para guiar a carroça de carreamento: “é tão manso que conhece a rua e os cachos no chão” (Seu E. Agricultor, 46 anos).<sup>77</sup>

Em relação ao trabalho da mulher, no âmbito da casa, envolve uma gama de atividades importantes para a manutenção da unidade familiar, com destaque para os cuidados com os filhos, da casa, diversas atividades nas áreas de cultivos, seleção dos alimentos que vão ser consumidos pela família e do que vai ser servido para os que estão trabalhando no dendezal e nas roças, cuidar das criações pequenas, da saúde da família, entre outras

---

<sup>77</sup> Nesses casos, os agricultores afirmam que os animais de carga param quando observam que há cachos no chão e sabem que tem de parar para os mesmos serem coletados, além de reconhecerem os finais de cada parcela do dendezal e realizarem as manobras sem auxílio de alguém que os guie.

atividades não menos importantes. Existem trabalhos cujos resultados são considerados de melhor qualidade, se executados por mulheres, como o caso da feitura da goma de mandioca, da farinha de tapioca e da retirada do azeite de andiroba, porque tradicionalmente elas o fazem e se aperfeiçoaram.

Caso a família esteja sem disponibilidade financeira e/ou for impedida de contratar diárias (caso dos contratos da AGROPALMA), de não terem filhos maiores de idade ou que não vivam no lote, a disponibilidade de mão de obra familiar nos lotes recebeu média de 2,7, considerada “muito baixa”, ou ainda se a mulher gostar do trabalho com a terra e dispor de tempo para essas atividades, nesses casos o trabalho da mulher engloba toda a atividade doméstica, mais o trabalho na roça e no dendezal. Vários casais trabalham juntos nos dendezais e nas roças. Portanto, se quer dizer com isso, que o volume do trabalho da mulher se equipara ao do homem no estabelecimento.

Apesar das atividades de trabalho no estabelecimento terem sido modificadas com a chegada da dendeicultura, a incitação provocada pela mesma não foi suficiente para romper completamente as estruturas tradicionais das unidades domésticas do campesinato local e as relações de ainda permanecem, como descritas por Garcia & Heredia (2009):

O caráter indissociável do vínculo entre unidade de consumo e unidade de produção apresenta-se, então, não como uma coletividade de indivíduos homogêneos e intercambiáveis, como tende a ser concebido o processo de trabalho industrial ou agroindustrial, mas conformado pela distinção de domínios complementares pensados como mundo das mulheres e mundo dos homens (GARCIA & HEREDIA, 2009, p. 229).

No caso de Água Preta isso se deveu pelos seguintes motivos, os 10ha de dendê immobilizaram apenas  $\frac{1}{4}$  dos lotes, cuja média por integrado é de 47ha, portanto sobrando aos agricultores cerca de 30ha para outros cultivos. O monocultivo não avançou pela aquisição de terras de produtores independentes por se tratar de um projeto de assentamento do INCRA. E por último, a especialização produtiva como resultado do monocultivo não se fez acompanhar de “incrementos tecnológicos” (insumos, maquinários, fertilizantes, pesquisa e gestão) como ocorrera com os integrados no sul do país.

Sobre o trabalho dos menores de 18 anos no meio rural brasileiro, faz parte da estrutura cultural e da formação familiar do campesinato, o trabalho desde tenra idade, nesta linha, Comerford (2003) enfatiza que desde os 10 anos de idade, crianças já trabalham na roça. A legislação é considerada pelos agricultores, um empecilho a formação do trabalho campesino e se fez sentir em Água Preta como se verá nas linhas abaixo.

Em Água Preta, não se registrou trabalho de menores nos dendezaís. No entanto, menores se inserem em atividades agrícolas junto aos pais e suas funções são determinadas de acordo com a sua capacidade de trabalho, condizente com a idade e sexo. Tais atividades são executadas fora do período escolar.

As leis trabalhistas associadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) geram preocupações entre os pais e mães de família nas zonas rurais e no meio acadêmico e jurídico gera um quadro complexo de se interpretar, devido às diversas matizes do problema. Pode-se afirmar que em Água Preta tais proibições causam descontentamento nas famílias pela interrupção que tais interdições causam na divisão social do trabalho familiar. A proibição de trabalho de menores de 14 anos, colocada em vigor pela legislação, na visão do agricultor, contraria as relações de trabalho familiar, a educação da família voltada ao trabalho rural e por fim cultura camponesa, esses fatos são reforçados pelas seguintes falas que sintetizam o pensamento dos agricultores em Água Preta:

Nem meu menino, nem o de ninguém eles deixam trabalhar nos dendezaís, as leis da cidade não podem valer pra gente do campo, você não pode querer que uma lei para um menino que vende bombom num sinal de trânsito em Belém, tenha as mesmas consequências pra gente daqui, não é a mesma coisa. (Seu B. agricultor, 60 anos).

Entre os integrados à agroindústria do dendê de Água Preta, a legislação se fez sentir com mais pungência, pelo reflexo direto que teve na política trabalhista da empresa, que ampliou a restrição de trabalho de menores de 14 anos, para menores de 18 anos, por considerar o trabalho no dendezal de alto risco (AGROPALMA, 2013). Tal restrição fez com que a empresa agisse com rigidez em relação os casos identificados como emprego de mão de obra de menores de idade, suspendendo a coleta de CFF dos produtores que infringem esta proibição.

A indignação por parte dos pais integrados tem uma razão simbólica e prática, em resumo: a questão simbólica que antecede a prática, diz respeito à moral, as representações de costumes, estabelecimentos e afirmação de hierarquias, disposições e oposições e a formação de caráter, ou seja, assegura as estruturas sociais dentro da família e da sociedade e comunidades camponesas (COMERFORD, 2003), não só no Brasil, mas como em várias partes do mundo, como discute Sambourin (2011):

Tonneau (1981, p. 91) mostra que todos os jovens, quaisquer que sejam as suas origens sociais, devem seguir o mesmo sistema educacional: “para cada faixa etária corresponde um certo número de conhecimentos que permitirão que os jovens dominem o sistema sociocultural, tanto do ponto de vista ecológico quanto social, ampliando cada vez mais o campo de percepção do meio-ambiente”. [...]. Tonneau (1981, p. 92) relata como os pais educam os seus filhos no maior respeito de todas as

pessoas da comunidade. A criança será considerada como “bem educada” após ter efetuado todas as tarefas sob as ordens dos seus pais. (SABOURIN, 2011, P. 94).

Não se pretende aqui julgar as questões morais do ECA para essas situações, mas no mínimo, o estatuto, apresenta certa incoerência quando coloca todos os aspectos do trabalho do menor em uma única perspectiva, que parece enquadrar a realidade rural e urbana nas mesmas categorias. Tal complexidade que faz das observações de Comerford (2003) a respeito, bastante atuais:

Na interpretação de muitos pais, a lei impediria seus filhos menores de 14 anos de trabalhar [...]. (os filhos começam a ajudar os pais na roça com menos de dez anos, fazendo pequenos serviços), a lei os estaria impedindo também de educar os filhos [...]. Na visão desses pais e mães, é através da imposição do trabalho desde cedo que se formam adultos trabalhadores. [...]. Os pais consideram também que o cotidiano de trabalho junto a eles é fundamental para que os filhos aprendam a lhes respeitar. [...]. Assim, a tensão difusa que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem produzido na roça resulta da percepção e do temor dos camponeses de que a lei, para além dos prejuízos “econômicos” que poderia representar pela retirada de uma parcela da “mão de obra familiar”, estaria contribuindo para a criação de uma geração incapacitada para lidar com as categorias básicas da economia moral da família, ao enfraquecer as modalidades de inculcação da autoridade dos pais (pelas ordens e pelo exemplo) em uma fase vista como crucial na socialização das crianças. (COMERFORD, 2003, p. 111).

Quanto à restrição de mão de obra familiar de menores de 18 anos nos dendezaís, os pais se sentem preocupados e indignados e afirmaram que estão engessados pela empresa e que não podem fazer nada. Afirmaram também que isso complica as suas vidas em relação à mobilização de mão de obra tradicional familiar, fato que se agrava com o avanço da idade dos pais, que afirmam ter de trabalhar “enquanto os filhos não podem fazer nada”, como atesta a fala abaixo expressando exaltação:

Não possível ter filhos do tamanho de cavalos vendo filme no sofá parece um bando de poodles, enquanto um velho de 70 anos quebra as costas no dendê pra sustentar eles. (Seu N. agricultor, 60 anos).

Nota-se na fala, que a impossibilidade de mobilizar parte da mão de obra familiar pela restrição do trabalho de menores de 18 anos, sobrecarrega força de trabalho dos mais velhos, como se vê, na tabela 20, o esforço dos pais de família que foram entrevistados, teve um aumento no período que vai de 2006 a 2017.



**Tabela 20-** Esforço do pai de família antes e depois da integração (2006-2017).

Escala	Trabalho do pai	
	Antes	Hoje
Muito Baixo	35%	17%
Baixo	9%	4%
Regular	13%	26%
Alto	9%	17%
Muito Alto	35%	35%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Na tabela 20, pode-se observar que em quatro dos cinco quesitos de intensidade apontam para o aumento do esforço do chefe de família, no período de 2006 a 2017. Tal esforço se deu pelo incremento de trabalho no dendezal somado ao trabalho nas áreas de cultivo.

Em termos de inclusão social a participação nos processos produtivos devem ser equitativos e a exclusão no campo do trabalho afeta principalmente mulheres e jovens (INSULZA, 2014). No caso da dendeicultura familiar em Água Preta, há um paradoxo, pois ela não permite, devidos aos baixos rendimentos, gerar postos de trabalho formais e não há possibilidade de ingresso dos mais jovens no sistema produtivo, seja pelas leis, ou pelo perigo de se trabalhar no dendezal.

A exclusão de membros da família de parte do trabalho familiar implica no sobre-esforço dos demais para manter o nível de consumo familiar, que não é diminuído pelos chefes de família para os membros que não podem trabalhar. Como explica Garcia (1983):

O que marca, portanto a especificidade da unidade produtiva é o seu caráter familiar. Ou seja, a participação de cada membro depende de sua inserção nas relações de parentesco. Potencialmente, todos os membros da unidade familiar são trabalhadores. [...] dependendo do sexo e da idade as pessoas podem estar incluídas ou excluídas em determinadas tarefas produtivas. [...] não há nenhuma relação direta e imediata entre o desempenho de cada membro no processo de trabalho e seu consumo. Se algum membro da família [...] não pode ou não quer trabalhar, isto não quer dizer que ele não obterá o necessário a sua reprodução [...] (GARCIA, 1983, p. 104).

Neste sentido, não se observou nenhuma privação ao consumo familiar dos mais jovens por não poderem trabalhar no dendezal, a despeito da indignação dos pais, que não foi canalizada aos jovens da família, mas à empresa, que é a reguladora do trabalho do menor pelo cumprimento da legislação e é a personificação das imposições legais, inclusive pelas penalizações que impõe aos agricultores que quebram esse protocolo.

Lamentavelmente, identificamos alguns casos de trabalho infantil em terras de produtores familiares e, atualmente, estamos melhorando a estrutura para monitorar e prevenir tais casos. O trabalho infantil em propriedades rurais familiares é aceito

por alguns padrões de certificação, inclusive pela *Roundtable on Sustainable Palm Oil* (RSPO). Porém, de acordo com a legislação brasileira é considerado ilegal. Trabalhamos com conscientização, mas também fazemos visitas de acompanhamento para garantir que não há menores de 18 anos trabalhando em nenhuma etapa de nossa cadeia de suprimentos. Onde nos deparamos com trabalho infantil, suspendemos imediatamente a aquisição de CFF e procuramos solucionar a situação com o fornecedor (AGROPALMA, 2013, P. 55)

As queixas mais comuns dos pais/chefes de família são de que menores não podem executar nem as tarefas mais simples como guiar a carroça puxada pelos animais de carga para o carreamento, pois se os fiscais da empresa os identificar, os produtores estarão sujeitos a sanções e multas.

Eu não posso colocar meu menino nem pra guiar a carroça do burrinho, isso já seria uma ajuda, além de que ele vai aprender a cuidar do dendezeal, como ele não pode me ajudar. Porque eles não deixam, ele chega da escola e fica sem fazer nada, eles não querem nem que ele me ajude no roçado que não tem nada a ver com o meu contrato. (Seu F. E. agricultor, 49 anos).

Obviamente, não se observou jovem nenhum queixar-se abertamente de não poderem trabalhar, havendo entre eles certa reserva ou vergonha em relação ao assunto. Os pais temem que com o ócio crescendo entre os jovens da comunidade, aumentem as chances de que estes cometam delitos para conseguir algum dinheiro.

É importante salientar que os agricultores afirmam que a interdição do trabalho do menor não é só em relação ao dendê, mas em relação aos outros trabalhos no estabelecimento comuns à estrutura reprodutiva da família camponesa e que na busca de cumprir com a legislação brasileira e com as regras das certificadoras, a empresa impõe a todos os agricultores sob sua influência a obrigação de não empregarem mão de obra de menores de 18 anos.

Obviamente a empresa não tem como fiscalizar nem delimitar todas as instâncias do trabalho familiar e a sua fiscalização se resume ao dendezeal, já que não tem autoridade sobre as outras áreas dos estabelecimentos.

## 6.2.2 Trabalho assalariado e consórcio rural na agroindústria do dendê em Água Preta

Os agricultores integrados continuam contratando diaristas para o trabalho no roçado (geralmente limpeza) nos seus lotes, ou contam com os filhos e agregados maiores de idade para tal serviço (quando estes não moram no estabelecimento, se paga diárias também a eles). No dendezeal empregam trabalho familiar na maioria das vezes, alguns usam como estratégia para o recrutamento de mão de obra as relações familiares não consanguíneas como:

compadrio, parcerias conjugais e a ajuda vicinal, estratégias já bem conhecidas de estudiosos como Cândido ([1964] 2010) Comerford (2003) e Garcia Jr. (1983).

Nestes casos de emprego familiar não consanguíneo, como genros, concunhados, os compadres e comadres trabalham nas áreas produtivas do estabelecimento em troca de parcelas de terra para formarem pequenos plantios, casas agregadas e dinheiro. Muitas das vezes os vizinhos integrados, de uma mesma vicinal, também prestam ajuda uns aos outros fazendo carregamento, cortando cachos e coroamento. Isso ocorre entre produtores integrados, quando um deles está impossibilitado temporariamente para exercer tais atividades.

Essas estratégias de emprego de mão de obra agregada, nada mais são que as relações sociais de solidariedade, do esforço de preservação de estruturas familiares (CASTRO, 2009), da construção e da reconstrução das estruturas de vizinhança do campesinato tradicional amazônico como explicam Hébette *et al* 2002.:

O espírito de vizinhança se traduz também na época dos serviços agrícolas maiores, ou em circunstâncias particulares, por “trocas de serviço” ou mutirões, em que agricultores se juntam com vistas à realização de serviços no lote de um deles, mediante reciprocidade em próxima oportunidade. Essa atividade constitui-se ao mesmo tempo em um momento importante de convivialidade [...]. As festas religiosas, os batizados, os casamentos, cujo sentido religioso sacraliza novos laços de alianças matrimoniais, ou de compadrio, entre vizinhos, constituem outros momentos de convivialidade. (HÉBETTE *et al*, 2002, p. 11).

E do campesinato brasileiro, bastante conhecidas e descritas bem por Antônio Cândido em 1964:

Pode-se falar de autarquia [...]. E um dos seus elementos de caracterização era o trabalho coletivo [...] pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. A obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo [...]. (CÂNDIDO, 2010 [1964], p. 81).

Tal reciprocidade no trabalho coletivo, no caso da comunidade Água Preta, sofreu um abalo com a fase inicial da dendeicultura, com parte dos agricultores da comunidade se tornando integrados. Devido à integração, as relações de trabalho assalariado pelo dendê parecem ter embaralhado as relações sociais e de serviço coletivo. No entanto, as conformações e rearranjos do trabalho coletivo não desapareceram (contrariando a ideia de passividade do camponês) e, em certa medida, nas formas descritas por Cândido ([1964]2010).

Sobre a livre contratação de diárias dos não integrados, temos a seguinte fala:

Ainda bem que eu não tenho contrato, posso empregar quem eu quiser pagar diárias pra trabalhar no meu lote, não sou escravo da empresa como esses daí [...]. (Seu B. Agricultor; 70 anos).

Em relação ao trabalho não familiar, no caso do trabalhador rural descapitalizado que não possui lote, não tem renda fixa, nem possui os meios para produzir o suficiente para o autoconsumo (por falta de terra). Este agricultor, como não pode trabalhar nos cultivos do dendê sem carteira assinada, fica na dependência de trabalhos nas áreas de roçado (que na maioria do tempo, a família integrada consegue dar conta sozinha), que são menos frequentes e rentáveis que o trabalho do dendezal que requer uma rotina. Ou ficam na espera de uma vaga na empresa.

Nestes casos, os integrados alegam que seus rendimentos não são suficientes para pagar um trabalhador local, com carteira assinada e com direitos trabalhistas<sup>78</sup>.

Imagine se eu for assinar carteira de alguém aqui, eu teria de trabalhar pra ele, porque os rendimentos do dendê não dariam pra pagar o salário, e caso ele fosse embora eu teria de vender meu lote para poder pagar as dividas trabalhistas. (Seu N. Agricultor Familiar, 61 anos).

A impossibilidade de contratação por carteira assinada por parte dos integrados, devido à falta de fundos e sem poder contratar mão de obra temporária para trabalhar nos dendezais, deixa o trabalhador descapitalizado sem essa alternativa de trabalho. Tal fato limita a distribuição de renda na comunidade e a inclusão social através de “*spillover*” como colocados por Brandão & Schoneveld (2015), o que compromete geração de renda como fator inclusão social, como previsto no PNPB.

A proibição de contratação de diárias não é interpretada positivamente pelos agricultores e, de modo geral, é mais um fator de insatisfação que se soma aos demais problemas apontados pelos agricultores com a empresa. Os integrados alegam que as diárias poderiam ser pagas facilmente com a renda oriunda dos períodos de safras de dendê, que é quando se precisa mais de mão de obra temporária. Devido a essas condicionantes, o agricultor integrado pode ser penalizado pelas empresas, caso persista na contratação de diárias<sup>79</sup>.

Os interlocutores ainda afirmam que nos roçados, portanto, fora dos dendezais, a empresa também tenta interferir coibindo a contratação de mão de obra não legalizada, mas não obtêm muito sucesso por não poder exercer controle total sobre os 30ha da parcela

---

<sup>78</sup> Na comunidade Água Preta, em todos os estabelecimentos de integrados pela AGROPALMA, foi encontrado apenas um agricultor que mantém contrato regular com um trabalhador, este empregado, assalariado, trabalha como vaqueiro de um pequeno de um rebanho de baixa zootecnia, e não é contratado como trabalhador do dendezal.

<sup>79</sup> Modalidade praticada por camponeses desde que a monetarização das relações e a economia de intercâmbio mercantil concorrera para reforçar as estratégias individuais no meio rural (SABOURIN e CARON, 2009, p. 100).

agrícola onde não há dendê. Além de que, o agricultor integrado não admite tal interferência, por considerar uma ameaça à sua autonomia sobre a terra.

Desta forma, não há um acordo jurídico apropriado para o caso do trabalho legalizado e trocas de diárias entre empresa e integrados. As exigências do empreendimento pressionam o produtor para que não haja contratação de diárias fora do âmbito familiar devido às leis trabalhistas e aos padrões e políticas alcançados no âmbito das certificações. O agricultor integrado, por sua vez, sente-se oprimido e impotente diante dessas regras, sem saber a quem recorrer e como proceder, o que sobrevém são os ressentimentos.

Os agricultores alegam que mesmo com a idade avançando (e no local há integrados idosos, sem mão de obra familiar [ver mais adiante em penosidade]) não podem contratar ajudantes para o dendezeiro e com isso não têm como ajudar financeiramente um vizinho não integrado e não enquadrado como agricultor familiar que precise vender sua força de trabalho. As imposições trabalhistas dispostas no contrato contrariam as normas costumeiras do campesinato em ajudar e cooperar com seus pares. Tais exigências são desacopladas da realidade local e embaralham as relações sociais, isolando os integrados, como grupo, do restante da comunidade, como se fossem sócios de um negócio à parte. Tal influência do empreendimento facilita a dominação sobre os produtores e seus modos de produção e acaba por estimular atitudes individualistas entre os integrados.

A gente se sente envergonhado diante dos vizinhos que não possuem dendê, porque aqui a gente sempre trocou diárias, e eles vendo a gente trabalhar, eles vem sempre aqui pedir, e a gente não pode contratar, isso faz eles pensar que nós é que não queremos a gente fica muito mal com isso eles ficam com raiva da gente, mas a gente não pode fazer nada. (Seu F. E. C. Agricultor, 50 anos).

Segundo o Relatório de atividades da AGROPALMA (2013, p. 46), o cultivo de dendê possui um alto rendimento e através dele, muitos agricultores familiares (não é o caso de Água Preta) tiveram condições de contratar trabalho assalariado. O mesmo relatório afirma que as exigências legais (inclusive a legislação trabalhista), buscam atender os níveis de certificação que a empresa alcançou junto ao processo de certificação da RSPO, que faz visitas de monitoramento anuais aos plantios dos integrados.

Como no caso do trabalho do menor de idade, existem sanções aplicadas aos integrados, quando a empresa identifica contratação de mão de obra não regularizada (AGROPALMA, 2013, p. 46). Segundo os agricultores, as sanções podem ser desde ter

produção mensal não recolhida, à cobranças de multas, o não fornecimento de insumos (adubo químico) e em último caso, pode haver rescisão de contrato<sup>80</sup>.

A empresa não admite explicitamente que os lotes familiares com plantios de 10ha são insuficientes para gerar renda que possibilite a contratação de mão de obra legalizada em tempo integral. E sugere como solução a modalidade de contratação consorciada, o chamado *Consórcio Rural*.

Segundo o relatório de atividades da AGROPALMA (2013, p. 46), a formação de consórcio é uma maneira de se contratar trabalhadores formalmente para o trabalho nos dendezaís, cujo tempo é dividido entre os diversos estabelecimentos agrícolas. Com o Consórcio Rural, a empresa espera que o trabalho nos estabelecimentos seja regularizado. No entanto, a empresa admite que o Consórcio Rural seja motivo de reclamações dos agricultores devido ao alto custo das contribuições sociais que essa modalidade acarreta.

Da perspectiva do integrado, o Consórcio Rural não é bem visto e segundo os interlocutores, sofrerá resistência em Água Preta, caso haja tentativas de implementá-lo. Os produtores explicam que, contratar essa modalidade de trabalho, é o mesmo que estar entregando toda a renda da produção do dendê à propriedade e o seu trabalho a terceiros, ou seja, os integrados consideram esta modalidade uma espécie de usurpação dos seus direitos consuetudinários (THOMPSON, 1998) sobre sua propriedade e no pior caso, da sua dignidade como trabalhador ligado à terra.

Na lógica da inclusão social, o trabalho informal coloca as pessoas no mesmo patamar dos demais excluídos da sociedade, estando em desvantagens em relação às pessoas com emprego formal (INSULZA, 2014). Ademais, a exclusão do trabalho formal é em muitos estudos de caso o mais comum indicador de exclusão social (AASLAND & FLOTTEN, 2010). Neste sentido, seria compreensível a tentativa de formalização do trabalho. No entanto, o que se observa é uma coerção ao não emprego de mão de obra temporária causada pela legislação trabalhista e pela padronização das certificadoras, no caso a supracitada RSPO.

Por este ponto de vista, o trabalho exterior a família na dendeicultura familiar, sem que haja condições concretas de se realizar formalmente, devido renda insuficiente gerada pela dendeicultura, aprofunda ainda mais as diferenças sociais entre os agricultores integrados e não integrados de Água Preta. Não há como externalizar a renda mesmo através do trabalho

---

<sup>80</sup> A parceria com os fornecedores de CFF é uma das iniciativas de maior risco para a Agropalma, e por isso estamos trabalhando junto aos produtores para apoiá-los e monitorá-los, de modo que os requisitos legais, em especial os trabalhistas, sejam cumpridos. Identificamos problemas de conformidade legal durante a preparação da auditoria RSPO, o que resultou no término da parceria com quatro produtores integrados. (AGROPALMA, 2013, p. 46).

informal. Conclui-se que a inclusão social na forma de trabalho é nula ou questionável para os demais membros da comunidade.

É possível observar interesse de algumas agricultoras integradas no consórcio rural, cujo contrato está em seu nome ou do marido falecido. Este interesse se dá, devido a não existência de homens na família para executar o trabalho mais pesado dentro dos dendezaís. À essas mulheres a única alternativa diante do possível estrangulamento da atividade seria a livre contratação de diárias ou o Consórcio Rural idealizado pela empresa.

### 6.2.3 Trabalho, composição de mão de obra e penosidade na dendeicultura

Como dito anteriormente, aos olhos do pai e da mãe de família todos que estão sob seu teto de alguma forma podem e devem contribuir com a mão de obra familiar, salvo aquele que seja muito criança, esteja doente ou incapacitado (temporário ou permanentemente).

A inserção de cada membro da família na dendeicultura se dá, em primeiro lugar, pela idade, maior de 18 anos, em seguida, pela habilidade com os tratos culturais e terceiro pela força de trabalho, assim: *i)* Idade, qualquer pessoa maior de idade; *ii)* habilidade com os tratos culturais, membros da família maiores de 18 que dominam todas as etapas do itinerário técnico podem trabalhar em qualquer etapa do cultivo, desde que tenha força, o trabalho no dendezal; *iii)* força para trabalhar principalmente no corte dos cachos maduros (em média pesam de 4 a 8kg cada), carregamento e poda, etapas que exigem mais esforço e cuidado por parte dos agricultores, pois podem ocasionar acidentes<sup>81</sup>.

A tabela 21 apresenta a composição da mão de obra familiar que é empregada na dendeicultura entre as famílias entrevistadas. Nem todos os 23 entrevistados têm o contrato nos seus nomes. No entanto, todos conduzem os trabalhos nos estabelecimento, um dos entrevistados alegou não trabalhar no dendezal por desgosto com o que afirmou ser pelo descumprimento do contrato por parte da empresa, outro tem o filho como responsável do lote, pois o pai mora em Belém com o restante da família e duas mulheres são herdaram dos maridos os contratos, das quais uma delas trabalha e toma conta do lote com um dos filhos mais velhos, e a outra quem trabalha no lote são os sobrinhos.

---

<sup>81</sup> Dificilmente os agricultores utilizam os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), no máximo um par de botas sete léguas, calças compridas e alguma camisa comum, a maioria vai ao dendezal de bermuda e sandálias.

**Tabela 21-** Composição da mão de obra familiar empregada na dendeicultura.

Membros	n
Homem/Pai	19
Mulher/Mãe	6
Filhos maiores de idade	17
Filhas maiores de idade	0
Parentes	10
Agregados	9
outros	2
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Na tabela 21, se pode notar o número de mulheres, mães de família, que trabalham em parceria com os homens, pais de família é minoritário em relação a mão de obra masculina. As filhas não trabalham no dendezal, estas quando moram com a família, além de estudar, se dedicam à outras tarefas do estabelecimento e da casa. Dos filhos homens, que trabalham nos dendezaís familiares, estes são solteiros ou moram com a sua própria família no estabelecimento dos pais. Também foram apontadas como mão de obra pessoas aparentadas, em geral com 2º ou 3º grau de parentesco. Por fim, se tem os agregados e outros, neste grupo estão os compadres, genros, enteados ou conhecidos que residem nos estabelecimentos de integrados.

Muito embora, o trabalho familiar no dendezal não se trate de trabalho integral com jornada de 8 horas diárias, o número de trabalhadores é expressivo, são 63 trabalhadores para 230ha plantados, que perfazem 3,7 trabalhadores por hectare, a um custo que oscila em torno R\$ 275,00 a tonelada do fruto, que é pago pela empresa à família. Segundo os interlocutores, na entressafra os valores conseguidos pelos CFF nos lotes, com adubação regular, , podem chegar a R\$ 50,00 mensais, no caso de lotes desprivilegiados ambientalmente. Nos lotes em que o ambiente é favorável os valores percebidos pelos agricultores são constantes ou até maiores que os pagos regularmente, devido à alta demanda.

Como visto acima, segundo os agricultores, os valores recebidos da dendeicultura não cobrem ou não contabilizam o quantitativo de mão de obra total, nem os custos da parcela de terra empregada nos plantios e sim apenas a produção de matéria-prima. No entanto há de se fazer ponderações a respeito, pois segundo os técnicos agrícolas, nos 10ha de dendê adulto, não há necessidade de trabalho integral em jornadas de trabalho de 8 horas diárias como veremos abaixo. Sobre isso Silva (2015) escreve:



Embora as empresas insistam em legitimar o discurso da dádiva, como se estivessem praticando caridade para com as famílias “integradas”, o que se observa na prática é que o preparo de área, os insumos, equipamentos de trabalho, o pagamento da mão-de-obra, os custos trabalhistas e previdenciários, o transporte da produção e a assistência técnica saem do bolso dos agricultores, sem nenhum ônus final para as empresas, que a cada entrega do produto efetuam o desconto de eventuais adiantamentos. Isso sem considerar a reabilitação futura das áreas após o ciclo de 25 anos, que também será obrigação do “dono” do lote. (SILVA, 2015, p. 141-2).

Sobre este fato, também se tem a seguinte fala de um dos interlocutores:

Você sabe o que é isso aí né? Eles não pagão aluguel do lote e nem pagam a mão de obra, não tem que pagar indenização trabalhista nem de acidentes, esses projetos são uma boa forma deles não terem muitos custos com terra e com trabalho. (D. S. agricultor, 26 anos).

Para se ter noção da distribuição do esforço com a dendeicultura é preciso entender o itinerário técnico, ou protocolo técnico, trata-se de um pacote de recomendações técnicas a serem cumpridas pelos agricultores, com vistas a atingir os padrões de produção e qualidade exigidos pela empresa (VIEIRA, 2015; SILVA, 2016).

Os tratos culturais de campo, segundo um técnico entrevistado, podem ser equalizados em dias de trabalho da seguinte maneira: após a entrega das mudas, do preparo da área e do plantio (tratos iniciais), é necessário cuidar da manutenção das 1430 árvores plantadas nos 10ha<sup>82</sup> durante 3 vezes ao ano até o 6º ano do dendezal, empregando pelo menos 8 dias no mês divididos em 2 dias por semana<sup>83</sup>. Nessa rotina é necessário a limpeza da área nas entrelinhas dos plantios (roçagem), que consiste no rebaixo da cobertura das leguminosas (puerária) e de espécies invasoras. A limpeza dos pés do dendezeiro (coroamento) para evitar a competição entre espécies e facilitar o desenvolvimento da planta e a poda dos palmares, além desses tratos, é necessária a aplicação de duas adubações ao ano, com 2kg de adubo por planta. A partir do 7º ano a rotina de manutenção sofre uma redução, devendo ser realizada 2 vezes ao ano. A colheita (corte e o carreamento de CFF) é realizada a cada 15 dias e exige em média 3 dias para ser completado por 2 pessoas, e é dividido em 2 dias para o corte e 1 dia para o carreamento. No restante dos dias são divididos nos cuidados fitossanitários e controle de pragas.

---

<sup>82</sup> Tradicionalmente o dendezeiro é implantado no espaçamento de 9 x 9 x 9 m em triângulo equilátero, o que implica em espaçamento de 7,8 m entre as linhas e 9 m entre plantas na linha que deve está orientada no sentido norte-sul para evitar sombreamento entre plantas, desta forma é possível colocar 143 plantas por hectare (BRASIL, 2000).

<sup>83</sup> O valor da diária de trabalho de um agricultor local pode variar entre R\$ 40, 00 a R\$ 50,00 por 8 h trabalhadas.

Em termos de análise, de acordo como foi descrito acima, o esforço<sup>84</sup> empregado na dendeicultura pode ser dividido em três momentos que acompanham o ciclo de desenvolvimento e produção da cultura: *i*) muito esforço, despendido nos primeiros 6 anos de plantio com os tratos culturais iniciais; *ii*) esforço moderado ou regular, despendido dos 7 até os 17 anos que se caracteriza pela estabilidade e plena produção do plantio, sofre um leve declínio dos 18 os 25 anos mantendo qualidade necessária (BRASIL, 2000) e; *iii*) declínio da produção que vai dos 26 a 30 anos, também despende muito esforço para manter os níveis de produção e qualidade aceitáveis, a partir desse estágio a planta já excede o ciclo natural de produção (SAMPAIO, 2014), os cachos se reduzem e as plantas se tornam muito altas o que dificulta o colheita e a poda, exigindo mais nutrientes e adubação química<sup>85</sup>, sendo assim, não compensa continuar produzindo.

Na percepção dos agricultores, os primeiros três anos da integração (seja em qualquer época em que tenha sido iniciada em 2006 ou 2011), o trabalho de campo é considerado muito pesado e de tempos difíceis, de “*apertar o cinto*” de viver em certa penúria. Os agricultores afirmam que o dendezal dá muito trabalho, e a renda obtida com ele é insuficiente para se manter e deixar de trabalhar em outras atividades e vender diárias de trabalho.

O dendê até 10 anos dá muito trabalho, hoje tá tranquilo, mas ninguém gosta no começo. (Seu. F. M. Agricultor, 36 anos).

Apesar do esforço dos anos iniciais com a cultura, as esperanças de que a produção futura possa melhorar suas vidas é o que os faz perseverar.

Aos 11 anos<sup>86</sup> de idade o dendezal está em plena força, as áreas de cultivo estão sombreadas, nas entressafras o que é colhido tem garantia de venda, as safras só não são satisfatórias para aqueles que acusam um déficit de adubação e tem seu lote desfavorecido ambientalmente.

Neste estágio, o agricultor não trabalha mais ao sol, o seus animais de carga (14 agricultores os possuem) passam a executar as manobras quase que sozinhos facilitando o

<sup>84</sup> Aumento do consumo de energia (oxigênio e taxa de batimento cardíaco) caracterizado pela intensidade de carga em trabalho físico (BORG, 1982). A escala de Borg utilizada neste trabalho (Anexos) é uma maneira subjetiva de medir esforço. Esforço aqui também é utilizado no mesmo sentido de penosidade.

<sup>85</sup> Esse período de declínio ainda não pôde ser observado em campo na comunidade Água Preta, mas consta nos relatos dos técnicos em experimentações sobre os plantios industriais, em que a produção já não compensa pelos motivos citados acima. Na literatura se tem o exemplo do estado da Bahia onde os cultivos são subespontâneos, antigos, de produção artesanal marcada pela baixa produtividade que é obtida ultrapassando o ciclo natural de 27 anos da palma (SAMPAIO, 2014).

<sup>86</sup> Idade dos cultivos mais antigos na comunidade Água Preta, plantados em 2006, os plantio mais ressesentes da AGROPALMA estão com quatro anos de idade e foram plantados em 2013, os agricultores da BIOPALMA residentes no Calmaria, todos estão com plantios jovens de três anos, plantados em 2014, já em produção com pequenas cargas e pesagem presenciais nos lotes.

trabalho de seus donos. Alguns agricultores (três dos entrevistados) decidiram investir em um pequeno trator (jerico) para fazer o carreamento e outras tarefas nos seus estabelecimentos, enquanto outros (seis integrados) ainda preferem o carrinho de mão, por não quererem ter trabalho com animais, nem cuidar da manutenção com um trator, que pode ser dispendioso, ou mesmo por ainda não terem condições financeiras ou interesse nesses bens <sup>87</sup>.

Neste sentido, com o dendezal em plena produção, passados os seis anos de plantio e do maior esforço, nota-se que há uma tendência à satisfação dos agricultores com a dendeicultura no seu atual estágio em termos de renda. Deste modo, os dados mostram que 17% dos agricultores consideram a renda do seu dendezal “muito satisfatória” o ano todo, havendo também 17% que a consideram “muito ruim” o ano todo. Entre os dois extremos, estão os agricultores que consideram a renda “ruim” 9%, os que consideram a renda “regular” 26% e os que consideram a renda boa, 30%. Portanto, nota-se que de maneira geral, o agricultor se sente recompensado pelo seu empreendimento.

Portanto, as condições de penosidade com a dendeicultura são relativas e podem variar de acordo com as condições subjetivas, físicas ou materiais de cada agricultor. Desta forma, o esforço no trabalho pode ser caracterizado através da idade, da disponibilidade de força de trabalho familiar, do domínio das habilidades nos tratos culturais, dos equipamentos que otimizam o trabalho, de possuir nos seus lotes as condições ambientais ideais já citadas para a dendeicultura, ter um bom relacionamento com a empresa e por fim uma renda satisfatória que possa ser reinvestida no estabelecimento.

É importante salientar as causas da alta satisfação assim como da total insatisfação com a renda anual. Na primeira situação, segundo os informantes, os 17% de produtores muito satisfeitos com a renda da dendeicultura, possuem lotes privilegiados ambientalmente<sup>88</sup>, por conta desse fato produzem na entressafra a mesma, ou quase a mesma quantidade que é produzida no período de safra e por isso obtêm bons resultados financeiros durante o ano todo, prosperando mais que os demais. Por conta disso, estes integrados gozam de uma boa

---

<sup>87</sup> Os equipamentos de trabalho utilizados nos estabelecimentos na área de cultivos alimentares, os mais comuns são os de funcionamento manual (enxadas, facões, pás, ancinhos, foices, pulverizadores, carrinhos de mão, escadas e cavaletes), e nos dendezaís além desses citados, são usados a foice de cabo longo e o “Sacho” (espécie de lança longa com a ponta em forma de espátula amolada) ambos usados para cortar os cachos maduros da palmeira e o “Sucho” (tubo de metal com uma ponta), utilizado para espetar o cacho cortado e leva-los as caçambas de carreamento.

<sup>88</sup> A área considerada ideal para o plantio de dendê deve ser plana ou suave ondulada, com declividade inferior a 8%, que não apresente dificuldade para o uso de máquinas agrícolas e como solo rico (condição que só pode ser testada com análise foliar da palma). Os fatores climáticos de maior importância para o cultivo do dendezeiro são chuva (1.800 a 2.000 mm, com precipitações mensais superiores 100 mm, assegurando boa distribuição ao longo do ano), horas de brilho solar (em torno de 1.800/horas/ano, com um mínimo de 5 horas/dia em todos os meses do ano) e temperatura máxima e mínima (entre 25 a 27 graus centígrados sem ocorrência de temperaturas mínimas inferiores a 17° C por períodos prolongados). (BRASIL, 2000).

relação com a empresa e continuam recebendo adubo, 74% dos agricultores dizem receber adubo, o que se traduz em um “circulo virtuoso” de prosperidade. As falas dos agricultores abaixo reforçam o que se afirma acima.

**Agricultora com o lote em situação ambiental normal:**

O dendê, ele deu resultado para os 30 integrados, ele só não deu resultado para 5 agricultores por terem a área ruim, o problema do adubo, isso depende da gente [trabalho] e da empresa [insumos], e isso diz respeito a questão do adubo e das chuvas. (D. N. Agricultora, 57 anos).

**Agricultor com o lote em situação ambiental ideal ou privilegiada:**

Sim, o dendê tem melhorado muito. Eu sou feliz e orgulhoso como produtor de dendê. Se não fosse o dendê eu não ia pagar a faculdade das minhas filhas, eu estou investindo em outras coisas [casa, gado, etc.]. (Seu R. R, Agricultor, 46).

Na segunda situação, os 17% que estão “muito insatisfeitos” com a renda, além de não terem seu dendezal em área privilegiada “*têm a terra mais seca e inclinada, longe da água*” (Agricultor, 46 anos), estes agricultores também fazem parte dos 26% dos entrevistados que alegam não receberem adubo necessário. Em consequência desse fato, não cultivam uma boa relação com empresa, causando um efeito cíclico de baixa produtividade e insatisfação com o contrato por considerarem que a empresa não cumpriu com os termos acordados, além das obrigações que os mantém como integrados pelos 25 anos. Tais fatos se traduzem em um “circulo vicioso” de insatisfação com a produtividade.

Para esses produtores insatisfeitos com a produção de dendê, a integração e sua *proxy* de inclusão social, a renda (HAAN, 1998; ATKINSON & HILLS, 1998; AASLAND & FLOTTEN, 2010), não é significativa a ponto de gerar satisfação das necessidades da família. Nestes casos, o agricultor, procurando maximizar sua mão de obra, volta-se para outras atividades agrícolas ou fora do estabelecimento, buscando equilíbrio econômico das necessidades de sua família (CHAYANOV, 1981) que não são cobertos pelo dendezal familiar.

O cruzamento dos dados sobre renda e penosidade ilustra como uma variável tem influência sobre outra. Deste modo, os agricultores que qualificaram as suas rendas como “boas” e “muito boas” acham o trabalho menos penoso que agricultores com dendezais de mesma idade, mas insatisfeitos com a renda, como se observa na tabela 22. De acordo com os dados, dos agricultores que consideraram a renda “muito ruim” na escala de satisfação, a maioria deles com 67%, indicou na escala de esforço que o trabalho na dendeicultura é “muito penoso”; dos que possuem a renda “ruim”, 100% indicaram um esforço “muito penoso”, 50% dos que consideraram a renda “regular” consideraram o esforço também “muito penoso”, o que

contrasta com os 11% de agricultores que consideram sua renda “muito boa” que acham o trabalho “muito penoso”, embora 44% qualificam o seu trabalho penoso apenas.

**Tabela 22-** Satisfação da renda por esforço no cultivo da dendeicultura.

		Renda					Total
		Muito Ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito Boa	
Esforço	Leve	33%	0%	0%	33%	33%	26%
	Mediano	0%	0%	25%	17%	11%	13%
	Penoso	0%	0%	25%	17%	44%	26%
	Muito Penoso	67%	100%	50%	33%	11%	35%
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

A satisfação com a renda é de agricultores em que o dendezal tem uma produção regular normalmente durante na safra, são eles os 33% que consideram, a renda “boa” e os 33% que consideram a renda muito boa ao passo que qualificam a penosidade como “leve”; 33% dos integrados que consideram o trabalho “leve”. No entanto, com uma renda “muito ruim” para os quais o dendezal não tem atendido suas expectativas como esperavam em termos de renda.

A satisfação pessoal de ter um dendezal rentável, também influencia na percepção do agricultor sobre o esforço através renda obtida com o dendê adulto e com a garantia de venda, pois difere das outras culturas das quais o produtor tem de trabalhar na procura de mercado e na maioria das vezes, não consegue escoar a produção, sobrevém a frustração.

Com a dendeicultura não existe problemas para a comercialização do produto do trabalho, pois o escoamento e o mercado são de responsabilidade da empresa. Com isso, os agricultores não precisam dispender esforço à procura de compradores para produção, como ocorre com outras culturas. Assim quando se perguntou aos integrados se eles confiavam na dendeicultura. Algumas das respostas foram:

Sim, porque é bem procurado e tem mercado. (Seu. C. M. Agricultor, 39 anos).

Colhendo tem pra quem vender. Em relação à roça a farinha você pode estocar que não tem preço, já o dendê é seguro. (Seu. F. M. Agricultor, 39 anos).

Porque a produção eu uma coisa certa, a pessoa pode ate ir na loja e comprar que no final do mês tem um dinheiro fixo. (Seu. C. Agricultor, 60 anos).

É seguro e definitivo. Sempre tem quem compre, tem mercado. (Seu. F. E. Agricultor, 49 anos).

Na lógica da integração, o escoamento e o mercado, que são os maiores problemas enfrentados pelo agricultor familiar, são resolvidos para o dendê, visto que segundo Sousa &

Cabral (2009) produzir é relativamente fácil<sup>89</sup>. Diante dessa realidade, a dificuldade reside em ganhar dinheiro com a produção de outros cultivos agrícolas para assegurar a obtenção de renda líquida positiva independente do dendê. No entanto, a integração não viabilizou as condições para incluir agricultor integrado nas demais esferas de mercado que envolvam o seu trabalho, assim como os outros produtos dele (VÉRAS, 2001; BONELLI, 2001; BONETI, 2006; MOTA & MACEDO, 2007). A integração, privilegia apenas a produção voltada ao mercado agroindustrial.

O contrário também é verdadeiro, pois os agricultores insatisfeitos com a renda têm as suas safras de dendê reduzidas. Estes agricultores afirmaram contar apenas com as chuvas para ter algum produto na safra. Os agricultores prejudicados, não atribuem os problemas de produtividade diretamente às causas ambientais do estabelecimento, mas sim, as falhas no fornecimento de adubo. Neste sentido, 61% dos agricultores entrevistados que alegaram ter algum conflito com a empresa, atribuindo como causas principais a falta do adubo e falhas na aferição na pesagem dos CFF. Segundo os agricultores, tais conflitos não são resolvidos de forma satisfatória e a média para resolução deles foi de 4,9, qualificada como “regular”, isso se dá porque mesmo que procurem o diálogo com a empresa, suas reivindicações são parcialmente atendidas.

Apesar desses agricultores alegarem conflitos, não significa que estão insatisfeitos com a renda, mas com a impossibilidade de obter maior rentabilidade, caso os termos contratuais prescritos para entrega de insumos e pesagem<sup>90</sup> fossem cumpridos.

A gente poderia confiar mais se a gente tivesse a adubação certa, não da pra confiar só na natureza, isso ia deixa o trabalho mais fácil e daria mais dinheiro. (Seu N. C. Agricultor, 56 anos).

Só tem o dendê para uma pequena ajuda, ela é pouca pra quem trabalha muito, não consigo nem tratamento pra minha mulher, eu demonstro pra qualquer um as *facilidades e dificuldades do dendê*. (Seu J. W. Agricultor, 46 anos).

As falas acima são de produtores que possuem plantios de dendê considerados em situação normal, nem privilegiados nem desprivilegiados ambientalmente, com situação de contratos normais, a insatisfação está na impossibilidade de se produzir mais, que segundo eles, é devido às falhas no fornecimento de adubo regular.

<sup>89</sup> Com esse argumento, Sousa Cabral (2009, p. 28), questiona o mito de que “a solução para agricultura familiar é produzir”, quando na verdade a dificuldade reside no escoamento e mercado e não na produção.

<sup>90</sup> Segundo os agricultores, o prescrito no contrato é que a conferência da pesagem seja realizada na presença do produtor, o que não ocorre. Essa função é executada, sem que tenha sido delegada, pela terceirizada que faz a coleta dos cachos em Água Preta, restando ao agricultor aceitar o estipulado no holerite fornecido pela AGROPALMA. Sobre este assunto, um técnico esclareceu que há realmente uma defasagem no peso dos CFF, que ocorre naturalmente com a desidratação do CFF, que começa logo após o corte, e conforme a demora na coleta os cachos estes podem perder até 3 kg, o que beneficia a empresa, pois ela paga menos pelos que lhes interessa, ou seja, a matéria prima livre de água.

Em casos extremos, quando nem na safra a produção do dendê é satisfatória, faz com que a percepção do dendezal seja penosa por terem obrigações legais estabelecidas pelo contrato, além de ter de se voltar para culturas de provisionamento e outras atividades fora do lote na busca do equilíbrio econômico para satisfazer as necessidades da unidade doméstica.

Para esses casos, a visão do dendezal no lote familiar é desagradável, pois imobiliza uma boa porção de terra que poderia ser cultivada com outras culturas, como atesta a seguinte fala:

Me sinto enganado e desgostoso com o plantio do dendê, ele tá aí oh, e eu não tenho como trabalhar sem adubo e não posso botar nada no lugar [plantar] dele (Seu E. A. S. Agricultor, 65 anos).

Não posso me livrar disso [dendezal] por pelo menos 30 anos, fui enganado, nada do que foi dito pra gente sobre como seríamos parceiros, não foi cumprido, agora ele tá lá largado, não posso plantar nada lá, o técnico passa pergunta se tem cacho, se não tiver ele vai embora, se tiver ele anota e pronto, vai embora do mesmo jeito, se eu quebrar o contrato pode vir até que eu perca o cocal. (Seu A. G. S. Agricultor, 62 anos).

As falas acima são de produtores que não produzem regularmente o dendê, ele não é mais uma atividade rentável. Esses agricultores deixaram de executar o itinerário técnico e por isso, não recebem mais o adubo químico, continuam colhendo o que a planta é capaz de produzir, pois de qualquer forma é um produto de sua terra e seria contra a lógica de quem a trabalha deixar de colher qualquer fruto dela. As causas para que o abandono do dendezal são diversas e vão desde o descumprimento com cláusulas contratuais e trabalhistas (não regularização), até manchas de solo inapropriadas para o plantio. Evidenciado o círculo vicioso de: improdutividade – insatisfação – péssimo relacionamento com a empresa – sensação subjetiva de penosidade- improdutividade.

A idade elevada é um fator determinante para a capacidade de trabalho, pois agricultores mais velhos sentem mais a penosidade do trabalho que os mais novos. Como exposto na tabela 23, os produtores integrados nas faixas etárias (Idoso-I), 43% consideram a lida com do dendê penosa e dos que estão na faixa (Idoso-I), 50% consideram o trabalho no dendezal muito penoso.

**Tabela 23-** Influencia da idade no esforço do cultivo do dendê.

		Idade				
faixa etaria		30-44	45-50	51-60	61-65	
atributos		Adulto-I	Adulto-II	Idoso-I	Idoso-II	Total
Esforço	Leve	40%	20%	14%	33%	26%
	Mediano	20%	20%	14%	0%	13%
	Penoso	20%	20%	43%	17%	26%
	Muito Penoso	20%	40%	29%	50%	35%
Total		100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Projeto AFInS, 2017.

Portanto, muito embora a renda da dendeicultura seja satisfatória pra maioria dos agricultores, a atividade dendeícola vai se tornando mais penosa quanto mais se avança na idade. Isto se dá devido à saída de jovens, de ambos os sexos, dos estabelecimentos rurais para outras localidades que, em busca de melhores condições vida, deixam os mais velhos lutando com o trabalho no campo (GODOY *et al.*, 2010). Estes, apesar de terem a possibilidade de renda, não podem contratar de diárias para o dendezal como forma de manutenção da produtividade agrícola. Se quiserem mantê-la, há de arcarem sozinhos com a sobrecarga do trabalho no dendezal.

Eu plantaria novamente sim. Desde que a pessoa seja nova e dê conta de trabalhar no dendê, ele é bom demais. (Seu J. C. Agricultor, 45 anos).

Sim eu plantaria, mas com a idade que estou agora eu já não faria mais. Mas eu sinto muito satisfeito com o dendê. (Seu R. E. Agricultor, 62 anos).

O produtor acha interessante a dendeicultura, no entanto a disposição de força de trabalho é fundamental para que ele dê continuidade ao seu projeto, para que o mesmo sirva como fonte de renda à família. Entretanto, a medida que o agricultor envelhece e sua capacidade de trabalho diminui, o dendezal se torna cada vez mais dispendioso se não dispor de mão de obra adicional.

Historicamente as pessoas com mais idade são excluídos do processo produtivo e a inclusão social é um processo para qual a sociedade se adapta para poder incluir pessoas com necessidades especiais, inclusive idosos (MOTA, 2007). Assim, verifica-se que a inclusão social de idosos em Água Preta pela integração e geração de renda é limitada, quando não permite que este agricultor possa dar prosseguimento a tal atividade produtiva e assim diminuir sua vulnerabilidade à condições de pobreza, devido as suas limitações físicas.

E para além da renda, a inclusão social de pessoas idosas deve vir acompanhada de modificações sociais capazes de atender as suas necessidades físicas e intelectuais. Isso se dá segundo Sasaki (1999) através de modificações sociais e de transformações dos espaços físicos, dos meios de transporte, no interior de políticas públicas e na mentalidade das



pessoas, sejam elas jovens, adultas ou idosas. Esses aspectos não se fizeram notar na pesquisa em Água Preta.

Como se pode constatar na tabela 24, o volume de trabalho antes da integração em 2006 recebeu uma média na escala esforço qualificada como “alta”, isso se explica pelo alto volume de trabalho exigido no roçado para sustentar a família. Hoje esse volume de esforço caiu para “regular”, pois a dendeicultura em plena produção oferece uma margem de volume de trabalho para o agricultor no roçado. No entanto, com o ingresso da dendeicultura, a penosidade aumentou de “regular” para “penosa”. Para citar alguns motivos como exemplos desse aumento se têm: o avanço da idade que acarreta sobrecarga, a retomada de atividades agrícolas como a farinha e os novos plantios em decorrência do investimento da renda oriunda do dendê, a saída dos filhos adultos do núcleo familiar, a impossibilidade de usar a mão de obra menor de 18 anos e por último a proibição de contratação de diaristas.

**Tabela 24-** Volume e penosidade no estabelecimento antes e depois da integração.

Esforço	Antes	Hoje
	Médias Atributos	Médias Atributos
Volume de Trabalho	6,7 Alto	5,9 Regular
Penosidade	6,2 Mediano	6,9 Penoso

Fonte: Projeto AFINs, 2017.

Portanto, muito embora a renda da dendeicultura seja satisfatória pra maioria dos agricultores inclusive para os mais idosos, o esforço de trabalho necessário para obtê-la é grande como podemos ver na tabela 24, pois se estes quiserem usufruir dos rendimentos de trabalho no dendezal têm de continuar trabalhando, mesmo com a idade avançada, caso não tenham quem os auxilie ou os substitua (filhos ou trabalhadores diaristas).

A tabela 25 mostra que o número de agricultores que contratavam diárias para o roçado diminuiu em 13%. Assim, antes da integração em 2006, 65% dos agricultores contratavam mão de obra temporária para as roças. Em 2017 o número de agricultores que contratam é 52%. Com a proibição de contratação de diárias para a dendeicultura (AGROPALMA, 2013), apenas 30% dos entrevistados afirmaram pagar diárias esporadicamente. O mesmo ocorre com a média de diaristas contratados, nesse caso, mesmo antes da integração a média de contratação já se encontrava baixa por conta do baixo poder econômico do integrados. Em 2017 com o dendê estabelecido, as médias continuam qualificadas como “muito baixas” tanto para roça quanto para a dendeicultura.

**Tabela 25-** Número de agricultores que contratam diaristas e a média de contratação de diárias por seguimento produtivo.

Atividade	Contratantes				Diaristas contratados			
	Antes		Hoje		Antes		Hoje	
	Total	%	total	%	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Roça	15	65,22%	12	52,17%	1,5	Muito Baixo	1,2	Muito Baixo
Dendê	–	–	7	30,43%	–	–	0,5	Muito Baixo

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

Os agricultores que contratam mão de obra complementar, afirmam fazê-lo de forma esporádica e excepcional, quando estão impossibilitados de cumprir com alguma etapa do itinerário técnico que ponha em risco a produção e ocorre quando estão doentes ou viajando e por não terem membros da família ou outros produtores vizinhos que possam assumir o trabalho. Essa situação reflete na percepção dos agricultores em relação à disponibilidade de vagas em seus estabelecimentos onde a média é qualificada como “baixa”, dado que contrasta com a média atribuída à disponibilidade para o empreendimento como se pode ver na tabela 26.

**Tabela 26-** Disponibilidade de vagas na localidade, antes e depois do dendê

Disponibilidade de Vagas	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Lotes	1,7	Baixo	2,8	Baixo
Empresa	5,1	Regular	7,9	Alto
Localidade	2,9	Baixo	4,4	Baixo
Sede municipal	3,6	Baixo	5,1	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS 2017.

O empreendimento, com a tal proibição, mesmo admitindo que o certificador RSPO permita o trabalho do menor em estabelecimentos familiares (AGROPALMA, 2013, p. 55), procura obedecer à legislação brasileira, que a proíbe.

O trabalho no dendezal é interpretado pelo integrado, como um trabalho da agricultura familiar comum e assim gostaria de empregar os filhos mais novos, pois deveria ser como qualquer outro trabalho exercido por toda a família. A propósito, Witkoski, (2007, p. 183) explica que, “sem família não há produção sem produção não há família, a família não só reproduz biologicamente seus membros como têm de educá-los para vida e o mundo do trabalho”.

No que diz respeito ao trabalho familiar e à contratação de diárias como forma de manutenção da produtividade agrícola familiar, em que pese à legislação, a proibição plena

dessa forma de trabalho, impõe um sistema fora do contexto histórico dos agricultores familiares, contrariando a sua natureza autônoma e a sua organização social. Este fato sobrecarrega os chefes de família mais velhos, no que diz respeito ao trabalho no dendezal.

Outro aspecto que está associado a penosidade do trabalho, é a liberdade de tempo para realização das atividades cotidianas, como se pode observar na tabela 27, houve um aumento quantitativo das médias para todas as atividades, mas a qualificação não foi alterada, com a exceção das atividades nas igrejas.

**Tabela 27-** Liberdade de tempo para realizar atividades cotidianas antes e depois da dendeicultura.

Liberdade de tempo	Antes		Hoje	
	Médias	Atributos	Médias	Atributos
Ajudar parentes e vizinhos	5,4	Regular	6,1	Regular
Descanso	5,4	Regular	6,3	Regular
Igreja	6,3	Regular	7,7	Bom
Lazer	5,3	Regular	5,8	Regular
Trabalho	6,1	Regular	6,3	Regular

**Fonte:** Projeto AFInS, 2017.

A explicação para esse aumento numérico nas médias, embora pouco sentido qualitativamente, se dá pelo fato do dendezeiro adulto ter estabilizado a produção, mantendo o mesmo nível de trabalho transcorridos os anos de integração. Somando-se a esse fato, os agricultores que estão com a idade avançando têm um pouco mais de tempo pelas próprias limitações físicas. No caso do aumento de tempo para as atividades na igreja, se dá ao maior apego à religiosidade, que aumenta com o avançar da idade, segundo Doll (2012, p 410), fato que pode ser interpretado pelas limitações físicas e pela incapacidade de lidar com questões penosas.

Conclui-se, que a dendeicultura como política que se propõe ativa em relação à inclusão social, atende às expectativas dos integrados principalmente no que tange a geração de renda, pois contribui para o desenvolvimento econômico dos agricultores integrados, mesmo sendo penoso para eles.

No entanto, a inclusão social ainda está longe de ser atingida de forma plena. Em Água Preta ela é parcial à medida que não gerou as transformações necessárias que o paradigma reivindica que, entre eles, está o papel de modificar os espaços físicos e os comportamentos sociais no sentido de que haja total inserção do público, que a política se propõe atender (Sasaki, 1999). Ademais a dendeicultura não foi capaz de ampliar ou diversificar oportunidades para que os agricultores integrados e não integrados, possam ter

melhor acesso aos serviços públicos, a espaços e equipamentos de lazer, a educação, a saúde, saneamento básico, qualidade ambiental, mercado etc. Além disso, a inclusão social como inserção (não integração e não segregação), exige que se respeitem os modos de vida locais com sua organização social e divisão de trabalho peculiares, permitindo a plena realização do trabalho familiar de modo que os agricultores possam gozar plenamente dos seus frutos.

## 7 NOTAS CONCLUSIVAS

Nestes encadeamentos, as políticas agrícolas aliadas a matriz energética brasileira foram amadurecendo através de anos de experiências, com avanços e retrocessos nessa trajetória, passando pelo PROÁLCOOL e culminando no PNPB. Este último, por sua vez, trouxe em seu bojo o propósito de envolver a agricultura familiar para promover inclusão social com a geração de emprego e renda, e assim fixar o agricultor no campo. Tal perspectiva social é a pedra de toque que legitima o PNPB como política pública ativa socialmente.

Nesta perspectiva, a pesquisa se propôs analisar a inclusão social no âmbito da agricultura familiar integrada a agroindústria do dendê, na comunidade Água Preta, Alto Moju no NEP, onde se situa o Projeto IV de dendê familiar da AGROPALMA.

Para se alcançar o objetivo, procurou-se compreender a inclusão social a partir do PNPB, o diferenciando da ação comum de outras políticas públicas que atuam na agricultura familiar e na região de estudo. Com essa proposta de pesquisa, verificar sua materialidade para os agricultores, ou se inclusão social apenas serviu como um discurso para legitimação social para implantação de mais uma política pública voltada ao agronegócio.

Em sintonia com os objetivos que orientaram essa dissertação, se fez necessário problematizar a inclusão social e analisar a sua evidência por meio de indicadores construídos participativamente. Desta forma, as reflexões realizadas nesse trabalho pretenderam considerar as condições concretas de vida dos agricultores integrados na comunidade Água Preta em relação à inclusão social.

Em relação ao processo de inclusão social propriamente dito, o trabalho procurou considerar as diferentes compreensões debatidas pelos autores aqui abordados, tanto a nível conceitual como operacional. Tais autores desenharam a trajetória da noção de inclusão social como um processo complexo oposto aos processos de exclusão social. Neste sentido, a inclusão social é considerada como um cabedal, que vai além da mitigação da pobreza, além da necessidade da obtenção de um simples prato de comida. Isso se dá pelo fato de existirem inúmeras dimensões de exclusão social que vão além da satisfação da fome e abrangem dimensões até simbólicas.

Procurou-se também tecer uma análise das transformações ao longo do tempo que se operaram entre o antes e o depois da integração, período que correspondeu entre 2006, ano da integração e 2017, ano da pesquisa de campo, transcorridos 11 anos, desde o início de plantio até a maturação dos dendezaís com a produção assegurada. Para essa finalidade buscou-se a

percepção subjetiva e objetiva dos integrados pela tradução dos indicadores sociais<sup>91</sup> construídos participativamente com os agricultores integrados, por meio de gradientes numéricos dos seus graus de satisfação, intensidade e esforço.

Juntamente com esses indicadores, foi realizada a caracterização da comunidade, da família, das residências e dos estabelecimentos agrícolas, do trabalho assim como de suas infraestruturas físicas, acesso a serviços públicos e características ambientais da localidade e de como os agricultores se servem delas.

Além do que foi levantado em torno dos indicadores de inclusão social, foram reunidas informações das suas falas em oficinas participativas e no campo de pesquisa utilizando entrevistas abertas, nos quais foram abordados diferentes temas que se resumem em satisfação com a dendeicultura, em relação aos seus sentimentos como produtores, seu comportamento e relações diante dos intervenientes públicos e privados, suas formas de lidar com conflitos, suas perspectivas em relação ao futuro, trabalho e outras questões subjetivas.

Com base na análise de dados, foi possível distinguir a existência de discursos diferenciados entre os agricultores, os quais expressam satisfações e insatisfações com a dendeicultura e com as condições contratuais. Sobre isso os indicadores apontaram que existem três grupos distintos de agricultores, estes grupos são subdivididos em muito satisfeitos, satisfeitos e muito insatisfeitos.

O maior grupo, 65% dos entrevistados e compostos pelos **satisfeitos**, expressaram uma certa conformidade com a integração, onde os graus de satisfação com a dendeicultura oscilaram entre o qualificado como “ruim, regular e bom”. Este grupo é composto por integrados cuja produção é considerada regular, ou seja, em condições normais, produzem um maior volume de CFF na safra e menor na entressafra, possuem um relacionamento regular estável com empresa, essa regularidade também se reflete nos demais indicadores, com alguma variação para mais ou menos satisfeitos. Além desse grupo, há dois extremos:

No grupo dos **muito satisfeitos**, estão os 17% dos integrados que têm o grau de satisfação qualificado como “muito bom”, perspectiva que reflete no seu discurso positivo sobre maioria dos outros indicadores. Estes integrados produzem satisfatoriamente tanto na safra, como na entressafra devido às condições ambientais disponíveis nos seus estabelecimentos que são propícias ao dendezeiro (como manchas de solo, menor suscetibilidade a rajadas de vento, terreno plano, menor estresse hídrico etc.), eles possuem

---

<sup>91</sup> Foram elaborados 84 indicadores de inclusão social em oficinas participativas.

um bom relacionamento com a empresa em virtude dos maiores rendimentos (círculo virtuoso).

No outro extremo, estão os 17% de integrados **muito insatisfeitos** que possuem o grau de satisfação qualificada como “muito ruim” e expressam um discurso muito negativo com relação à renda obtida com produção do dendê. Estes integrados não possuem uma produção regular de CFF, nem mesmo na safra a sua produção é satisfatória e na entressafra a produção é irrisória. Tal fato se dá devido seus estabelecimentos não serem privilegiados ambientalmente, fato que se agravou por não terem se adequados às condições contratuais e de trabalho (cumprimento ao itinerário técnico, regularização trabalhista etc.), que se somaram às suas relações negativas e conflitantes com a empresa (círculo vicioso), que resultam em uma renda igualmente exígua.

É importante frisar que esses indicadores de sentimentos, quanto a ser um produtor com contrato remete ao status: quer seja orgulhoso como agricultor integrado (no caso dos **muito satisfeitos e satisfeitos**), que os diferencia, segundo eles mesmos, em relação ao tipo de tratamento que recebem, principalmente quando procuram atendimento a serviços públicos (caso do sistema bancário). Em contra partida, na baixa estima daqueles que dizem “não se sentem bem” como integrados (o caso dos **muito insatisfeitos**), que têm expectativas “muito ruins” em relação à produção, a seus anseios como produtor e ao seu futuro em relação a dendeicultura.

Estes aspectos positivos e negativos estão intimamente relacionados à efetividade do PNPB e como ela é sentida por cada grupo.

Neste sentido, em relação a efetividade do PNPB, atualmente a dendeicultura é a principal fonte de renda dos agricultores integrados em Água Preta, que têm uma produção “regular e ótima” do ponto de vista da renda. No entanto, para ambos os grupos de (**muito satisfeitos, satisfeitos e muito insatisfeitos**), no início a dendeicultura deslocou a produção de farinha desta função primordial para apenas consumo familiar, que se manteve devido seu apelo alimentar e cultural. O mesmo aconteceu para a produção de outras culturas, que assim como a da farinha, tiveram a produção reduzida. No entanto, as famílias foram capazes de se organizar para manter a produção para o consumo, mesmo que com parte da mão de obra familiar voltada para dendeicultura.

Com a maturidade dos cultivos de dendê, a diversificação da produção de abastecimento tem sido retomada lentamente, isso se deu devido à estabilidade, maior produtividade e rentabilidade do dendezeiro adulto, que tem proporcionado ao agricultor integrado mais tempo e recursos para reestruturação dos retiros de farinha e a retomada da

produção dos demais cultivos, principalmente com os plantios de pimenta de reino, açaí, feijões e fruteiras. A diversificação com criações ainda é insipiente e atende apenas o consumo familiar.

Pode-se concluir que as pessoas que estão **satisfeitas** e **muito satisfeitas** com a renda do dendê estão em melhores condições de segurança alimentar. Este mesmo grupo de integrados, além de estarem investindo na produção de cultivos tradicionais com parte da renda da dendeicultura, têm tido maior possibilidade de adquirir mais alimentos no comércio local devido à soma dos ganhos da família (aposentadoria e roçado) com os proventos da dendeicultura. Obviamente, no outro extremo onde estão situados os integrados **muito insatisfeitos**, cuja renda não tem oportunizado a diversidade de consumo (roçados associados aos produtos adquiridos no comércio) na mesma intensidade, estão mais dependentes do que os roçados associados a outras fontes de renda (aposentadoria, por exemplo) podem lhes proporcionar. Tal fato sugere, que sem os proventos da dendeicultura, os “muito insatisfeitos” estão em desvantagem em relação à segurança alimentar se comparados aos dois grupos de maior satisfação.

O trabalho também mostra, que em Água Preta não houve descampenização da atual geração de produtores. Passados os 11 anos de integração, nenhum agricultor integrado a AGROPALMA deixou o seu estabelecimento por falta de condições de mantê-lo, nem pela histórica falta de políticas públicas, da deterioração do seu poder de troca ou pela expansão e consolidação do capital agroindustrial representado pela influência ou pressão da empresa na comunidade.

No caso de Água Preta, onde os integrados possuem terra suficiente (em média 47ha por produtor) e gozam de “garantias jurídicas” como assentados da reforma agrária, a sua resistência tem consistido no seu modo de produção para o abastecimento, mantendo sua base familiar, sendo capaz de combinar atividades tradicionais com uma cultura agroindustrial.

Pode-se afirmar que a característica desses trabalhadores como polivalentes, evidencia a capacidade de resiliência deste grupo camponês. E no caso dos integrados, que conseguem melhor produtividade com o dendezeiro, estes têm convertido os recursos provenientes dessa atividade em benefício próprio. Em que pese às transformações pelas quais seu modo de vida vem atravessando ao longo do processo de expansão da dendeicultura, eles têm mostrado capacidade de se reinventar diante da presença do agronegócio e da especialização do trabalho agrícola implementados pela AGROPALMA, recriando algumas das condições do campesinato que a dendeicultura na sua fase inicial comprometeu.



Em relação ao caso específico de Água Preta, como comunidade que recebeu a dendeicultura como resultado da política Pública do PNPB para inclusão através da geração de emprego em renda, pode-se concluir que o cenário para as famílias integradas mudou desde que iniciaram os seus projetos em 2006. Essa mudança se operou exclusivamente no ambiente restrito aos seus estabelecimentos, onde os recursos percebidos através da dendeicultura lhes permitiu proporcionar melhor conforto à família, que foi traduzido na reestruturação das residências, pela aquisição de energia elétrica, equipamentos domésticos e veículos a motor.

Em termos de consumo alimentar não se notaram grandes diferenças entre o antes e depois da integração, a não ser pelas já apontadas vantagens e desvantagens em relação a segurança alimentar e do aumento do consumo de farinha e feijão como reflexos das retomadas das atividades agrícolas básicas da família, marcadas pela estabilidade dos plantios de dendê maduros.

As mudanças, entretanto, não se configuraram como positivas dentro da comunidade e em alguns casos até pioraram, como a degradação ambiental marcada pela redução das áreas florestadas, situação agravada pelo avanço da dendeicultura na região; do comprometimento relativo da qualidade dos cursos d'água, devido ocasionais despejos de vinhaça relatados e sentidos pelos agricultores; da redução da caça e da pesca como consequências do desmatamento provocados pela expansão da dendeicultura industrial e dos excessos dessas atividades no passado em decorrência da ocupação do espaço do NEP.

Ainda nessa mesma lógica, houve negatividade (não alarmantes) em relação a sensação de segurança e tranquilidade, que devido à maior entrada de recursos financeiros advindos da dendeicultura, refletiu em sentimento de insegurança patrimonial e intranquilidade, motivados pela maior circulação de pessoas estranhas na comunidade atraídas pela disponibilidade de vagas na agroindústria e terceirizadas da região. Muito embora tais sentimentos contrastem com a empatia sinalizada pelas novidades trazidas por pessoas de fora, que entre estes estão muitos parentes e conhecidos queridos que estão retornando para a região em busca de oportunidade de emprego.

As transformações positivas não foram suficientes para afirmar que o processo de inclusão social fora um sucesso e teve alta repercussão na vida desses agricultores fora do seu estabelecimento. Tal situação retratada hoje em Água Preta, onde mudanças na infraestrutura da comunidade, para uso público, são inexistentes. Mesmo onde os integrados notaram melhorias, como o caso das rodovias e nas estruturas de saúde, educação e lazer, estas

mudanças ocorreram fora da comunidade, nas vilas e nas sedes dos municípios e não se configuram como resultados da efetividade do PNPB.

Mesmo os órgãos mais ligados à comunidade responsáveis por ATER, o INCRA e o STTR-Moju, só se fizeram presentes no período inicial a integração. Essa falta de apoio institucional legal foi refletida nos indicadores de inclusão social e explicitam o abandono institucional de Água Preta por parte desses órgãos e de outros. Soma-se a isso, o fato de que a comunidade não conta com o apoio de nenhuma prefeitura da região por estar distante de qualquer sede municipal e, ao mesmo tempo, estar entre a fronteira dos três municípios de influência (Moju, Acará, e Tailândia), onde a mistura administrativa e política é um entrave ao atendimento e ao desenvolvimento da comunidade.

Em relação à participação nos processos produtivos, estes não foram equitativos e a exclusão no campo do trabalho continua a afetar principalmente mulheres e jovens da comunidade. Os indicadores também evidenciaram que o trabalho, de modo geral, tornou-se depois da dendeicultura mais penoso do que antes da integração, embora o seu volume tenha se reduzido. Conclui-se que nesse aspecto, o trabalho assalariado é desenvolvido principalmente por homens adultos e é marcado pelo retorno das relações de troca.

Se como política pública, o PNPB proporcionou inclusão social de forma efetiva, quanto tomada ao pé da letra pelas acepções que o termo carrega, pode-se concluir que não houve requisitos suficientes para isso. Pode-se afirmar que houve limites para inclusão social, correspondendo ao que o PNPB propôs na visão dos seus idealizadores, pelo menos em parte, gerando renda para esta geração de agricultores integrados. Não houve transbordamento da política pública, por não gerar emprego e renda para outros seguimentos da comunidade.

Em Água Preta, pode-se afirmar que a inclusão social se limitou apenas a geração de renda para parte dos integrados que os permitiu melhorarem as suas condições de habitação proporcionando maior conforto para as suas famílias e a retomar lentamente suas condições tradicionais de provisionamento que lhes deu vantagem em relação à segurança alimentar.

Neste sentido, a inclusão social está presente no discurso da política pública PNPB, como condição social de sua implementação e quanto ao fato dela se configurar como realidade em Água Preta, ainda está distante de cumprir com todos os requisitos necessários que, como noção, a inclusão social evoca.

Apesar dos objetivos deste trabalho terem proposto analisar a inclusão social em sua concretude para os integrados do alto Moju, os dados da pesquisa mostraram que a inclusão social é muito mais complexa, como a teoria demonstrou.

De forma resumida, pode se afirmar que a inclusão social, só pode ser alcançada através do poder de políticas públicas ativas, capazes de dotar as pessoas de competências e de poderes que facilitem a sua inclusão no mercado de trabalho, o acesso aos serviços de saúde e formação educacional, que garantam direitos à moradia regular; acesso ao sistema de proteção e segurança as famílias; acesso a programas de combate a discriminação, que possam ter capacidade para assumir os direitos e cumprir os deveres e se envolverem por vontade própria em atividades cívicas, políticas, associativas, culturais e recreativas ou de lazer; além de saber como procurar e processar a informação relevante do ponto de vista dos interesses e necessidades próprias entre outras.

## REFERÊNCIAS

- AASLAND, Aadne; FLØTTEN, Tone. Ethnicity and social exclusion in Estonia and Latvia. **Europe-Asia Studies**, v. 53, n. 7, p. 1023-1049, 2001.
- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. **The access of family farmers to biodiesel markets: partnerships between big companies and social movements**. International Institute for Environment and Development (IIED) [http://pubs.iied.org/pdfs G, v. 3239, 2007](http://pubs.iied.org/pdfs/G/v.3239,2007).
- ABREU, Frederique. et al. Programa Nacional para a Produção e Uso do Biodiesel Diretrizes, desafios e perspectivas. **Revista de Política Agrícola**, v. 15, n. 3, p. 5-18, 2006.
- AGROPALMA. **A AGROPALMA**. São Paulo - SP, 2015. Disponível em: <http://www.agropalma.com.br/quem-somos/a-agropalma>. Acesso em: 02 fev. 2017.
- AGROPALMA: **Relatório de Sustentabilidade ano 2013**, 70 p. Disponível em [www.agropalma.com.br](http://www.agropalma.com.br). Acesso em: 03 jun. 2016.
- ALVINO-BORBA, Andreiley; MATA-LIMA, Herlander. **Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia**. *Serv. soc. soc*, n. 106, p. 219-240, 2011.
- ANDRADE, Lucia Cristina Gama. et al. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)-Possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão Social para a agricultura familiar na Amazônia: o assentamento Calmaria II, Moju (PA)**. 2009. Dissertação de Mestrado. UFPA/NAEA/PPGDSTU. Belém, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2643>. Acesso em 07 de fev. 2017
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira de; MICCOLIS, Andrew. **Policies and institutional and legal frameworks in the expansion of Brazilian biofuels**. CIFOR, 2011.
- AQUINO, Silvia Lima. Estratégias empresariais e efeitos locais: a integração de pequenos agricultores à indústria fabricante de papel e celulose. **Revista IDEAS– Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.7, n.especial, p. 158-197, 2013.
- ARVIDSSON, Rickard. et al. Energy use indicators in energy and life cycle assessments of biofuels: review and recommendations. **Journal of Cleaner Production**, v. 31, p. 54-61, 2012.
- ATKINSON, Anthony Barnes; HILLS, John. **Exclusion, employment and opportunity**. 1998.
- PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 27 ago. 2017
- BECKER, Bertha K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da Palma de Óleo (dendê)? **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 10, 2010.

BÉLAND, Daniel. The social exclusion discourse: ideas and policy change. **Policy & Politics**, v. 35, n. 1, p. 123-139, 2007.

BELUSSO, Diane; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Revista Percurso**, v. 2, n. 1, p. 25-51, 2010.

BENTES, E. S.; HOMMA, A. K. O. Importação e exportação de óleo e palmiste de dendezeiro no Brasil (2010-2015). In: **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 54, 2016, Maceió. Desenvolvimento, território e biodiversidade: anais eletrônicos. [SI]: SOBER, 2016, 2016. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1059514/1/6867.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

BONELLI, Regis. Impactos econômicos e sociais de longo prazo da expansão agropecuária no Brasil: revolução invisível e inclusão social. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Textos para discussão** 838. Rio de Janeiro, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e Inclusão Social: teoria e método. **CONTEXTO e EDUCAÇÃO**, v. n° 75, p. 187-206, 2006. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/viewFile/1117/873>. Acesso em: 17 jun. 2016.

BORG, Gunnar A. Psychophysical bases of perceived exertion. **Med sci sports exerc**, v. 14, n. 5, p. 377-381, 1982.

BORGES, Adriana de Jesus. et al. A cultura da palma de óleo (*Elaeis guineenses* Jacq.) no Brasil e no mundo: aspectos agrônômicos e tecnológicos-uma revisão1. **Revista Liberato**, v. 17, n. 27, 2016.

BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George. The state of oil palm development in the Brazilian Amazon. **Working Paper**, 2015.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)** - Diretoria de obtenção de terra-DT-. Brasília DF 2017.

BRASIL, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Colonização e Reforma Agrária - **Sistema Nacional de Cadastro Rural- SNCR**-. Brasília DF 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em: 29 Set. 2017.

BRASIL. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. DENDÊ. **Jornal da CEPLAC**, 2000. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/dende.htm> . Acesso em: 01 Abr. 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Vol. XIV, Amazonas, Pará, Territórios, 1957.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Diretoria de obtenção de terra-DT-Brasília DF 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, 2007. 26 p.

BRASIL. **População estimada 2016**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150470&search=para|moju> . Acesso em: fev. 2017.

BRASIL. Portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. O. **Avança a pesquisa sobre inclusão social de dendeicultores familiares no Pará**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/17804436/avanca-a-pesquisa-sobre-inclusao-social-de-dendeicultores-familiares-no-para>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. **Relatório Analítico**: Território Nordeste Paraense Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. PARÁ, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/ Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2011.

BRASIL. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Selo Combustível Social**. Brasília DF, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/selo-combust%C3%ADvel-social> . Acesso em: 02 Nov. de 2016.

BRASIL. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Relação das Empresas das Empresas com Selo Combustível Social** (Ofício. 12/05/2017). Brasília DF, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-biodiesel/o-selo-combust%C3%ADvel-social>. Acesso em: Nov. de 2017.

BRASIL. **População estimada**: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama> . Acesso em: 27 out. 2017.

BRITO, Marcelo. **Agropalma**. Programa *Argumento*. BONA, Mauro. Belém: RBA 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bg2hKqnT6Ik> . Acesso em: 03 set. 2017.

BRUMER, Anita. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

BUTLER, Rhett A.; LAURANCE, William F. Is oil palm the next emerging threat to the Amazon?. **Tropical Conservation Science**, v. 2, n. 1, p. 1-10, 2009.

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Editora Universa/ UNESCO. Brasília, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162290>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CAMERON, Angus. Geographies of welfare and exclusion: social inclusion and exception. **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 3, p. 396-404, 2006.

CAMPELLO, Tereza. et al. **O Brasil sem Miséria. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília. 2014.

CAMPELLO, Tereza. **Desenvolvimento, inclusão social e intersectorialidade**: do orçamento participativo ao Brasil sem Miséria / Tereza Campello. - Brasília, DF: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Fiocruz de Governo, 2017. 231p.: il.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPUCHA, Luís. Inovação e justiça social: Políticas activas para a inclusão educativa. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 63, p. 25-50, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-99662-73-1. Disponível em: SciELO Books . Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 06 jan. 2018.

CARVALHO, Carolina Monteiro. **A Expansão Sustentável do Cultivo Da Palma Para A Produção de Biodiesel No Brasil**: O Caso do Estado do Pará. 2015. 117 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015

CARVALHO, Carolina Monteiro. et al. Deforested and degraded land available for the expansion of palm oil for biodiesel in the state of Pará in the Brazilian Amazon. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 44, p. 867-876, 2015.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade: a propósito de processos de trabalho na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 1, 2009.

CÉSAR, Aldara Silva et al. Oil palm biodiesel: Brazil's main challenges. **Energy**, v. 60, p. 485-491, 2013.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. **A questão agrária. São Paulo: brasiliense**, p. 133-163, 1981.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Relume Dumará, 2003.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, Comissão. Relatório conjunto sobre inclusão social que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-2005). **Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Bruxelas**, 2003.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra. et al. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. **Embrapa Amazônia Oriental-Capítulo em livro científico (ALICE)**. 2017. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=15287194946977121290&hl=ptBR&as\\_sdt=0,5](https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=15287194946977121290&hl=ptBR&as_sdt=0,5) Acesso: em: 02 fev, 2018.

COSTA, Graciete Guerra da; CINTRA, Jorge Pimentel. Mappa geral do Bispado do Pará: um novo paradigma da cartografia amazônica. In: V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2013, Petrópolis. **Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2013. v. 1. p. 1-14.

CRUZ, Benedito Ely Valente da: Práticas e Gestão territorial do Grupo Agropalma. In: MOTA, Geovane. et al. **CAMINHOS E LUGARES DA AMAZÔNIA: CIÊNCIA, NATUREZA E TERRITÓRIO**. Belém: GPTA/ UFPA, 2009.

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond (Org.) **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 413-445.

DALLA COSTA, Armando João. **O grupo Sadia e a produção integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. (1993). 265 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Curitiba: UFPR. 1993.

DEMIRBAS, Ayhan. Political, economic and environmental impacts of biofuels: a review. **Applied energy**, v. 86, p. S108-S117, 2009.

ECHEVARRÍA-GUANILO, María Elena. et al. Adaptação transcultural da " Burns Specific Pain Anxiety Scale-BSPAS. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 4, 2006.

ECOOIDEIA. **Estudo de Perdas e Danos do PAE Juruti Velho**: Processo de Desenvolvimento e de Uso das Ferramentas Complementares Elaboradas Para As Pesquisas de Campo. Brasília: Ecooideia, 11. p. in mimeo, 2012.

ERNANDES, Rubem César. et al. **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Mauad Editora Ltda, 1998.

FERREIRA, Waldemar de Almeida; BOTELHO, Sonia Maria; VILAR, Roberto Robson Lopes. Uso do efluente da agroindústria do dendê como adubo orgânico em latossolo amarelo álico textura média. 1. Efeito sobre o pH, P e Al. **Embrapa Amazônia Oriental-Séries anteriores (INFOTECA-E)**, 1998.

FISCHER, Rosa Maria; BOSE, Monica; BORBA, P. Dendê oil family agriculture project. **Harvard Review of Latin America**, v. 6, n. 1, p. 16-19, 2006. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=DEND%3%8A+OIL+FAMILY+AGRICULTURE+PROJECT&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=DEND%3%8A+OIL+FAMILY+AGRICULTURE+PROJECT&btnG=). Acesso em: 09. Dez. 2016.

FLEXOR, Georges. et al. Dilemas institucionais na promoção dos biocombustíveis: o caso do programa nacional de produção e uso de biodiesel no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol, v. 6, n. 8, p. 330-354, 2011.

FOLEY, Jonathan A. et al. Amazonia revealed: forest degradation and loss of ecosystem goods and services in the Amazon Basin. **Frontiers in Ecology and the Environment**, v. 5, n. 1, p. 25-32, 2007.

GARCIA JR, Afrânio Raúl. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. Diversidades de campesinatos: expressões e categorias, v. 2, p. 213-243, 2009.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo da educação especial brasileira. 2004. 227 f. (tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis. 2004.



GEMAQUE, Amanda Madalena da Silva. et al. A dendeicultura na Amazônia: adoção do projeto Dendê Familiar em uma comunidade rural no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, 2015.

GEMAQUE, Amanda Madalena da Silva. **Análise dos fatores socioeconômicos de uma comunidade rural produtora de dendê em Moju, Pará, Brasil**. 2015.f. 75. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. UEPA, Belém. 2015.

GLASS, Verena. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. **Repórter Brasil**. Fases: São Paulo. 15.p. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013>. Pdf. Acesso em: jan. 2017.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto. et al. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: **Anais do XLVIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2010. p. 1-18. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>. Acesso em: 4 maio 2017.

GORE, James A.; SHIELDS, F. Douglas. Can large rivers be restored?. **BioScience**, v. 45, n. 3, p. 142-152, 1995.

GRAU, Ricardo; KUEMMERLE, Tobias; MACCHI, Leandro. Beyond 'land sparing versus land sharing': environmental heterogeneity, globalization and the balance between agricultural production and nature conservation. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 5, n. 5, p. 477-483, 2013.

GUEDES, Carlos Mário Guedes. et al .Brasil Sem Miséria na Reforma Agrária: avanços na inclusão social e produtiva. In: **O Brasil Sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Org.: Tereza Campello, Tiago Falcão e Patrícia Vieira da Costa. Brasília. 2014.

GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, n. 10, p. 91-110, 2012.

HAAN, Arjan de. 'Social Exclusion': An Alternative Concept for the Study of Deprivation? **IDS bulletin**, v. 29, n. 1, p. 10-19,1998.

HARDY, James D. et al. Studies on pain: discrimination of differences in intensity of a pain stimulus as a basis of a scale of pain intensity. **Journal of Clinical Investigation**, v. 26, n. 6, p. 1152, 1947.

HARTWIG, Marisa. VENDRAMINI, Célia Regina. TRABALHO COLETIVO NA AGRICULTURA FAMILIAR INTEGRADA AO CAPITAL AGROINDUSTRIAL DE FUMO. **Trabalho Necessário**, v. 06, p. 10, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN06%20HARTWING,%20M%20e%20VENDRAMINI,C.pdf> . Acesso em: 15 mai. 2017.

HAYES, Alan. et al. **Social inclusion**: Origins, concepts and key themes. Department of the Prime Minister and Cabinet, 2008.

HÉBETTE, Jean; et al. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém: EDUFPA, p. 175-202, 2002.

HÉBETTE, Jean. et al. Cruzando uma zona de fronteira em conflito. O Leste do Médio Tocantins I. O processo conflituoso de ocupação. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** 1ed. Belém: EDUFPA, 2004, v. II, p. 51-128.

HOLANDA, Ariosto. **Biodiesel e inclusão social.** Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. Integração grande empresa e pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Embrapa Amazônia Oriental-Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (INFOTECA-E)**, 2014.

INSULZA, José. Miguel. Inequality, Democracy and Social Inclusion In: OAS (Ed.). **Inequality and Social Inclusion in the Americas.** 2ª ed. Washington, D.C: OAS, 2014. cap. 1, p.301.

KABEER, Naila. Social exclusion, poverty and discrimination towards an analytical framework. **IDS bulletin**, v. 31, n. 4, p. 83-97, 2000.

KUPFER, D. Barreiras estruturais à entrada. IN: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** Rio de Janeiro: campus, 2002.

LAURANCE, William F. et al. Improving the performance of the roundtable on sustainable palm oil for nature conservation. *Conservation Biology*, v. 24, n. 2, p. 377-381, 2010.

LEAL, Giuliana Franco. **Abordagens da Exclusão Social no Brasil na Virada do Milênio.** Estudos de Sociologia, v. 1, n. 16, p. 137-156, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano.** Lotus Mare, 1976.

LEMONS, André Luiz Ferreira; SILVA, José de Arimatea. **Desmatamento na Amazônia Legal: evolução, causas, monitoramento e possibilidades de mitigação através do Fundo Amazônia.** 2011.

Margulis, Sergio. **Causas do desmatamento na Amazônia brasileira.** The World Bank, Brasília. 2003. Disponível em <http://www.finefrint.com>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. In: **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Vozes, 2003.

MENEZES, Antônio José Elias. Amorim. et al. Caracterização socioeconômica de pequenos produtores de dendezeiro: o caso da comunidade de Arauaí, município de Moju, Pará. **Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em periódico indexado (ALICE).** Sd.

MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia, críticas metodológica, investigação social e enquete operária. [sl]. **Polis**, 1982.

- MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. In: **O Brasil sem Miséria**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Org.: Tereza Campello, Tiago Falcão e Patrícia Vieira da Costa. 2014.
- MONTEIRO, Joyce Maria Guimarães. **Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semi-árido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas**. 2007. 315 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético). UFRJ. 2007. Disponível em: <http://ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/mmonteirojmg.pdf>. Acesso: 04 ago. de 2016.
- MONTEIRO, Joyce Maria Guimarães; ROVERE, Emilio Lébre La. Plantio de oleaginosas para produção de biodiesel como estratégia de adaptação às mudanças climáticas. **Embrapa Solos. Boletim de Pesquisa & Desenvolvimento**, 2010. Disponível em: <http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=BR20101881047>. Acesso: 04 ago 2016.
- MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de Indicadores de Sustentabilidade Socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. 2013. 198 f. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agrossistemas da Amazônia)– Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa Amazônia Oriental. Belém. 2013.
- MORRIS, E.; SIMONIAN, L. T. L. Gender and the environment in the Guajara da Costa River, Barcarena, Pará. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 1, p. 1-31, 2006.
- MOTA, Dalva Maria. et al. **Produção de culturas alimentares e dendê nos estabelecimento familiares no nordeste paraense**. In: Seminário internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos. Belém: GETTAM/NAEA/UFPA, 2015.
- MOTA, Letizia de Oliveira; MACEDO, Myrtes de Aguiar. **Envelhecimento e inclusão social: o projeto agente experiente**. 2007. 2013. [–] f. Dissertação ( Mestrado em Serviço Social) – PUC/RJ/DSS, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php>. Acesso: 12 Mai. 2017.
- MÜLLER, A. A.; JÚNIOR, J. F.; FILHO, P. C. A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará. Embrapa Amazônia Oriental. **Documentos**, 2006.
- NAHUM, João Santos; MALCHER, Antônio Tiago Corrêa. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 16, 2012.
- NAHUM, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. Impactos Socioambientais da Dendeicultura em Comunidades Tradicionais na Amazônia Paraense. **Acta Geográfica**, 2013.
- NAHUM, João. SANTOS, Cleison Bastos. Dendeicultura e Descampesinização na Amazônia Paraense/La Cultivation de La Palme À Huile et la Dépaysannisation Dans l’amazonie au Pará. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, 2014.
- NAIK, S. N. et al. Production of first and second generation biofuels: a comprehensive review. **Renewable and sustainable energy reviews**, v. 14, n. 2, p. 578-597, 2010.
- NERI, Marcelo Côrtes. et al. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

NEVES, Delma Peçanha. Agricultura Familiar. In: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

O'BRIEN, Martin; PENNA, Sue. Social exclusion in Europe: some conceptual issues. **International journal of social welfare**, v. 17, n. 1, p. 84-92, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Unesp, 1999.

OMIDVAR, Ratna; RICHMOND, Ted. FOUNDATION, L. Immigrant settlement and social inclusion in Canada. **Laidlaw Foundation Toronto**, 2003.

O'REILLY, Dermot. Social inclusion: A philosophical anthropology. **Politics**, v. 25, n. 2, p. 80-88, 2005.

OVERBEEK, Winfridus. et al. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência**. Relatório EJOLT, n. 3, 2012.

PARÁ. **Fapespa divulga dados do PIB Municipal e Belém lidera participação no Estado**. Belém – PA. 2016. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/fapespa-divulga-dados-do-pib-municipal-e-bel%C3%A9m-lidera-participa%C3%A7%C3%A3o-no-estado>. Acesso em: 27 de out. 2017.

PARÁ. **Protocolo de Intenções Socioambiental da Palma do Óleo**. Belém, 2014. Disponível em: <http://www.abrapalma.org/pt/protocolo-socioambiental-2/>. Acesso em: 10 jan, 2018.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia. Estudo de Impacto Ambiental- **EIA. Ferrovia Paraense S.A**, Diagnóstico Ambiental Vol VII - IMeio Socioeconômico. 1017.

PAYÉS, MAM. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. 1993. 270 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1993.

PEABIRU, Instituto. **Distrito de Palmares aguarda integração ao município de Tailândia**. Belém, 2013. Disponível em: <https://peabiru.org.br/2013/04/09/distrito-de-palmares-aguarda-integracao-ao-municipio-de-tailandia/>. Acesso em: 15 Jan. 2018.

PEDROTI, Paula Maciel. Os desafios do desenvolvimento e da inclusão social: o caso do arranjo político-institucional do programa nacional de produção e uso do biodiesel. **Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2013.

PENA, Rodolfo F. Alves. **PIB dos estados brasileiros**; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/pib-dos-estados-brasileiros.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

PIGNATTI, Marta G. Saúde e ambiente: as doenças emergentes no Brasil. **Ambiente & sociedade**, v. 7, n. 1, p. 133-144, 2004.

PIRES, Vívian Beatriz Lopes. **Impacto Social do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) no Nordeste**: 2008/2013. 2015, 146 f. Dissertação (Mestrado em

Ciências Agrárias) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PORTELA, Hugo Eduardo. **Avaliação técnico-econômica de um empreendimento produtivo de biodiesel**. 2007. f. 208 Dissertação (Mestrado em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais no Processo Produtivo) – Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica. 2007

RAWAL, Nabin. Social inclusion and exclusion: A review. **Dhaulagiri Journal of Sociology and Anthropology**, v. 2, p. 161-180, 2008.

REBELLO, Fabrício Khoury. et al. Modernização da Agricultura nos Municípios do Nordeste Paraense: Determinantes e Hierarquização no Ano de 2006. **Revista de economia e agronegócio**, v. 9, n. 2, 2011.

RIBEIRO, Laine Bezerra. **O Trabalho Sob Influência da Dendeicultura em Vilas Rurais Paraenses**. 2016. f. 144. Dissertação ( Mestrado em Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural). PPGAA, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA/ EMBRAPA – Amazônia Oriental, UFPA, Belém. 2016.

RICHARSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. - 3. ed. - reimp. - São Paulo: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Thayana Cristina de Andrade. et al. Palma de Óleo e Agricultura Familiar: Estudo de Caso de um Assentamento Rural no Estado do Pará. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, v. 10, p. 12, 2014.

ROOM, Graham George Vic. (ed.). Beyond the Threshold: The Measurement and Analysis of Social Exclusion. The Policy Press, University of Bristol, Bristol, 1995, xi+ 266 pp., paperf 13.95. **Journal of Social Policy**, v. 25, n. 3, p. 429-430, 1996.

ROSEN, Sherwin. et al. Cattle cycles. **Journal of Political Economy**, v. 102, n. 3, p. 468-492, 1994.

ROSSI, Andrea; LAMBROU, Yianna. Making sustainable biofuels work for smallholder farmers and rural households. **FAO Roma**, 2009.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, serie Estudos Rurais, 270 p. 2011.

SABOURIN, Eric; CARON, Patrick. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. pp. 89-115.

SAMPAIO, Irã Carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no Município de Tomé-Açu (PA)**: efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, Cleison Bastos. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia paraense**: uma análise do município de Moju. 162 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SANTOS, Jair Carvalho. et al. Desempenho socioeconômico do sistema produtivo familiar de dendê em Moju, estado do Pará. **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento**, v. 94, 2014

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: **Construindo Uma Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, v. 2, p. 97-118, 1999.

SEN, Amartya. **Social exclusion: Concept, application, and scrutiny**. Asian Development Bank, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto. et al. A outra face da inclusão. TEIAS: **Revista da Faculdade de Educação**. N. 3. Rio de Janeiro: UERJ, pp. 29-37, 2001.

SILVA, C. N. da; SIMONIAN, Lígia. Terezinha Lopes. A questão de gênero: um breve estudo no estuário Amazônico. **Papers do NAEA (UFPA)**, v. 1, p. 117, 2006.

SILVA, Elielson Pereira. et al. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense/La monoculture dhuile de palme, le capital transnacional et la concentration des terres sur lamazonie au Pará. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 23 Jul, 2016.

SILVA, Edfranklin Moreira da. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. f. 124 Dissertação (Mestrado Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural). PPGAA, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, UFPA/ EMBRAPA – Amazônia Oriental, UFPA, Belém.2016

SILVA, Elielson Pereira da. **Agroestratégias e monocultivos de dendê**: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense. f. 242 Dissertação ( Mestrado Gestão de Recursos Naturais). Gestão de Recursos Naturais, UFPA. 2015. Disponível em: [http://www.ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015\\_Dissertacao\\_Elielson.Pereira.da.Silva.pdf](http://www.ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2015_Dissertacao_Elielson.Pereira.da.Silva.pdf). Acesso:03 ago.2017.

SILVA, José Graziano da. et al. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3 n° 4, 1983.

SILVA, Manuel Carlos. Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica. Configurações. **Revista de sociologia**, n. 5/6, p. 11-40, 2009.

SILVA, Ricardo. Luiz da. **A geografia em duas rodas: a motocicleta e o espaço da circulação nas zonas urbana e rural**. 2013. 32f. (Trabalho de Conclusão de Curso)- Graduação em Geografia- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2013.

SILVER, Hilary. Social exclusion and social solidarity: three paradigms. **Int'l Lab. Rev.**, v. 133, p. 531, 1994.

SIMONIAN, L. T. L. Mujeres y conocimientos ancestrales en la Amazonia, Brasil. **Amazonia Investiga**, v. 2, p. 120145, 2013.

SÍNTESE. MDA - **Biodiesel: produção de oleaginosas da agricultura familiar incrementa aquisição por usinas**. São Paulo, 2011. Disponível em: [http://www.sintese.com/noticia\\_integra\\_new.asp?id=208981](http://www.sintese.com/noticia_integra_new.asp?id=208981) . Acesso em: 14 Mar. 2018.

SOUSA, Ivan S. F; CABRAL, José R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília: Embrapa, p. 21-69, 2009.

SOUZA, Paulo Marcelo de; LIMA, João Eustáquio de. Intensidade e dinâmica da modernização agrícola no Brasil e nas unidades da Federação. **Rev. Bras. Econ.**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 795-824, Dec. 2003. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0034-1402003000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Fev. 2018

SPOSATI, Aldaíza Oliveira. **Mínimos sociais e seguridade social**: uma revolução da consciência da cidadania. 1998.

SPOSATI, Aldaíza. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Cult. [online]**, 2006, vol.58, n.4 [cited 2016-07-30], pp.4-5. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252006000400002&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252006000400002&script=sci_arttext). Acesso: 03 Fev. 2018.

SPOSATI, Aldaíza. Cidade, território, exclusão/inclusão social. **Revista Prolides–Mercosul**, p. 45-61, 2000. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/Cidadet.pdf>. Acesso: 15 Mar. 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil, 2009.

SPRINGER, Cletus. “Addressing Inequality through Sustainable Development”. In: INSULZA, J. M. Inequality, democracy and social inclusion. **Inequality and social inclusion in the Americas**, v. 14, p. 13-30, 2014.

SUAREZ, Paulo AZ; MENEGHETTI, Simoni M. Plentz. Assuntos Gerais. **Quim. Nova**, v. 30, n. 8, p. 2068-2071, 2007.

TAKKEN, Willem. et al. Effects of environmental change on malaria in the Amazon region of Brazil. **Frontis**, p. 113-123, 2005.

TAVARES, Maria Goretti da costa. A Amaznia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. GEOUSP: **Espaço e Tempo (Online)**, n. 29, p. 107-121, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209/77852>. Acesso em 10. Fev. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer; EICHEMBERG, Rosaura. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONNEAU, Jean-Philippe. et al. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. **Cadernos de ciência & tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 67-82, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme **Frentes de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica**. Ed online 2009. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – [www.bvce.org](http://www.bvce.org).

ISBN 978-85-99662-91-5. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>. Acesso. 20 jun. 2017.

VÉRAS, Maura. P. B. exclusão social - Uma questão brasileira de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. PETRÓPOLIS: Vozes: 27-60 p. 2001.

VIEIRA, Ana Carolina, C. A “**integração**” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico. 125 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

VOGT, Olgario Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)**. 2012[1997].

VON DER WEID, Jean Marc. **Agrocombustíveis: solução ou problema? Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Editora Senac, 2009.

WANDERLEY, M. Bader. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petropolis: Vozes, 2001. pp. 16-26

WATANABE, Kassia; ZYLBERSZTAJN, Decio. Contract farming in the Brazilian agri-business system: private institutions and State intervention. **Uniform Law Review-Revue de droit uniforme**, p. unu023, 2014. Disponível: <https://academic.oup.com/ulr/article-abstract/19/3/459/1682646/Contract-farming-in-the-brazilian-agri-business>. Acesso. Dez. 2016.

WILCOVE, David S.; KOH, Lian Pin. Addressing the threats to biodiversity from oil-palm agriculture. **Biodiversity and Conservation**, v. 19, n. 4, p. 999-1007, 2010.

WILKINSON, John; HERRERA, Heloise. Agrofuels in Brazil: What is the outlook for its farming sector? Oxfam Policy and Practice: **Agriculture, Food and Land**, v. 8, n. 4, p. 101-166, 2008.

WILKINSON, John; HERRERA, Selena. **Subsídios para a discussão dos biodiesel no Brasil**. Biodiesel e Agricultura Familiar e Camponesa, 2008.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

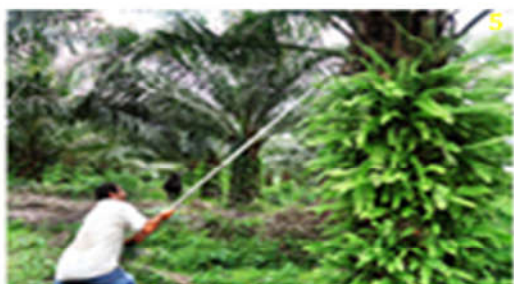
WIXEY, Sarah. et al. Measuring accessibility as experienced by different socially disadvantaged groups. **London, Transit Studies Group, University of Westminster**, 2005.

ZIEBERT, Roger André; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. Avicultura e produção integrada em Santa Helena, Estado do Paraná: uma abordagem a partir da nova economia institucional. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 71-86, 2004.



## APÊNDICE – Pranchas fotográficas

### Prancha 1- Corte e coleta.



1- corte com o sacho; 2- suchos, sachos e foice; 3- espetando o CFF com o sucho; 4 – registro da coleta no “raque” (pedaço do talo da palma); 5- corte com a foice; 6- carreamento com carroça e burro.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**Prancha 2- Casas.**

1; 2; 3; 5; 6 - casas de alvenaria dos integrados; 4 – casa do INCRA desabada.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**Prancha 3- Terreiros.**

1;2 – retiros de farinha; 3 – forno para carvão; 4 – canteiro de mudas de pimenta do reino; 5 – dendezal bem cuidado; 6 – cachos deixados de serem coletados pela AGROPALMA.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**Prancha 4- Igarapés.**



1- tributário do Água Preta; 2; 3 – aspectos do Água Preta; 4 – Turi Açú na altura do ramal do Gaúcho.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**Prancha 5- Cultivos.**



1; 2 – plantação de pimenta do reino; 3;4 – pequena plantação de açai para consumo da família; 5; 6 – produtos da safra de pimenta do reino; 7- consórcio de pimenta do reino com caju.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**Prancha 6-** Placas e vicinais.



1 – placa de proibição de acesso à área de proteção ambiental; 2 – placa do projeto IV de dendê familiar da AGROPALMA; 3 – vicinal por dentro de dendezal da empresa; 4 – aspecto da vicinal da Vila Israel, a principal via de acesso do PA- Calmaria II.

**Fonte:** O autor, acervo de pesquisa de campo (2017).

**ANEXO A – Indicadores de Inclusão social resultantes das oficinas do AFInS.**

<b>TEMA: Acesso a serviços e infraestrutura</b>
<b>Infraestrutura</b>
Estradas
Pontes
Escola
Posto de saúde
<b>Serviços</b>
<b>Transporte</b>
Escolar
Em geral
<b>ATER</b>
Frequência de visitas
Assistência às necessidades do lote
Competência dos técnicos
Resolução de problemas
Tratamento igualitário com os agricultores
Respeito aos acordos
Assistência gratuita
<b>Capacitação e Informação</b>
Agrotóxicos
Adubação química e orgânica
Questões ambientais
Capacitação de agricultores/as sobre leis trabalhistas
Técnicas de cultivo de dendê
Melhoria do nível de informação
<b>TEMA: Família e Bem-estar</b>
<b>Patrimônio</b>
Infraestrutura da residência
Móveis e eletrodomésticos
Meios próprios de locomoção
Meios de comunicação
<b>Alimentos</b>
Produção da alimentação da família no lote
Qualidade dos alimentos
Dependência da compra de alimentos

<b>Condições sanitárias e de higiene</b>
Acesso à água potável
Instalações sanitárias: vaso e chuveiro
<b>Lazer</b>
Acesso ao lazer na comunidade/fora
Tipo de lazer
Satisfação com o lazer

<b>TEMA: Comunidade</b>
<b>Solidariedade</b>
Ajudas de um para o outro
<b>Treinamentos</b>
Igualdade no acesso
<b>Políticas públicas</b>
Acesso igualitário
<b>Habitantes</b>
Interconhecimento
<b>Segurança e tranquilidade</b>
Informação quanto ao futuro
Confiança setor público
Insegurança pela chegada de estranhos
<b>Problemas ambientais</b>
Uso de agrotóxicos (consequências)
Desmatamento/conservação da floresta
Desmatamento margem dos Igarapés
Diminuição de peixes
Conservação animais silvestres

<b>TEMA: Trabalho</b>
<b>Trabalho no estabelecimento</b>
Trabalho para os diferentes membros
Ocupação de mulheres
Quantidade / Volume de trabalho
Peso do trabalho

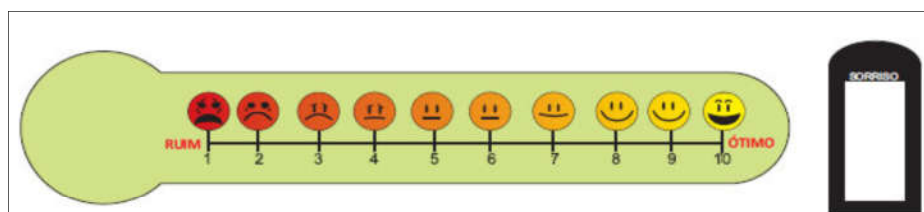


Disponibilidade força de trabalho
Retorno de membros da família para trabalhar no estabelecimento
Troca de serviços
Contratação de diaristas
Valor pago pelo trabalho comparado com outras culturas
<b>Trabalho assalariado</b>
Emprego local
Aproveitamento mão de obra local
Disponibilidade mão de obra para contratar
Remuneração do trabalho
<b>Diálogo agricultor/empresa</b>
TEMA: <b>Relação com a empresa</b>
<b>Contatos</b>
Abertura ao diálogo
Tratamento igualitário ao agricultor
Clareza do diálogo
Cumprimento de acordos/promessas aos agricultores e a comunidade
Participação dos agricultores e de suas organizações nas decisões e procedimentos envolvendo suas áreas
<b>Contratos de produção</b>
<b>Contratos</b>
Abrangência das partes dos contratos
Adequação dos contratos
Diálogo com a empresa sobre os contratos
Conhecimento do contrato pelos agricultores
Cumprimento/respeito do contrato (fornecimento de mudas, transporte, insumos e ATER)
Participação dos agricultores e suas representações na elaboração do contrato
Acesso ao contrato pelo agricultor
Transparência nas contas (dívidas e saldos do agricultor nos arquivos da empresa)

## ANEXO B - Ferramentas complementares

A escala usada com maior frequência, foi elaborada para captar a percepção a respeito da satisfação com questões que descrevem, por exemplo, uma situação de determinada infraestrutura ou serviço, a escala de “SORRISO” que, assim como algumas escalas de dor empregadas pela psicologia e psiquiatria, contém uma sequência de imagens de rostos que variavam entre expressões de tristeza e alegria, em uma gradação numérica de 1 a 10 acompanhando cada expressão facial representada. A intenção com essa escala é captar como os agricultores integrados e não integrados percebem matizes de mudanças que vão do *ruim* ao *ótimo* e de como eles diferenciam as mudanças, ocorridas no tempo.

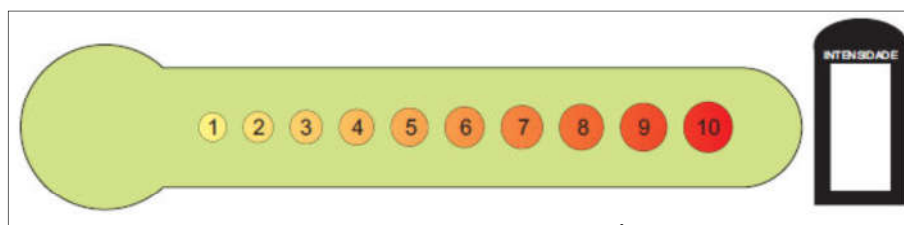
**Figura 1-** Escala do sorriso e cursor.



**Fonte:** Ecooideia, 2012;  
Elaboração: Maro Castro: 2012.

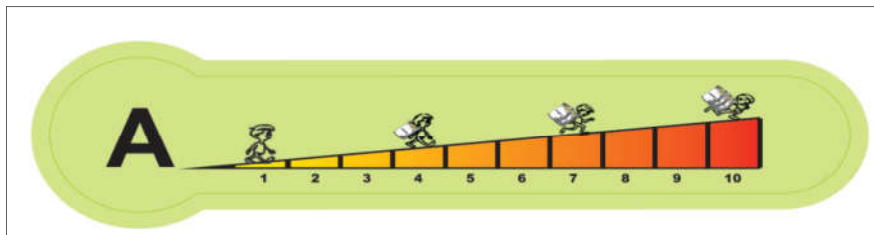
A segunda delas, também semelhante as do EPD-JV (2012), fora elaborada contendo 10 círculos que reproduziam a ideia de INTENSIDADE por sua variação de tamanho, cor e numeração (do tamanho menor para o maior, com numeração crescente de 1 a 10 e com variação de tons do amarelo ao vermelho). Foram empregadas em questões de frequência de consumo ou impactos ambientais por exemplo.

**Figura 2-** Escala de intensidade e cursor.



**Fonte:** Ecooideia, 2012;  
Elaboração: Maro Castro: 2012.

Por fim, tendo como referência escala de ESFORÇO, fora usada em duas questões apenas. Tal escala tenta captar a diferença de esforço com trabalhos comuns ao lote em sacos de farinha, os quais estavam representados graficamente na escala, para uma melhor visualização do esforço de produção do antes e depois da chegada do dendê.

**Figura 3-** Escala de esforço

Fonte: Ecooideia, 2012.

Elaboração: Maro Castro: 2012.

A utilização destas ferramentas possibilitou a classificação e quantificação das respostas para aspectos de difícil mensuração, logo, os instrumentos desenvolvidos tornaram possível quantificar respostas consideradas exclusivamente subjetivas ou qualitativas *a priori*.

Além das questões objetivas e métricas, o questionário foi composto também com questões abertas, procurando captar respostas mais subjetivas sobre determinados indicadores.

**Quadro 2-** Qualificações atribuídas as médias das notas das escalas métricas

Notas	Escalas		
	Satisfação	Esforço	Intensidade
1,0  --- 2,8	Muito Ruim	Muito Leve	Muito Baixo
2,8  --- 4,6	Ruim	Leve	Baixo
4,6  --- 6,4	Regular	Mediano	Regular
6,4  --- 8,2	Bom	Penoso	Alto
8,2  --- 10,0	Muito bom	Muito penoso	Muito alto

Fonte: Projeto AFInS, 2018.